



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA
186ª SESSÃO
(SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020))

Em 16 de setembro de 2025
(terça-feira)

Às 13 horas e 55 minutos

ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 83 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - Nos termos do parágrafo único do art. 5º do Ato da Mesa nº 123, de 2020, fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

BREVES COMUNICAÇÕES

(Art. 5º, §§ 1º e 3º, do Ato da Mesa nº 123, de 2020)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - Passa-se às Breves Comunicações.

Como sempre, contamos com alguns colaboradores, que vão nos ajudar a abrir a sessão.

A ordem de inscritos é a seguinte: Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba; Deputado Otoni de Paula; Deputado Defensor Stélio Dener; Deputado Charles Fernandes. Estes são os nossos quatro primeiros oradores.

Tem a palavra o Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (Bloco/PT - PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar a reportagem da revista *Piauí* intitulada *O Golpista — as 533 digitais de Bolsonaro na articulação para “virar a mesa”*. A matéria, ancorada em elementos de relatório da Polícia Federal, mostra que há uma trama para subverter o resultado das eleições de 2022.

Sobre a tentativa de pautar a anistia no Congresso Nacional, após a condenação de Jair Bolsonaro pelo STF, em 11 de setembro de 2025, intensificaram-se as articulações pela anistia nesta Casa, mas a vontade popular é cristalina: a maioria dos brasileiros rejeita este perdão.

Levantamento do Datafolha mostra que 54% das pessoas são contra a anistia. Há proposições que, desde 2022, tentam anistiar responsáveis pelos atos de 30 de outubro de 2022. Em data subsequente, novas articulações foram ventiladas ao longo de 2024, por crimes contra a ordem constitucional.

Sr. Presidente, eu afirmo, com toda a nitidez, que não cabe a Jair Bolsonaro nenhum benefício ligado a anistia, primeiro porque as condutas atribuídas ao ex-Presidente lideram o domínio funcional de um plano de golpe que excede, em muito, a esfera de manifestações neste sentido. Em segundo lugar, porque uma anistia ampla, geral e restrita que pretenda alcançar o mentor político e beneficiá-lo pela ruptura afronta princípios estruturantes.

Neste aspecto, o Parlamento não pode chancelar uma borracha histórica sobre crimes praticados no topo do poder. Anistiar líderes e comandantes seria o mesmo que premiar o golpismo e instituir um salvo-conduto.

Concluo manifestando o compromisso que nos sustenta desde a queda da ditadura. A redemocratização do Brasil é uma conquista do povo e, sob sua guarda, asseguraremos que o poder jamais retornará às mãos daqueles que são contra o voto livre, o respeito às instituições e o futuro da nossa Nação.

Solicito, Sr. Presidente, que este pronunciamento seja divulgado pelos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - Acato o pedido do Deputado Luiz Couto para que suas palavras sejam divulgadas pelas redes sociais e pelo programa *A Voz do Brasil*.

Antes de ouvirmos o Deputado Otoni de Paula, tem a palavra, por 1 minuto, a Deputada capixaba Jack Rocha.

A SRA. JACK ROCHA (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nesta tarde, estamos com nossos amigos e amigas de Aracruz, especialmente a Poliana, que faz parte do Amigos da Justiça; a Thamires, gestora de projetos; o Secretário de Cultura e Turismo Carlos, do Município de Aracruz; a turismóloga Rita; o Coordenador de Cultura Wagner; e nossa Secretária Nacional de Negritude Valneide, do Partido Socialista Brasileiro, partido de V.Exa., Presidente.

Está acontecendo a 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial — Conapir.

Quero dizer a todos que sejam muito bem-vindos a esta Casa, que representa nossas lutas. O Amigos da Justiça foi premiado e, neste momento, nós celebramos este projeto social presente em todo o território do Espírito Santo, importante que é para a inclusão de crianças, de jovens e de idosos do nosso território.

De outro lado, temos a luta da representatividade, com a Conapir, com um Secretário tão jovem já trilhando seu caminho na política, o que mostra que o turismo e a cultura são formas de desenvolver a economia local.

Sejam muito bem-vindos e muito bem-vindas a esta Casa!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - Excelente registro, Deputada Jack Rocha!

V.Exa. está muito bem acompanhada de capixabas de altíssima qualidade e alto valor.

Parabéns!

Um abraço a todos.

Tem a palavra o Deputado Otoni de Paula.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ. Sem revisão do orador.) - Senhoras e senhores, povo brasileiro, quero me dirigir, de uma forma especial, aos cristãos, principalmente aos cristãos evangélicos do meu Brasil.

O Evangelho é maior do que as ideologias. O Evangelho é a voz da consciência de qualquer cultura. Dentro de qualquer cultura, não é a ideologia que define limites morais, mas o Evangelho, somente o Evangelho. Em Isaías, Capítulo 5, Versículo 20, está dito: *"Ai dos que ao mal chamam bem, e ao bem, mal; que fazem das trevas luz, e da luz, trevas; e fazem do amargo doce, e do doce, amargo"*.

Se o Evangelho se dobra a qualquer ideologia, seja de Direita, seja de Esquerda, seja qual for, perde o seu caráter profético. O Evangelho não existe para agradar partidos ou movimentos, mas para revelar a vontade de Deus aos santos pecadores. O Evangelho julga toda a ideologia, porque ele é plural, ele está acima das ideologias. O Evangelho trata daquilo que ideologia alguma consegue alcançar: o coração do homem.

Portanto, independentemente das nossas paixões políticas e pessoais, não podemos confundi-las com o Evangelho de Cristo. Nosso papel como Igreja continua sendo pregar Cristo como senhor e salvador, cuidar do nosso próximo e ser o sustento das autoridades em oração, independentemente de quem seja a autoridade no poder. Como diz a Bíblia Sagrada, antes de tudo, devemos fazer súplicas pelas autoridades.

Nenhuma ideologia é absoluta nem pode ser confundida com o Evangelho. Disse o teólogo Barmen: *"Rejeitamos a falsa doutrina de que à Igreja seria permitido substituir a forma da sua mensagem e organização a seu bel-prazer ou de acordo*

com as respectivas convicções ideológicas e políticas reinantes (...)". Sempre que os cristãos identificam determinada ideologia com o Reino de Deus ou com a mensagem bíblica, esta mensagem não apenas é distorcida, como também acaba com a mensagem real do Evangelho.

O Evangelho é maior do que qualquer ideologia. A Igreja não é de Direita. A Igreja não é de Esquerda. A Igreja não tem partido. A Igreja continua sendo a noiva do Cordeiro de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - Obrigado, Deputado Otoni de Paula.

Com a palavra o Deputado Defensor Stélio Dener. Na sequência, ouviremos os Deputados Charles Fernandes, Clodoaldo Magalhães e Cobalchini. Essa será a sequência.

Concedo 1 minuto ao Deputado Rodrigo Estacho.

O SR. RODRIGO ESTACHO (Bloco/PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de fazer uma fala breve para anunciar a presença nesta Casa do meu amigo Artagão de Mattos Leão Júnior, Deputado Estadual no Paraná.

Esse Deputado muito atuante no nosso Estado é um municipalista. Ele conhece todos os Municípios do Estado do Paraná. Com toda certeza, Deputado Artagão, V.Exa. contribuiu para o desenvolvimento de todos os 399 Municípios do nosso Estado.

O Deputado Artagão, que está em seu sexto mandato de Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do Paraná, é um amigo, um parceiro nosso. Nós temos trabalhado juntos.

Artagão, é muito bom trabalhar com você, destinando recursos para projetos no Município de Guarapuava, e com o nosso Prefeito Denilson Baitala. Seja sempre muito bem-vindo à Câmara dos Deputados. A Casa do Povo é a sua casa também. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Defensor Stélio Dener.

O SR. DEFENSOR STÉLIO DENER (Bloco/REPUBLICANOS - RR. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu gostaria, no dia de hoje, de agradecer e parabenizar o Presidente do STF e também do CNJ, o Ministro Barroso, que foi a Roraima ontem e pôde ver de perto a situação ainda de recuperação do povo ianomâmi, no que diz respeito às políticas públicas. O Ministro participou de uma reunião na Casa de Governo, onde foi demonstrada toda a situação em relação ao garimpo e também às políticas públicas.

Eu estava presente na reunião e toquei num assunto sobre o qual é necessário o Brasil se debruçar: ainda existem Estados no Brasil que não possuem a Justiça do Trabalho devidamente integrada à Unidade da Federação, implantada como Tribunal do Trabalho, como é o caso de Roraima. Falei para o Presidente do STF da necessidade e da urgência de se criar o TRT em Roraima.

Há vários pontos significativos que justificam essa demanda. Com a grande imigração venezuelana, dobrou, em 8 anos, a população roraimense. O mercado de trabalho está aquecido em razão da imigração. Houve um aumento significativo da população da capital Boa Vista, superando a de Palmas, a de Porto Velho e a de Rio Branco. Houve um crescimento gigantesco de Roraima no que se refere à economia. Por 4 anos consecutivos, foi o Estado do Brasil que apresentou o maior crescimento do PIB — o crescimento foi maior do que o do PIB da China. É verdade! Se você quiser investir em um Estado que cresce, invista em Roraima, não na China. Além disso, no que diz respeito à energia, Roraima está sendo ligada agora ao restante do Brasil.

O mercado roraimense se aquece. Com isso, há a necessidade da criação do Tribunal Regional do Trabalho em Roraima, para levar a Justiça do Trabalho aos jurisdicionados, às empresas, ao comércio, ao mercado. Essas pessoas precisam da Justiça do Trabalho. Hoje essas pessoas têm que se deslocar para Manaus para buscar seus direitos na Justiça do Trabalho.

Portanto, Presidente, eu gostaria de fazer este pedido a esta Casa, ao Presidente Hugo Motta, para levar ao conhecimento do CNJ, do STF e também da Justiça do Trabalho a necessidade de criação da Justiça do Trabalho nos entes federativos do Brasil que ainda não a têm.

Peço a V.Exa. que a nossa voz seja divulgada nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - A pedido do Deputado Defensor Stélio Dener, o pronunciamento de S.Exa. será divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Com a palavra o nosso eterno Presidente, o Deputado Charles Fernandes, do PSD da Bahia.

O SR. CHARLES FERNANDES (Bloco/PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, nobre Presidente Paulo Folletto. É um prazer falar mais uma vez aqui sob a Presidência de V.Exa.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu quero registrar nesta tribuna, no dia de hoje, a nossa agenda muito extensiva da semana passada, uma agenda extremamente produtiva, em que cumprimos diversas ações lá no nosso Município.

Na segunda-feira, dia 8, nobre Presidente, na Praça do Feijão, na minha cidade de Guanambi, tivemos a oportunidade de promover a entrega de 25 tratores, uma patrol e uma retroescavadeira para quatorze Municípios da nossa região. Contamos com a presença de quatorze Prefeitos, Vice-Prefeitos, ex-Prefeitos, lideranças políticas, presidentes de associações, dezenas e dezenas de Vereadores, numa parceria significativa com o Ministério da Agricultura, por meio do Ministro Carlos Fávaro. Contamos também com a presença do Fábio Alexandre, representando o Ministério da Agricultura.

Fiquei feliz, nobre Presidente, em ver as pessoas da zona rural agradecidas, por meio dos nossos Prefeitos. Essas entregas vêm melhorar, e melhorar muito, a agricultura familiar de mais de quatorze Municípios da nossa região.

Destaco as seguintes presenças: do Prefeito Galego, da cidade de Guajeru; da Prefeita Valdinha, de Iuiú; do Vice-Prefeito Marquinhos, representando o Prefeito Tadeu Prates, de Ibiassucê; do Prefeito Gimmy, de Malhada; do Prefeito Dr. Pedro, de Sebastião Laranjeiras; do Prefeito Valmir, de Feira da Mata; da Prefeita D. Olga, de Matina; da Prefeita Chica do PT, de Carinhanha; do Prefeito Tito, de Palmas de Monte Alto; da Prefeita Cris de Dema, de Piripá; do Prefeito João Veiga, de Pindaí; do Prefeito Reginaldo Prado, de Candiba; do Warlei Oliveira, Prefeito de Urandi e Presidente do Consórcio do Alto Sertão; do Prefeito Dr. Ricardo, de Tanque Novo.

Por meio dessa parceria, nobre Presidente, as Prefeituras tiveram a oportunidade de receber esses equipamentos.

No decorrer da semana, visitamos quase todos esses Municípios e também as associações. Nos Municípios de Sebastião Laranjeiras, Matina, Tanque Novo, Palmas de Monte Alto, Lagoa Real, Pindaí e Urandi, participamos das entregas pessoalmente nessas associações.

É salutar e significativa a gestão do nosso Presidente, por meio do Governador Jerônimo Rodrigues, da Codevasf e do Ministério da Agricultura. O nosso mandato vem valorizando muito a agricultura familiar na região sudoeste do Estado da Bahia.

Portanto, ficam aqui os meus agradecimentos a todos os Prefeitos, Vice-Prefeitos, Vereadores, lideranças políticas que estiveram lá no nosso Município de Guanambi, na Praça do Feijão, no último dia 8, onde houve a maior entrega de equipamentos que já aconteceu em Guanambi para toda a nossa região. O nosso mandato está focado ainda mais em continuar fortalecendo a agricultura familiar de toda a nossa região.

Quero aqui agradecer a V.Exa., nobre Presidente, por esta oportunidade e pedir a divulgação do meu pronunciamento em todos os meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - Obrigado, Deputado Charles Fernandes. A pedido de V.Exa., solicito que o seu pronunciamento seja divulgado nas redes sociais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Com a palavra o terceiro inscrito do dia, o Deputado Clodoaldo Magalhães, do PV de Pernambuco, que nos ajudou a segurar a turma que começou. Na sequência, ouviremos o Deputado Cobalchini, o Deputado Rafael Fera e o Deputado Alberto Fraga.

O SR. CLODOALDO MAGALHÃES (Bloco/PV - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas aqui presentes, Srs. Deputados, estou na tribuna na tarde de hoje para falar de um dado alarmante.

No ano de 2024, a Organização das Nações Unidas calculou que cerca de 2,7 trilhões de dólares, quase 18 trilhões de reais, foram gastos em armamentos nos países do mundo. Essa é uma discussão que não é apenas orçamentária, que não é apenas financeira, mas também é uma discussão moral.

Faço aqui uma reflexão, Sr. Presidente. Se apenas 4% do gasto mundial em armamentos tivesse sido feito para o combate à fome, teríamos erradicado a fome do planeta. Se apenas 10% dos 2,7 trilhões de dólares tivessem sido gastos, teríamos erradicado a pobreza extrema do globo terrestre.

Então, o que vemos é que a corrida armamentista, longe de garantir a paz mundial, traz, sim, a desconfiança, a insegurança e desvia investimentos das bases reais da estabilidade para o mundo.

O Secretário-Geral da ONU, António Guterres, foi claro ao dizer que gastos excessivos em armamentos não garantem a paz. Ao contrário, comprometem serviços públicos essenciais como saúde, educação, combate às crises sanitárias, combate às crises climáticas a que assistimos a cada dia, uma pior que a outra.

Um trilhão de dólares investidos em armas geram 11 mil empregos. Se isso fosse investido em saúde, educação, ciência e tecnologia, nós conseguiríamos gerar mais que o dobro dessa quantidade de oportunidades no mercado de trabalho.

O Brasil não pode, com a sua capacidade diplomática, com a sua tradição no combate à fome e com a sua tradição de país pioneiro e protagonista no mundo da defesa do meio ambiente, ficar calado nos fóruns internacionais diante de uma gastança armamentista como essa.

Vou repetir e reforçar: a verdadeira segurança não está no aumento dos arsenais, mas no fortalecimento da dignidade humana, na garantia de comida no prato, educação, saúde, energia limpa, proteção às florestas do Brasil, da Indonésia. A paz não se constrói com mísseis, mas com justiça social, com respeito à vida e com cooperação entre os povos.

Que esta Casa se some ao chamado global que defende que os trilhões gastos com guerras sejam gastos com um futuro mais sustentável, inclusivo e pacífico.

Solicito que o nosso pronunciamento seja transmitido em todos os canais de comunicação desta Casa, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - Com a palavra o sétimo inscrito, o Deputado Cobalchini. Na sequência, falarão os Deputados Rafael Fera e Alberto Fraga. E eu vou dar uma atenção ao Deputado Átila Lins, que tem uma audiência às 15h15min. A nossa sequência é esta: Deputado Cobalchini, Deputado Rafael Fera, Deputado Alberto Fraga, Deputado Átila Lins e Deputada Silvia Cristina.

Com a palavra o Deputado Cobalchini.

O SR. COBALCHINI (Bloco/MDB - SC. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Quero inicialmente fazer o registro da presença na Casa, no dia de hoje, do grande amigo Gentil Dory da Luz, ex-Prefeito de Içara, Município do sul de Santa Catarina. Seja muito bem-vindo a esta Casa o nosso sempre Prefeito!

Ocupo a tribuna, como representante da agricultura catarinense, membro da Frente Parlamentar da Agropecuária e da Comissão de Agricultura desta Casa e defensor do cooperativismo na Região Sul, para tratar de uma pauta urgente. Infelizmente, preciso falar da crise que afeta a cadeia produtiva do leite, especialmente em Santa Catarina.

O Estado de Santa Catarina é o quarto maior produtor de leite do Brasil, com destaque absoluto para o oeste do nosso Estado. Segundo dados da pesquisa trimestral do leite, do IBGE, no segundo trimestre de 2025 Santa Catarina adquiriu e industrializou mais de 700 milhões de litros de leite, consolidando sua posição estratégica na produção nacional. Mas essa força produtiva, infelizmente, está sob ameaça. O custo de produção do leite no Estado gira em torno de 2,40 reais por litro, enquanto o preço médio pago ao produtor tem oscilado abaixo de 2 reais, gerando prejuízo direto e inviabilizando a continuidade da atividade.

A importação de leite subsidiado, especialmente dos países do Mercosul, agrava ainda mais essa situação, criando uma concorrência desleal, que penaliza quem produz com qualidade e responsabilidade. A Embrapa Gado de Leite, no anuário de 2025, destaca que o Brasil produziu 25 bilhões de litros de leite em 2024, um crescimento de 2,38% em relação ao ano anterior. A raça girolando, amplamente utilizada em Santa Catarina, teve aumento de 60% na produtividade e redução de 39% nas emissões de metano por litro de leite, mostrando, Presidente, que nossos produtores estão na vanguarda da sustentabilidade.

Diante disso, para concluir, proponho que esta Casa avance em três frentes: regulação da importação do leite com critérios técnicos e sanitários que protejam o produtor nacional; estabelecimento de um preço mínimo nacional que garanta remuneração justa e previsibilidade ao produtor; e, ainda, fortalecimento do cooperativismo, com linhas de crédito específicas e apoio à industrialização regional do nosso leite.

Eu gostaria, Presidente, de solicitar que a nossa manifestação fosse veiculada no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - A pedido do Deputado Cobalchini, solicito que a manifestação de S.Exa. seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Com a palavra o Deputado Rafael Fera. Na sequência, terá a palavra o Deputado Alberto Fraga.

O SR. RAFAEL FERA (Bloco/PODE - RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Governo do PT, do Presidente Lula, que se diz o Governo do amor, que se diz o Governo que defende o direito dos

trabalhadores em nosso País, é um Governo que trata como criminoso, como bandido, o pai de família que está trabalhando para ganhar o sustento, para colocar comida na mesa da sua família.

Estou dizendo isso, Deputado Otoni de Paula, devido à ação da Polícia Federal ontem em Humaitá, no Amazonas, região do Rio Madeira. O Governo fez uma ação para cima dos trabalhadores, dos nossos garimpeiros da Região Norte, como se eles fossem bandidos. Está aqui a matéria: *Operação policial destrói 95 balsas do garimpo ilegal*. Eles colocam na matéria "garimpo ilegal".

Eu quero dizer a todos que estão nos acompanhando que o garimpeiro, que o pai de família, que o trabalhador quer trabalhar legalmente, quer ter o direito de trabalhar, mas, como nós estamos neste desgoverno que trata um trabalhador como bandido, como criminoso, acontece esse tipo de coisa. Aquilo pareceu uma cena de filme de ação: os policiais chegando no helicóptero, picando bala, botando fogo nas balsas! Isso tem que ser dito aqui neste Parlamento, porque vários meios de comunicação estão dando a notícia como se fossem bandidos os que estavam lá, mas, não, eles são trabalhadores, pais de famílias que querem trabalhar legalmente. Eles não querem trabalhar ilegalmente, mas, como nós temos um desgoverno que não quer regularizar a atividade, desburocratizar, para que eles possam trabalhar conforme a lei determina, acontece isso que nós vimos lá em Humaitá.

Eu estou me posicionando aqui porque eu sou da Região Norte, do Estado de Rondônia, e isso acontece também no meu Estado. Esse Governo se utiliza da segurança pública para poder tratar o povo trabalhador como bandido. É isso que está acontecendo, e eu não irei me calar, eu irei subir nesta tribuna para me posicionar em prol dos garimpeiros, em prol do povo trabalhador da Região Norte, em prol do povo trabalhador do meu Estado de Rondônia.

No mais, Sr. Presidente, eu queria agradecer a oportunidade. Que Deus abençoe a todos nós!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - Obrigado, Deputado Rafael Fera.

Com a palavra o Deputado Alberto Fraga. Na sequência, nós vamos ouvir o Deputado Átila Lins, a Deputada Silvia Cristina e o Deputado Otoni de Paula.

Com a palavra o Deputado Alberto Fraga.

O SR. ALBERTO FRAGA (Bloco/PL - DF. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente.

Eu acho que o País está de cócoras para o crime organizado. A gente vem denunciando aqui constantemente que o Governo Federal não adota uma medida sequer para combater o crime organizado.

Eu sou do tempo em que só existiam duas facções criminosas: o PCC e o Comando Vermelho. Hoje, são 88 facções criminosas — 88 facções criminosas!

Hoje, na Comissão Especial de Segurança Pública, esteve presente o Ministro da Justiça, e eu cobrei dele: diga-me um artigo dessa PEC, dessa emenda à Constituição, que tenha algo para combater o crime organizado! Não há absolutamente nada.

A respeito desse assassinato brutal do ex-delegado que foi diretor-geral da Polícia Civil, é bom que se saiba que ele foi o pioneiro, o primeiro a pedir ao Poder Judiciário que os líderes de facções fossem para o Regime Disciplinar Diferenciado — RDD, em que o preso cumpre a sua pena nos presídios federais.

Nos presídios federais não há visita íntima, não há contato físico, o advogado tem que falar com o preso através de um vidro, e há um isolamento satisfatório. Por isso, os presos não querem ir para lá. Aí eu digo: falta coragem ao Poder Judiciário para determinar a aplicação do RDD, que depende de um juiz. Esse delegado foi assassinado exatamente porque teve a coragem de pedir aos juízes que aplicassem o RDD aos líderes de facções criminosas.

É lamentável ter que dizer que o Promotor Lincoln Gakiya, excelente profissional na área de segurança, também está jurado de morte. Agora, acabei de ler que ele tem segurança pessoal. Aliás, ele já anda acompanhado de segurança há mais de 8 anos. Vejam que vida leva esse Promotor de Justiça, o Lincoln! Ele está prestes a se aposentar, e estão dizendo agora que vão retirar sua segurança pessoal, ou seja, o Estado está dizendo claramente que vai permitir o assassinato do Lincoln Gakiya.

Olhe, eu acho que está mais do que na hora de esta Casa se concentrar, aproveitando a sensibilidade do nosso Presidente Hugo Motta, para que a gente vote matérias de segurança pública, para que a gente faça um pacote. A Lei de Execuções Penais precisa ser atualizada. Temos que votar o novo Código de Processo Penal. Não podemos mais ficar legislando por espasmos: acontece um assassinato brutal, pede-se um minuto de silêncio. Isso não adianta nada; amanhã, o crime organizado vai continuar matando. Agora, quando começarem a matar Ministros, talvez a coisa mude, porque matar policial no Brasil virou balela. Ninguém dá valor à vida do policial.

Então, a partir do momento em que o crime organizado começar a dar ordens para matar juízes, promotores, Ministros, talvez esta Casa crie coragem para votar a matéria que deve ser votada.

Presidente, peço que minha fala conste do programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - Obrigado, Deputado Alberto Fraga.

Terá a palavra o Deputado Átila Lins. Na sequência, falarão a Deputada Silvia Cristina e o Deputado Otoni de Paula. Mas, agora, concedo a palavra ao Deputado Pastor Diniz, por 1 minuto.

O SR. PASTOR DINIZ (Bloco/UNIÃO - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste minutinho, eu quero trazer para o nosso Plenário uma pauta muito importante para o Norte, a PEC 47/2023.

Solicito sensibilidade ao nosso Presidente Hugo Motta, pois essa PEC já foi aprovada lá no Senado, e está aqui nesta Casa há 2 anos. O que nós queremos é que uma Comissão Especial a avalie, para que possamos corrigir uma injustiça com pessoas que deram o seu melhor, estão na reta final de suas vidas, muitos já não se encontram mais conosco, e outros ainda estão sonhando em serem enquadrados novamente nos quadros da União. Falo de Roraima e de Rondônia. Está aqui uma guerreira também, a Deputada Silvia.

Nós estivemos no dia 2 reunidos com a coordenação da bancada, o Deputado Sidney Leite, do Amazonas. Tivemos uma reunião muito importante, em que fizemos o consenso de lutar por essas pessoas que estão aguardando há tanto tempo. Que se faça justiça para eles serem enquadrados novamente!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - Obrigado, Deputado Pastor Diniz.

Com a palavra nosso decano, professor de todos nós, Deputado Átila Lins.

O SR. ÁTILA LINS (Bloco/PSD - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado a V.Exa.

Eu venho falar a propósito dos acontecimentos verificados ontem lá na nossa região, no Município de Humaitá e também no Município de Manicoré.

Eu quero ler uma nota de protesto que estou apresentando aqui da tribuna desta Casa, exatamente em virtude desses acontecimentos verificados tanto em Humaitá como em Manicoré.

Em Manicoré houve um cunho diferente, porque a ação foi no dia da Padroeira da cidade. A ação da Polícia Federal interrompeu a procissão de Nossa Senhora das Dores, que é a Padroeira do Município de Manicoré. Veja V.Exa. a gravidade de uma operação que não levou em consideração o fato de o dia ser religioso e toda a população estar compenetrada, rezando com suas orações. Lá em Humaitá foi do mesmo jeito. A operação foi violenta, com afundamento de embarcações e de balsas.

Então, eu queria ler a nota rapidamente, porque gostaria que ficasse registrada nos *Anais*:

O Município de Manicoré amanheceu ontem sob o impacto de uma operação da Polícia Federal que, de forma abrupta, resultou na explosão e afundamento de embarcações pertencentes a cidadãos locais, que têm no garimpo sua principal fonte de sustento.

O fato torna-se ainda mais grave em Manicoré por ter ocorrido justamente na data em que a comunidade celebrava a sua Padroeira, um momento tradicional de fé, união e respeito, que foi violentamente marcado por atos de força desproporcionais.

Reconhecemos o papel das instituições e a necessidade que a lei seja cumprida. No entanto, não podemos aceitar que trabalhadores sejam tratados como criminosos, sem distinção, tendo o seu patrimônio destruído de forma sumária, sem direito à defesa, sem alternativas apresentadas para garantir a sobrevivência de suas famílias.

É dever do Estado assegurar que a lei seja aplicada com justiça, equilíbrio e humanidade. O que se presenciou em Manicoré, como também em Humaitá, foi um ato que fere não apenas a dignidade daqueles que dependem do seu trabalho, mas também a própria harmonia de uma cidade que, em sua data mais simbólica, foi ferida em sua fé, em sua história.

Manifestamos nosso veemente protesto contra tais práticas e cobramos das autoridades competentes uma postura de maior diálogo, respeito e proporcionalidade.

A defesa do meio ambiente e da legalidade não pode ser usada como justificativa para a destruição indiscriminada de vidas e de sonhos.

Manicoré merece respeito, e sua gente merece dignidade.

A propósito, Sr. Presidente, a própria Diocese de Humaitá também apresentou uma nota de repúdio e solidariedade, que eu peço a V.Exa. que considere como lida, porque, nessa nota, a diocese também manifesta sua profunda indignação e repúdio diante dos atos de violência ocorridos naquele Município na manhã deste dia 15 de setembro, dia em que a Igreja celebra a memória de Nossa Senhora das Dores.

Causou comoção, na cidade de Manicoré, essa operação, que destruiu tudo. Quando você vê as imagens, pensa que estão produzindo um filme de faroeste naquela região do sul do Amazonas.

Sr. Presidente, eu aproveito a oportunidade para dizer que isso não ocorreu só em Manicoré, não. Em Manicoré, como eu disse, houve uma comoção maior. Porém, isso aconteceu também em Humaitá, onde todas as balsas foram afundadas, e muitos cidadãos ficaram sem proteção.

Eu conclamo todos a regularizarmos isso. No Estado de Rondônia, de onde é o colega que falou há pouco, já há uma legislação que regularizou a atividade de extrativismo mineral artesanal. Há cidades em Rondônia em que já se regularizou isso, já há uma legislação específica. Nós não sabemos por que, no Amazonas, ainda não conseguimos legalizar isso, mas aquelas pessoas querem trabalhar de forma regular, não querem trabalhar contra a legislação.

É preciso que nós nos debruçemos sobre esse assunto e encontremos um caminho para que não tenhamos a repetição de fatos tão danosos como os que aconteceram em Humaitá e em Manicoré, no dia de ontem.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que determine a divulgação do meu discurso nos canais de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - Obrigado, Deputado Átila Lins.

Enquanto a Deputada Silvia Cristina se dirige à tribuna, concedo 1 minuto ao Deputado Diego Garcia.

O SR. DIEGO GARCIA (Bloco/REPUBLICANOS - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Chegamos a esta sessão no dia de hoje com uma boa notícia dada pelo Presidente da Câmara, o Deputado Hugo Motta. Finalmente, nós vamos votar a urgência do PL da Anistia, projeto que, na minha opinião, nós já deveríamos ter votado no início deste ano. Então, finalmente vamos votá-lo. Vamos votar a urgência e, tenho certeza, na sequência devemos votar o mérito desse projeto, que é importante para que possamos virar esta página.

O Parlamento brasileiro, o Congresso Nacional vai se posicionar sobre um tema em que a sociedade brasileira cobra um posicionamento do Congresso o quanto antes. Por isso, eu faço este registro.

Vou votar a favor da urgência e do mérito do PL da Anistia.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - Tem a palavra a Deputada Silvia Cristina. Na sequência, o Deputado José Medeiros terá a palavra por 1 minuto.

Tem a palavra a Deputada Silvia Cristina, por 3 minutos.

A SRA. SILVIA CRISTINA (Bloco/PP - RO. Sem revisão da oradora.) - Presidente, no último dia 12, fez 2 anos que a Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2023, está nesta Casa, depois de ter sido aprovada, por unanimidade, no Senado Federal.

A PEC 47 assegura a transposição de servidores dos ex-Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá para os quadros da União, mas, infelizmente, está parada e segue sem data para ser pautada nesta Casa. Isso é inaceitável, vergonhoso e desrespeitoso com quem se dedicou tanto para construir o serviço público, especialmente no Norte do País.

Não podemos mais esperar. Não dá mais para aceitar que essa matéria esteja parada, enquanto milhares de servidores dos ex-Territórios e suas famílias sofrem com a espera por um direito que lhes foi assegurado, para fazer justiça a tantas pessoas que se doaram à construção deste País.

Eu peço ao Presidente Hugo Motta que cumpra com a sua palavra. S.Exa. assumiu um compromisso com a bancada de Rondônia e com as bancadas interessadas de Roraima e do Amapá, Estados do Norte do nosso País. Coloque a PEC 47 para votação, Presidente. Isso é o que nós esperamos, para que o Plenário decida, porque o Plenário é soberano. É urgente que se faça isso.

Nós esperamos, é claro, dos colegas Deputados e Deputadas um reforço para que a PEC 47 amplie o prazo de transposição até 1991 e que a PEC seja prioridade para ser votada e aprovada. Para Rondônia, ela está acima de qualquer bandeira ideológica. Por isso, eu peço o apoio de todos os Deputados que aqui estão, para que possamos somar esforços, a fim de que a matéria seja colocada em pauta e, enfim, aprovada, depois de tantos anos.

A PEC 47 é urgente, é para já e é o que nós queremos. É para isso que nós estamos aqui, fazendo este apelo. Este é um discurso com um apelo, para que logo, logo possamos fazer justiça a milhares de trabalhadores que esperam pela aprovação dessa matéria. Que nós possamos fazer justiça, sem dúvida, com milhares de trabalhadores.

Solicito o registro do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*, Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - Obrigado, Deputada Silvia Cristina.

Que se registre que a Deputada Silvia Cristina é capixaba. S.Exa. migrou para Rondônia para ajudar no desenvolvimento daquele Estado, mas é capixaba do Município de Linhares, é capixaba como eu.

Tem a palavra por 1 minuto o Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nós estamos vivendo, como diz o Ministro Marco Aurélio, tempos estranhos. O STF, hoje, compõe a cúpula do Poder Judiciário. A Constituição deixa bem claro que há no Brasil três Poderes, harmônicos e independentes entre si: Executivo, Legislativo e Judiciário. Só por isso, já se deveria entender que qualquer ação de Ministro desse órgão deveria ser impessoal, deveria cumprir a lei no que diz respeito à impessoalidade. Não é isso que temos visto.

Eu vi ontem, na imprensa, que o Ministro Alexandre de Moraes quer saber da Polícia Penal por que demorou 5 minutos — é isso mesmo, eu cronometrei — para colocar o Presidente Jair Bolsonaro dentro de um carro. Se isso não for pessoalidade, eu não sei o que significa pessoalidade.

Veja, Sr. Presidente, a quantidade de casos que ocorrem neste País todos os dias, muitos sem monitoramento. Então, eu noto que há uma lupa em cima de Bolsonaro. E isso se dá porque ele é um perigo para a sociedade? Não! Isso acontece porque as pessoas gostam dele, porque as pessoas o amam.

Ministro Alexandre, isso já nem me parece ser caso de pessoalidade; é caso de inveja mesmo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - Já está na tribuna o Deputado Otoni de Paula, que tem a palavra por 3 minutos. Na sequência, vamos ouvir o Deputado Jorge Solla.

O SR. OTONI DE PAULA (Bloco/MDB - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Povo brasileiro, seria exagerado falar que nós estamos indo a passos largos para a "venezuelização" do nosso País, ou seja, para a transformação do Brasil, daqui a pouco, na Venezuela? Bem, quando você analisa e compara tudo o que aconteceu ao longo dos anos para que a Venezuela se tornasse o que é hoje, antes um país maravilhoso, pujante economicamente, e olha para o Brasil, vê que há o mesmo direcionamento. Portanto, sim, há o risco de o Brasil se tornar o que hoje é a Venezuela.

Perceba bem: na Venezuela começou este estado crítico em que está quando o Poder Executivo e a Suprema Corte começaram a agir como aliados políticos. E não é isto o que nós estamos vendo aqui no Brasil: o Poder Executivo defender os passos errados, o atropelo do devido processo legal feito pela Suprema Corte, o Poder Executivo advogar a Suprema Corte, e a Suprema Corte atender a interesses do Poder Executivo? Lá na Venezuela houve a reinterpretação da Constituição. Não bastou apenas estar escrito: a Suprema Corte venezuelana deu outro sentido ao texto constitucional. E não é isso o que está acontecendo no Brasil? Lá na Venezuela houve caça a congressistas opositores e prisões de congressistas opositores. Eu não preciso falar que isso já acontece aqui no Brasil. O Congresso lá foi anulado pela Suprema Corte, e é isso o que nós vemos aqui no Brasil e, por isso, vamos votar a PEC das Prerrogativas do Congresso Nacional. Opositores presos pelo regime venezuelano, opositores presos aqui no Brasil. Na Venezuela, o crime organizado foi infiltrado no Poder, e é isto o que nós vemos aqui no Brasil: cada vez mais o crime organizado no Poder. A violência lá explodiu, a violência aqui explodiu também. A imprensa lá se tornou aliada do Poder, subsidiada com recursos públicos, e aqui nós vemos também, há muitos anos, recursos públicos pagarem e calarem a voz da imprensa.

Ora, lá nós já tivemos a Internet proibida, com a tal regulamentação, que na verdade foi a grande censura para a Venezuela. Aqui nós já estamos caminhando para isso, com o Governo tentando calar os seus opositores através da tal regulamentação.

De lá as empresas saíram há muito tempo, e daqui do Brasil há um êxodo de grandes empresas, por conta das nossas altas taxas tributárias e da nossa insegurança jurídica.

Lá a miséria já foi instalada, e o nosso País está caminhando para a falência.

Precisamos nos manter alertas, para não nos tornarmos a Venezuela.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - Tem a palavra, por deferência de dois Deputados, o Deputado Jorge Solla, do PT da Bahia, que vai falar por 3 minutos.

O SR. JORGE SOLLA (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Gente, semana passada nós vimos um fato inédito: "sextou" na quinta-feira. O povo brasileiro foi às ruas comemorar, na quinta-feira à noite, a resistência contra o golpe de Estado — comemorar! Depois de nove golpes de Estado, pela primeira vez, Deputado Bacelar, o sistema judicial do nosso País julgou golpistas, julgou militares que atentaram contra a democracia, contra o Estado Democrático de Direito.

Não foi pouca coisa o que eles fizeram. Eles tentaram matar um Presidente eleito, um Vice-Presidente eleito, um Ministro do Supremo Tribunal Federal; tentaram explodir um caminhão-tanque, às vésperas do Natal, aqui em Brasília; tentaram destruir e tomar posse dos prédios dos três Poderes — não tomaram posse deles, mas depredaram os prédios do Palácio do Planalto, do Congresso Nacional e do Supremo. Não foi pouca coisa o que eles fizeram. Felizmente, essa turma fez algo que está mais para uma "operação tabajara" e não conseguiu o seu intento. Não conseguiu o seu intento porque, dos comandantes das Forças Armadas, apenas um se propôs a seguir com a tentativa de golpe. Não conseguiu o seu intento porque, naquela ocasião, a posição internacional não era favorável a um golpe de Estado em nosso País.

Agora vão querer falar em quê? Em anistia para os golpistas, como já aconteceu anteriormente, quando nem julgados foram? Essa proposta não vai prosperar, assim como não vai prosperar a PEC da Blindagem que querem aprovar hoje aqui, na Câmara de Deputados, para garantir que nenhum Parlamentar seja investigado e condenado ou culpado por crimes que cometa durante o exercício do seu mandato. Isso não tem o menor cabimento.

O povo brasileiro tem que ficar atento. O povo brasileiro não vai aceitar que o Congresso dê anistia aos golpistas, o povo brasileiro não irá aceitar que o Congresso blinde os Parlamentares que possam cometer crimes. Se já havia o interesse da milícia em ocupar cadeiras no Congresso, imagine agora, Presidente, como vai ser grande o interesse dos milicianos em se sentarem nessas cadeiras para se blindarem por seus crimes, para impedir que sejam julgados.

Nós precisamos tomar medidas urgentes para garantir a capacidade do Parlamento brasileiro de ser defensor da democracia, de ser defensor do Estado Democrático de Direito, de ser defensor das políticas públicas mais importantes, que fazem a diferença na vida das pessoas.

Já conseguimos pela segunda vez tirar o Brasil do *Mapa da Fome*, já conseguimos impedir a destruição do Estado Democrático de Direito, já conseguimos impedir o golpe e vamos continuar nesta defesa importante para a nossa população. Felizmente, o Presidente Lula voltou, e voltaram as políticas públicas que melhoram, que fazem a diferença na vida das pessoas. Vamos aprovar o fim do pagamento do Imposto de Renda por quem ganha até 5 mil reais, vamos colocar o rico no Imposto de Renda pela primeira vez na história deste País! Isso é pauta importante, e não a aprovação da anistia para os golpistas, para os criminosos do 8 de Janeiro, para os criminosos que atentaram contra o Estado Democrático de Direito.

Peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* o nosso pronunciamento.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - Obrigado, Deputado Jorge Solla. A sua fala será divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Vou dar uma orientação para quem está conosco e nos ajuda a segurar a sessão. O primeiro a falar agora será o Deputado Charles Fernandes. Depois da sua fala, peço que me substitua na Presidência, se puder, para que eu também possa falar. Na sequência, falarão o Deputado Bacelar, o Deputado Ivan Valente, o Deputado Sanderson e o Deputado Delegado Palumbo. Eu vou ter que incluir, em algum momento, o Deputado João Daniel.

Tem a palavra o Deputado Charles Fernandes. Na sequência, terá a palavra o Deputado Bacelar.

O SR. CHARLES FERNANDES (Bloco/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, nobre Presidente, Deputado Paulo Folletto.

Na última semana, nobre Presidente, na nossa região, a região de Guanambi, a cidade onde eu moro, nós nos encontramos com diversos Prefeitos. Entre eles, quatro Prefeitos que sonham há muitos anos com a irrigação do Vale do Iuiu, com o projeto de irrigação que fica na margem direita do Rio São Francisco. Estavam lá o Prefeito Gimmy Everton, da cidade de Malhada, a Prefeita Valdinha da Silva, da cidade do Iuiu, o jovem Prefeito de Palmas de Monte Alto, o Tito, que sucedeu Manoel Rubens, e o Prefeito Dr. Pedro, da cidade de Sebastião Laranjeiras. Os Prefeitos desses quatro Municípios, que estão na área de abrangência do Projeto de Irrigação do Vale do Iuiu, estão extremamente preocupados. Já se fala desse

projeto há quase 50 anos, e não há outro projeto de desenvolvimento para essa parte da Bahia, a região sudoeste, que não seja o Projeto de Irrigação do Vale do Iuiu.

Eu venho aqui fazer mais uma vez um apelo ao novo Presidente da Codevasf, para que ele possa se dedicar, junto com a Casa Civil, à conclusão do projeto básico nos próximos dias, como ele nos relatou alguns dias atrás, na Codevasf. Mas é importante que ainda este ano o projeto executivo vá para a licitação. Aí, sim, nós teremos a maior fábrica, o maior projeto de desenvolvimento para essa parte da Bahia. Não há nenhum problema ambiental, porque nessa área do projeto do Vale do Iuiu já foram plantados mais de 200 mil hectares de algodão de sequeiro nas décadas de 70, 80, 90.

Enfim, agora o mundo está precisando de alimento. O Brasil tem potencial de produção, e a Bahia, mais ainda, com o Rio São Francisco na margem direita, com o Projeto de Irrigação do Vale do Iuiu.

Portanto, peço mais uma vez todo o empenho ao Ministro Rui Costa, todo o empenho à Codevasf, para que possamos, ainda em 2026, ver o projeto executivo do Vale do Iuiu ir para a licitação. Esse projeto é o sonho, nobre Presidente, não só do pequeno agricultor, mas também dos médios e grandes agricultores do agronegócio, que é muito forte na nossa região, haja vista os muitos produtores que ali estão, como é o caso do empresário e produtor Luiz Carlos Fernandes de Souza e tantos outros, que esperam por esse projeto para ver o desenvolvimento da região.

Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, e peço mais uma vez que minha fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios da comunicação da Câmara dos Deputados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Folletto. PSB - ES) - Obrigado, nosso substituto eterno.

Que a fala do Deputado Charles Fernandes seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Tem a palavra o Deputado Bacelar. Na sequência, terão a palavra o Deputado João Daniel, que é o 12º inscrito, e depois o Deputado Ivan Valente.

Tem a palavra agora o Deputado Bacelar.

O SR. BACELAR (Bloco/PV - BA. Sem revisão do orador.) - Deputado Paulo Folletto, que preside esta sessão, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje celebramos o Dia Internacional para a Preservação da Camada de Ozônio, um dia propício para refletirmos sobre a importância desse escudo invisível que protege a vida humana.

Sem sombra de dúvida, esse cobertor protege a Terra e os seres humanos na área da saúde, evitando câncer de pele, catarata e ataques ao sistema imunológico, esse cobertor protege os ecossistemas, ao proteger a vida dos animais e das plantas, e é também um potente instrumento de combate ao aquecimento global.

No início da década de 80 do século passado, a ciência avisou ao mundo o esgotamento da camada de ozônio. Tivemos ali talvez um dos momentos históricos mais importantes da humanidade no sentido da solidariedade, no sentido do agir coletivo. Estados, empresas e sociedade civil se uniram para combater e eliminar os gases CFC, que estavam levando a camada de ozônio ao esgotamento. Passados quase 40 anos da assinatura do Tratado de Montreal, o mundo pode celebrar a recuperação da camada de ozônio.

Isso mostra que, quando age coletivamente, o ser humano é capaz de corrigir os seus erros e de garantir um futuro melhor para a Terra e para todos os seres humanos.

O Brasil, com a sua grande extensão, com a sua rica e diversa biodiversidade, mais do que outro país, entrou nessa luta e, mais do que outro país, sabe da importância da camada de ozônio para a sua agricultura, para a saúde dos brasileiros e para as nossas florestas e oceanos.

Fica registrado aqui hoje, nesta data, Sr. Presidente, um aviso e um clamor à humanidade, para que continue atuando para a construção de um ambiente melhor, de um ambiente com qualidade. Cuidar da Terra é cuidar de nós, e isso é uma missão que transcende todas as pautas.

Que na COP 30 o Brasil dê exemplos e contribua, como contribuiu para a recuperação da camada de ozônio, para o combate ao aquecimento global.

Obrigado, Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Bacelar, o Sr. Paulo Folletto, 2º Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Charles Fernandes, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, Deputado Bacelar. Parabéns pelo pronunciamento, sempre preocupado com o nosso meio ambiente! Acompanho a sua preocupação em muitas falas na Câmara dos Deputados.

Tem a palavra o Deputado Junio Amaral. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Merlong Solano. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Coronel Fernanda. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Delegado Matheus Laiola. *(Pausa.)*

Tem a palavra a Deputada Alice Portugal. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Rodolfo Nogueira. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tivemos um dia histórico na semana passada. O golpe de Estado, a impunidade e a tutela militar foram derrotados! Nós chegamos esta semana a falar: *"Finalmente, com Bolsonaro e seus sequazes presos, vamos votar pautas que interessam ao povo brasileiro, como o Imposto de Renda, que beneficia 17 milhões de pessoas, como a MP 1.300, que beneficia 60 milhões de cidadãos, como o desconto na conta de luz, como a PEC da Segurança Pública, que interliga e combate o crime organizado"*. Não! O golpismo continuado continua. Hoje está na pauta uma tal de PEC da Blindagem, ou seja, vergonha e escárnio!

Oitenta por cento da população é contrária a que Parlamentares criminosos, que estejam envolvidos em corrupção, em maracutaia com emendas, assassinatos, pedofilia, golpe de Estado, produção de *fake news*, livres-se. Sabem qual é o conteúdo dessa proposta? Simplesmente a seguinte: a Câmara dos Deputados é que vai decidir se vai abrir processo, não mais a Justiça, quando vai abrir e mais: quem vai julgar. Pode ser a primeira instância, pode ser o Tribunal de Justiça, pode ser o Superior Tribunal de Justiça, pode ser o Supremo Tribunal Federal 7 anos depois, quando se recorrer. Isso é um escárnio, é uma maracutaia da extrema direita com o Centrão, é uma negociação de chantagem para não ser votado o projeto sobre o Imposto de Renda e a Medida Provisória nº 1.300.

Eles querem amanhã pautar a proposta da anistia, mas 53% do povo é contra, só 38% é a favor. Mesmo com toda essa campanha, ainda não impactou o que foi a condenação geral da semana passada. O que eles estão fazendo? Uma grande maracutaia para se protegerem, para criarem um semipresidencialismo no nosso País e dizerem que o órgão supremo da democracia brasileira é o Parlamento. *"Vamos afrontar o Supremo, e o Executivo chantageia com emendas."* É isso o que eles estão fazendo aqui. O PSOL vai fazer oposição frontal a isso.

E mais: a anistia já subiu no telhado, e eles sabem. Nem Tarcísio nem o Centrão querem a anistia geral, mas eles persistem fazendo de conta e ganhando a maracutaia, inclusive para perdoar Eduardo Bolsonaro, que, no acordo, pode virar sabem o quê? Líder da Minoria nesta Casa. É incrível a cara de pau deles!

O que eu quero dizer é o seguinte: hoje, Hugo Motta e Arthur Lira, estão por trás de toda essa questão.

Tenham vergonha de humilhar o Congresso brasileiro! A anistia já era! Bolsonaro vai ser preso, e não vai ter continuidade o golpe neste País...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Conclua, Deputado, por favor.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP) - Nós estamos aqui para dizer o seguinte: a pauta que é do povo é a de livrar do Imposto de Renda quem recebe de cinco salários mínimos até 7 mil e 300 reais. A pauta que é do povo é a de baixar a conta de luz. A pauta que é do povo é a do combate à criminalidade.

Eles defendem a criação de um caos econômico e político. Não passarão! E vão ser chamados de criminosos pelo povo lá fora!

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra para falar por 1 minuto o Deputado Delegado Marcelo Freitas.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (Bloco/UNIÃO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, quem rouba, quem desvia dinheiro público merece a morte, a força mais alta, no local mais visível, no ponto mais visível, mas não podemos aceitar a posição adotada, especialmente, pelo atual Governo Federal, de criminalizar as emendas parlamentares.

Por esse motivo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é urgente que nós incluamos no Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias um cronograma de pagamento de emendas parlamentares. O Congresso Nacional não pode aceitar o desrespeito com que têm sido tratados os Deputados e Senadores, ou seja, a criminalização das emendas parlamentares, esse importante instrumento de atuação por meio de políticas públicas na ponta. Exigimos um cronograma de pagamento de emendas parlamentares.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputado.

V.Exa. tem a palavra por 1 minuto, Deputado Aluisio Mendes.

O SR. ALUISIO MENDES (Bloco/REPUBLICANOS - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Deputado Charles Fernandes.

Registro o início, hoje, dos trabalhos da Comissão que discute a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, a PEC da Segurança Pública, Comissão que presido.

Eu quero registrar a grande responsabilidade que o Congresso Nacional tem hoje. O Deputado Delegado Palumbo, que está ali, sabe dessa responsabilidade. Nós vivemos em um dos países mais violentos do mundo, e a sociedade espera de nós, com a PEC da Segurança Pública, um trabalho competente e responsável. Independentemente de viés ideológico e partidário, é muito importante que nós saibamos da grande responsabilidade dessa Comissão, que precisa entregar à sociedade brasileira aquilo por que ela tanto anseia, que é mais segurança pública num dos países mais violentos do mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputado.

Tem a palavra agora o Deputado Sanderson. Em seguida, falará o Deputado Delegado Palumbo.

O SR. SANDERSON (Bloco/PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós assistimos na semana passada à maior pantomima dos últimos 100 anos no Brasil, a uma farsa disfarçada de processo, da qual, ao final, dois Ministros, dois juízes da Suprema Corte saíram rindo. Eu nunca vi um juiz, depois de definir uma sentença condenatória, sair rindo, comemorando. Um agente do Ministério Público, que é um órgão acusador, eu até já vi comemorar. Agora, um juiz, um magistrado comemorar a condenação a 27 anos do ex-Presidente Jair Bolsonaro, sem uma prova...? Não há — e eu acompanhei todo o processo —, não há uma única prova material, concreta, objetiva, a apontar qualquer ilicitude por parte de Bolsonaro ou de qualquer um dos outros sete réus. Mesmo assim, o Ministro Flávio Dino e o Ministro Alexandre de Moraes saíram do recinto comemorando, rindo. Em boa parte do julgamento, aliás, a que eu assisti, eles fizeram graça, fizeram piadas, deram risada.

Aquilo ali era algo de que se dá risada, era um circo, um teatro, um escárnio disfarçado de processo. E é por isso, por ser um escárnio, que nós aqui na Câmara dos Deputados vamos tratar, deliberar, discutir e, se Deus quiser, aprovar a anistia ampla, geral e irrestrita, porque nós aqui no Parlamento brasileiro não podemos aceitar aquela farsa realizada lá no STF.

Foi um processo que, desde o início, contou com uma série de ilegalidades. Primeiro, o próprio Ministro Luiz Fux, no seu voto lapidar, inclusive, deixou isto muito claro: a Suprema Corte não é o juízo natural para julgar pessoas que não têm foro privilegiado. Segundo, Alexandre de Moraes, por ser desafeto, inimigo — e todos sabem — de Jair Bolsonaro, é impedido. O nome de Alexandre de Moraes aparece em várias situações dentro do processo, e o art. 252 do Código de Processo Penal diz que quem é parte não pode julgar.

Foi um *show* de horrores ao que nós assistimos na semana passada! Sem direito a recurso, um julgamento feito a toque de caixa, em primeiro e último grau.

É exatamente por isso que nós do Congresso brasileiro, do Parlamento — que tem, sim, a soberania do voto, com os representantes legais da população brasileira —, vamos, ainda esta semana, tratar de aprovar a urgência para a anistia e, no momento oportuno, aprovar a anistia ampla, geral e irrestrita.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputado.

Tem a palavra o Deputado João Daniel. Em seguida, usará da palavra o Deputado Delegado Palumbo.

O SR. JOÃO DANIEL (Bloco/PT - SE. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria registrar que a semana passada foi muito importante para o Brasil. O povo brasileiro acompanhou um julgamento histórico. Foi a primeira vez na história da nossa República que gente poderosa, ex-Presidente da República, generais, aqueles que governaram o País por 4 anos, cometendo maldades e crimes contra o povo brasileiro, contra a soberania nacional, contra a saúde pública, vão a julgamento e com amplo direito de defesa.

O colega que me antecedeu talvez tenha esquecido que grande parte dos crimes cometidos era público e foi filmado pelos próprios autores, isso sem falar da delação do principal quadro, o ex-ajudante de ordens Mauro Cid, e dos fartos documentos apreendidos, entre eles, a minuta do golpe.

Portanto, nós temos que parabenizar a firmeza com que o Judiciário tratou o processo, com amplo direito de defesa, mas é preciso que haja realmente uma punição exemplar e que o Congresso Nacional possa debater temas importantes para o povo brasileiro.

Aqui não podemos debater anistia. E ela está pautada para esta semana, diante da pressão do Bolsonaro e de seus aliados, que, sabendo que cometeram crimes e serão condenados e presos, querem aprovar a anistia aqui neste plenário.

Não queremos retrocesso! Queremos aprovar projetos importantes, a exemplo da isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e tantos outros projetos fundamentais para o povo brasileiro, para a soberania nacional.

É o Brasil cada vez mais forte, mais firme, mais soberano e com mais justiça.

Presidente, solicito que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputado.

Tem a palavra agora o Deputado Delegado Palumbo. Em seguida, ouviremos o Deputado Dimas Gadelha, o Deputado Dr. Zacharias Calil, o Deputado Waldenor Pereira e o Deputado Flávio Nogueira.

O SR. DELEGADO PALUMBO (Bloco/MDB - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última noite, o Dr. Ruy Ferraz Fontes foi assassinado em São Paulo. O sangue dele e de milhares de vítimas também está aqui nesta Casa, quando a gente apresenta projetos, por exemplo, para acabar com a progressão de regime somente em caso de crimes hediondos — essa PEC precisa de 171 assinaturas —, e não há nenhuma assinatura de Deputados do PT e do PSOL. Isso não é coincidência. Afinal, o líder máximo desta Nação, o líder deles, acha normal roubar para tomar uma cervejinha. A outra, uma socióloga do PT, fala que vê lógica no assalto. Então, o sangue dessas pessoas que estão morrendo no farol, em pontos de ônibus também está aqui nesta Casa, porque eles defendem bandidos.

Peço que me expliquem por que eles não assinaram a PEC que acaba com a progressão de regime em caso de crimes hediondos. Pegou 40 anos, em caso de feminicídio, fica preso 40 anos. Por que não vemos assinaturas do PT e do PSOL? Isso não é pauta da Direita ou da Esquerda, isso é pauta da população.

Todos esses bandidos que mataram o Dr. Ruy devem ter passagens criminais, e eu não tenho dúvida disso.

O sangue também está nas mãos do Judiciário, quando a gente vê um juiz — casado com a socióloga que vê lógica no assalto — soltar um ladrão que foi preso 86 vezes. Quer dizer, o Estado deu 86 chances para esse ladrão voltar para as ruas. Quando uma juíza, por exemplo, serve cafezinho na audiência de custódia, dá risada para o ladrão, para o assassino, e fala "*o que eu faço com você? Me ajuda a te ajudar*", ela dá um tapa na cara da sociedade. É uma vergonha, é um esculacho. O povo está morrendo.

Eu tenho um projeto de lei para garantir a segurança dessas autoridades que combatem o crime. O Dr. Lincoln Gakiya, promotor, quando se aposentar, ficará sem escolta. O Dr. Ruy, que combateu o PCC durante décadas, morreu sem escolta. Isso é absurdo, isso é desumano!

Eu lembro, quando era Vereador, que enfiei o dedo na ferida, na máfia dos transportes. Eu pedi uma CPI, e a minha família foi ameaçada, a minha mulher foi ameaçada, os meus filhos foram ameaçados. Eu pedi escolta. E o Estado, através de um delegado que nunca prendeu nem o dedo na porta da primeira seccional, falou que não era preciso. Até hoje eu me viro com os meus assessores policiais, eu me viro com a minha família, porque o Estado corrobora com isso também, a partir do momento em que deixa uma autoridade que combate o crime organizado a ver navios.

Então, o sangue está na mão desta Casa, de juízes, de políticos e do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputado.

Tem a palavra o Deputado Dimas Gadelha. Em seguida, ouviremos o Deputado Paulo Folletto, o Deputado Dr. Zacharias Calil, o Deputado Waldenor Pereira e o Deputado Flávio Nogueira.

O SR. DIMAS GADELHA (Bloco/PT - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Deputados, eu subo a esta tribuna hoje para informar que dei entrada a um projeto de lei nesta Casa.

O Projeto de Lei de nº 4.584, de 2025, institui o Dia Nacional da Soberania e da Democracia Brasileira. O 11 de setembro, sem sombra de dúvida nenhuma, vai ficar na memória e na história dos brasileiros, principalmente por três motivos: primeiro, porque transformou uma data que poderia ter sido uma ameaça à democracia brasileira em uma data que vai significar a resistência e a fortaleza da democracia brasileira; segundo, por eternizar uma data que, sem sombra de dúvida, manda um recado do Brasil, da jovem democracia brasileira, em alto e bom tom, para todo o mundo de que aqui no Brasil ninguém está acima da democracia; e, terceiro, porque deixa o exemplo para essa geração e para as gerações futuras de que ninguém jamais atente contra a democracia brasileira.

O dia 11 de setembro, Sr. Presidente, é uma data em que a democracia brasileira mostra resistência. Foram várias as tentativas de desestabilizá-la. Primeiro, como foi na última eleição, ao desacreditarem o sistema eleitoral brasileiro, com o qual elegemos os representantes do povo nesta Casa por mais de 30 anos. Segundo, ao tentarem desestabilizar a nossa democracia provocando desordem com vários atos, como a tentativa de explosão de bomba no aeroporto, como o 8 de Janeiro. Terceiro, ao promoverem ataques constantes às instituições democráticas brasileiras. E, por último, Sr. Presidente, ao ameaçarem a soberania brasileira, buscando parceria fora do Brasil para desestabilizar as nossas instituições.

O objetivo principal do nosso projeto de lei é transformar o dia 11 de setembro em uma data importante para o Brasil e colocá-la na memória do brasileiro no mesmo patamar em que hoje se encontram o 7 de Setembro e o 15 de Novembro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Tem a palavra o Deputado Paulo Folletto.

O SR. PAULO FOLLETTTO (PSB - ES. Sem revisão do orador.) - Deputado Charles Fernandes, Deputados neste plenário, quero fazer uma fala para o Governo. Sou da base do Governo e acho que tenho mais voto nas matérias de Governo do que o próprio PT. Agora, há coisas que a gente fica sem discurso para defender e fica pressionado, principalmente, quando os processos eleitorais estão se aproximando. Eu estou falando da fraude do INSS. É a segunda vez que um Ministro é forçado a sair do Governo.

Quem sobe, Deputado Dr. Zacharias Calil? O segundo nome no Governo, que estava participando das reuniões e que, como foi dito e registrado em ata, pela Controladoria-Geral da União, tinha esquema contra aposentados. É claramente um sistema em que há um conluio com quem está no Ministério. É claro que ali havia uma sociedade para desviar dinheiro.

Eu volto a dizer: quem está falando aqui é quem vota com o Governo. E a atitude que o Governo toma — e aí me dirijo ao Presidente Lula — é ir ao caixa do Governo, ao caixa desta Nação e indenizar quem foi roubado. Não prenderam ninguém. Não pegaram nada de ninguém de volta. Agora há uma CPI.

Eu cheguei aqui em 2010 e fui fazer parte da CPI da Petrobras. Aquilo ali é um circo. Todo mundo fica falando e se agredindo, mas saem dali, vão lá para trás, ficam tomando cafezinho, abraçando-se e até combinando fala.

Deputado Calil, nunca mais eu aceitei entrar em CPI. Nunca mais eu aceitei. A CPI da Petrobras foi uma vergonha para a Nação brasileira. Quem dera, mas não vai acontecer, a CPI do INSS caminhasse no sentido contrário.

É uma pena, Deputado Charles Fernandes, que está presidindo a sessão, que essa CPI não vai caminhar no sentido contrário.

O meu assessor me entregou algo agora. Não basta fazer bloqueios de bens, fazer uma CPI. Foram ressarcidos 2,2 milhões de segurados com um monte de dinheiro. Foram ao caixa desta Nação, pegaram o dinheiro e devolveram para quem foi roubado. E quem roubou está feliz e alegre, batendo asa e curtindo o dinheiro, provavelmente, em paraíso fiscal, no Caribe.

Então, gente, o processo eleitoral está chegando. Não basta devolver o dinheiro com o dinheiro que está no caixa da Governo. Há uma explicação. Não dá para deixar o segundo homem do Ministério, que estava lá, que sabia de tudo, porque há ata assinada, em que há denúncia da Controladoria-Geral da União avisando, e deixar do mesmo jeito.

Aí, falta discurso de rua, falta defesa do Governo, porque as ações são mínimas, e a população não aceita mais isso. É por isso que o Governo vem apresentando dificuldade nas ruas. Nós temos que ter ação concreta: doa a quem doer, prendam quem roubou, e não enganem a população brasileira, pegando dinheiro do cidadão, da Nação, para pagar indenizações, enquanto quem roubou fica com o dinheiro no caixa, feliz e alegre. Esse é um alerta que eu faço.

Vocês da comunicação do Governo que veem isso façam esse alerta ao Presidente Lula.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputado Paulo Folletto.

Tem agora a palavra o Deputado Waldenor Pereira. Em seguida, terão a palavra os Deputados Dr. Zacharias Calil, Flávio Nogueira e Rafael Fera. Depois desses oradores, passaremos para os pronunciamentos de 15 minutos.

Tem a palavra o Deputado Waldenor Pereira.

O SR. WALDENOR PEREIRA (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, todos que nos acompanham pela TV Câmara, o julgamento do ex-Presidente genocida negacionista inominável e seus asseclas foi destaque na capa dos principais jornais e revistas do mundo.

Por exemplo, o jornal *The New York Times* disse que a condenação é um marco para a maior nação da América Latina e destaca que o Brasil dá exemplo de democracia aos Estados Unidos.

A prestigiada revista inglesa *The Economist* diz que a condenação representa um fato histórico para a democracia do mundo.

O jornal americano *The Wall Street Journal* destacou que a condenação do ex-Presidente, pela Justiça brasileira, desafia os esforços do Presidente Trump para sabotar um caso que eletrizou o maior país da América Latina e colocou o Brasil no centro da guerra comercial com o governo americano.

O jornal *The Guardian* disse que o veredito é histórico: é a primeira vez que um ex-Presidente brasileiro é considerado culpado de tentar derrubar a democracia do País, o que parece ter acabado com suas esperanças de voltar à Presidência da maior democracia da América do Sul.

O espanhol *El País* foi contundente ao afirmar que a condenação do ex-Presidente representa um passo importante contra a impunidade, no julgamento mais significativo politicamente do País nos últimos anos.

Também destacaram matérias assim o jornal *Le Monde*, da França, o *Todo Noticias*, da Argentina, e o periódico *Clarín*, também da Argentina.

Todas essas publicações, Sr. Presidente e todos que nos acompanham pela TV Câmara, ressaltaram e enalteceram o fortalecimento da democracia brasileira.

Eu aproveito esta oportunidade para parabenizar o Supremo Tribunal Federal, que realizou um processo justo, com o maior rigor no cumprimento do processo legal, permitindo, inclusive, a apresentação e a constituição de provas e a ampla defesa dos denunciados.

Repito, em alto e bom som, Sr. Presidente: sem anistia! Ditadura nunca mais!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputado.

Deputado Lucio Mosquini, V.Exa. tem a palavra, por 1 minuto.

O SR. LUCIO MOSQUINI (Bloco/MDB - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero chamar a atenção, de forma muito séria, dos nossos colegas Parlamentares para o que vamos votar hoje aqui: o fim do setor de placas solares no nosso País. Será realmente o fim.

Hoje, para quem tem uma placa solar e gera em torno de 1 real, digamos, aproveita-se cerca de 80 centavos. De acordo com essa medida provisória que vamos votar hoje, Deputado Dr. Zacharias Calil, nós iremos aproveitar perto de 17 centavos. Milhares e milhares de brasileiros já têm placa solar instalada, uma energia limpa, uma energia boa.

Para que fazer isso com o consumidor? Para que fazer isso, Deputado José Medeiros, com um setor que cresce todos os dias no Brasil?

Precisamos aprovar o Destaque nº 7 do PL, para evitar o fim do setor de placas solares no Brasil.

Obrigado, Presidente, por ter me concedido esse tempo.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Tem a palavra o Deputado José Medeiros, por 1 minuto. Em seguida, falará o Deputado Dr. Zacharias Calil, que já está na tribuna.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputado Charles Fernandes, o que o Deputado Lucio Mosquini nos trouxe aqui é de uma gravidade imensurável. A gente está tendo o disparate de ver argumentos da imprensa, que diz o seguinte: "*Olha, temos que diminuir porque está havendo excesso de energia, e isso está impactando o sistema elétrico brasileiro*".

Que conversa é essa? Esse povo vive batendo lata por energia limpa e aí vem dizer que está tendo excesso e, por isso ou aquilo, tem que mudar? A gente não pode aceitar isso. Vivem dizendo que defendem os mais pobres. Ora, os mais pobres serão beneficiados com isso.

Agora essa MP vai arrebentar com tudo. Acaba, joga por terra. Então, não é pelo meio ambiente, não é por energia limpa, são os interesses maiores das distribuidoras que se fazem valer aqui nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputado.

Está na tribuna o Deputado Dr. Zacharias Calil. Em seguida, darei 1 minuto ao Deputado Flávio Nogueira e ao Deputado Rafael Fera.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (Bloco/UNIÃO - GO. Sem revisão do orador.) - Presidente, é um prazer vê-lo presidindo mais uma vez a Mesa.

Eu venho aqui manifestar meu profundo repúdio à postura adotada pelo médico Ricardo Barbosa, que, em recente publicação nas redes sociais, celebrou o assassinato do ativista Charlie Kirk, com palavras que incitam a violência e afrontam os princípios mais elementares da ética médica e da dignidade humana.

A medicina é, por excelência, uma profissão voltada à preservação da vida, ao cuidado com o outro e ao respeito incondicional à integridade física e moral de todos os indivíduos. Quando um médico, alguém que jurou proteger vidas, exalta publicamente um ato de homicídio, ele não apenas trai esse juramento, mas também compromete a confiança da sociedade na classe médica como um todo.

A liberdade de expressão é um direito constitucional, mas ela não é absoluta. Ela não pode ser usada como escudo para discursos que promovam o ódio, a violência e a desumanização.

O Código de Ética Médica é claro ao vedar qualquer conduta que atente contra os direitos humanos ou que utilize meios de comunicação para incitar o medo ou o preconceito.

A postura do médico Ricardo Barbosa não é apenas inadmissível, ela é perigosa. Ela normaliza o discurso violento, desvirtua o papel do médico na sociedade e fere profundamente os valores que sustentam uma convivência civilizada.

Por isso, eu apoio integralmente as medidas tomadas pelas instituições competentes, como o desligamento do profissional da clínica onde ele atuava, a abertura de sindicância do Conselho Regional de Medicina e o cancelamento do seu visto internacional.

Que este episódio sirva de alerta! Não há espaço para a banalização da violência, especialmente quando ela parte de quem deveria ser guardião da vida.

Que a medicina continue sendo, acima de tudo, um exercício de humanidade!

Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado por todas as redes desta Câmara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputado. Será atendido o pedido de V.Exa.

Concedo 1 minuto ao Deputado Allan Garcês.

O SR. ALLAN GARCÊS (Bloco/PP - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, muito obrigado pelo tempo.

Eu queria registrar aqui a presença do Pastor Esdras Cabral, que veio de Pernambuco. Ele é um escritor renomado da CPAD — Casa Publicadora das Assembleias de Deus.

Pastor, acompanhe nosso trabalho e seja sempre bem-vindo a esta Casa do Povo. Esta Casa é sua também.

Eu gostaria de me associar ao repúdio que o Deputado Dr. Zacharias Calil acabou de manifestar na tribuna. Médico que é médico não celebra a morte. Isso independe da ideologia que pratica, se é de esquerda ou de direita.

Nós médicos — falo com propriedade por ser médico — fizemos o juramento de Hipócrates, e não um juramento de hipócritas, porque o que esse médico falou é uma hipocrisia. Nós repudiamos esse tipo de atitude. Ele não representa a classe médica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputado.

Tem a palavra o Deputado Flávio Nogueira; em seguida, o Deputado Rafael Fera.

O SR. FLÁVIO NOGUEIRA (Bloco/PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nunca é muito falar sobre a saída do Brasil do Mapa da Fome, graças ao compromisso do Presidente Lula com o setor da sociedade que vivia à margem de uma alimentação sadia, que poderia muito bem fazer com que aumentássemos também a força produtiva deste País.

Mas isso também sabemos que é graças ao trabalho do Ministro Wellington Dias, do meu Piauí, que conheço muito bem. Ele, como Governador do Estado do Piauí, fez com que nós, lá no Piauí, tivéssemos um melhoramento gigante do IDH, que é uma medida que a ONU faz para a avaliação da educação, da saúde e da renda *per capita*.

Então, o Wellington Dias, no MDS, está fazendo um trabalho sensacional, reconhecido pelo mundo inteiro. Ele tem dado palestras em todos os continentes, mostrando a metodologia que praticou no nosso Brasil para tirar o pobre desse mapa cruciante, desonesto socialmente para os pobres do nosso Brasil.

Não se está dizendo aqui que a pobreza acabou. Às vezes, utilizam-se disso para fazer um discurso não educativo, um discurso provocador. Mas o que diz o Ministério do Desenvolvimento Social é que no Brasil não temos mais miseráveis. Tiramos o Brasil dessa faixa de miseráveis. Podemos ter pobres, sim, porque em toda sociedade existem os ricos, existem os remediados e existem também os pobres. É isso que é a economia de todos os países do mundo.

Portanto, nós aqui parabenizamos o nosso Ministro, que nos orgulha por ser do nosso Estado do Piauí, por ter feito com que pudéssemos tirar o Brasil do Mapa da Fome.

Sr. Presidente, peço que este meu discurso seja publicado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Muito obrigado, nobre Deputado. Será atendido o pedido de V.Exa.

Concedo 1 minuto ao Deputado General Girão; em seguida, ao Deputado Rafael Fera.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PL - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, por incrível que pareça, eu preciso fazer um elogio à Governadora do Rio Grande do Norte.

Governadora Fátima Bezerra, V.Exa. está de parabéns pela recuperação da RN-288, que liga Caicó à cidade de Jardim de Piranhas. Nós precisamos dar atenção ao povo, não somente o que mora ali, que trabalha ali, mas também o que circula pela região. A RN foi plenamente recuperada. Há alguns trechos muito arriscados, muito perigosos, a gente precisa que essa sinalização seja mantida. Inclusive, a RN tem um nome em homenagem a um dos amigos nossos que já está na morada eterna, Willy Saldanha, parente de minha esposa. Com certeza absoluta, eu tenho o prazer de fazer essa referência.

Agora, por favor, Governadora, vamos melhorar e vamos terminar a Reta Tabajara. O DNIT esqueceu o Rio Grande do Norte, e V.Exa. tem que cobrar isso do PT.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, Deputado.

O Deputado Rafael Fera vai falar agora, porque tem que sair para uma audiência às 16 horas.

Os Deputados estão aqui pedindo 1 minuto. Peço a V.Exas. só um minutinho para que o Deputado possa falar e sair para a sua audiência.

O SR. RAFAEL FERA (Bloco/PODE - RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é uma covardia muito grande a maneira com que o Governo Federal, o Estado trata os nossos garimpeiros, os nossos pais de família, trabalhadores, como tratou ontem numa ação em Humaitá, região do Amazonas, no Rio Madeira. Às vezes, fica a pergunta: "*É de interesse de quem? É de interesse de quem que o nosso País não possa extrair as nossas riquezas? É de interesse das ONGs?*" O Governo Federal vende o nosso País na cara dura para os estrangeiros. É isso que está acontecendo. Por que o Governo Federal e o Estado não focam em colocar os traficantes que prejudicam a sociedade na cadeia? Por que o Governo Federal e o Estado não focam em políticos corruptos que era para estarem atrás das grades? Por que o Governo Federal não foca nisso?

O Governo Federal quer focar em quê? No pai de família, no trabalhador, no garimpeiro, que quer trabalhar legalmente. No nosso País, a desburocratização é muito difícil. Eles não querem a riqueza do nosso País, eles não querem que o nosso País vire uma potência mundial. É a mando de quem? É a mando de qual país? É a mando de qual ONG?

Sr. Presidente, queria deixar aqui o meu posicionamento e dizer que o Conselho da Procuradoria-Geral do Ministério Público do Estado de Rondônia não pode deixar virar jurisprudência o caso que aconteceu na obra da rodoviária do Município de Ariquemes. Quando eu fui Vereador, eu denunciei aquela corrupção, aquele crime de pagamentos indevidos. Foram três pagamentos indevidos. A auditoria da Prefeitura do Município de Ariquemes afirma que foram pagos mais de 800 mil reais sem a devida comprovação da obra. Ninguém está preso, ninguém está preso!

Eu denunciei ao Ministério Público no meu Município de Ariquemes. Arquivaram. Recorri. Está lá no Conselho da Procuradoria-Geral do meu Estado de Rondônia. O Procurador Relator quis arquivar. Eu fui lá, falei da tribuna da Procuradoria-Geral. Um Procurador pediu vista.

Eu quero dizer que vocês fiquem atentos. Não deixem isso virar jurisprudência, porque, daqui a pouquinho, as Prefeituras do Estado de Rondônia vão estar pagando por uma obra que não aconteceu. Isso é um crime, está na mão do Ministério Público do Estado de Rondônia, e eu tenho certeza de que eles vão analisar muito atentamente.

No mais, muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, nobre Deputado.

Tem a palavra por 1 minuto o Deputado Prof. Reginaldo Veras.

O SR. PROF. REGINALDO VERAS (Bloco/PV - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, obrigado.

Meu antecessor na tribuna acabou de parabenizar o Brasil por ter saído do Mapa da Fome, mas os institutos federais ainda estão no Mapa da Fome. Sr. Presidente, é inadmissível que nossos estudantes dos institutos federais não tenham acesso à alimentação escolar. A gente tem que corrigir essa lacuna, e precisamos do apoio do Congresso Nacional e do Presidente Lula. Não adianta construir institutos federais, não adianta construir os refeitórios se não existe previsão orçamentária para a alimentação escolar. Um bilhão de reais é o que é necessário para que a gente ofereça alimentação diária, regular e saudável para os nossos estudantes dos institutos federais. É IF sem fome! Com fome, Presidente, ninguém aprende. E o Congresso Nacional tem que assumir o compromisso de garantir orçamento agora para 2026, para que os nossos estudantes tenham alimentação escolar digna e saudável.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Enquanto o Deputado Gustavo Gayer se dirige à tribuna, tem a palavra por 1 minuto o Deputado Waldenor Pereira, do PT do Estado da Bahia.

O SR. WALDENOR PEREIRA (Bloco/PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. Como resultado direto das políticas públicas de geração de emprego e renda adotadas pelo Governo do Presidente Lula, o desemprego caiu para 5,6%, a menor taxa desde o ano de 2012, Sr. Presidente. No trimestre, a população desocupada caiu para 6,1 milhões, o menor contingente desde o último trimestre de 2013, quando alcançou 6,1 milhões. Já a população ocupada, ou seja, o total de trabalhadores empregados no País, bateu um novo recorde, chegando a 102,4 milhões de pessoas. O nível de ocupação, o percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar manteve o percentual recorde de 58,8%. É o efeito Lula: mais trabalho, mais dignidade, e é o Brasil que volta a crescer.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Muito obrigado, nobre Deputado Waldenor Pereira.

Tem a palavra o Deputado Gustavo Gayer. Em seguida, o Deputado Pedro Campos, do PSB do Estado de Pernambuco, usará a palavra por 15 minutos.

O SR. GUSTAVO GAYER (Bloco/PL - GO. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Nesta fala de hoje, eu pensei com bastante cuidado em como descrever o momento que a gente está vivendo no Brasil, até porque hoje, do jeito que as coisas estão indo, se eu descrever a verdade exatamente como ela é, corro o risco de, no caminho para casa, mais um conservador, um direitista morrer com uma bala na cara.

Nós estamos vivendo um dos momentos mais sombrios da história não só do nosso País, mas da humanidade, em que pessoas se tornam alvos de psicopatas radicalizados pela ideologia esquerdista, em que eles acham que matar um pai de família, um cristão conservador, é justificável.

O que aconteceu com o Charlie Kirk, Presidente, mexeu com o mundo inteiro. Eles acreditaram que matando uma pessoa que defende a palavra de Deus, ou que defende o seu posicionamento, eles calariam parte da população. O que eles não sabiam é que, ao assassinar o Charlie Kirk, nós temos hoje milhões de pessoas dispostas a entrar no ringue dessa luta e defender os valores e os nossos princípios.

Mas mais triste do que o assassinato do Charlie Kirk foi ver a quantidade, a quantidade absurda, impressionante, de pessoas da Esquerda celebrando o sangue inocente derramado. Vimos até pessoas que compartilham o nosso plenário, muitas vezes sentadas ali do outro lado, do lado esquerdo deste plenário, rindo, zombando, celebrando, porque um pai de família foi assassinado na frente da sua mãe e da sua filha.

Eu não sei, sinceramente, Presidente, o caminho em que a humanidade está indo, mas eu garanto para vocês e todos os que estão aqui que este não é o caminho certo. Afinal de contas, a política foi criada para que não houvesse guerra; em vez de guerra, houvesse debate. O homem que se colocou para debater com a Esquerda foi assassinado por ela. Depois a Esquerda não só entrou em um frenesi de celebração, mas também começou a planejar já os próximos assassinatos.

Nikolas Ferreira, eu, Julia Zanatta, Eduardo Bolsonaro, Lucas Pavanato e vários outros nomes da Direita brasileira agora se tornaram alvos dessas pessoas que foram doutrinadas em salas de aulas da faculdade, mas também foram alimentadas por uma imprensa militante que virou uma fábrica de psicopatas. E eles alcançam todos os nichos da sociedade: há médicos desejando a morte de outras pessoas, psicólogos... O professor, então, de forma curiosa, é o profissional que mais aderiu a essa onda de psicopatia.

Então, Presidente, eu venho aqui hoje pedir, encarecidamente: Esquerda, pare de matar! Uma frase que está subindo nas redes sociais todos os dias é "a Esquerda mata". E agora eu fico preocupado se nós teremos que colocar uma barreira, um vidro a prova de balas, para nos proteger dos colegas do outro lado, porque a situação chegou a este nível absurdo.

Saibam de uma coisa: com a morte do Charlie Kirk, no dia seguinte, as igrejas amanheceram lotadas, lotadas inclusive de pessoas que nunca tinham ido à igreja na vida, lotadas com pessoas que nem sequer acreditavam em Deus, pessoas que antes estavam em silêncio, acreditando que era apenas uma disputa política, e agora entendem que é, sim, uma disputa do bem contra o mal, é uma disputa da luz contra as trevas, e estão se posicionando, estão querendo falar.

Eles não fazem ideia do que fizeram. Esse pessoal, esses psicopatas da Esquerda acordaram milhões e milhões e milhões de pessoas. Eu só peço que todas as vezes que eles derramarem o sangue de um de nós, mais milhares possam se erguer e defender o que nós defendemos.

Um abraço. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Muito obrigado, nobre Deputado Gustavo Gayer, pelo pronunciamento de V.Exa.

Tem a palavra, por 15 minutos, o Deputado Pedro Campos, do PSB do Estado de Pernambuco.

O SR. PEDRO CAMPOS (PSB - PE. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, colegas Deputados.

Hoje eu tenho a oportunidade de fazer o meu primeiro pronunciamento no Grande Expediente desta Casa.

Eu pensei muito no que iria falar aqui no dia de hoje, neste momento desafiador que o nosso País enfrenta, das disputas internas, dos debates internacionais, de todo o debate que é trazido sobre a soberania, sobre o direito do povo brasileiro de determinar o seu futuro e para onde deseja ir. E eu decidi. Queria começar falando do que me trouxe até aqui, do que garantiu que eu estivesse presente no dia de hoje. E o principal ponto, a principal conquista do povo brasileiro, que garantiu que eu estivesse aqui, em pé, falando hoje nesta tribuna, foi a nossa democracia. Foi o voto soberano de 172.526 pernambucanos e pernambucanas que me colocaram aqui no dia de hoje.

É exatamente a defesa dessa nossa democracia que tem que ser um dos valores principais deste mandato. E quando a gente fala em democracia, a gente fala no poder que emana do povo e que serve ao seu povo.

Foi assim que eu aprendi com o meu bisavô, Miguel Arraes; com o meu pai, Eduardo Campos, e com tantos exemplos da nossa democracia. E foi assim também que o povo brasileiro aprendeu, com as centenas de pessoas que morreram vítimas de uma ditadura que não apenas matou, como torturou e fez desaparecer no nosso País.

A democracia deve existir para garantir a todo o povo brasileiro o direito de ser aquilo que deseja ser, de defender aquilo que deseja defender. E essa democracia tem que acontecer na prática na vida das pessoas. A democracia é incompleta quando o cidadão procura emprego e não encontra, quando vai para a fila do hospital e não tem vaga, quando quer matricular o seu filho numa escola ou numa creche de qualidade e não tem aquela oportunidade. Sempre que isso acontecer, é um sinal de que precisamos fortalecer a nossa democracia, de que precisamos fortalecer o Estado brasileiro. A força do povo precisa voltar para o povo com melhoria na qualidade de vida, com melhoria na prestação dos serviços.

Por isso, a gente tem que defender também um Estado que funcione, em que o servidor público seja valorizado e qualificado para cumprir o seu papel; em que as instituições garantam não só a sua independência, mas também a sua harmonia, que está prevista na Constituição; e que seja eficiente, para melhorar a vida das pessoas. E este Parlamento, esta Casa, tem um papel fundamental nessa missão.

Esta Casa deve ser a voz do povo e deve ecoar a voz do povo, dos quatro cantos do nosso País, de todas as correntes e bandeiras ideológicas que cabem aqui, todas elas representadas neste Parlamento por uma só bandeira. Pode procurar aqui. Apenas a bandeira do Brasil é erguida neste Parlamento, porque a bandeira do Brasil deve representar todos nós. E todos aqueles que querem o bem da nossa Nação, independentemente de corrente ideológica, têm que encontrar aqui um

espaço e uma casa para chamar de sua; não só sua enquanto Deputado, mas sua enquanto povo brasileiro. Infelizmente, nós temos encontrado muitos desafios no Brasil para que isso possa acontecer.

Eu faço um chamado e um apelo à consciência dos colegas Parlamentares. Nós não podemos permitir que esta Casa seja comandada ou pilotada de qualquer outro país que seja, de qualquer outra nação que seja. Aqui deve prevalecer o interesse do povo brasileiro. Aqui deve prevalecer a discussão dos brasileiros e das brasileiras. Não deve ser pautada nenhuma decisão aqui sob pressão de país qualquer que seja.

A gente está vendo aqui a tentativa dos Estados Unidos, através de tarifaço, de sanções a Ministros do Supremo, de várias outras medidas, de impor uma agenda a este Congresso Nacional. Não cabe a nenhuma outra nação que não o próprio Brasil discutir a sua agenda.

Eu fui um dos primeiros Deputados do meu campo político que falei, por exemplo, da possibilidade de um indulto àquelas pessoas que foram presas no 8 de Janeiro, mas falei isso enquanto brasileiro. Os Estados Unidos têm que cuidar da invasão do Capitólio deles. Trump tem o direito de fazer como ele fez a anistia do Capitólio. Mas aqui no Brasil, quem tem que decidir é o povo brasileiro, é o Congresso Nacional. E não é sob pressão de tarifaço, ou de Lei Magnitsky, ou de perda de visto, ou de qualquer coisa do tipo, porque não é possível que a nossa cidadania e a nossa dignidade enquanto povo brasileiro dependam de um visto para ir para os Estados Unidos.

A gente tem que ter a nossa soberania e decidir o que é melhor para o povo brasileiro, e não o que é melhor para as férias de cada Parlamentar, ou de cada juiz, ou de qualquer que aqui seja representado.

Tenho a alegria também de vir aqui no dia de hoje para dizer que nosso mandato tem contribuído com os debates importantes do povo brasileiro, e tem contribuído também para que nós possamos fazer esses debates de maneira pacífica. Sempre foi esta a nossa postura aqui. Eu já tive debates importantes na Comissão de Constituição e Justiça, no Plenário desta Casa, na Comissão de Educação, divergindo de Deputados que são de outras correntes ideológicas, mas ninguém nunca me viu aqui levantar a voz contra um Deputado, botar o dedo no rosto de algum Deputado, querer fazer nenhum tipo de afronta ou de ameaça física a algum Deputado — apesar de, em alguns momentos, a gente já ter sofrido com isso, inclusive aqui nas dependências desta Casa.

Eu acredito que, se nós defendemos a paz na política, se nós defendemos uma política que é feita no diálogo, que é feita na harmonia, os primeiros a dar o exemplo têm que ser nós mesmos. Não tem como a gente subir ao microfone e defender a paz ao mesmo tempo em que bate palmas para o assassinato de quem quer que seja — da Direita, da Esquerda, no Brasil ou fora do Brasil, dentro de uma democracia perfeita ou em um parlamentarismo, em outro regime, em outra questão —, e que a gente, de certa forma, relativize o direito à vida das pessoas, principalmente quando isso acontece dentro de um ambiente democrático.

No Brasil, os Parlamentares têm o direito de subir a esta tribuna e colocar a sua posição, o eleitor vota. Dos últimos 10 anos do nosso País, em 7 anos, a Direita esteve no Governo — durante o Governo Temer e durante o Governo Bolsonaro. Não é possível que, depois que ela perde a primeira eleição, a democracia vá embora. A democracia não é o lugar onde a gente ganha todas as eleições. Democracia é o lugar onde o povo é soberano nas suas decisões, e isso tem que ser respeitado.

Por isso, traz muita preocupação a gente ver uma tentativa de descredibilizar o sistema eleitoral, que é o coração da nossa democracia; uma tentativa de descredibilizar os Poderes constituídos, o nosso Judiciário. Tudo isso acaba contribuindo para a violência na política.

A violência na política tem duas raízes principais. A primeira é a desumanização do outro. Eu posso discordar aqui de todos os Parlamentares, mas eu não posso tirar a humanidade dele porque ele pensa diferente. Quando a gente diminui a humanidade do outro, quando a gente diminui a humanidade daquele que pensa diferente, a gente abre espaço para as pessoas acharem normal a violência cometida contra ele. Se não se trata nem de um ser humano, por que nós vamos ligar para a violência cometida?

Quando eu falo de violência, não é só a física, mas todo tipo de violência que Parlamentares da Esquerda e da Direita sofrem — que deve ser repudiada, como deve ser repudiada na população.

O segundo ponto raiz dessas violências que acontecem é exatamente você tirar a fé das pessoas nas instituições. Se a pessoa não acredita mais na Justiça, se não acredita mais neste Parlamento que faz as leis, se não acredita mais no poder do seu voto, se não acredita em nenhum caminho legal para resolver os seus problemas, o que acontece é o que a gente viu no 8 de Janeiro: as pessoas tentam fazer justiça com as próprias mãos e, na verdade, cometem uma grande injustiça contra aqueles que elegeram o Presidente Lula para ser o Presidente da República.

Quero que fique muito bem registrado quais são as raízes destas violências que acontecem na política. Elas estão na desumanização do outro e elas estão na descredibilização das instituições.

Quando a gente diz à população que não confie na Justiça, que não confie no Parlamento, que não confie no Presidente, que não confie em nenhum meio legal para resolver os seus problemas, que outra solução sobra para as pessoas que estão esperando a sua chance, a sua vez, a sua oportunidade de ter voz e a sua dignidade? Então, que tenhamos muito compromisso com isso, Presidente, para que nós possamos avançar nessa questão.

Eu vou tomar um gole de água para não me faltar a voz, porque ainda tenho mais 5 minutos para falar das ações do meu mandato. *(Pausa.)*

Já que falei muito do Brasil e deste Parlamento, eu queria falar um pouco, humildemente, das ações que tenho conduzido nesta Casa durante este meu mandato.

Eu tive a alegria de ser o Relator da PEC que coloca na Constituição o direito fundamental do acesso à água potável. É impressionante ver que a nossa Constituição tão celebrada, a Constituição Cidadã, não pensou em garantir e não garantiu, na letra dos direitos fundamentais, o direito ao acesso à água potável, um direito que ainda falta muito no nosso Nordeste e falta muito no Norte do País, onde há muita água, mas muitas vezes ela não tem tratamento adequado para que as pessoas possam consumi-la.

Também tive a alegria de ser o Relator do projeto da Tarifa Social de Água e Esgoto. Isso hoje já está na lei, que garante esse direito a milhões de brasileiros, inclusive a 500 mil famílias no Estado de Pernambuco, que passaram a ter uma tarifa social de água com mais de 50% de desconto, a partir da aprovação dessa lei, da qual eu tive a alegria de ser Relator nesta Casa.

Cito também, ainda com relação a esse tema da água, uma preocupação que nós temos com a agenda de concessões que está sendo feita, mas que muitas vezes deixa de lado o interesse da população e olha somente para o desejo de se fazer um leilão, no qual um martelo é batido na B3, são anunciados não sei quantos bilhões de reais em outorga, os recursos vão para os cofres dos Governos Estaduais e, às vezes, para os cofres das Prefeituras, mas isso não resolve o problema central do cidadão: ter água na sua torneira e ter o seu esgoto coletado. Que a gente discuta, sim, a participação privada nos investimentos do saneamento básico, mas com foco no cidadão e na necessidade de a água chegar ao cidadão, e não com foco em encher os cofres de um Governo, qualquer que seja.

Aproveito para falar também da nossa atuação na pauta ambiental. Eu tive a alegria de relatar o projeto de criação do Fundo da Caatinga, que se espelha no Fundo da Amazônia, para fazer captação internacional de recursos, a fim de que possamos recuperar e preservar o Bioma Caatinga tão importante para o Nordeste brasileiro, fonte de biodiversidade, com cerca de mil espécies de animais e 4 mil espécies de plantas, e que pode garantir melhoria da qualidade de vida para os nossos irmãos sertanejos e sertanejas, agrestinos e agrestinas que vivem na sua região de incidência.

E nós temos a expectativa — esse texto já está voltando para o Senado — de que, antes da COP 30, já tenhamos o Fundo da Caatinga aprovado, para que lá em Belém, no coração da Amazônia, possamos sensibilizar aqueles que discutem as mudanças climáticas no mundo a mandarem recursos para o Bioma Caatinga, que, no ano de 2022, foi responsável por quase metade da captura de carbono entre todos os biomas do Brasil.

Gostaria de tratar ainda de uma agenda importante que nós temos pautado aqui: a saúde mental. Eu tive a alegria de receber da Deputada Tabata Amaral a missão de sucedê-la na Frente Parlamentar da Saúde Mental. Um dos projetos prioritários que essa frente decidiu apoiar, junto com todo o seu conselho, foi a proteção das crianças e dos adolescentes no ambiente digital.

Lugar de criança é jogando bola, é na escola, é junto com a sua família, é dormindo à noite, e não passando o dia inteiro na frente da tela de um celular ou numa rede social. Todos os estudos no Brasil e no mundo apontam que o uso excessivo de telas, principalmente impulsionado pelas redes sociais, tem causado aumento de ansiedade e depressão em crianças e adolescentes, e isso se refletirá nos jovens que eles virão a ser no futuro. Portanto, proteger as crianças é proteger a saúde mental da Nação brasileira e do futuro da Nação brasileira. Esse projeto, que foi aprovado aqui por unanimidade, vai, com certeza, ser um passo importante para a proteção das nossas crianças e adolescentes e para a promoção da saúde mental.

Também tive a alegria de impulsionar aqui o projeto da CNH Social. Nós estamos aguardando que vários Estados da Federação, inclusive o meu Estado, Pernambuco, façam a adesão a esse programa. Pernambuco foi pioneiro nessa área, quando criou a CNH Popular, no tempo em que o meu pai, o Governador Eduardo Campos, governava o Estado, e agora está demorando a aderir à CNH Social. Nós queremos não apenas a CNH Social, porque ter uma CNH significa ter mais uma porta para emprego, renda e oportunidades, mas também queremos prioridade para entregadores por aplicativos que fazem suas entregas em bicicletas. Queremos que, no programa CNH Social, esses entregadores possam garantir a gratuidade da sua CNH.

Para concluir, Presidente, quero dizer que trago, entre muitas inspirações na minha trajetória, o grande escritor paraibano-pernambucano Ariano Suassuna, que dizia, citando Machado de Assis, que existe o Brasil real e o Brasil oficial. Acho que a grande missão desta Câmara é aproximar este Brasil oficial do Brasil real, dos problemas da população e das soluções que o povo tanto espera através da nossa democracia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Muito obrigado, nobre Deputado Pedro Campos, pelo pronunciamento de V.Exa.

Eu vou voltar à lista de inscritos para os pronunciamentos de 3 minutos nas Breves Comunicações, mas antes vou dar a palavra a alguns Deputados que me pediram 1 minuto para falar.

O primeiro é o Deputado Bibó Nunes.

Tem V.Exa. a palavra, Deputado Bibó Nunes.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssimo Presidente Charles Fernandes.

Eu quero expressar a minha indignação com alguns seres que foram gerados como um aborto em esgoto e que estão vibrando com a morte de um cidadão, de um homem que pregava o bem, um homem de família, o Charlie Kirk.

Um gaúcho chamado Peninha — dá pena dele — está passando vergonha perante todo o Brasil e o mundo, destilando ódio pelas veias. O que é isso? Uma pessoa como ele é um verdadeiro fracassado. Ele disputava a comunicação jovem no Rio Grande do Sul comigo e sempre foi um verdadeiro fracasso, mas não se pode admitir que se chegue ao ponto de vibrar com a morte de alguém. Nada justifica vibrar com a morte de alguém, seja da Esquerda, seja da Direita, seja do Centro. Temos que preservar a vida. Por isso, esses seres que foram gerados como um aborto em esgoto têm que ser, acima de tudo, repudiados.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Silas Câmara, por 1 minuto.

O SR. SILAS CÂMARA (Bloco/REPUBLICANOS - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo Federal invade novamente o Rio Madeira, dessa feita, como se estivesse indo para a guerrilha, com helicópteros, Polícia Federal, Exército, Marinha, Aeronáutica, Ibama, e faz um ataque impressionante, jogando bombas dos helicópteros em cima de balsas, que não são apenas balsas, mas também habitações das pessoas que moram naquela região. Ele não leva em consideração a vida humana. Eu estranho, porque é um Governo que diz que defende o pobre, o órfão, a viúva, o necessitado, mas invade o Rio Madeira de uma forma desastrosa, incompetente, inconsequente, agredindo trabalhadores e trabalhadoras que precisam dos seus empregos para sustentar as suas famílias.

Portanto, Sr. Presidente, aqui fica o meu apelo para que V.Exa., esta Casa e o Governo brasileiro tomem providências. Vão ao Amazonas, ao Rio Madeira, conversar com os nossos irmãos extrativistas minerais familiares e achar uma solução para o problema, em vez de atacá-los, como se estivessem atacando bandidos. Lá não existem bandidos, existem trabalhadores, e o Governo brasileiro precisa respeitar essas pessoas.

Aqui fica a minha indignação e o meu registro, Sr. Presidente, de que nós precisamos achar uma solução para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Deputado Vicentinho, V.Exa. tem a palavra por 1 minuto.

O SR. VICENTINHO (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero anunciar, com muita alegria e muita honra, a presença aqui de uma delegação que dignifica esta Casa. Eu me refiro à delegação do Município de Barra do Turvo, um Município que eu adoro, composto de homens e mulheres carregadas de dignidade, gente trabalhadora e acolhedora.

Essa delegação é composta pela estimada Eliane Fátima de Oliveira, empresária que foi nossa candidata a Prefeita no Município; pela Elizabete de Oliveira, Vereadora há mais de cinco mandatos, conselheira do nosso mandato; pelo querido Alcídio Bonrruque, também Vereador no quinto mandato, amigo nosso; pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico, o querido João Antonio de Moraes Neto; e pelo companheiro Claudinei Maciel, Presidente do meu partido, e que foi Vereador, é agricultor familiar e um guerreiro por todos nós.

Sr. Presidente, eles estão fazendo uma visita à Casa, cumprindo agendas nos Ministérios e aqui no Parlamento.

Meus irmãos, minhas amigas, sejam todas e todos bem-vindos!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Muito obrigado.

A delegação de Barra do Turvo não poderia estar mais bem acompanhada do que com o nobre Deputado Vicentinho, que representa muito bem o Estado de São Paulo nesta Casa e certamente também vocês da cidade de Barra do Turvo. Parabéns a todos os senhores!

Parabéns, mais uma vez, nobre Deputado Vicentinho!

O SR. VICENTINHO (Bloco/PT - SP) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - O Deputado Gabriel Nunes tem a palavra por 1 minuto. Em seguida, falará a Deputada Denise Pessôa.

O SR. GABRIEL NUNES (Bloco/PSD - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esta semana será muito especial aqui na Câmara dos Deputados. Amanhã, teremos uma importante sessão solene em homenagem aos 192 anos de Feira de Santana, a maior cidade do interior da Bahia, com um povo trabalhador, pujante e que fez uma belíssima história.

Temos aqui uma delegação importantíssima de políticos e empresários, junto com o Prefeito José Ronaldo. Nesta oportunidade, Sr. Presidente, estou tendo a honra de receber aqui grandes Vereadores dessa cidade tão especial. Estamos aqui com os Vereadores Zé Curuca, Pr. Valdemir Santos, Jurandy Carvalho, Ron do Povo, Luiz da Feira e Gean Caverna. Esses grandes Parlamentares contribuem muito com Feira de Santana e ajudam demais a democracia feirense.

Esta é uma oportunidade ímpar de recebermos, amanhã, nesta Casa, essa grande delegação, que vai falar um pouco dessa cidade, uma das maiores cidades do nosso Nordeste.

Parabéns a Feira de Santana, que vai completar, na próxima quinta-feira, 192 anos de emancipação política!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Obrigado, Deputado Gabriel Nunes, nosso colega do PSD.

Parabéns a todos os Vereadores da delegação de Feira de Santana que está acompanhando esse grande Deputado que nos representa muito bem no PSD e também representa muito bem a nossa Bahia!

Eu tenho orgulho de ser seu colega de PSD no Estado da Bahia. Parabéns, Deputado Gabriel Nunes!

Passo a palavra à Deputada Denise Pessôa, do PT do Rio Grande do Sul. S.Exa. dispõe do tempo de 3 minutos na tribuna.

A SRA. DENISE PESSÔA (Bloco/PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Vereadores que nos acompanham, eu quero reforçar que a condenação do ex-Presidente Jair Bolsonaro é um fato histórico. E quero dizer alto e claro que esta Casa não pode se calar diante da importância desse julgamento e tampouco tentar reduzir pena ou agir de forma contrária a ele.

Pela primeira vez, um Presidente que tentou minar as instituições, que atacou o sistema eleitoral, que flertou com o golpismo é responsabilizado, e isso é um divisor de águas na democracia brasileira. É preciso afirmar sem medo que Bolsonaro não foi condenado por acaso, foi condenado porque tentou fraudar a vontade do povo, porque espalhou mentiras, porque colocou em risco o Estado de Direito. E a mensagem que fica é cristalina: não há impunidade para quem atenta contra a democracia.

Aos que ainda tentam relativizar isso, digo: a lei vale para todos. Quem ocupa cargo público tem ainda mais responsabilidade perante a Nação. E a democracia brasileira mostrou, mais uma vez, que não se ajoelha diante de ameaças autoritárias.

No entanto, senhoras e senhores, defender a democracia também significa cuidar do povo. Por isso, eu trago à tribuna um tema fundamental, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais. Essa é uma luta de justiça tributária. Enquanto os mais pobres e a classe média são sufocados, os super-ricos continuam blindados, e isso não é aceitável. Com a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, milhões de trabalhadores terão mais recursos para viver com dignidade, para investir em educação e na saúde de suas famílias e para movimentar a economia. Isso é dinheiro que volta para o País em forma de desenvolvimento. E eu arrisco dizer que esse é o maior dissídio da classe trabalhadora.

A democracia que celebramos hoje não pode ser apenas política, precisa ser também social e econômica. E é com esse compromisso que seguimos combatendo o autoritarismo, enfrentando as injustiças e construindo um Brasil mais justo, solidário e democrático. Seguimos defendendo quem mais precisa neste País.

A isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais é uma questão de justiça social.

Solicito que esta fala seja divulgada no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Charles Fernandes. Bloco/PSD - BA) - Muito obrigado, nobre Deputada. Será atendido o pedido de V.Exa.

Enquanto o Deputado Pompeo de Mattos se dirige à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass por 1 minuto. Em seguida, ouviremos o Deputado Pompeo de Mattos e o Deputado Sargento Gonçalves.

Deputado Bohn Gass, tem V.Exa. a palavra.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

O tema do Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas — Encob foi: *Água é o que nos une*. Eu participei desse fórum, realizado na semana passada, em Vitória, no Espírito Santo, e queria falar aqui sobre isso.

Eu pude participar desse encontro como Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa das Bacias Hidrográficas Brasileiras aqui do Parlamento e posso dizer que é lá nos territórios, ao longo dos rios, onde está a preocupação dos comitês, nos quais toda a sociedade está representada, com a defesa da água e dos seus usos múltiplos, com o saneamento, com o meio ambiente.

Foram elaborados documentos para levarmos à COP, a Conferência do Clima, que será realizada em novembro, em Belém do Pará.

Eu quero parabenizar todo o colegiado de coordenação do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas — FNCBH, na pessoa do seu Coordenador-Geral, o Maurício Scalon, que foi, mais uma vez, reconduzido ao cargo de Coordenador, pelo excelente trabalho que vem fazendo com o seu colegiado.

Então, eu quero dizer a todos os comitês do País que a Frente Parlamentar em Defesa das Bacias Hidrográficas Brasileiras da Câmara dos Deputados está à disposição e solidária a esse projeto.

(Durante o discurso do Sr. Bohn Gass, o Sr. Charles Fernandes, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hugo Motta, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu apresentei o Projeto de Lei nº 3.318, de 2025, que altera as regras do Benefício de Prestação Continuada — BPC, que hoje é concedido àquelas famílias que têm renda *per capita* de um quarto de salário mínimo, ou seja, a renda por pessoa tem que ser de um quarto do salário mínimo, e que têm na casa uma pessoa com deficiência ou um idoso com mais de 65 anos. Essa é a regra.

Nós apresentamos uma proposta para alterar isso, dispondo que, não importando a renda, se na casa houver uma pessoa com deficiência com idade inferior a 18 anos, o BPC deve ser pago até que ela complete essa idade. Isso é necessário para proteger as crianças que nascem com deficiência. Até os 18 anos elas terão o direito de receber o BPC, até porque o valor do BPC não é para o pai, não é para a mãe e, eu diria, também não é para a família. Nesse caso, o BPC é para dar dignidade à criança com deficiência, que precisa de amparo, de acolhimento, de atendimento, de dignidade. A Lei do BPC existe há mais de 30 anos. Essa história de um quarto de salário mínimo tem mais de 30 anos. Nós temos que evoluir! O Brasil é um país rico com um povo pobre e com milhares de deficientes, especialmente crianças. Então, nós temos que olhar para elas com empatia, temos que ter coração.

Como ensina a Bíblia, não basta ter dó, é preciso ter atitude. E nós estamos tendo uma atitude aqui prática, objetiva, em favor das nossas crianças, em favor dessas famílias, independentemente da renda familiar ou da condição da família.

O BPC é para a criança que tem deficiência. Eu posso falar disso porque na minha família eu vivi isso com a irmã do meu pai, a tia Mariazinha. Só compreende isso quem vive essa realidade na família. Só quem tem uma criança com deficiência na família pode entender, pode avaliar, pode compreender essa situação. E o meu papel aqui, como legislador, é dar voz a quem não tem voz e dar vez a quem não tem vez; é dar voz a essas crianças que não podem reclamar, não podem pedir, não podem exigir, não podem cobrar.

Eu estou pedindo aqui BPC para as crianças com deficiência até os 18 anos!

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Sargento Gonçalves.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (Bloco/PL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, inicio a minha fala fazendo a leitura de um texto que foi escrito há milênios no livro do profeta Isaías, capítulo 59, versículo 14. Brasil, esse versículo diz: *"A justiça é posta de lado, e o direito é afastado. A verdade anda tropeçando no tribunal, e a honestidade não consegue chegar até lá"*. Apesar de ter sido escrito há milhares de anos, esse texto é muito contemporâneo e se encaixa no contexto atual.

Quero aqui me dirigir diretamente ao meu líder político maior, o Sr. Presidente Jair Bolsonaro, o nosso eterno Presidente, alguém que muito nos honrou, ocupando o cargo de Presidente da República.

A Deputada da extrema esquerda que subiu à tribuna há pouco fez referência à condenação do Presidente Bolsonaro, condenado injustamente a mais de 27 anos de prisão. Porém, ela se esqueceu de fazer referência ao fato de que o Presidente Bolsonaro é o primeiro a ser condenado por crime diferente do crime de corrupção, ao contrário do ídolo da extrema esquerda que está no poder, o descondenado que foi condenado por corrupção, por roubar dinheiro do povo, e que retornou à cena do crime, como bem disse o Vice-Presidente Geraldo Alckmin.

A Deputada também não citou que o Presidente Bolsonaro foi condenado por uma Corte que não tinha competência para condená-lo. A Suprema Corte não tinha competência para julgá-lo, e o Ministro Alexandre de Moraes e os demais sabem muito bem disso. A Suprema Corte, ou a Primeira Turma, não utilizou o princípio da imparcialidade. Inimigos públicos do Presidente o julgaram. Que imparcialidade é essa da Justiça? O Alexandre de Moraes, inimigo, é o algoz e carrasco da Direita no Brasil. O Ministro Dino é amigo de infância do Presidente Lula, comunista de carteirinha, perseguidor de quem pensa de forma diferente. E o que dizer do Ministro Zanin? Advogado do Lula, trabalhou para descondenar o Lula. As teses que Zanin utilizou para defender o criminoso, o ladrão que foi descondenado, o Ministro Fux, o único juiz que de fato agiu de forma técnica, esfregou na cara dele. Porém, a Primeira Turma da Suprema Corte, que muito envergonha o Brasil, condenou o Presidente Bolsonaro e vários outros homens de bem, a exemplo do General Augusto Heleno, do General Braga Netto, do colega Deputado Delegado Ragem, um homem de honra, de carreira de policial federal, para o qual aplicaram pena de 16 anos de prisão. É uma vergonha nós estarmos falando sobre isso!

Sr. Presidente, a história não pode se esquecer dessa injustiça histórica que está sendo praticada aqui no Brasil.

Peço mais 30 segundos, Sr. Presidente. Conto com a benevolência de V.Exa. Garanto que concluo em seguida.

(Desligamento do microfone.)

Para concluir a minha fala, mais uma vez, quero me dirigir ao Presidente Bolsonaro, ao colega Deputado Delegado Ragem e a todos os outros injustiçados anônimos deste País: Deus não está com os ouvidos tampados, não está cego para que não possa ver. E eu tenho plena convicção de que Deus ainda fará justiça.

Continuo dizendo que não estou nesta Casa apenas como Deputado, mas também como profeta de Deus. Esta Nação ainda testemunhará o que Deus irá fazer. Podem anotar, pois Deus vai fazer.

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - A lista de presença registra o comparecimento de 278 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Passa-se à Ordem do Dia.

Passo a palavra à Deputada Duda Salabert.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Eu fui ver a pauta que será votada hoje e reforço a minha posição: este Congresso Nacional é uma vergonha. Vai ser votada hoje a PEC da blindagem. Se aprovada, o Deputado ou o Senador só vai ser investigado e preso se o Congresso Nacional autorizar.

Já é sabido que nós vivemos e temos o pior Congresso Nacional da história. E vai ser este Congresso que vai julgar qual Deputado ou Senador pode ou não ficar preso. Assim, não vai ser um julgamento de acordo com as leis, vai ser um julgamento político, que colocará o Deputado ou o Senador acima das leis. Aí fica vantajoso para o crime organizado lançar candidatos, porque esta PEC, se for aprovada, vai justamente beneficiar o corrupto, beneficiar o ladrão.

E você me pergunta: *"Por que esta PEC vai ser votada? É para dar maior conteúdo democrático para o País?"* Óbvio que não! Ela vai ser votada para tentar salvar Parlamentares que estão sendo investigados e que podem ser presos por desvio de emendas parlamentares.

Então, eu já anuncio aqui a minha posição contrária a esta PEC. Há assuntos muito mais caros para serem discutidos do que aumentar mais ainda os privilégios de Deputados e Senadores.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Passo a palavra ao Deputado Capitão Alberto Neto.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (Bloco/PL - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, caros Parlamentares: medo, terror, enfrentamento. Há uma guerra no Amazonas. E essa guerra não é contra estrangeiros, essa guerra é contra brasileiros, é contra amazônidas, ribeirinhos, povos da nossa terra. Nós temos um Governo Lula que trata o amazônida como criminoso.

O que aconteceu no dia de ontem, nos Municípios de Humaitá e Manicoré, na calha do Rio Madeira, lá, ao lado da nossa BR-319 — que não sai e que este Governo não quer que saia, porque tem uma Ministra que é contra o povo do Norte, que quer deixar o povo do Norte isolado, na miséria, na fome —, pasmem, foi um ambiente de guerra, com helicópteros sobrevoando a cidade, bombas e explosivos de alta potência sendo jogados contra trabalhadores.

"Capitão, mas o senhor está defendendo o garimpo ilegal?" Não, eu estou defendendo alternativas que precisam ser criadas. A repressão, por si só, não resolve a situação, como nunca resolveu, porque eles explodem agora, e, daqui a um mês, a situação será a mesma.

Nós precisamos criar no Norte alternativas para a agricultura familiar, com o ecoturismo, a exploração da floresta de maneira sustentável, a mineração sustentável — por que não? Quando nós não criamos esse ambiente legal, correto, incentivado, damos margem para isto: para a ilegalidade, para o tráfico de drogas, para o ouro ser legalizado na Colômbia, no Peru ou na Venezuela. Recentemente houve uma apreensão em Roraima de 103 quilos de ouro.

Nós não podemos achar que soltar bombas lá no meu povo vai resolver a situação.

Deixo aqui, Presidente, o meu repúdio a este desgoverno, que está tratando o amazônida como criminoso, querendo deixar o nosso povo isolado, na miséria, sem a BR-319, sem alternativas econômicas, sem poder explorar as riquezas que Deus nos deu, sem ter direito à prosperidade de maneira coerente, sustentável e legal.

Nós pertencemos ao Brasil. Nós não somos cidadãos de segunda categoria! O amazônida também é brasileiro!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2021

(DO SR. CELSO SABINO)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências. Pendente de parecer da Comissão Especial, nos termos da decisão da Presidência proferida em 19/8/2025.

Há requerimento de retirada de pauta sobre a mesa.

Senhor(a) Presidente,

Requeiro a V.Exa, nos termos do art. 83, parágrafo único, II, "c" combinado com o art. 117, VI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a retirada da Ordem do Dia do(a) PEC 3/2021.

Sala das Sessões

Talíria Petrone - (Líder Federação PSOL/REDE)

PSOL/RJ

Para encaminhar o requerimento, tem a palavra a Deputada Talíria Petrone.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão da oradora.) - Colegas, é claro que todos nós, inclusive nossa Federação PSOL REDE, entendemos que a imunidade parlamentar é importante não só para nós, Parlamentares, mas para o conjunto da democracia.

Nós temos que ter o direito de falar sem sermos perseguidos. Nós temos que ter o direito de exercer os nossos mandatos, para os quais fomos eleitos e eleitas, plenamente. Então, garantir prerrogativas parlamentares é um patrimônio da democracia.

Mas, ora, o que se quer fazer neste momento? Voltar ao texto constitucional com algumas alterações. Eu preciso dizer que aquele texto, lá da Constituinte, é resposta a um tempo histórico, um processo de abertura depois de uma ditadura, em que tivemos vários atos institucionais que fecharam o Parlamento, que colocaram partidos na ilegalidade e que cassaram

Parlamentares. A resposta naquele momento tinha que ser, obviamente, a afirmação deste Parlamento, a afirmação do Legislativo.

Ao longo desses anos, dessas décadas, nós aperfeiçoamos a legislação. Meus caros, este é outro momento, porque, se nós defendemos a imunidade parlamentar, e isso é muito importante, as nossas prerrogativas, nós não podemos afirmar que a imunidade parlamentar é absoluta. Deputado e Deputada não pode tudo!

E o que a PEC está propondo? Que só se pode processar criminalmente um Parlamentar com autorização do Congresso — e mais: a partir de voto secreto. Ainda inclui presidentes nacionais de partido.

Então, um Deputado pode ser transfóbico, tudo bem; pode ser racista; pode cometer crime hediondo; pode cometer crime de corrupção. E, para ele ser processado criminalmente, quem vai decidir são os seus pares. Quem vai decidir sobre isso é o próprio Congresso Nacional.

Nós entendemos que há agendas que têm que avançar. E, definitivamente, esta não é a agenda que o Brasil espera de nós. O Brasil espera de nós que nós avancemos com a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, beneficiando 20 milhões de brasileiros. O Brasil espera a sua tarifa de luz mais barata ou isenta com a MP que está em pauta, que espero que votemos, que vai beneficiar 60 milhões de brasileiros.

Blindar a gente não é aquilo que o Brasil espera. Por isso, nós pedimos a retirada de pauta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado General Girão. *(Pausa.)*

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Helder Salomão. *(Pausa.)*

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Zé Trovão. *(Pausa.)*

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Osmar Terra. *(Pausa.)*

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Tarcísio Motta. *(Pausa.)*

Orientação de bancadas.

Como vota o PL...

Tem não. Neste requerimento, não.

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos.

Está iniciada a votação.

Como vota o PT?

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, imunidade parlamentar não pode ser confundida com impunidade parlamentar.

Não há nenhuma justificativa para que, diante de um crime cometido por um Parlamentar, diferentemente do cidadão, tenha que ter autorização do Congresso para haver investigação e punição. Isso não é razoável.

E, mais do que não ser razoável — por isso, nós orientamos para que não votemos hoje, portanto somos a favor da retirada de pauta —, a pauta do povo brasileiro não é esta. A pauta do povo brasileiro é a isenção de até 5 mil reais do Imposto de Renda. Nós estamos devendo essa pauta e não a estamos votando aqui. Ou é anistia, ou é prerrogativa, ou é PEC da blindagem. Não! O povo quer não pagar Imposto de Renda, que é o que o Presidente Lula colocou. O povo quer que o botijão de gás, que a energia sejam mais baratos para a população e quer que a economia continue crescendo, com desenvolvimento sustentável.

Então, votamos "não"...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como vota o União Brasil?

O SR. PEDRO LUCAS FERNANDES (Bloco/UNIÃO - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O União Brasil vota "não", Presidente, contra a retirada de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como vota o Progressistas?

O SR. DELEGADO FABIO COSTA (Bloco/PP - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Progressistas orienta "não" à retirada de pauta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o Republicanos?

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Republicanos vota contra a retirada de pauta, porque entende que a imunidade parlamentar é uma ferramenta importantíssima para a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como vota o MDB?

O SR. HILDO ROCHA (Bloco/MDB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O MDB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como vota a Federação PSDB CIDADANIA? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota a Federação PSOL REDE?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós também consideramos que a imunidade parlamentar e as nossas prerrogativas são um bem maior do que nós mesmos, são um bem da democracia, mas isso não pode significar impunidade, isso não pode significar a noção, que querem colocar na Constituição, de que os Parlamentares podem tudo, inclusive cometer crimes, crimes de ódio, crimes contra a vida, e só serem processados criminalmente com autorização dos próprios Parlamentares, numa lógica corporativista que não interessa à democracia.

Nossa federação, Presidente, quer avançar com as agendas de que o Brasil precisa. E eu pergunto para V.Exa.: quando nós vamos votar aqui o mérito da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, beneficiando 20 milhões de brasileiros? Vamos votar logo a MP que garante que 60 milhões de brasileiros possam ter a sua conta de luz barata?

Não, esta PEC não é a agenda de que o Brasil precisa nem de que a democracia precisa.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o PL?

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PL - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas, o PL reuniu a bancada hoje, e acertamos que a nossa orientação é a favor desta PEC 3. Assim, neste caso agora, orientamos "não" ao requerimento de retirada de pauta.

Tudo que nós precisamos é que as nossas prerrogativas sejam obedecidas. Nós vamos conversar com o Relator, o Deputado Claudio Cajado, e vamos tentar trabalhar para que as nossas prerrogativas sejam obedecidas. O Constituinte, em 1988, quando deliberou e houve essa mudança na Constituição, deixou muito claro que nós, Deputados e Senadores, temos que ser invioláveis por quaisquer opiniões, palavras e votos. Apesar do *caput* do art. 53 estar sendo mantido, é importante que isso esteja muito bem esclarecido. Por isso, vamos conversar com o Deputado Claudio Cajado.

A nossa orientação à retirada de pauta é "não".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Avante? *(Pausa.)*

Como orienta o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como orienta o PRD? *(Pausa.)*

Como orienta o Partido Novo?

O SR. LUIZ LIMA (NOVO - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Hugo Motta, o Partido Novo orienta "sim", pela retirada. O texto não se encontra no sistema.

O Partido Novo também é contra a ampliação do foro privilegiado, incluindo presidentes de partidos políticos com representação aqui no Congresso. E o Partido Novo também não concorda com a votação secreta, que afasta a transparência. O que pode parecer um benefício é uma ampliação dos privilégios políticos.

Então, o Partido Novo, pelo bom exercício da democracia e do equilíbrio da política desta Casa, orienta "sim", pela retirada. Obrigado, Presidente Hugo Motta.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Maioria? *(Pausa.)*

Como orienta a Minoria?

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a Minoria entende que este texto está muito longe de ser o que nós gostaríamos que fosse. O que nós queríamos, com este resgate das nossas prerrogativas, é que realmente o Parlamento fosse respeitado, que fosse colocado na PEC que as nossas palavras, opiniões, em qualquer meio, inclusive digital, na Internet, não pudessem ser violadas. E o texto está contrário, muito aquém do que entendemos que deveria ser, mas nós vamos orientar contra a retirada de pauta, porque pelo menos já se garantem minimamente as nossas prerrogativas, minimamente. Mas nós vamos conversar com o Relator a respeito do texto.

Orientamos "não" à retirada.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB) - Peço para orientar pela Oposição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para orientar pela Oposição, tem a palavra o Deputado Cabo Gilberto Silva.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, com muito debate aqui, infelizmente este texto está muito aquém do que o Congresso Nacional precisa para representar o povo brasileiro.

Mas, Deputado Cajado, não deixa de ser um avanço.

Precisamos também mudar o art. 55, para deixarmos de ser chantageados pelo Tribunal Superior Eleitoral e reféns dele, que faz chantagem com os Parlamentares na Justiça Eleitoral. Precisamos também ver as prerrogativas serem respeitadas em todos os lugares do Brasil. Mas o texto não deixa de ser um avanço, Presidente.

Então, a Oposição vai orientar "não" à retirada de pauta, porque precisamos avançar em defesa do Congresso Nacional, sobretudo do voto popular, representado por todo o Parlamento brasileiro. Mas quero deixar claro que este texto está muito longe do que nós defendemos.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Governo? *(Pausa.)*

Temos partidos para orientar ainda?

Tem a palavra o Deputado Gilvan da Federal, por 1 minuto.

O SR. GILVAN DA FEDERAL (Bloco/PL - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Agora, às 17 horas, eu estou indo à Polícia Federal para depor sobre algo que eu falei aqui na tribuna. Eu tenho mais três processos no STF por algo que eu falei.

A Esquerda está dizendo que é para privilégios para Deputados. Não! Aqui nós estamos exigindo o art. 53. Deputados e Senadores são invioláveis, civil e criminalmente por suas opiniões. E eu estou indo agora depor na Polícia Federal por algo que eu falei aqui no Congresso Nacional.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Todos já votaram? *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Deputado Cabo Gilberto Silva, pela Liderança da Oposição.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Eu só peço aos Parlamentares de direita e de centro que prestem atenção no passo que estamos dando.

Obviamente, Sr. Presidente, é um texto totalmente longe do que queríamos aqui.

Queríamos, Deputado Pedro Lucas, mudar o art. 55.

Eu, lá na Paraíba, no segundo turno das eleições de 2022, era Deputado Estadual, tinha sido eleito Deputado Federal, fazia campanha para o Presidente Bolsonaro. E aí falei que Lula defendia o aborto, falei que Lula era a favor de ditadores. E o que foi que fizeram? O grupo que defendia o descondenado Lula entrou com ação contra a minha pessoa. Caiu onde? No TRE da Paraíba? Não, caiu no TSE, está lá até hoje. E se eles colocarem para votar e cassarem o meu mandato, eu vou recorrer a quem? Eu vou recorrer a quem? Ao Nosso Senhor Jesus Cristo?

É uma vergonha o que está acontecendo no Parlamento. E a gente tem que ter coragem de defender as prerrogativas parlamentares. Aqui não é PEC de blindagem, não, Sr. Presidente. Aqui não é PEC de impunidade, como estão falando.

Vou dar outro exemplo aqui a V.Exas. Lá na CCJ, quando a Deputada Caroline de Toni era Presidente, votamos matérias que iriam equilibrar os Poderes. E o que aconteceu? Fomos chantageados pelos Ministros da Suprema Corte. Que democracia é essa?

Diga-me que democracia é essa, Deputado Gilberto Abramo. Esse nome é bonito, Deputado Gilberto Abramo.

Digam-me que democracia é essa na qual o Parlamento, Deputado Pinato, que tem representação de 100% da população brasileira, é chantageado por outro Poder.

Ou alguém aqui tem dúvida de que a Suprema Corte é um superpoder da República? Alguém tem alguma dúvida disso?

E aqui, Deputado Pinato, Deputado Trovão, Sr. Presidente, Deputado Forte, não estamos atacando o Supremo Tribunal Federal, estamos falando o que está acontecendo na República Federativa do Brasil.

Ou o Parlamento reabre as suas portas, que estão sendo fechadas, reiteradas vezes, com várias decisões... Se eu for falar aqui sobre a desmoralização do Congresso Nacional ao longo dos últimos 10 anos, 8 minutos são insuficientes, totalmente insuficientes.

Deputado Danilo Forte, Deputado Kim, precisamos avançar.

Por isso, eu falo disso mais uma vez e peço a sensibilidade do Presidente da Câmara dos Deputados, bem como do Congresso Nacional, o Senador Davi Alcolumbre, para que possamos colocar o texto necessário para que os Parlamentares tenham segurança de defender o voto popular.

A cada 4 anos, todos os Parlamentares têm que fazer campanha para voltar para cá, Deputado Zé Trovão. Ano que vem, V.Exas. todos que forem candidatos, pré-candidatos, à reeleição precisam ir atrás dos votos.

Temos o juiz natural, que é o povo brasileiro, Deputado Pedro Uczai. V.Exa., lá em Santa Catarina, vai atrás dos votos para ser eleito e voltar para cá. Então, esses votos precisam ser respeitados.

O Parlamento precisa ser reaberto. O Parlamento está fechado. V.Exas. têm dúvida disso? Está servindo de que o que V.Exas. estão votando? V.Exas. votam, o descondenado veta ou não, volta para cá, V.Exas. derrubam o veto ou não, e o Ministro da Suprema Corte, de uma canetada só, desmoraliza todo o Congresso. Onde é que isso é democracia? Digam-me onde é que isso é democracia.

Vou dar outro exemplo: 315 Deputados votaram favoráveis ao Deputado Ramagem. Não é o Deputado Ramagem, é o Congresso Nacional, são as prerrogativas parlamentares, art. 53 da Carta Magna. Eu pergunto a V.Exas., à grande imprensa brasileira, que está mentindo descaradamente, falando de blindagem, falando de impunidade: onde está escrito na Constituição que o Supremo poderia derrubar aquela decisão do Deputado Delegado Ramagem? Onde está escrito, Deputado Fraga, Deputado Kim? Eu pergunto a V.Exas.: onde está? Digam-me em qual artigo está. Não existe. O que há expresso sobre as missões constitucionais da Suprema Corte está lá no art. 102.

E qual é a maior função da Suprema Corte de um país? É ser o guardião da Carta Magna, é ser o guardião da Constituição Federal.

Eu pergunto, Deputado Danilo Forte: como é essa missão constitucional que vem e rasga...? Já rasgaram o art. 5º, já rasgaram o art. 53, por diversas vezes, sobre as prerrogativas parlamentares.

Parlamentar, Deputado Federal e Senador, é lixo para a Suprema Corte. Ou estou mentindo aqui? V.Exas. são lixo para a Suprema Corte. Ou estou mentindo aqui? Não é isso que acontece?

Daí o art. 84, o art. 129, com relação ao Ministério Público, o art. 136, o art. 137... O art. 220, que proíbe a censura no Brasil, foi rasgado pela Suprema Corte.

E a Ministra disse o quê? *"Olhe, a censura é proibida no Brasil, mas vamos fazer só essa censurinha aqui, vamos fazer só essa censurinha aqui."* E V.Exas. ficam fazendo cara de paisagem?

Até quando, Srs. Parlamentares, V.Exas. vão ficar fazendo cara de paisagem, como se nada tivesse acontecido?!

Eu quero deixar claro nosso posicionamento. Eu sou contra o texto como ele está, meu Presidente Julio Arcoverde, do MDB, meu comandante forte. O texto está muito ruim. Era para estar mais completo. O texto não está avançando. Nós precisamos avançar mais.

As prerrogativas parlamentares são um direito do povo, porque nós chegamos a esta Casa através do voto popular, ou seja, do voto do povo. Não estamos aqui de graça, não!

Quero deixar claro, Deputado Philippe, nosso príncipe, e Deputado Zucco, nosso Líder, que não existe nada de blindagem, não! Esta é uma narrativa por meio da qual o Governo Federal está atacando o Congresso novamente, para dizer que nós estamos defendendo bandido. Não existe nada de impunidade! O que há são prerrogativas, prerrogativas garantidas pelo Constituinte de 1988.

Um Parlamento forte significa uma democracia forte. Enquanto o Parlamento estiver nesta situação, nós continuaremos sendo chantageados.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra, por 1 minuto, o Deputado Zé Trovão. *(Pausa.)*

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB) - Eu ainda não terminei, Presidente. Estava apenas tomando água. Calma, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como V.Exa. ficou em silêncio, Deputado, eu achei que tivesse encerrado. V.Exa. não é de ficar em silêncio.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB) - Eu estava tomando água, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Peço, então, que conclua. Faltam apenas 40 segundos, Deputado.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB) - Srs. Parlamentares, peço sua atenção para tentarmos convencer todos os Líderes partidários — todos, sem exceção! — a colocarmos o texto da forma como ele deve ser feito, principalmente neste momento do século XXI, quando este Congresso está sendo cerceado, reiteradas vezes, pela Suprema Corte.

Esta é a hora!

A Oposição é favorável ao texto, mas nós precisamos avançar.

Chega de chantagens!

Chega de esculhambações!

Viva a democracia!

Obrigado, senhores.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra, por 1 minuto, o Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje é um dia a se comemorar nesta Casa.

Foi feito um acordo, e eu espero que ele seja cumprido, não só com a votação, mas também com a aprovação da anistia amanhã. Fique claro para este Plenário que o que está sendo votado neste exato momento aqui é para que amanhã seja votada a anistia.

Digo, de passagem, que não concordo com o que está sendo votado neste momento. Esta é a minha opinião. Eu jamais vou aceitar voto secreto, jamais! O voto tem que ser transparente, para o eleitor, que está lá fora, saber o que está sendo votado. Fica o recado: amanhã esta Casa votará a anistia.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 144;

NÃO: 266.

REJEITADO O REQUERIMENTO DE RETIRADA DE PAUTA.

Para falar pela Liderança do União Brasil, tem a palavra o Deputado Danilo Forte.

O SR. DANILO FORTE (Bloco/UNIÃO - CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o assunto que me traz a esta tribuna já está ficando repetitivo, mas continuo chamando atenção para ele, diante do sofrimento de todos os meus concidadãos cearenses com o crescimento da violência em nosso Estado.

Ontem, houve um barulho ensurdecedor em Fortaleza, capital do nosso Estado, onde facções comemoravam conquistas de território. Isso se irradiou de norte a sul, de leste a oeste da nossa capital, causando um transtorno, um terror e um medo muito grandes para toda a população.

Não fosse suficiente isso, hoje de manhã nós acordamos em Fortaleza com o anúncio de bombas na sede do Fórum Clóvis Beviláqua, no nosso Tribunal de Justiça, exatamente onde são discutidas e defendidas ações na Justiça cearense e, paralelamente, o que é ainda pior, com a colocação de granadas, o que amedrontou a população sobralense. Isso demonstra que os quatro cantos do Estado hoje sofrem muito com o domínio que vem sendo exercido pela criminalidade sobre as atividades econômicas, públicas e sociais no Estado do Ceará.

A população está amedrontada, tem medo de sair de casa, está intimidada. A economia vem sofrendo extorsão e exploração pelo crime organizado. Na minha cidade, o Município de Itapajé, dois empresários foram assassinados nos últimos 30 dias, exatamente porque não estavam pagando a extorsão organizada pelo crime, que busca constituir uma dependência daqueles que querem empreender e gerar emprego. Esta é uma prática generalizada no nosso Estado, o que é lamentável. Em 2017, desta tribuna, eu já lembrava que crescia o descontrole da segurança pública no nosso Estado. Naquela época, ante o acúmulo de ataques aos transportes coletivos, eu manifestei desta tribuna e exigi a necessidade de mobilização da Força Nacional de Segurança Pública, de modo a contribuir, no Estado do Ceará, para o enfrentamento do crime organizado.

De lá para cá, o que nós vimos foi um aperfeiçoamento do crime organizado e uma inação crescente na forma de inibir este crescimento. O crime se organiza e, aliás, atualmente tem participado de licitações públicas no Estado do Ceará, de forma a intimidar empresários, retirando da atividade econômica empresários de bem e os substituindo por empresários que mantêm conluio com o crime, seja na prática ostensiva da violência, seja na prática da extorsão, comprometida exatamente com o financiamento do crime organizado.

Esta prática precisa de um basta. A população cearense já não aguenta mais conviver com este tipo de violência. O mais triste e mais deprimente é que, dia após dia, nós percebemos que estas organizações criminosas se expõem cada vez mais, de modo a amedrontar e causar um clima de terror em nosso Estado.

Foi por isso que eu apresentei um projeto de lei para tipificar ações do crime organizado como crimes de terror. Não bastasse impedir a distribuição, a comunicação e a conexão da Internet, o que impede provedores de trabalhar com tranquilidade; não bastasse inibir práticas que fazem famílias abandonarem seus lares, práticas que transformam vilas e comunidades do Estado do Ceará em cidades abandonadas e até amedrontadas; não bastasse tudo isso, o que nós presenciamos hoje é uma verdadeira orgia do crime organizado sobre as pessoas.

Essa impunidade é representada exatamente onde? Onde se permite, cada vez mais, que estes setores do crime organizado possam adentrar a atividade pública, através da sua participação na política, como ocorre no Ceará. Inquéritos policiais demonstram que mais de trinta Prefeitos do Ceará foram eleitos justamente com o financiamento destas organizações. De outro lado, o que vemos até agora é exatamente a inação, o fato de termos que conviver com o deboche de um Prefeito cassado, um Prefeito procurado pela polícia, um Prefeito foragido desde o fim do ano passado. Temos que testemunhar a incompetência da segurança do nosso Estado, que não tem sequer a capacidade de prendê-lo e, assim, mostrar aos demais que o crime não compensa.

Pela história que estamos vivendo hoje no Estado do Ceará, vemos que o crime está compensando. O crime está compensando especialmente para aqueles que usam da violência contra a família cearense. O crime está compensando exatamente para aqueles que buscam, por meio do enriquecimento ilícito, amedrontar e até assassinar empresários de bem, como aconteceu com o empresário que disputava a iluminação pública no Município de Morada Nova.

Isso é lamentável! O que resta é uma sequência sem fim de impunidade, o que gera mais impunidade e dá conforto àqueles que deveriam ser punidos.

Nós precisamos votar rapidamente este projeto. Já temos aprovada a urgência do projeto de lei para a tipificação das ações do crime organizado como crimes de terror. O Brasil precisa se unir, o mais rápido possível, e ser solidário àqueles que combatem o crime.

O que aconteceu ontem em São Paulo, com o assassinato do Delegado Ruy Fontes, é exatamente a demonstração clara da desinibição crescente do crime organizado, numa afronta às forças de segurança, às forças que fazem justiça no nosso Brasil, que buscam dar tranquilidade à nossa Nação. Esta situação não pode ser nacionalizada. Hoje, o medo não pode ser praxe no comportamento da família brasileira.

Somos um povo alegre, um povo feliz, um povo valente, um povo que precisa de respostas do poder público. Esse poder público, eleito pelo povo para votar matérias que deem tranquilidade e segurança ao povo, deve ser justamente a representação deste Parlamento.

Por isso, eu conclamo o Sr. Presidente Hugo Motta, todos os Líderes desta Casa e todos os Srs. Deputados e Sras. Deputadas a agilizarmos a votação do PL do terrorismo, para, desta forma, contribuirmos para a unificação das forças de repressão ao crime organizado e, assim, darmos tranquilidade à família brasileira.

Hoje estamos passando, por um lado, por um momento de dificuldades e, por outro, por um momento de solidariedade à família do Delegado Ruy Fontes, que se transforma no exemplo daqueles que podem contribuir, pela dignidade do seu trabalho, para minimizar os efeitos crescentes da criminalidade no nosso País.

É necessário resgatar o Brasil. O tempo está cada vez mais exíguo, mais curto, para que nós façamos este enfrentamento.

Defender o Brasil e a democracia significa, neste momento, defender a segurança das famílias brasileiras. Significa defender os homens e as mulheres de bem que fazem esta Nação. Esta Nação precisa de respostas. Estas respostas precisam ser dadas pela Câmara dos Deputados, por todos aqueles que têm compromisso com o Brasil e com as gerações futuras.

Viva o Brasil!

Viva a segurança nacional!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para reformular o parecer à proposta de emenda à Constituição, pela Comissão Especial, tem a palavra o eminente Deputado Claudio Cajado. *(Pausa.)*

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/PL - RS) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Osmar Terra, por 1 minuto.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero apenas comunicar que nosso Presidente Bolsonaro voltou a ser internado. Ele teve um quadro de queda de pressão, com vômitos, soluços, e, por isso, precisou voltar emergencialmente ao hospital para ser internado.

Eu queria falar sobre outra coisa, Presidente, diante desta realidade que nós estamos vivendo. Esta Casa é o templo da democracia. Aqui está o povo representado, e nós temos que proteger os interesses do povo.

Esta PEC protege os interesses do povo, ao dar guarida à opinião dos seus Deputados. Não me venham dizer que eles querem se blindar por isso ou por aquilo. Nós temos Deputados perseguidos por opinião. Temos Deputados calados por opinião. Nós somos o povo! Como diz o primeiro artigo da Constituição, todo o poder emana do povo, e será exercido por meio de representantes eleitos.

O Supremo não tem voto, mas está legislando no nosso lugar. Está legislando sobre drogas, sobre censura. Um único Ministro do Supremo derrotou o voto de 383 Deputados — um único Ministro do Supremo! Se quisermos honrar nosso voto e deixar de ser humilhados, se quisermos fazer com que o povo seja respeitado, através de seus representantes, e não humilhado, nós temos que voltar à Constituição de 1988, quando os Deputados realmente eram protegidos pelo mandato que o povo lhes deu — era o povo representado — e podiam emitir suas opiniões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra, por 1 minuto, a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Brasil precisa olhar para o futuro e superar o momento difícil que nós vivemos ao longo dos últimos anos. A referência ao futuro é a Constituição. Portanto, a decisão tomada pelo Supremo, no âmbito das suas responsabilidades, deve ser respeitada, e não se pode neste momento questionar sua plena aplicabilidade.

Aqueles que trabalham com a lógica da anistia seguem incentivando, no Brasil, a cisão, como está fazendo aquele que se encontra nos Estados Unidos, ainda como Deputado Federal. Traidor da Pátria, Eduardo Bolsonaro não pode mais ser considerado um de nossos pares.

Por isso, Sr. Presidente, para que andemos, com a democracia, para a frente, é hora de respeitarmos cada instituição deste País. Respeitar as instituições significa, neste momento, definirmos a pauta que interessa ao Brasil.

Ao Brasil não interessa a anistia. Ao Brasil não interessa olhar para os golpistas com leniência, não interessa redução de pena. Ao Brasil interessa modificar a legislação sobre o Imposto de Renda e garantir aos brasileiros os direitos que possuem.

Nada de anistia a golpistas!

É isso que nós temos que fazer agora.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares, e dá outras providências.

"I - Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3, de 2021, de autoria do Deputado Celso Sabino, dispõe sobre prerrogativas parlamentares, em especial sobre aquilo que concerne às imunidades material e formal dos membros do Congresso Nacional, aplicando as inovações aos Deputados Estaduais.

Em síntese, a proposta prevê:

- I) Produção de efeitos da inelegibilidade prevista no art. 14, § 9º, da Constituição Federal de 1988, condicionada à observância do duplo grau de jurisdição;
- II) Impossibilidade de afastamento da imunidade material, cabendo apenas responsabilização ético-disciplinar do Parlamentar perante a Casa Legislativa respectiva;
- III) Aplicação da prerrogativa de foro de Parlamentares no Supremo Tribunal Federal para crimes relacionados ao mandato;
- IV) Restrição da prisão em flagrante de Parlamentar aos casos em que a inafiançabilidade esteja prevista na Constituição;
- V) Disposições sobre a custódia do Parlamentar preso em flagrante e sobre as medidas seguintes à audiência de custódia;
- VI) Disposições sobre medidas judiciais relacionadas ao Parlamentar e ao exercício do mandato; e
- VII) Criação de novas hipóteses de recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça com o objetivo de garantir o duplo grau de jurisdição nos processos criminais julgados originariamente pelo Supremo Tribunal Federal, pelos Tribunais Superiores e pelos Tribunais de segunda instância.

Não foram oferecidas emendas à matéria.

Em 24 de fevereiro de 2021, foi proferido parecer de Plenário pela então Relatora, a Deputada Margarete Coelho, pela admissibilidade da proposta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, bem como pela sua aprovação na Comissão Especial, nos termos do substitutivo apresentado.

Em 19 de agosto de 2024, sobreveio decisão da Presidência que determinou que *'na esteira do que já se fez em situação similar, por ocasião da apreciação da PEC 293/2004'*, fosse designado Relator para proferir novo parecer em plenário.

É o relatório.

II - Voto do Relator

A proposição recebeu parecer de Plenário, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, favorável à sua admissibilidade. Em sequência, em substituição à Comissão Especial, passamos, nesta oportunidade, para a análise do mérito, nos termos do art. 202, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A proposta de emenda à Constituição, de autoria do nobre colega Deputado Celso Sabino, dispõe sobre prerrogativas parlamentares, em especial naquilo que concerne às imunidades material e formal dos membros do Congresso Nacional, aplicando as inovações aos Deputados Estaduais.

De início, friso que as prerrogativas parlamentares possuem natureza institucional e são essenciais para a atividade livre e autônoma do Poder Legislativo. Diferentemente do que se apregoa no senso comum, as prerrogativas não podem ser confundidas com privilégios incompatíveis com o princípio republicano. São, em verdade, garantias indispensáveis à própria viabilidade institucional do Poder Legislativo, pilar fundamental do Estado Democrático de Direito.

As prerrogativas institucionais atribuídas ao Poder Legislativo, neste sentido, em nada destoam daquelas constitucionalmente conferidas aos Poderes Executivo e Judiciário e ao Ministério Público, como, por exemplo, a imunidade processual, a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídios. Todas são medidas institucionais de caráter protetivo que salvaguardam as atividades tipicamente de Estado, e a parlamentar em específico, de eventuais ingerências, pressões e coações.

Portanto, as prerrogativas pertencem às Casas Legislativas, e os Parlamentares delas se valem quando no exercício do mandato parlamentar e em prol das atividades correlatas. Sem elas, insistimos, o representante não teria plena autonomia para cumprir o mandato que lhe foi conferido pelo povo.

Esta interpretação teleológica das prerrogativas institucionais está em absoluta conformidade com o entendimento doutrinário e com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

A título de exemplo, cito passagem do livro *Curso de Direito Constitucional*, de autoria do Ministro Gilmar Ferreira Mendes e do Procurador-Geral da República, Paulo Gustavo Gonet:

Com a finalidade de assegurar a liberdade do representante do povo ou do Estado-membro no Congresso Nacional, e isso como garantia da independência do próprio Parlamento e da sua existência, a Constituição traça um conjunto de normas que instituem prerrogativas e proibições aos congressistas [...].

A imunidade não é concebida para gerar um privilégio ao indivíduo que por acaso esteja no desempenho de mandato popular; tem por escopo, sim, assegurar o livre desempenho do mandato e prevenir ameaças ao funcionamento normal do Legislativo.

O eminente Prof. José Afonso da Silva, constitucionalista mais vezes citado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é bastante didático ao expor a natureza e a finalidade das prerrogativas institucionais:

São estabelecidas menos em favor do congressista que da instituição parlamentar, como garantia de sua independência perante outros Poderes constitucionais.

Em decisão recente, proferida por ocasião do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5526 (ADI 5526), cuja redação do acórdão foi entregue ao Ministro Alexandre de Moraes, o Supremo Tribunal Federal assim consignou seu entendimento a respeito das prerrogativas institucionais ora em análise:

Na independência harmoniosa que rege o princípio da separação de Poderes, as imunidades do Legislativo, assim como as garantias do Executivo, Judiciário e do Ministério Público, são previsões protetivas dos Poderes e instituições de Estado contra influências, pressões, coações e ingerências internas e externas e devem ser asseguradas para o equilíbrio de um Governo republicano e democrático.

Desde a Constituição do Império até a presente Constituição de 5 de outubro de 1988, as imunidades não dizem respeito à figura do parlamentar, mas às funções por ele exercidas, no intuito de preservar o Poder Legislativo de eventuais excessos ou abusos por parte do Executivo ou Judiciário, consagrando-se como garantia de sua independência perante os outros poderes constitucionais e mantendo sua representação popular.

Registramos, ainda, por oportuno, que as prerrogativas institucionais estão presentes em todas as Constituições brasileiras, tendo sido tolhidas apenas em períodos autoritários. Isso demonstra que elas são inequivocamente intrínsecas à própria democracia. A propósito, salientamos, também, que a previsão constitucional de prerrogativas institucionais é o padrão no Direito Constitucional comparado.

O professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo José Levi Mello do Amaral Jr., autor de notável monografia dedicada ao tema da inviolabilidade parlamentar, assim resume a tradição constitucional nacional e estrangeira:

*Consulta, breve que seja, ao sítio *Constitute Project* [...] (que permite comparar praticamente todas as Constituições vigentes no mundo e com razoável nível de atualização) revela que as imunidades parlamentares, de algum modo, constam de 180 das Constituições vigentes [...] Com efeito, todas as 22 democracias estáveis consideradas possuem Constituições ou diplomas normativos materialmente constitucionais que, sem nenhuma exceção, ainda que em diferentes medidas, dispõem sobre as imunidades parlamentares.*

[...]

Ademais, a Constituição de 1988 e a Emenda nº 35, de 2001, são a culminância de toda uma tradição constitucional na matéria, tradição essa iniciada com a Constituição de 1824, passando pelas Constituições de 1934 e de 1946, até chegar à Constituição de 1988 (aí incluída a Emenda nº 35, de 2001). Conheceu dois hiatos bastante evidentes como as Constituições de 1937 e de 1967, que escapam — seja pelas soluções que adotaram, seja pelos respectivos contextos autoritários — daquela tradição.

Esses esclarecimentos iniciais formam, portanto, as premissas que nortearam a elaboração deste voto e do substitutivo que o acompanha. Com isso, passo a expor o conteúdo do substitutivo.

O § 1º do art. 53 da Constituição Federal com a redação dada pelo substitutivo dispõe que, além de se submeterem a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal desde a expedição do diploma, os Deputados e Senadores, a qualquer tempo, somente serão alvos de medidas cautelares de natureza pessoal ou real provenientes daquele Tribunal.

O § 2º do referido artigo restaura a original redação do § 1º do art. 53, no sentido de que os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente sem prévia licença de sua Casa, e o § 3º que o segue determina que a licença de que trata o § 2º deverá ser deliberada pela respectiva Casa Legislativa, por votação secreta da maioria absoluta de seus membros, em até 90 dias a contar do recebimento da ordem emanada pelo Supremo Tribunal Federal.

O § 4º prevê que o indeferimento do pedido de licença suspende a prescrição enquanto durar o mandato, tal como dispunha o texto original do §2º do art. 53 da Constituição Federal.

O § 5º restabelece a redação original do § 3º do art. 53 da Constituição Federal, no sentido de que *'no caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Casa respectiva, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa'*.

Por fim, quanto ao art. 102 da Constituição Federal, o substitutivo propõe que, além das autoridades que já contavam com foro por prerrogativa de função do Supremo Tribunal Federal, também os Presidentes Nacionais de partidos políticos com representação no Congresso Nacional passam a ser julgados naquela instância.

Quanto às imunidades formais, a premissa é retomar parte do arcabouço original do estatuto dos Congressistas, restabelecendo a lógica havida no texto da Constituição Federal idealizado pelos constituintes originários, com aperfeiçoamentos, pois ele é o modelo mais equilibrado, equânime e democrático, já que autoriza a Casa Legislativa a se manifestar, previamente, a respeito da existência de indícios mínimos de autoria e materialidade da denúncia ou da queixa-crime apresentada em desfavor de membros do Congresso Nacional.

Diga-se, a propósito, que a redação original da Constituição nunca impediu que os Parlamentares fossem ou viessem a ser responsabilizados criminalmente. A intenção original, cuja metodologia se pretende restaurar, era que a Casa Legislativa pudesse avaliar, como instituição, a conduta de um de seus membros, sem com isso obstar a responsabilização penal, considerando a suspensão da prescrição na duração do mandato em caso de indeferimento da licença.

Estamos conscientes de que o modelo original foi objeto de crítica, no que resultou a aprovação da Emenda Constitucional nº 35, de 2001. Naquela oportunidade, passou-se a adotar o modelo de sustação da ação penal em vez de licença prévia ao processamento da denúncia ou queixa-crime. Desde 1988, portanto, vivenciamos dois modelos distintos e por um prazo razoável: entre 1988 e 2001, vigorou o modelo da licença prévia; e, de 2001 até a presente data, o modelo de sustação da ação penal.

Verificou-se, todavia, que as mudanças ali introduzidas acabaram por inferiorizar a posição institucional das Casas Legislativas e por fragilizar o exercício do mandato eletivo. Dessa avaliação, concluímos ser necessário, neste momento, voltar a garantir aos Congressistas, no exercício do mandato e em função dele, plena liberdade, como forma de preservar o Poder Legislativo e os princípios da separação dos Poderes e da soberania popular e, portanto, a própria democracia.

Propomos, assim, fixar um prazo de "até 90 dias para que a respectiva Casa Legislativa aprecie, por meio de votação secreta, o pedido de licença prévia para instauração do processo criminal.

Mantivemos, também, o dispositivo que suspende o transcurso da prescrição na hipótese de indeferimento do pedido de licença, o que, mais uma vez, sinaliza o compromisso desta relatoria em evitar a blindagem de quem quer que seja.

Ainda a respeito das imunidades formais, o substitutivo prevê regramento específico em relação às medidas cautelares de natureza pessoal e real provenientes aplicadas em desfavor de membro do Congresso Nacional. Esse é um ponto essencial, uma vez que nem o texto original nem a Emenda Constitucional nº 35, de 2001, deram o devido tratamento à matéria.

Encerro este voto saudando novamente o nobre colega Deputado Celso Sabino pela iniciativa desta proposição. Reiteramos o nosso propósito de apresentar um texto substitutivo que sintetize a tradição constitucional brasileira, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e o direito comparado; um texto ponderado, refletido, sem casuísmos e avesso à impunidade.

Nosso compromisso ao assumir esta relatoria é assegurar o pleno exercício das atividades parlamentares. Isso só será possível se o Congresso Nacional estiver munido das devidas prerrogativas.

Quero também dizer que absorvi muitas sugestões do Deputado Lafayette de Andrada, meu colega que aqui substituo na relatoria desta PEC.

"II.1 - Conclusão do voto

Pelo exposto, pela Comissão Especial, voto no sentido da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, nos termos do substitutivo ora apresentado.

(...)

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021.

Altera os arts. 53 e 102 da Constituição Federal para dispor sobre prerrogativas parlamentares."

Devo dizer que o texto já está disponibilizado no sistema da Casa.

"As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 53 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 53.

§ 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal e, a qualquer tempo, somente serão alvos de medidas cautelares de natureza pessoal ou real dele provenientes.

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Casa.

§ 3º A licença de que trata o § 2º deverá ser deliberada pela respectiva Casa Legislativa, por votação secreta da maioria absoluta de seus membros, em até noventa dias a contar do recebimento da ordem emanada pelo Supremo Tribunal Federal.

§ 4º O indeferimento do pedido de licença suspende a prescrição enquanto durar o mandato.

§ 5º No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de vinte e quatro horas, à Casa respectiva, para que, pelo voto secreto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação de culpa.

..... (NR)

Art. 2º O art. 102 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 102.....

I -

b) nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, os Presidentes Nacionais de partidos políticos com representação no Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República;

..... (NR)

Art. 3º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação."

Sras. e Srs. Deputados, eu quero acrescentar que esta PEC, em hipótese nenhuma, trata de defender privilégios individuais. Trata-se de resguardar garantias institucionais que pertencem, na verdade, à sociedade brasileira.

A imunidade material e a imunidade formal, previstas em nossa Carta Magna, são instrumentos indispensáveis para que cada Deputado e cada Senador possam exercer suas funções com independência, sem temer perseguições políticas ou intimações externas.

Mais do que isso, a harmonia e a independência entre os Poderes, princípios consagrados no art. 2º da Constituição, só se concretizam quando o Poder Legislativo é respeitado em sua inteireza, em sua dignidade e em sua liberdade de atuação. O enfraquecimento das prerrogativas parlamentares não apenas atinge esta Casa, mas também ameaça o equilíbrio da República e a soberania do povo.

Não podemos admitir que, em nome de conjunturas políticas ou de interpretações casuísticas, se relativizem direitos que foram conquistados a duras penas no processo constitucional de 1988.

Portanto, defender as prerrogativas parlamentares é defender a Constituição; é defender o mandato de cada um aqui que recebeu do povo o sufrágio universal; e, sobretudo, é defender a própria democracia no nosso País.

Está lido o relatório e exposto o voto.

Convido os colegas a votarem esta matéria com altivez, para que o Senado Federal também possa fazê-lo, de preferência ainda no dia de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PARECER ESCRITO ENCAMINHADO À MESA PELO SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Sras. Deputadas e Srs. Deputados Federais, antes de irmos para o próximo requerimento, que é um requerimento de adiamento de discussão, e após a leitura do parecer do Deputado Claudio Cajado, eu queria pedir a atenção dos senhores e das senhoras, pois vou falar um pouco sobre esta matéria, que decidimos colocar na pauta da Ordem do Dia de hoje, para que todos possam entender que, primeiro, a motivação de esta PEC estar na pauta é um compromisso que esta Presidência tem com a autonomia dos nossos mandatos, do mandato parlamentar.

Houve a decisão de trazê-la à pauta, com o apoio da maioria do Colégio de Líderes, para que este Plenário possa deliberar acerca de uma matéria que eu julgo de muita importância, para trazer as garantias constitucionais de que os nossos mandatos precisam.

O relatório do Deputado Claudio Cajado, a quem cumprimento, nada mais é do que o retorno ao texto constitucional de 1988, que foi aprovado pela então Constituinte e que foi alterado por esta Casa.

Diante de muitas discussões, de atropelos, de abusos que aconteceram contra colegas nossos em várias oportunidades, a Câmara tem, hoje, a oportunidade de dizer se quer retomar esse texto constitucional ou não.

É um texto sem novidades. É um texto sem "invencionismos". É um texto que garante, na minha avaliação, o fortalecimento do mandato parlamentar de cada um que está nesta Casa.

Esta não é uma pauta de Governo ou de Oposição. Esta não é uma pauta do PT ou do PL. Esta não é uma pauta da Direita ou da Esquerda. Trata-se de uma decisão que esta Casa terá que tomar no dia de hoje. A Casa decidirá se quer retomar o texto constitucional, visando ao fortalecimento do nosso mandato parlamentar, ou não. É uma decisão que nós vamos ter que tomar.

Respeito quem pensa de forma contrária. A posição da Presidência é pautar as matérias, para que o Plenário, que tem a soberania necessária, possa decidir.

Que, no dia de hoje, tomemos a decisão acerca dos nossos mandatos.

Eu vejo muitos Deputados aqui. Eu falei com praticamente todos os Deputados — e falo diariamente. Muitos estão fazendo reclamações acerca das prerrogativas parlamentares, da imunidade parlamentar, da atividade que nos é confiada pela população brasileira. Afinal, aqui está representada a sociedade brasileira, a nossa população, o nosso povo. Eu vejo muitos Parlamentares reclamando. Esta é a oportunidade que o Plenário tem.

Nós vamos respeitar a vontade do Plenário, seja ela qual for. Hoje, nesta data, decidiremos se vamos votar pelo fortalecimento das prerrogativas parlamentares ou não. Esta será uma decisão soberana e individual de cada Deputado e de cada Deputada Federal neste plenário na tarde e noite de hoje.

Muito obrigado.

Requerimento de adiamento de discussão.

Senhor(a) Presidente,

Requeiro a V.Exa, nos termos do art. 117, X, combinado com o art. 177, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o adiamento da discussão do(a) PEC 3/2021, pelo prazo regimental.

Sala das Sessões

Talíria Petrone - (Líder da Fed. PSOL/REDE)

PSOL/RJ

Para encaminhar o requerimento, tem a palavra a Deputada Talíria Petrone.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - O Deputado Ivan Valente vai encaminhá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero discordar do Presidente desta Casa.

A votação desta PEC da blindagem, somada à anistia fajuta de amanhã e à nomeação do Eduardo Bolsonaro, esse quinta-coluna, para a Liderança, é golpe continuado, é sabotagem ao Brasil. Lá do exterior, esse quinta-coluna está agindo em nome do Governo Trump. E digo mais: isto aqui é uma vergonha, é um escárnio com o povo brasileiro. Vejam que 80% da população é contra isso!

Não se trata de manter prerrogativas, como o direito de voz e voto dos Deputados, mas, sim, de livrar Deputados em casos de corrupção, de assassinato, de maracutaia com emendas, de pedofilia, do crime que quiser.

E digo mais: retira-se o Poder Judiciário da jogada para que entre o Congresso, que vai dizer se vai ser aberto, quando vai ser aberto e que instituição vai julgar. É a certeza da impunidade e do corporativismo.

Isto aqui é uma vergonha! Peço aos Deputados que pensem bem na sociedade civil, na opinião pública.

O segundo ponto é a anistia de amanhã. A anistia geral já subiu no telhado há muito tempo. Eles sabem que vão perder aqui, no Senado, no veto do Lula, no Supremo. Não adianta vir com chororô, porque isso vai ser cumprido. O golpe de Estado vocês já tentaram. Era bala na agulha.

Terceiro ponto. O acordo do Centrão com a extrema direita mostra o seguinte: não têm vergonha na cara. Não se critica o tarifaço, a intervenção ao Judiciário, o golpe de Estado, o fim da democracia. O que vocês querem? Impunidade e semipresidencialismo.

Deputado Hugo Motta, essa ideia partiu de Eduardo Cunha, tutor de V.Exa., e de Arthur Lira, também tutor de V.Exa. Por isso V.Exa. se sentou nessa cadeira. Mas o Brasil está cansado de maracutaias, de enganação, e quer construir pautas positivas: liberação do Imposto de Renda, da conta de luz, a votação da PEC da Segurança Pública.

(Durante o discurso do Sr. Ivan Valente, o Sr. Hugo Motta, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Diego Coronel, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, 1 minuto.

Eu gostaria de salientar que o Deputado Eduardo Bolsonaro assumir a Liderança da Minoria está de acordo com o Regimento da Casa. Acontece que a Esquerda tem certos ditadores de plantão, os quais não aceitam que nós tenhamos maneiras de colocar nossas pautas e a vitória ser o nosso objetivo.

Eu deixo bem claro que a anistia também será aprovada nesta Casa, porque não houve nada, não houve golpe, não houve terrorismo, e todos sabem disso. O único juiz que julgou foi o Fux. O resto estava lá com ódio e vingança.

Portanto, a razão está conosco, patriotas de direita.

O SR. PRESIDENTE (Diego Coronel. Bloco/PSD - BA) - Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Gustavo Gayer. *(Pausa.)*

Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Sargento Gonçalves. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) - Enquanto o Deputado se dirige à tribuna, peço 1 minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Diego Coronel. Bloco/PSD - BA) - Pois não.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, um texto atribuído a Rui Babosa diz o seguinte: *"De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto"*. Ele diz ainda: *"Os canalhas também envelhecem"*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP) - Peço 1 minuto, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) - Peço 1 minutinho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Diego Coronel. Bloco/PSD - BA) - Vamos primeiro ouvir quem está na tribuna.

Deputado Sargento Gonçalves, V.Exa. tem o prazo de 3 minutos. *(Pausa.)*

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP) - O senhor deveria me conceder 1 minuto por equidade.

O SR. PRESIDENTE (Diego Coronel. Bloco/PSD - BA) - Na sequência, será concedido 1 minuto a V.Exa.

(O Sr. Diego Coronel, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Altineu Côrtes, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra o Deputado Sargento Gonçalves, que já se encontra na tribuna.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (Bloco/PL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós encaminhamos contra o requerimento de adiamento da discussão.

Nós temos o entendimento de que a pauta prioritária para o Brasil neste momento, pensando na pacificação, é a anistia. Eu não tenho dúvida de que nós conseguiremos, amanhã, aprovar o requerimento de urgência, até porque há um acordo com os partidos de centro, há um acordo com o Presidente da Casa, Deputado Hugo Motta, que há 7 meses já vem se comprometendo a pautar a matéria, que é prioridade para o Brasil: a anistia.

Sobre as prerrogativas, naturalmente, o texto da PEC 3 não é o ideal. Nós, de fato, precisamos de um texto melhor. Mas eu não tenho dúvida de que é um avanço. E aqui eu vejo políticos da Esquerda, da extrema esquerda, ligados ao Governo Lula, que é um Governo corrupto, um Governo que voltou à cena do crime, como disse o Vice-Presidente, Geraldo Alckmin — quem disse isso não fui eu, quem disse isso foi o próprio Vice-Presidente.

O descondenado está retornando à cena do crime com seu partido, o partido das trevas, o Partido dos Trabalhadores. E não precisa de proteção na Constituição, não precisa de leis que o protejam, porque, de fato, já tem seus amigos no puxadinho do PT no STF. De fato, há necessidade de proteção constitucional para políticos que vêm aqui, Deputados e Senadores, representar o povo, mas que, infelizmente, têm sido perseguidos.

Sr. Presidente, com 1 ano e meio de mandato, eu fui acionado por um delegado da Polícia Federal. Passei 3 horas sendo ouvido por um delegado da Polícia Federal simplesmente por uma fala. Um Parlamentar, eleito pelo povo, quando chega aqui, depara-se com a abertura de um procedimento, um inquérito policial, presidido pelo Ministro, que não deveria mais ser Ministro, Alexandre de Moraes, por simplesmente ter feito uso da palavra. Se um Deputado não pode mais falar, representar aqueles que o elegeram, o que nós estamos fazendo aqui?

Por isso, há necessidade, de fato, de esta Casa buscar proteger os mandatos. Isso é democracia. Essa não é a PEC da blindagem, mas, na verdade, uma PEC de proteção à democracia do nosso povo. A blindagem, infelizmente, já está sendo realizada por Ministro do Supremo Tribunal Federal, que, semana sim, semana não, descondena envolvidos na Lava-Jato. Precisamos aprovar esta PEC o mais rapidamente possível.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, eu queria um esclarecimento.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) - Presidente, 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Só um minutinho.

Terminou o encaminhamento de discussão. Vou dar 1 minuto à Deputada Bia Kicis, depois 1 minuto à Deputada Maria do Rosário e à Deputada Talíria Petrone.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, estamos muito preocupados, porque o Presidente Bolsonaro retornou ao hospital com crises seriíssimas de soluço e pressão alta. Nosso Presidente está sendo maltratado, perseguido. Parece que pretendem mesmo colocá-lo numa prisão para matá-lo.

Só que o povo brasileiro ama o Presidente Bolsonaro. Aqueles que amam o bandido de lá não contam, mas o povo brasileiro de bem ama o Presidente Bolsonaro. Isso é um tapa na cara dos brasileiros.

Inclusive, há 2 dias, o Presidente foi ao hospital. No retorno a sua casa, por causa de 5 minutos que ficou com a população, o Ministro Alexandre quer saber por que demorou.

Ninguém aguenta tanta humilhação. Não aceitamos essa perseguição! Estão matando o Presidente, e a culpa será desses que o perseguem.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Concedo 1 minuto à Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, para dialogar com a notícia, quero dizer que desejo ao ex-Presidente Bolsonaro saúde, porque o Brasil pretende que ele esteja com saúde para cumprir cada um dos 27 anos de prisão aos quais ele foi condenado.

Senhoras e senhores, quero sustentar a legalidade dos atos que devemos tomar. Este debate sobre prerrogativas está colocado de forma inadequada neste momento. Por isso, é importante que esse requerimento de adiamento de discussão seja aprovado.

Para que o País seja pacificado, nós devemos cumprir as metas, e não falar em uma anistia espúria, e não continuar atacando a Nação, as instituições e, sobretudo, o antideputado e antibrasileiro Eduardo Bolsonaro.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra, por 1 minuto, a Deputada Talíria Petrone.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu peço a V.Exa. atenção, porque eu queria um esclarecimento para que eu possa informar a minha bancada.

Pelo que me foi comunicado, a presença, que hoje deveria ser física, com votação virtual, também foi aberta por meios virtuais. Eu gostaria de saber de V.Exa. se isso procede ou não, para que eu possa informar a minha bancada, para que a minha bancada tenha o mesmo direito de quem não veio a Brasília de se posicionar sobre a PEC da blindagem, como outras bancadas.

V.Exa. pode me responder?

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Sim, Sra. Deputada.

Conforme foi comunicado à Assessoria, o regime de presença desta sessão será semipresencial.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Mas, então, não houve liberação de presença virtual?

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Não, será semipresencial.

Quem não estiver no plenário pode usar o Infoleg para...

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Para votar.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - ... para dar a presença e votar.

V.Exa. terminou?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, desculpe-me, não é para causar confusão. É para eu poder entender.

A votação hoje é virtual, depois da presença física.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Sim, senhora. Será virtual.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Ela se mantém assim?

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Mantém-se assim.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - É porque eu tenho informações de pessoas que deram presença, virtualmente. A informação é que foi liberado.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PL - PR) - A Deputada Talíria está querendo ir embora, Presidente. Pode liberá-la.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Só um instantinho, Deputado. Eu estou dialogando. Não tumultue. Uma coisa é o voto...

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Pessoal, vamos finalizar.

Eu estou dando 1 minuto, e precisamos passar para a orientação.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Como Líder de bancada, eu quero saber.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Eu vou dar 1 minuto à Deputada, 1 minuto ao Deputado General Girão e ao Deputado Ivan Valente, e nós vamos passar para a orientação.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Mas qual é a minha resposta, Presidente? Não tem resposta?

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PL - PR) - Presidente, libere a Deputada. Ela está querendo ir embora.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Eu estou respondendo a V.Exa. que na sessão semipresencial, pelo Infoleg, pode-se registrar presença e voto. Está bem?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Não, normalmente não é assim. Então, V.Exas. mudaram durante a sessão.

Não tem problema. Então, vou avisar a minha bancada.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Essa questão foi decidida pelo Presidente Hugo Motta.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Então, houve uma mudança durante a sessão.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra, por 1 minuto, o Deputado General Girão.

O SR. GENERAL GIRÃO (Bloco/PL - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em relação ao que estamos votando hoje, causa-nos preocupação perdermos o princípio da oportunidade.

O art. 53 tem sido banalizado já há algum tempo no País por interpretações da Presidência da Mesa, de 2019 até agora, por pelo menos duas vezes.

Na interpretação do *caput* do art. 53, quando cita que os Deputados e Senadores são invioláveis por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos, esse "quaisquer" representa qualquer local, qualquer opinião, qualquer voto. A interpretação que tem sido dada pela Mesa, instigada pelo Supremo Tribunal Federal, tem sido de que só vale se for na tribuna do plenário da Câmara.

Isso está errado, e nós tínhamos que mexer nisso daí.

Eu peço...

(Desligamento do microfone.)

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente...

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - Presidente, questão de ordem.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Depois, peço uma questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra, por 1 minuto, o Deputado Ivan Valente.

Depois, vamos passar para a orientação de bancadas.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, vou aguardar a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Só um minutinho.

Tem a palavra, por 1 minuto, o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria falar da gravidade do momento que nós estamos vivendo aqui e da nossa responsabilidade.

Quando, em 1968, a Câmara deliberou por proteger um Deputado que seria cassado, era uma ditadura militar. O que aconteceu é que a Câmara votou contra e foi fechada, simplesmente isso. Por isso, a Constituinte acompanhou.

Aqui, não. Nós sabemos que a proposta está sendo votada para a proteção de crimes comuns, qualquer um: maracutaia de emenda, corrupção, assassinato, pedofilia! A sociedade brasileira, 80% dela, vai julgar que isso é um privilégio dos Deputados. É a desmoralização da Câmara dos Deputados! Escárnio, vergonha, é o que estamos fazendo!

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Peço só um minutinho, Deputada Talíria Petrone.

Deputada Sâmia Bomfim, V.Exa. quer levantar uma questão de ordem?

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra, para levantar uma questão de ordem, a Deputada Sâmia Bomfim.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, suscito questão de ordem com base no Ato da Mesa nº 154, de 2025, que diz:

Art. 2º As sessões e reuniões da Câmara dos Deputados (...) terão o seguinte regime de funcionamento:

I - presencial, em que o registro de presença deverá ser efetuado exclusivamente de forma presencial nos postos de registro biométrico instalados nos plenários;

II - semipresencial, em que o registro de presença poderá ser efetuado nos termos do regime presencial ou por meio do aplicativo Infoleg.

§ 1º O regime presencial será adotado nas sessões e reuniões de terças, quartas e quintas-feiras.

(...)

§ 3º O Presidente da Câmara poderá determinar regime de funcionamento diverso (...) que deverá ser publicado com antecedência mínima de vinte e quatro horas.

Sr. Presidente, esta sessão, como todas as sessões de terça-feira, foi convocada no regime de presença biométrica e votação *on-line*. Ao longo da sessão, coincidentemente, depois de não observado o quórum suficiente para aprovar esta vergonhosa PEC da blindagem, foi alterado o modelo de registro de presença para o formato *on-line*, diferentemente de todas as sessões instituídas desde o ato da Mesa citado, que obriga o registro presencial. E, mais grave, a mudança não foi anunciada com a antecedência de 24 horas, como o próprio ato da Mesa, assinado por V.Exa., institui.

Para piorar, nós ficamos sabendo disso pela rádio corredor, porque não foi formalmente anunciado à nossa Líder, à nossa bancada e tampouco aos Parlamentares que são contrários à PEC, mas, que por algum motivo, não estão presentes no Congresso Nacional.

O que está acontecendo é absolutamente não regimental. Afinal de contas, o ato é explícito: às terças-feiras, a presença é computada por meio de registro biométrico. E, caso haja mudança, o anúncio deve ser feito com 24 horas de antecedência.

Por que está sendo feita essa manobra? Porque querem, a todo custo, impor um quórum para votar a PEC da blindagem, que, na prática, é a volta do voto secreto. É uma votação a distância para que Parlamentares possam, de forma secreta,

definir se os Parlamentares podem ou não responder a processos judiciais, por exemplo. É uma manobra na cara dura, que desrespeita a decisão da própria Mesa Diretora!

É por isso que nós reivindicamos que esta votação, nesses termos, não é regimental e não pode ser procedida dessa forma. Nós exigimos que se respeite o ato da Mesa!

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Recolho a questão de ordem de V.Exa. Eu a responderei oportunamente.

Deputada Talíria Petrone, é questão de ordem? É o mesmo assunto?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Sim, Presidente, é o mesmo assunto, mas só queria reforçar um artigo.

Na verdade, é sobre o Ato da Mesa nº 123, de 2020, somado ao ato mencionado pela Deputada Sâmia, que diz que as sessões presenciais são realizadas nas terças, quartas e quintas-feiras, e que, para mudar esse regime de presença e votação, nós precisamos de 24 horas.

Eu entendo que V.Exa. recolha a questão de ordem, mas, neste momento, estamos em uma sessão em que não sabemos bem como ela está funcionando. Assim, não vai adiantar V.Exa. responder a questão de ordem depois, Presidente. Portanto, eu gostaria de receber uma resposta, como Líder da minha bancada.

Por exemplo, eu não sei se a Deputada Luiza Erundina está em Brasília ou não. Eu gostaria de informar os meus Deputados se eles podem dar presença ou não. Dei esse exemplo, porque acho que qualquer bancada que queira informar o seu Deputado se ele pode dar presença fora daqui, sem estar em Brasília, precisa dessa informação.

Nesse sentido, parece-me que V.Exa. recolher a questão de ordem e respondê-la depois não vai servir para nada.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Só um minutinho, Deputado.

Deputada, conforme a Assessoria deve ter orientado ou dialogado com V.Exa., nas sessões semipresenciais, tanto a presença quanto a votação são prerrogativas da Presidência.

Portanto, essa é a minha resposta para sua questão de ordem.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Mas em qual artigo está essa orientação, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Essa é uma prerrogativa da Presidência.

Orientação de bancada.

Como orienta o PL?

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PL, digníssimo Presidente, orienta "não". Mas eu quero deixar bem claro que, independentemente do nome que se dê a essa PEC, e pode ser blindagem, nós Parlamentares precisamos estar blindados contra um STF que só julga politicamente. *"Quando a política invade os tribunais, a Justiça foge pela janela."* É isso que nós vivemos hoje no Brasil!

Portanto, nós Parlamentares temos que estar protegidos de todas as maneiras. Eu mesmo estou sendo processado! Tenho dois processos em andamento. Cada processo pela minha fala pede 1 milhão de reais! São 2 milhões de reais que estão pedindo pela minha fala! O art. 53 me dá esse direito.

Logo, o mínimo que nós devemos ter é o direito à fala e o de nos protegermos desse STF, que está totalmente politizado e envergonha o Brasil perante o mundo!

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos.

Está iniciada a votação.

Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Nós orientamos "sim".

É um absurdo que nós estejamos aqui discutindo a blindagem de Parlamentares, que nós estejamos aqui promovendo um retrocesso no que esta Casa, atendendo aos clamores da sociedade, aprovou em 2001, ou seja, que nenhum Parlamentar, ao ser eleito, esteja acima da própria lei.

O que se quer é que esta Casa autorize o processo, o recebimento da denúncia; que esta Casa autorize o processo, independentemente de qualquer crime. O Parlamentar pode roubar, o Parlamentar pode matar, o Parlamentar pode cometer qualquer crime se essa proposição for aprovada.

Para além disso, existem as medidas cautelares, que são fundamentais para que se possa levar adiante qualquer investigação. No entanto, há lugar em que elas não cabem! Não cabem! Isso é um absurdo!

É "sim" ao adiamento.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB) - Peço a palavra para uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Só um minutinho, Deputado, estamos na orientação.

Como orienta o União Brasil?

O SR. RODRIGO DE CASTRO (Bloco/UNIÃO - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O União Brasil orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o PP?

O SR. ALLAN GARCÊS (Bloco/PP - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o PSD? (*Pausa.*)

Como orienta o Republicanos?

O SR. GILBERTO ABRAMO (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O nosso encaminhamento é "não".

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - O Republicanos orienta "não"; o União Brasil orienta "não"; o Progressistas orienta "não".

Como orienta o MDB? (*Pausa.*)

Como orienta a Federação PSDB CIDADANIA? (*Pausa.*)

Como orienta o Podemos? (*Pausa.*)

Como orienta o PDT? (*Pausa.*)

Como orienta o PSB?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta "sim", pelo adiamento da discussão.

Nós queremos votar temas que unifiquem o País, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Como orienta a Federação PSOL REDE?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nossa federação não quer votar essa matéria. Portanto, vota "sim" ao adiamento.

Permita-me retomar um assunto, Presidente.

O § 3º do ato da Mesa, que V.Exa. ignorou, diz literalmente o seguinte:

§ 3º O Presidente da Câmara dos Deputados poderá determinar regime de funcionamento diverso do previsto nos §§ 1º e 2º no ato de convocação da sessão — vejam, está aqui —, que deverá ser publicado com antecedência mínima de vinte e quatro horas.

No ato de convocação, se puderem mostrar, está "presencial".

Então, com todo o respeito, quero dizer que mudaram as regras do jogo durante o jogo. E para quê? Para confundir imunidade parlamentar com impunidade.

Nós não achamos que o Congresso Nacional é que tem que deliberar se um Deputado que comete crime de corrupção, de assassinato, de ódio, tem que ser processado criminalmente ou não. Nós não temos que decidir isso. Quem tem que decidir isso é a Justiça.

Portanto, não queremos votar a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o Avante? (*Pausa.*)

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB) - Peço a palavra para uma questão de ordem, Presidente, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra, para uma questão de ordem, o Deputado Cabo Gilberto Silva.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - É com base no art. 95 e na resolução da Mesa Diretora.

Só vou usar 1 minuto, Sr. Presidente.

Primeiro, quero dizer que a base do Governo está fazendo questão de ordem apenas para postergar. Eu não os vi com essa preocupação quando o Tribunal Superior Eleitoral mudou a regra do jogo nos 45 minutos do segundo tempo. Ninguém os viu defenderem a democracia.

Só para deixar claro, eles estão postergando a discussão e a votação, faltando com a verdade com relação ao objetivo da PEC, mas se esquecem de que há uma medida provisória do descondenado Lula. Quanto mais tempo vocês perderem aqui, ela pode caducar. Depois não vão para a imprensa mentir, como o Governo Lula faz, dizendo que foi por conta da Oposição que a medida provisória caducou.

Essa é a minha questão de ordem, Sr. Presidente. Eu fiz questão de insistir com V.Exa. para deixar claro que, quando a medida provisória caducar, não coloquem a culpa na Oposição.

Obrigado, Presidente Altineu.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Quem mudou a regra do jogo foi o Fux, e perdeu.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o Solidariedade? (*Pausa.*)

Como orienta o PRD? (*Pausa.*)

Como orienta o Partido Novo?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o Partido Novo orienta "sim" ao adiamento de discussão.

Consideramos que esta Casa teria uma boa oportunidade de fazer esse debate de maneira adequada, numa Comissão Especial, para tratar, sim, de abusos neste Parlamento, mas não dá para aceitar ampliação do foro privilegiado, em vez do fim do foro privilegiado, que é o que sempre defendemos. Não dá para compactuar com isso. Permitir que presidente de partido tenha foro privilegiado vai na contramão de tudo o que nós queremos. E achamos que votação secreta é inconcebível.

A nossa orientação, portanto, é "sim" ao adiamento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Como orienta a Maioria? (*Pausa.*)

Como orienta a Minoria?

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quem pode ser contra o fortalecimento do Congresso Nacional? É evidente que este texto não é o ideal. Nós deveríamos estar votando um texto que estabelecesse que passaria pela Câmara decisão do Supremo Tribunal Federal que fosse excessiva, extrapolasse qualquer tipo de diligência — busca e apreensão, medida cautelar —, como aconteceu no meu caso. Eu fui vítima de abuso de autoridade do Supremo Tribunal Federal, devido a uma diligência ilegal, inconstitucional. Até hoje, nenhum dos meus itens foram devolvidos.

Mas isto aqui é um grande avanço, porque poderemos inclusive decidir se uma ação, se um processo criminal deve avançar contra Deputados que, muitas vezes, são perseguidos por causa de suas falas, como vem acontecendo com os Deputados da Oposição.

Hoje, somos nós, e, amanhã, serão vocês. Não se trata de nenhuma blindagem. Estamos retomando um texto da Constituição, um texto que vigorou até 2000.

"Não" ao adiamento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Como vota a Maioria?

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Maioria vai liberar a bancada, Presidente, mas é importante que tenhamos a exata noção do que se está votando aqui hoje. Está se votando aqui hoje

o impedimento de que Parlamentares sejam processados sem o aval deste Parlamento, em votação secreta — secreta! A população não vai saber como cada Parlamentar votou. A votação será secreta, sem nenhum tipo de transparência.

Aqui se está discutindo que medida cautelar, busca e apreensão e outras não poderão ser realizadas no gabinete ou no escritório político dos Parlamentares. Assim, em alguns locais, não caberá nenhuma medida cautelar, que é fundamental para o processo de investigação.

O que se está discutindo aqui é blindagem. Existe Parlamentar que acha que está acima da lei. Não fomos eleitos e eleitas para desrespeitar a lei e para não responder pelos nossos atos.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Como orienta a Oposição?

O SR. ELI BORGES (Bloco/PL - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu percebo que a Esquerda não quer este projeto. É lógico, toda vez que eles recorrem ao Supremo, eles conseguem processar todo o pessoal da Direita. Pode olhar os processos que estão lá. Naturalmente, para eles é confortável usar este projeto ou usar esta votação para pressionar os Deputados de direita. É perceptível.

Eu deixo isto claro: ter o Deputado a liberdade de se posicionar secretamente, essa é uma forma de se preservá-lo. O Deputado não terá mais o alcance do Governo nem do Supremo. Da outra forma, ele vai ser perseguido por causa até de um piscar de olho ou de uma palavra. Quando o Deputado vota secretamente, ele vota com a consciência tranquila. Há um ônus social, mas se trata do resgate do Poder Legislativo.

A orientação da Oposição é "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Como orienta o Governo?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, para o Governo, este é um assunto da Câmara. Então, o Governo libera a bancada. Não tem uma opinião. Julga que não seria correto ter uma opinião, seja contra, seja a favor, por ser este um assunto interno desta Casa.

Particularmente, eu me arrepio ao ver esse negócio de voto secreto. Há muito tempo, eu fui Vereador, depois fui Deputado Estadual, e uma coisa aprendi: não devemos esconder do povo o nosso voto. Mas agora querem que retorne o voto secreto, exatamente para se saber se algum Parlamentar poderá ser processado ou não.

Imagine, um Deputado comete um crime grave e vai votar secretamente sobre esse crime que cometeu? Pode se tratar de crime grave, por exemplo, não sei. Nós já vimos acontecer isso em alguns Parlamentos. Havendo voto secreto, esse Parlamentar poderá não ser processado, apesar de ter ocorrido crime grave? Nós estamos falando de qualquer crime.

Então, eu, particularmente, sou contra.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra o Deputado Zé Trovão, por 1 minuto.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu fico ouvindo aqui o discurso da Esquerda. Chega a ser assombroso.

É interessante, o lado esquerdo desta Casa adora judicializar tudo, e, como foi bem dito, este Parlamento está nas mãos da Suprema Corte. O Parlamento está nas mãos da Suprema Corte, mas hoje esta Casa vai libertar este Parlamento das mãos da Suprema Corte, porque Ministro da Suprema Corte não tem que ligar para Parlamentar para dizer como o Parlamentar vai votar, não.

Quero lembrar aos Deputados da Esquerda que esta PEC retoma um texto estabelecido pelo Constituinte de 1988. E acredito que nenhum Parlamentar aqui faz melhor do que o que foi feito na Constituinte, sabe mais do que aqueles que escreveram aquilo. Este Parlamento perdeu a moral quando a Esquerda usou a Suprema Corte para judicializar questões contra todos nós.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB) - Peço para fazer uso da palavra por 1 minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra, por 1 minuto, o Deputado Cabo Gilberto Silva.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - População brasileira, quando eu lhe peço que fique atenta ao que acontece na Câmara e do Senado, é justamente para que observe esses comportamentos da base do Governo.

O Governo vem falar de impunidade, de corrupção? Peço que me ajude, base do Governo! O maior esquema de corrupção da história está na mão de V.Exas. Roubaram no petrolão, no mensalão, em vários esquemas de corrupção ao longo da história brasileira, e vêm aqui bater no peito para dizer que são contra corrupção? "*Nós somos contra a impunidade.*" Tenham vergonha na cara!

É por isso que eu lhe digo, população brasileira: fique atenta, porque o PT a engana sempre, engana especialmente o meu querido Nordeste. Vamos parar de votar na "petezada", vamos fazer o certo.

Um abraço a todos.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra, por 1 minuto, a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu acho que a população tem que ficar extremamente atenta ao que está acontecendo aqui hoje, porque Parlamentares querem ter o direito de não responder pelos seus crimes.

Quando se diz que a licença para processar tem que ser decidida em 90 dias por votação secreta — secreta —, está se dizendo que, se não houver nenhuma decisão, o Parlamentar nunca vai responder.

Pergunto a você que está nos assistindo agora: você acha que Parlamentar tem que ter o direito de não responder pelos crimes que venha a cometer? Tem que ficar absolutamente blindado? Não pode ser alvo de qualquer medida cautelar? Tem que ficar sem responder por qualquer crime, seja qual for?

É preciso que a população fique atenta. São eles da extrema direita, os bolsonaristas, que não querem responder pelos seus crimes.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra o Deputado José Medeiros, por 1 minuto.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que se procura com esta medida é tão somente proteger esta Casa de anomalias. Eu me refiro, por exemplo, ao Procurador-Geral da República que temos e a um que deveríamos ter. Hoje, não dá para dizer que o Líder do PT não seja de fato o Procurador-Geral. Se ele pede a prisão de alguém da Oposição, é concedida. Se ele pede a suspensão de mandato, é concedida. Então, o que não queremos é uma situação em que ficamos ao sabor desse tipo de coisa.

Nós estamos aqui lutando, e inclusive há o risco, sim, de haver gente que tenha assessores que andem por aí com dinheiro na cueca e tenham, de repente, postergada um pouco a sua defesa. Não temos ninguém desse tipo.

Aqui só queremos a proteção das nossas prerrogativas e das nossas falas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra, por 1 minuto, o Deputado Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (PSB - DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a população brasileira já cunhou estas expressões a respeito desta PEC: a PEC da impunidade, a PEC da blindagem. A população brasileira quer discutir projetos que sejam efetivamente de interesse dela, da população.

Foi um avanço a aprovação do voto aberto. Quem tem vergonha de manifestar o seu voto? A população, que elegeu todos nós, tem o direito de saber como todos nós votamos em relação a todos os temas que são do interesse da Nação. No Parlamento, não tem cabimento o voto secreto.

Portanto, esta PEC constitui um retrocesso. A Câmara dos Deputados tem que se aproximar da população, votando efetivamente temas que sejam do interesse da população. Certamente a PEC da blindagem, a PEC da impunidade não contribui para o fortalecimento do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra, por 1 minuto, a Deputada Duda Salabert.

A SRA. DUDA SALABERT (PDT - MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Isto é um absurdo! A partir de agora, o Deputado pode roubar e matar, não vai ser preso, porque vai ser julgado pelos próprios pares. E, se ele perder o mandato, não for reeleito, basta que assuma a presidência do partido. Pode roubar, matar, e, se não for eleito, mas assumir a presidência de partido, também não vai ser julgado pelo STF, vai ser julgado pelo Congresso Nacional. Isso significa colocar o Parlamentar, o político acima da lei, porque o que vai ser levado em conta não é a lei, é uma decisão política do Parlamento.

Isso é uma vergonha! Esta não é a PEC da blindagem, é a PEC da malandragem. Esta PEC valoriza e prioriza o Centrão que desviou dinheiro público, Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra o Deputado Nikolas Ferreira, por 1 minuto.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (Bloco/PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, se algum Deputado cometer crime, ele irá para a cadeia sim. Basta que esta Casa diga "sim".

Obviamente, o voto secreto possibilita que o STF não chantageie estes Deputados aqui para poder livrar outros Deputados. Há um Brasil que eles estão pintando aqui. Nesse Brasil, parece que Deputado corrupto está indo para a cadeia. Qual? Se corrupção levasse gente para a cadeia, Lula não estaria na Presidência, estaria na cadeia.

O que nós estamos argumentando aqui hoje é muito simples, é que corruptos nesta Casa, "rachadores", os que cometem realmente crime não estão indo para a cadeia. Agora não vai ser preciso que nenhum "Procurador" Deputado do PT fique acionando o STF para que sejam cassados Deputados eleitos, representantes do povo, não. A decisão vai ter que passar por nós agora. Se alguém cometeu crime, vamos votar aqui a favor da prisão desse cara. Os da Esquerda estão com medo de quê? De eles mesmos serem presos? Eu acho que é isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra, por 1 minuto, o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Deputado Nikolas é novo no Parlamento. Parece que ele desconhece corporativismo, autoproteção, blindagem entre pares. E não conhece também que fizemos uma ampla campanha anos atrás para acabar com o espúrio voto secreto no Parlamento. A população quer saber como os seus representantes votam em todas as matérias. O voto secreto que esta PEC da blindagem e da autoproteção traz é um absurdo total. O Deputado e o Senador têm que ter coragem de expor seu voto em qualquer situação. Não vamos, portanto, amparar a bandidagem e a gangsterização da política, que é o que esta PEC propõe.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (Bloco/PL - MG) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Vejam, eu tenho sido benevolente com todos, permitindo que se faça uso da palavra por 1 minuto. Eu só quero pedir aos Deputados que não citem outro Deputado, para que não tenhamos que ficar concedendo réplicas. O Deputado Nikolas foi citado. Vou lhe conceder 1 minuto. Depois, vou dar 1 minuto ao Deputado Pastor Henrique Vieira. Em seguida, vou encerrar a votação.

Tem a palavra o Deputado Nikolas Ferreira.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (Bloco/PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, cito este título de matéria: "*Lula defende voto secreto de ministros do STF*".

(Manifestação no plenário.)

Para a cúpula deles, para quem eles indicam, está tudo bem. Agora, para Deputado que quer prender bandido corrupto, voto secreto não pode. Contra fatos não há argumentos, meus senhores.

Agora querem falar de blindagem? Esperem aí. Qual foi aqui o partido que mais blindou corruptos, senhores? Quem da Lava-Jato está preso hoje, senhores? Quem da Lava-Jato está preso hoje? Ninguém! Pessoas no Peru estão devolvendo dinheiro da Odebrecht. Lá, pessoas estão presas por conta disso. No Brasil, não. No Brasil, quem defende amigo pobre é o PT, quem defende os bonzinhos é o PT. Vamos cair nesse conto? De forma alguma. Vamos para frente e vamos aprovar esse "trem" aí.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Um de vocês, como Bolsonaro, vai ser preso já, já.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra, por 1 minuto, o Deputado Pastor Henrique Vieira.

O SR. PASTOR HENRIQUE VIEIRA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta PEC, de fato, é uma vergonha. Deputado poderá ser processado apenas com autorização do Congresso, estabelecida por meio de voto secreto. Isso é um escárnio. Como se diz lá no Rio, é um esculacho contra a população brasileira.

É óbvio que isso distorce o conceito de imunidade parlamentar. É óbvio que existe um corporativismo, como disse a Deputada Duda Salabert. O Deputado poderá roubar, poderá matar, não vai ser colocado diante da lei, vai ter um julgamento político no Congresso por meio de voto secreto. Isso é absolutamente injustificável.

Lula está na Presidência da República porque ele foi eleito pela maioria do povo brasileiro. Já Bolsonaro perdeu a eleição e está corretamente preso neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra, por 1 minuto, o Deputado Rogério Correia.

Em seguida, vou encerrar a votação.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PT votará contra a PEC da blindagem, que, nas redes sociais, está sendo chamada de PEC da bandidagem. Não se quer dizer que quem vai votar seja bandido, mas aquele que for bandido poderá se esconder aqui na Câmara, porque os Deputados, por meio de voto secreto, poderão mantê-lo nesta Casa.

Imagine Deputados do PCC aqui dentro. É possível que o PCC eleja alguém, principalmente se for de partido dos milicianos, amigos de Bolsonaro. Ficará impune, mesmo sendo miliciano ou do PCC, e os que votarem a favor dele, por meio de voto secreto, não serão desmascarados. Por isso, o povo está chamando esta PEC de PEC da bandidagem.

Olhem, muitos Deputados que se diziam pessoas abertas estão aqui hoje se escondendo atrás do voto secreto. É uma vergonha o que está acontecendo. A PEC da bandidagem não pode passar...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 137;

NÃO: 324.

REJEITADO O REQUERIMENTO.

Passa-se à discussão em primeiro turno.

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Coronel Assis. *(Pausa.)*

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Coronel Ulysses. *(Pausa.)*

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Bibó Nunes. *(Pausa.)*

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Capitão Alberto Neto. *(Pausa.)*

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Gustavo Gayer.

O SR. GUSTAVO GAYER (Bloco/PL - GO. Sem revisão do orador.) - Presidente, olhe que curioso: o destino me trouxe a uma situação em que tenho que subir a esta tribuna do plenário para defender esta PEC das prerrogativas. Esta PEC, em uma situação normal, em um Brasil normal, jamais seria cogitada. Mas por que estamos aqui hoje tentando aprovar uma PEC que devolva as prerrogativas aos Deputados Federais?

Na elaboração da nossa Constituição, foi muito bem pensado o texto que dizia que, para que houvesse uma investigação ou uma ação penal da nossa Suprema Corte contra um Deputado Federal, ela deveria ser aprovada pela Casa. Sabem por que, meus amigos? Porque, lá no início, foi pensado que poderia haver a possibilidade de, um dia, o Supremo Tribunal Federal se transformar numa organização criminosa, perseguidora de políticos, e, por isso, deveria ser criada uma camada de proteção aos verdadeiros representantes eleitos, com suas virtudes e defeitos.

Essa situação que, no início, ao se elaborar a Constituição, era uma possibilidade longínqua, distante, hoje se tornou real. E eu provo isso. Pesquisa de 2 semanas atrás feita pela Atlas/Bloomberg perguntou ao povo brasileiro: "*O que você considera como a maior ameaça à democracia brasileira?*" Prestem atenção na gravidade dessa pergunta, meus colegas. "*O que o senhor e a senhora consideram como a maior ameaça à democracia brasileira?*" Acham que é o PCC, o Comando Vermelho, o crime organizado, a elite política, a imprensa? Eu vou ler para os senhores qual é, de acordo com seus eleitores, a maior ameaça à democracia brasileira. Dos entrevistados, 42,8% apontam o Poder Judiciário como o maior risco à democracia brasileira! O Poder Judiciário é visto pelos nossos eleitores como a maior ameaça à nossa democracia. Sabem quem ficou em segundo lugar, meus amigos, quanto às maiores ameaças à nossa democracia? Povo que é contra esta PEC, foi justamente o Governo Lula. É visto como a maior ameaça à nossa democracia por 38,8% da população brasileira, conforme o AtlasIntel, uma instituição internacional.

O que estamos vendo? Fizemos recentemente um estudo. Existem hoje 61 processos contra Deputados Federais sendo julgados na Suprema Corte. Desses 61 processos, 41 foram abertos por causa de palavras. Palavras! Parlamentares estão sendo condenados por causa de palavras.

Eu pergunto aos senhores da Esquerda neste plenário: quantas pessoas nos últimos 10 anos foram condenadas pela Suprema Corte e presas por corrupção? Quantas? Qual foi a última pessoa, o último Deputado Federal preso por corrupção? Ninguém lembra. Sabem por quê? Porque corrupção no Brasil, ainda mais com este Governo, não é crime, é *modus operandi*. Crime é lutar contra a corrupção.

Agora eu pergunto aos meus colegas aqui da Direita e do Centro: sabem por que a Esquerda e o Governo estão lutando com tanto afinco para impedir a aprovação desta PEC? Porque, com essa coleira suprema nos nossos pescoços, eles querem controlar cada um dos senhores. No caso de todos os projetos em relação aos quais eles sabem que não têm votos, eles ligam para o Supremo. Aí vem Presidente, vem Supremo ligar e ameaçar cada um dos senhores e das senhoras.

Eles querem perpetuar essa situação em que sejamos para sempre reféns do Supremo Tribunal Federal, que, como eu disse, é enxergado pela maioria da população como sendo a maior ameaça à nossa democracia.

Esta PEC, na minha opinião, não é a PEC das prerrogativas. É a PEC do fim da chantagem, é a PEC do fim da perseguição, é a PEC da libertação do Congresso, para que possamos votar de acordo com a vontade dos nossos eleitores e não de acordo com a vontade de alguns do Supremo Tribunal Federal, que não foram eleitos.

Então, sim, nós vamos comprar essa briga. Esse é o primeiro passo para restabelecermos o Congresso para o povo.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Para falar contra, tem a palavra o Deputado Kim Kataguiuri.

O SR. KIM KATAGUIRI (Bloco/UNIÃO - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, votar e aprovar esta PEC é pedir para o crime organizado disputar cadeiras e vencer eleições aqui dentro do Congresso Nacional, para se safar das suas investigações.

Na Constituição de 1988, quando o texto que querem aprovar agora estava em vigor, nenhuma investigação contra Parlamentar foi autorizada, nem em casos de homicídio, como houve; nem em casos de corrupção, como houve; nem em casos de tráfico, como houve. Mais de trezentos pedidos de investigação foram feitos, quando havia essa redação na Constituição de 1988, porque o Congresso precisa permitir a investigação, e nenhum deles pôde ser processado criminalmente.

Votar esta PEC é pedir ao PCC, ao Comando Vermelho que dispute a eleição, para ter mandato de Deputado Federal, e, depois, no voto secreto desta Casa, o sujeito nem sequer poder responder criminalmente pelos seus atos.

Veja: há várias e várias medidas que nós podemos tomar para brecar abusos do Supremo Tribunal Federal. Nenhuma delas está nesse texto. Esse texto não traz uma palavra sobre imunidade material.

Deputado, hoje, é processado e preso por coisas que diz na tribuna, por palavra, por opinião e por voto. Esse texto não trata absolutamente nada dessa matéria. E houve relatório anterior que tratava disso. O relatório anterior deixava claro que o Deputado, pelo que fala, pelo que vota, pelo que opina, só pode ser responsabilizado pelo Conselho de Ética nesta Casa. Esse texto eu votava. Esse texto eu votava.

Texto que fala de voto secreto para permitir processo criminal contra Deputado eu não voto, porque isso não é reagir a abusos do Supremo Tribunal Federal. Isso é criar um abuso do próprio Parlamento, para blindar corrupção.

Eu sei que muitos Parlamentares aqui, como os que discursaram agora, vão votar esta matéria em reação ao Supremo. E eu questiono a esses Parlamentares: os senhores realmente acreditam que a maioria esmagadora deste Parlamento, que os 324 votos que nós vimos no painel são de Deputados preocupados com o abuso do Supremo? Obviamente, não são. Obviamente, há uma agenda, que eu nem posso chamar de agenda oculta, porque ela é escancarada, de blindagem de esquema de desvio de corrupção, de desvio de dinheiro público.

Nós poderíamos acabar com o foro privilegiado, para o Supremo Tribunal Federal não julgar mais Parlamentares. Nós poderíamos adotar o modelo europeu e tirar o Supremo do Judiciário, que é o que eu defendo. O Supremo não tem que julgar casos concretos, tem que julgar lei em abstrato. Nós poderíamos acabar com decisão monocrática. Tudo isso limitaria abuso do Supremo, e nada disso está sendo votado. O que está sendo votado é a diferença entre o remédio e o veneno, que é a dose.

Os senhores estão pesando a mão nesse texto a ponto de proteger criminoso, faccionado, homicida, traficante, qualquer crime. Não há limitação de crime em relação ao mandato, não há limitação nenhuma nesse texto. E é voto secreto ainda. Aí vem um Deputado criminoso, a Procuradoria-Geral da República abre um processo contra ele, e todo mundo que quer proteger esse criminoso pode votar para que ele fique solto e não responda a processo, sem sequer falar para o seu eleitor qual foi o seu voto.

Gente, se um Parlamentar, nesta Casa, quer defender um sujeito preso por corrupção, preso por homicídio, preso por tráfico, o mínimo que este Parlamentar tem que fazer é votar abertamente.

Vejam: eu não tenho problema nenhum em votar contra a prisão de Parlamentar que está sendo preso abusivamente. O Daniel Silveira defendeu a minha cassação. O Daniel Silveira fez vários vídeos me xingando, mas eu, por correção, votei contra a prisão dele porque considerei que era ilegal. Eu não tenho problema de abrir o meu voto quando acho que a prisão é ilegal, é injusta. Qual é o medo, qual é o receio, qual é a agenda oculta de querer esconder o voto do Deputado quando

ele está analisando a prisão de um colega, ou um processo criminal contra um colega? Qual é o receio? O receio não é do Supremo. O receio é do eleitor, que vai ver a falta de vergonha na cara e não vai querer reeleger o sujeito.

Por isso, o meu voto é contra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Para falar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Sargento Gonçalves.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (Bloco/PL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, poderia até concordar, e concordo, com a opinião do Deputado Kim se, de fato, nós estivéssemos em uma democracia perfeita, em um mundo perfeito, mas, infelizmente, não estamos. Nós estamos em um país em que vivemos uma juristocracia, em que o Ministro do Supremo Tribunal Federal é quem dita as regras. Estamos passando por um momento tenebroso na nossa história. Por isso, eu digo que nós não estamos aqui defendendo prerrogativas de Deputados, mas prerrogativas dos representantes do povo. Se é algum tipo de blindagem, é a tentativa de blindar a democracia, a verdadeira democracia, e não a democracia relativa defendida pelos políticos da extrema esquerda.

Há uma necessidade urgente de nós preservarmos a representação popular, a soberania popular neste Congresso Nacional. Hoje, infelizmente, o Congresso está servindo só para gastar dinheiro público. Todas as decisões tomadas aqui, quando não são de interesse dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e do sistema corrupto do nosso País, são colocadas abaixo. O Supremo toma decisões legislando, atuando, usurpando a função do Congresso Nacional. Ele atua legislando como se não existisse o Poder Legislativo, e este Congresso nada pode fazer.

Por fim, vem a perseguição, uma perseguição descarada. Perseguem só políticos da Direita, aqueles que têm um pensamento diferente do dos Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal. Não podemos admitir isso.

De fato, o texto apresentado à PEC 3 não é o texto ideal. Defendemos, como os colegas do NOVO, a ideia do fim do foro privilegiado, que é um absurdo no Brasil. Defendemos o fim da decisão monocrática também. No entanto, infelizmente, se nós não conseguirmos isso, há a necessidade de, pelo menos, minimizar os danos que têm trazido grande prejuízo à democracia do Brasil.

É importante nós aprovarmos esse texto hoje e com a expectativa, se Deus quiser, de amanhã conseguirmos aprovar a urgência de uma prioridade para nós, nesta legislatura, que é a anistia, para fazer justiça a todos os perseguidos políticos deste País. Há necessidade da aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita. E, dentro desse conjunto de buscar preservar a democracia, preservar a própria Constituição, há necessidade, sim, de aprovarmos a PEC 3 hoje, a PEC das Prerrogativas, ou, como bem disse o colega Deputado Gustavo Gayer, a PEC do fim da chantagem.

É inadmissível que Ministros do STF liguem para Deputados aqui, orientem voto, façam Deputado mudar voto, uma verdadeira chantagem. E não há outra forma de isso ser feito, senão alterando a Constituição, retornando ao texto original do Constituinte de 1988. Não se está inserindo nada a mais, mas se está, de fato, resgatando esse texto do Constituinte de 1988.

E, quanto à questão do voto secreto do Parlamento, naturalmente, não se está querendo ocultar o voto para a população. Todas as minhas votações aqui eu faço questão de expor nesses quase 3 anos de mandato. E nós sabemos dessa perseguição por parte de Ministro do STF. Então, quando se fala em tornar uma votação desse tipo secreta, é na intenção de preservar o Parlamentar da perseguição dos Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal, e não da população.

Para finalizar, nesses 40 segundos que me restam, Sr. Presidente, temos que ter muita paciência para ouvir Deputados aqui, políticos da extrema esquerda que defendem o Governo Lula, um Governo corrupto, símbolo de corrupção, querendo dar lição de moral. Eles querem continuar enganando o povo, dizendo que políticos do PT, da extrema esquerda, estão preocupados com Deputados que cometem crimes de corrupção. Basta lembrar a história: quem carregou os dólares na cueca; quem de fato está aqui por força de liminar de juiz de plantão.

A população brasileira pode, sim, fazer essa análise para saber de que lado está a verdade e quem defende a bandidagem. Deus abençoe o Brasil!

Vamos aprovar essa PEC!

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Para encaminhar contrariamente à matéria, tem a palavra a Deputada Adriana Ventura. Enquanto a Deputada se dirige à tribuna, tem 1 minuto a Deputada Dandara.

A SRA. DANDARA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, é um absurdo nesta Casa quererem votar a PEC da bandidagem a essa altura do campeonato. E misturam os temas todos, anistia com isenção do Imposto de Renda, com mudança nas penas, querendo fazer uma grande chantagem.

A bancada do PT, a bancada do Governo tem posição, tem lado. Nós queremos o devido processo legal respeitado. Bolsonaro já está condenado. Não vale tudo para salvar a pele do Bolsonaro.

Nós queremos direitos para o povo brasileiro. E um dos direitos, Presidente, significa a gente votar logo, nesta Casa, a isenção do Imposto de Renda e parar de fazer moeda de troca.

Respeitem o Brasil, o povo brasileiro!

Não à bandidagem!

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Estamos perdendo uma grande oportunidade.

Inicialmente, quero dizer que eu respeito todos os Parlamentares da Oposição e afirmo categoricamente que, sim, nós temos problemas sérios de perseguição política, de injustiça e de muita injustiça de um lado só.

Estão perseguindo Parlamentares. O Supremo Tribunal Federal não tem respeitado a Constituição, não tem respeitado o art. 53. Parlamentares aqui são punidos, perseguidos, têm suas casas invadidas. Prerrogativas não são respeitadas. Isso é notório, é público.

Então, com toda certeza, precisamos, sim, discutir a preservação, não do Parlamentar A, B ou C, mas dos mandatos. Eles são eleitos com milhares e milhares de votos. Quando um Parlamentar tem sua casa invadida, os eleitores, a população brasileira está sendo desrespeitada. Isso, gente, é inegável.

Infelizmente, hoje, com esse desequilíbrio total dos Poderes, vemos um Supremo que não honra a Constituição, que não é guardião da Constituição, que cria narrativas e persegue Parlamentares. Isso é fato. Então, o debate é necessário.

Na visão do Partido Novo, esse remédio que está sendo dado para esse problema que temos não é o adequado.

O debate, que deveria ser feito de maneira aberta, responsável, não foi feito. Basta ver que hoje, na nossa visão, este texto piora tudo, porque é voto secreto, é voto secreto para blindar. Eu ouvi, inclusive, alguns defendendo, dizendo que era para não haver chantagem do STF. Eu acho que até pode ser um argumento, mas acho que o pior é a chantagem interna, é a covardia de não poder mostrar a cara para os seus eleitores, é talvez fazer esquema e não ter coragem de assumir o que vota. Então, na nossa visão, o voto secreto é um absurdo.

Este projeto piora a situação de quem já é réu do Supremo Tribunal Federal, porque acaba com a possibilidade de sustar a ação penal. A PEC não tem disposição transitória para quem já está sendo processado hoje, ou seja, quem está sendo injustiçado hoje não vai ser beneficiado com essa PEC. E outra coisa: ele não deixa o art. 53 mais claro em relação à imunidade e à extensão para falas a qualquer tempo. As ações estão sendo violadas, inclusive, pelo Supremo Tribunal Federal. Ele não trata de cassações no TSE e no STF e de outras questões mais.

E há um ponto que, na minha visão, é gravíssimo: ao invés de reduzirmos o foro privilegiado, nós estamos ampliando? Presidente de partido agora vai também ter foro privilegiado? Eu acho isso um escárnio.

Então, de maneira muito respeitosa, eu queria divergir aqui da Oposição e deixar claro, inclusive aos meus colegas Parlamentares, que eu respeito muito, que são perseguidos — os Deputados Nikolas, Jordy, Marcel van Hattem, Líder do meu partido, Gustavo Gayer e tantos outros —, que eu vejo as injustiças que fazem, as perseguições. Isso é indiscutível. No entanto, esse remédio aqui, na nossa visão, é inadequado.

Por essa razão, a gente é contra, porque ele não vai resolver o problema das perseguições que estão acontecendo com a Oposição, com a Direita.

Portanto, o meu voto será "não".

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Carlos Jordy. Enquanto o Deputado se encaminha para a tribuna, concedo 1 minuto ao Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é interessante demais ver a Esquerda tentando, com uma narrativa, dizer ao povo brasileiro que nós estamos fazendo algo aqui hoje que é criminoso, quando, na verdade, este Parlamento está construindo uma barreira para que a Suprema Corte, o STF, não fique julgando e decidindo o que aqui será votado ou não.

O que nós estamos fazendo nesta Casa hoje é colocando um fim nas injustiças cometidas pelo STF.

Por exemplo, povo brasileiro, a anistia só será votada porque o povo sabe que a prerrogativa parlamentar será cumprida, e que estes não terão as suas vidas cassadas por uma Suprema Corte ideológica e comunista.

Então, Sr. Presidente, a mentira tem que ser sanada.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra o Deputado Carlos Jordy.

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje a Câmara dos Deputados tem a oportunidade de fortalecer o Congresso Nacional.

É lógico que o texto não é o ideal, está muito longe do ideal. Nós gostaríamos de um texto que deixasse muito claro o art. 53, que tem sido tão violado. Inclusive, o art. 53 tem sido o maior motivo de perseguição dos Deputados. Nós gostaríamos que o art. 53 estivesse cristalino, dizendo que nós podemos exercer as nossas palavras, as nossas funções fora do Congresso Nacional, nas redes sociais. O que muitas vezes tem acontecido é que Ministros do Supremo Tribunal Federal têm perseguido Deputados por suas falas.

Nós gostaríamos também que medidas cautelares, buscas e apreensões ilegais, como aconteceram comigo, passassem pelo crivo da Câmara dos Deputados, uma medida importante para acabar com a perseguição que tem sido feita, de forma arbitrária, por Ministros, como o Ministro Alexandre de Moraes.

Essa PEC ao menos fortalece o Congresso no sentido de que qualquer tipo de processo criminal abusivo que esteja sendo feito por um Ministro do Supremo Tribunal Federal passe pela avaliação da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, que decidirá se esse processo deve avançar ou não.

Nós ouvimos aqui alguns Deputados dizerem que crimes como corrupção, tráfico terão salvo-conduto, terão liberdade para acontecer, porque serão votados aqui pelo Congresso Nacional, e poderão ser liberadas essas pessoas, que não serão presas.

E como essas pessoas vão sofrer processos, se hoje não há processo de corrupção, não há processos de outros tipos de crimes contra Deputados? Os únicos processos que estão acontecendo são de perseguição contra Deputados por exercerem as suas atividades, as suas funções, por falas, por opiniões, como aconteceu com o Deputado Daniel Silveira.

Esse é um importante instrumento de freios e contrapesos, porque hoje está desequilibrado o nosso ordenamento. Há um total desequilíbrio entre os Poderes. O Supremo Tribunal Federal hoje se coloca acima da Constituição, prende Deputados por crimes que não são inafiançáveis, como aconteceu com o Daniel Silveira. Se esse texto já estivesse vigorando naquela época, aquela covardia não teria acontecido. Hoje está claro, com esse texto, que é somente em casos de crimes inafiançáveis.

O texto não trata da imunidade material, estabelecida no art. 53, *caput*, que fala das nossas palavras, opiniões e votos, é verdade, mas trata da imunidade formal e determina que, em caso de processo criminal, a Câmara deve decidir se o processo vai adiante ou não.

E aí ouvimos aqui os Deputados do PT, Deputados de Esquerda, dizerem que crimes de corrupção serão blindados. Que hipocrisia! Logo vocês, que sempre foram os maiores indiciados, processados por corrupção! Hoje, não há perseguidos. Hoje, não há pessoas processadas por corrupção, só por crime de opinião.

É evidente que, em caso de o Congresso Nacional decidir que um processo não vá adiante, o Parlamentar não ficará impune. O § 4º estabelece que o indeferimento da prisão suspende a prescrição enquanto durar o mandato, ou seja, essa pessoa que deveria ser processada será, sim, julgada ao fim do seu mandato.

E nós não estamos aqui falando de crimes de corrupção, porque eles hoje não são alvo do Supremo Tribunal Federal. Nós estamos vendo a perseguição contra Deputados, como aconteceu comigo, uma perseguição ilegal, injusta, uma busca e apreensão na minha casa, por eu supostamente ter envolvimento com o 8 de Janeiro, e nunca tive envolvimento com aquela patifaria que estão fazendo.

E é isso que nós devemos hoje votar aqui.

Sr. Presidente, peço mais 30 segundos para eu concluir.

Eu me recordo de que esta PEC foi elaborada após a prisão do Deputado Daniel Silveira, que muitos Deputados aqui votaram contra, por conta da opinião pública, da pressão da extrema imprensa, e se arrependeram. Agora é a hora de vocês se redimirem, fortalecer o Parlamento, fortalecer o Congresso Nacional, porque hoje nós estamos nas mãos de abusadores que perseguem a Oposição.

Não queremos blindagem para a Oposição, mas fortalecimento do Congresso Nacional!

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Para discutir contrariamente à matéria, tem a palavra o Deputado Túlio Gadêlha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas, é de causar perplexidade o que se está querendo fazer aqui. Alguns Parlamentares, Presidente, querem ter uma caneta não para fazer as leis, mas

querem ter uma caneta para julgar, para decidir, para dizer quem cometeu crime e quem não cometeu crime, quem é culpado e quem é inocente. É isso que está acontecendo. É a Câmara dos Deputados querendo julgar. E, olhem, o texto diz exatamente isso. O texto diz que o Parlamento vai votar sobre a formação de culpa — a formação de culpa! —, ou seja, se aquele infrator, se aquele criminoso é culpado ou não.

Presidente, não é razoável que nós cheguemos ao Parlamento e defendamos aqui uma PEC que usurpe completamente a competência de alguns magistrados. A gente poderia ter melhorado o texto. A gente poderia ter construído esse texto em conjunto para não extrapolar os limites da competência do Parlamento brasileiro.

Contudo, Presidente, o que me preocupa também é que as modificações foram feitas como mísseis teleguiados e foram pensadas quando foram escritas. Quando a gente vê a alteração da utilização de medidas cautelares, colocando a Câmara Federal como órgão autorizador de determinada medida cautelar, como uso de tornozeleira, de afastamento, de prisão preventiva, quando a gente percebe que a Câmara ou o Senado, a Casa Legislativa, atua com essa prerrogativa, a gente olha para matérias recentes e se questiona.

Que matéria recente é essa? *STF impõe novas medidas cautelares ao Senador Marcos do Val após violação de proibição de viagem*. Ora, um Senador investigado por organização criminosa resolve ir aos Estados Unidos. O Judiciário diz: "*Você está sendo investigado, Senador. V.Exa. não pode sair do País assim*". O Senador sai. Quando ele retorna ao Brasil, o STF diz: "*Senador, você vai precisar usar uma tornozeleira para não fazer isso novamente*". E agora, com essa nova modificação, é o Senado que diz a ele: "*Quem coloca a tornozeleira não é o STF, não é o juiz, somos nós que vamos decidir, no Senado, se ele deve ou não colocar a tornozeleira*".

E, depois, ainda vemos a inclusão de presidentes de partido em foro privilegiado. Olhem as matérias recentes: *Presidente de partido é alvo de mandado de prisão da Polícia Federal por desvio de 36 milhões*. Olhem outra matéria: *Polícia Federal abre inquérito contra Presidente do PRTB para apurar denúncias de violência política*. Portanto, Presidente, esses mísseis são teleguiados, são feitos para proteger figuras. Contudo, a minha preocupação é a repercussão disso.

Eu sou terminantemente contrário e repudio aqueles que legislam em causa própria, mas podemos até compreender o desespero de alguns, agora, o que nós não podemos é aceitar que isso seja feito e que esses colegas criem um ambiente atrativo para o crime organizado, transformem o Parlamento em um espaço onde o crime organizado vai dizer: "*É aí que eu quero estar. Aqui eu estarei protegido pela lei*". E é isso que está sendo feito aqui.

Presidente, não é razoável votarmos esta PEC dessa forma. É importante que os colegas pensem bem antes de colocarem a digital nesse voto.

Eu acho que nós poderíamos ter trabalhado para construir algo razoável. Se há reclamações de excesso, a gente pode ouvir e tentar construir um texto melhor, mas o que está aqui é um crime contra a democracia, é um atentado institucional, é uma tentativa de golpe institucional contra a democracia.

Por isso, Sr. Presidente, a nossa federação é terminantemente contra essa PEC.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra, para falar favoravelmente à matéria, o Deputado Cabo Gilberto Silva. *(Pausa.)*

Tem a palavra por 1 minuto o Deputado Nikolas Ferreira.

O SR. NIKOLAS FERREIRA (Bloco/PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta semana ocorreu um caso que repercutiu mundialmente: um homem de 31 anos, pai de duas crianças, foi morto a sangue frio. Sua filha correu em sua direção porque estava com medo do barulho e achou que poderia, nos braços do pai, ter essa segurança.

Por mais absurdo que seja algo que uma pessoa possa defender, eu não acho que essa pessoa mereça levar um tiro por isso. Infelizmente, a gente sabe que existe um outro lado que comemorou, que debochou da morte dele, e não acho que essa é a posição de pessoas que defendem ideias livres.

Portanto, eu gostaria de pedir 1 minuto de silêncio em homenagem a Charlie Kirk.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Concedido 1 minuto de silêncio.

(O Plenário presta a homenagem solicitada.)

O SR. NIKOLAS FERREIRA (Bloco/PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Vou fazer um adendo, Sr. Presidente, e incluir o delegado que foi morto em São Paulo ontem pelo PCC dessa forma. A gente sabe que, enfim, o crime organizado tem tomado o nosso País e que 50 milhões de pessoas vivem sob o jugo das regras do crime organizado no

Brasil. Há mais de 20 anos, o Capitão Derrite salvou a vida desse delegado, e hoje, infelizmente, à luz do dia praticamente, o delegado foi perseguido e morto.

A gente sabe que esse tipo de organização criminoso precisa ser combatido de forma mais vigorosa aqui no nosso País. Caso contrário, eles continuarão a derrubar um Estado tão maravilhoso, como, por exemplo, o Rio de Janeiro, que tem tudo, não tenho dúvida, para ser o melhor Estado do mundo, pela sua beleza natural, mas que infelizmente é manchado, Sr. Presidente Altineu, por conta do crime organizado, bem como São Paulo.

Eu queria apenas fazer esse adendo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (Bloco/UNIÃO - AM) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Só um minutinho, nós temos um orador na tribuna. Eu já dou 1 minuto a V.Exa.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (Bloco/UNIÃO - AM) - É apenas 1 minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem 1 minuto o Deputado Pauderney Avelino.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (Bloco/UNIÃO - AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer um registro aqui. Eu lamento muito que o Dr. Ruy Ferraz, Delegado de Polícia aposentado de São Paulo, que foi um dos primeiros a combater o crime organizado, estava há mais de 20 anos jurado de morte, e infelizmente o levaram à execução na noite de ontem. É lamentável esse estado de coisas.

Eu quero aqui, infelizmente, dizer que nós estamos caminhando para um narcoestado, onde as autoridades que combatem o crime estão à mercê de serem executados, como foi o delegado, que eu considero até um herói, mas a quem infelizmente as autoridades de São Paulo não deram a proteção devida, até reclamada por ele. Não deram a proteção devida para que ele pudesse escapar dessa emboscada.

Portanto, fica aqui o registro de que nós estamos entregues.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem 1 minuto a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada.

Eu queria anunciar aqui no plenário a presença do nosso Vereador Coronel Prado, de Araraquara, que veio justamente debater segurança, buscar caminhos, principalmente com a violência sofrida e a morte do Delegado Ruy Ferraz Fontes em São Paulo. Isso mostra que segurança é a pauta mais relevante deste País, neste momento. A gente vê a desproteção de uma pessoa, desse delegado, que serviu 40 anos a este País e ficou completamente desprotegido. Ele estava sem proteção e à mercê de bandidos do PCC.

Estamos aqui saudando o nosso Vereador, parabenizando-o pelo excelente trabalho que tem realizado na cidade de Araraquara, justamente na luta por um Município mais digno e com menos interferência do Estado na economia.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem 1 minuto o Deputado Sargento Gonçalves.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (Bloco/PL - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Ministro da Justiça, Sr. Lewandowski, esteve hoje na Comissão Especial da PEC 18, que eles chamam da PEC da Segurança Pública, e ele deixou muito claros os interesses deste Governo, do Governo do PT, quais interesses eles estão a proteger. Falou sobre o tal do estado de coisas inconstitucional, Deputado Cabo Gilberto, mas sabe de quem? Dos presos. O plano Pena Justa foi elaborado em conluio pelo Governo do PT, o STF e o CNJ, para beneficiar presos.

Eu queria saber ou questionar o Ministro sobre o estado de coisas inconstitucional na atuação policial. Na mesma semana em que um delegado de Polícia Civil é assassinado à luz do dia por bandidos armados de fuzis, Deputado Alden — tantos policiais sendo vítimas, não têm o direito básico à vida! —, o Governo Federal tira o direito de um policial da reserva de poder portar um fuzil.

Esses são os interesses defendidos pelo Governo do PT.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem 1 minuto a Deputada Talíria Petrone.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, está claro aqui o que um lado defende e o que o outro lado defende. Uma parte deste Plenário quer duas agendas: quer blindar Parlamentares, inclusive aqueles que cometem crime — porque é isso que se faz quando é a Câmara que tem que autorizar investigação

de Parlamentar corrupto, Parlamentar que mata, Parlamentar que comete crime de ódio —, e quer a pauta da anistia, ou seja, quer defender bandido. É isso que um setor desta Câmara quer.

O outro, que é o nosso campo do lado de cá, mais para a esquerda, quer avançar com isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais. Vamos votar beneficiando 20 milhões de pessoas? Vamos votar a Tarifa Social de Energia Elétrica, beneficiando 60 milhões de brasileiros? Vamos reduzir a exaustiva escala 6 por 1?

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Eu vou dar 1 minuto ao Deputado Luiz Carlos Hauly e, depois, ao Deputado Rodrigo da Zaeli. Em seguida, vamos passar à discussão.

Deputado Luiz Carlos Hauly, V.Exa. tem a palavra.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (Bloco/PODE - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, prerrogativa do que e para quê?

Cheguei a esta Casa em 1991. Liderei o *impeachment* do Presidente Collor, fui Líder e Vice-Líder do Governo Fernando Henrique, defendendo o Governo contra a oposição mais radical da história do Parlamento, que era o PT. Fui oposição ao Governo Lula 1 e 2, ao Governo Dilma 1 e 2. Liderei o *impeachment* contra a Presidente Dilma e nunca precisei de nenhuma lei de prerrogativa para o exercício do meu mandato. Sempre fui um Parlamentar autêntico, um verdadeiro brasileiro na defesa do interesse público. Nunca precisei da proteção da lei mais do que o cidadão tem.

Por isso, eu estou contra qualquer privilégio ou qualquer prerrogativa, de que o Parlamentar honesto não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Deputado Rodrigo da Zaeli, V.Exa. tem 1 minuto.

Depois vamos ouvir o Deputado Cabo Gilberto Silva, que já está na tribuna generosamente aguardando.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Está claro aqui, Sr. Presidente, que a Esquerda não se preocupa com prerrogativa porque eles não têm ninguém acionado pelo Supremo. Esse Supremo tem um lado e é contra o nosso lado, o lado da Direita, de pessoas que não cometem crime nenhum e que são julgadas por supostas tentativas. É difícil, porque eles votam contra os projetos que vêm aqui para endurecer a pena de quem comete crime. Eles têm orgulho de sair em imagens ao lado de pessoas criminosas. Eles defendem quem meteu a mão no dinheiro dos aposentados. Eles querem esconder uma prática de ajuda à corrupção, de ajuda a quem comete crime, e o fazem em cima de uma falácia, de uma narrativa que eles vivem repetindo para ver se cola. Mas aqui não há nenhum bobo, aqui não vai colar. Nós sabemos que eles não querem porque justamente não precisam se preocupar com o Supremo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Deputado Cabo Gilberto Silva, por favor, V.Exa. tem a palavra.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Sem revisão do orador.) - Eu peço atenção aos partidos do Centro desta Casa, o União Brasil, o PP, o MDB, o PSD, o Republicanos, o PSDB, o Podemos, o PP e os demais partidos que compõem o Centro desta Casa.

Estamos debatendo a PEC das prerrogativas, e o Governo Lula, Deputado Julio, está batendo no Congresso, utilizando sua máquina de *fake news* pesadamente, mais uma vez, para colocar a opinião pública contra o Congresso Nacional. Lembro que este Parlamento representa 100% da população brasileira.

Deputado Bibó, o Governo Lula, o Governo responsável pelo maior esquema de corrupção da história do Brasil, o Governo que mandou bilhões para fora do Brasil e até hoje não recebeu, o Governo que está derretendo as estatais, o Governo, Deputado Alfredo, que está derretendo a nossa economia, literalmente — há quem diga que a dívida pública está em mais de 7 trilhões —, o Governo que literalmente tem déficit fiscal mês após mês, sendo pior do que a pandemia, o Governo mais corrupto da história do Brasil vem aqui falar de corrupção, vem falar de blindagem, vem falar de impunidade.

É tudo mentira, Sr. Presidente! É tudo mentira, até porque nós defendemos uma PEC mais abrangente com relação ao art. 55, com relação ao art. 53, para que o Parlamento brasileiro possa defender o voto expresso da população. Os senhores, para estarem aqui no ano que vem, têm que ser reeleitos. Os senhores irão passar pelo crivo da sociedade, mas o Governo, infelizmente, continua mentindo para o povo brasileiro.

Vou dar alguns exemplos. Está aqui o Deputado Carlos Jordy, está aqui o Deputado Gustavo Gayer, está aqui o Deputado Delegado Ramagem, todos vítimas da perseguição da Gestapo brasileira, comandada pela Suprema Corte. O Deputado Carlos Jordy teve sua casa invadida. Pegaram os seus itens, pegaram os seus bens de uso pessoal. Devolveram, Deputado Carlos Jordy, até hoje? Quem vai pagar esse prejuízo? A acusação: a foto de uma liderança, lá do Estado do Rio de Janeiro, de 2019, na posse do Presidente Bolsonaro. Utilizaram uma foto *fake*, como se fosse em 8 de janeiro de 2023,

para autorizar a busca e apreensão na casa do Deputado Carlos Jordy. Cadê a imunidade parlamentar? Não devolveram, até hoje, os bens dele.

O Deputado Gustavo Gayer amanheceu também com a polícia na sua casa. Qual foi a acusação? Utilizar a cota parlamentar para incentivar os atos do dia 8 de janeiro. Ora, no dia 8 de janeiro, o Deputado Gustavo Gayer nem tinha assumido ainda o mandato. Como ele iria utilizar a cota parlamentar? É uma canalhice enorme! Ainda tem gente que bate no peito para falar de democracia!

E o Deputado Delegado Ramagem? Eu não vou falar mais a frase, porque cortaram a frase que eu falei. O caso do Deputado Delegado Ramagem foi o pior de todos. A Polícia Federal já esteve duas vezes na sua casa — duas vezes, Sr. Presidente!

Deputado Gustavo Gayer, por que eu digo que é pior o que o que aconteceu com V.Exa.? Porque este Congresso aprovou por 315 votos e está lá no art. 53 da Constituição. Eu fiz esse desafio, mas até agora ninguém falou nada. Onde está, na Constituição, que a Suprema Corte poderia derrubar uma decisão desta Casa, com base no art. 53 da nossa Carta Magna? Perguntei, e até agora ninguém respondeu. Ficam só mentindo, para tentar colocar a opinião pública contra o Congresso.

Onde está na Constituição que a Suprema Corte... E foi a Primeira Turma, nem foi o colegiado dos 11 Ministros. Olhem a gravidade! A Primeira Turma foi lá e desmoralizou 315 Parlamentares. Ninguém fala sobre isso.

Então, Sr. Presidente, é urgente. Este texto ainda está muito enxuto. O texto precisaria ser completo, para que o Parlamentar tenha segurança de defender o voto popular.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Para falar contra a matéria, tem a palavra a Deputada Sâmia Bomfim.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, isto aqui é praticamente a câmara secreta, porque o orçamento é secreto e querem que o voto seja secreto. Só o que não é secreto é a falta de vergonha na cara. A *(expressão retirada por determinação da Presidência)*, minha gente, é transparente, cristalina, evidente, para quem quiser ver. É auditável e impressa, a depender de como uns e outros aqui se comportam.

Afinal de contas, olhem o que nós estamos votando: a PEC da blindagem, que já foi apelidada nas redes sociais de PEC da bandidagem. E, talvez, um ou outro bandido que não esteja aqui no Congresso Nacional possa olhar para a gente e dizer: *"É ali que eu quero estar. Afinal de contas, ali eles dizem se pode ou não ser aberto um inquérito contra um bandido, contra alguém que cometeu um crime. Ali eles podem, inclusive, travar processos judiciais"*. Em que outro lugar isso pode ser feito, minha gente? *"Ali eles podem, inclusive com o voto secreto, dizer se pode ter continuidade uma condenação."*

E eu não estou falando só de crimes leves, não, mas de crimes gravíssimos, crimes contra a vida inclusive: estupro, homicídio, latrocínio, racismo, pedofilia, tortura. Tudo isso, se os Deputados disserem "pode", vai poder. E o Parlamentar que cometeu um crime vai poder contar com o corporativismo ou com o coleguismo de seus pares para se livrar de ações e decisões judiciais.

Gente, não é possível que não haja o mínimo de constrangimento diante do absurdo que está sendo votado no dia de hoje.

Esta matéria, em outras palavras, é a unidade entre golpistas e corruptos: golpistas que querem se vingar do Supremo Tribunal Federal pelas corretas decisões que vem tomando, ao sentenciar aqueles que estiveram diretamente envolvidos na trama golpista, mas também corruptos que temem as sanções que estão por vir.

Um Deputado teve a coragem de subir à tribuna para dizer que não há Deputado algum sendo investigado por crime de corrupção, que seria tudo uma perseguição aos supostos patriotas, aos bolsonaristas. Não, senhor! Há alguns bons Deputados que estão envolvidos, sim, em escândalos de corrupção, inclusive no do orçamento secreto. Talvez seja por isso que uma PEC como esta tenha tanto apelo, porque daí você constrói uma blindagem contra aqueles que atentam contra a democracia, mas também contra aqueles que atentam contra o orçamento público.

É tudo secreto. Eu quero saber se, quando pediram voto para os eleitores em 2022, disseram que se esconderiam, que não teriam coragem de mostrar os seus atos, os seus votos, a forma como manejariam os recursos públicos. Eu quero saber se, quando pediram voto, disseram que esconderiam suas posições. É claro que não! Em 2026, voltarão como para os seus eleitores? Vão querer ser referendados novamente como Parlamentares, para seguir fazendo as coisas às escuras, às escondidas, sem dizer para o eleitorado quais são as suas reais intenções?

Aliás, esta é a semana da vergonha, porque a votação da PEC da blindagem se soma à decisão constrangedora e vergonhosa de nomear Eduardo Bolsonaro como Líder da Minoria, para que ele siga articulando dos Estados Unidos, tramando sanções contra o País, tentando interferir na nossa soberania, e com a continuidade do seu mandato. Ele deveria ser cassado pelo que faz, mas não querem que haja nem sequer a possibilidade de ele ser cassado por falta, como aconteceu, por exemplo,

com o Chiquinho Brazão, o mandante do assassinato da nossa companheira Marielle Franco. Nem por falta querem que aquele (*expressão retirada por determinação da Presidência*) que está nos Estados Unidos atacando o nosso País possa ser cassado. E outra vergonha é esse constrangimento de quererem votar a anistia mais uma vez, o que é explicitamente inconstitucional. Se aprovarem a anistia, obviamente ela vai ser barrada. Mas é isso que vocês querem: voltar a esticar a corda com o Supremo Tribunal Federal, para ver se ganham o voto do gado de vocês depois que o Bolsonaro foi condenado e vai apodrecer na prisão! (*Palmas e apupos.*)

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Nós estamos na fase de discussão. Eu tenho sido generoso e concedido 1 minuto a Deputados não inscritos para discutir. Nós vamos conceder 1 minuto à Deputada Lenir de Assis e 1 minuto ao Deputado Zé Trovão, e depois seguimos com a discussão. Vamos conceder 1 minuto para cada lado, e permanecemos na discussão. Tenho uma ordem de inscritos aqui.

Deputada Lenir de Assis, V.Exa. tem 1 minuto.

A SRA. LENIR DE ASSIS (Bloco/PT - PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, muito obrigada.

É importante que a população saiba o que significa esta PEC. O que se pretende aprovar hoje é um verdadeiro absurdo: o fim da investigação automática para os políticos eleitos. Segundo a proposta, os Parlamentares que cometerem crimes só poderão ser investigados se o Congresso autorizar. Ora! E de acordo com a proposta a votação passa a ser secreta. Assim, além de blindar os Deputados e Senadores de processos na Justiça, a PEC ainda quer esconder do povo o voto dos Parlamentares.

Esta pauta é defendida pela extrema direita e outros e representa um retrocesso democrático inaceitável. Deputados não são eleitos para cometer crimes. Se cometem, devem ser investigados como qualquer cidadão seria. Criar mecanismos de blindagem só aumenta a impunidade e distancia a política da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra, por 1 minuto, a Deputada Caroline de Toni.

A SRA. CAROLINE DE TONI (Bloco/PL - SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, quero apenas anunciar a visita do nosso Prefeito Tafaél Schons, o Tafa, de Papanduva, do Vice-Prefeito Cleitinho Martins e dos nossos Vereadores.

Eu e o Deputado Zé Trovão os estamos recepcionando. Eles representam a força do catarinense, a força do nosso agro na região de Papanduva, em Santa Catarina.

Muito obrigada pela presença.

Estamos com vários outros Prefeitos de Santa Catarina aqui, lutando juntos pelo nosso Estado. Temos muito orgulho de representar os catarinenses na Câmara Federal.

Um grande abraço a todos!

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Parabéns, Deputada. Sejam bem-vindos os visitantes!

Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, art. 73, inciso II, alínea "b".

Eu acabei de ouvir o pronunciamento da Deputada que falou há pouco, Presidente. Esse artigo trata justamente das palavras dirigidas ao Colegiado, à Câmara.

O partido da Deputada é implacável com o vocabulário quando se trata dos outros, mas parece não ter o mesmo cuidado com as próprias palavras. Veja só: a Deputada fez referência aqui a "um bando de safados", disse que aqui está a safadeza pura. É importante que ela nomeie os safados: se é o Presidente que pautou a PEC, se é quem a fez... É muito importante que ela faça isso, Presidente.

Outra coisa: chamou o Deputado Eduardo Bolsonaro de "pilantra". Presidente, o Deputado Eduardo Bolsonaro não teve o mandato cassado no Conselho de Ética. É muito importante fazer esse reparo. Eu peço a V.Exa. que faça retirar das notas taquigráficas todas as referências ofensivas à Câmara dos Deputados. Nós estamos tratando aqui de uma PEC justamente para que haja respeito a esta Casa. Se seus próprios membros não a respeitam, não há que se exigir respeito dos outros, não é verdade?

E mais, Sr. Presidente, este momento é histórico para a Câmara. O discurso que ela acabou de fazer aqui não se sustenta, até porque vêm do viés político dela, principalmente do partido dela, medidas que têm ajudado, e muito, a criminalidade. Eu vi recentemente um projeto sobre a polícia não poder usar drones. Eu vi, há menos de 3 anos, durante a pandemia, uma medida para que a polícia não pudesse entrar nos complexos, onde se sabe que há domínio do narcotráfico.

Encerro, Presidente, dizendo que esta questão de ordem visa a que o nosso trabalho aqui ocorra da forma mais respeitosa possível. Essa Deputada e boa parte do partido dela são useiros e vezeiros em fazer afronta, em fazer discursos de forma odiosa. Não é à toa que gente do partido dela está cassada no Conselho de Ética por agressão. Aliás, precisamos pensar em pautar a cassação desse Deputado o mais rápido possível aqui no Plenário.

Muito obrigado.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Para contraditar, tem a palavra a Deputada Sâmia Bomfim.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, eu entendo que o Deputado tenha ficado incomodado com a minha fala na tribuna. Ao contrário dele, eu não costumo fazer as coisas de forma secreta, eu sou bem explícita, cristalina e transparente nas minhas posições, opiniões e votos, e também no uso do orçamento público.

Ele pediu que eu listasse os Parlamentares que eu disse que são (*expressão retirada por determinação da Presidência*), mas, infelizmente, Presidente, tenho apenas 30 segundos, então não tenho tempo hábil para fazer a listagem completa de todos aqueles que atentam contra a democracia e que operam o método do orçamento secreto, uma das maiores vergonhas do Congresso Nacional.

Mas o que eu posso fazer é votar contra esta PEC. E todos os Parlamentares que têm um mínimo de vergonha na cara deveriam fazer o mesmo, senão coadunam com a corrupção e com o golpismo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Eu peço que sejam retiradas, conforme determina o art. 73, inciso XII, as palavras injuriosas ou descortesias com o Parlamento.

Para discutir, tem a palavra o Deputado Eli Borges.

O SR. ELI BORGES (Bloco/PL - TO. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero me posicionar de maneira bem objetiva perante os brasileiros. Vou votar a favor, e isso não é ausência de vergonha na cara. Basta olharem o meu histórico de nove mandatos, e hão de perceber que eu nunca tive um processo por desvio de dinheiro público e que eu nunca estive envolvido em nenhum ato de corrupção.

Por que estou me posicionando a favor desta PEC?

Primeiro, Presidente, a Esquerda deixa muito claro que está desesperada. Insiste no voto aberto, e, em sendo aberto o voto nesses casos, ela vai fazer a famosa listinha e mandá-la para o Governo Federal e para o Supremo. Quando eles perdem essa listinha de votos que contrariam seus interesses, naturalmente eles começam a entrar em crise.

Segundo ponto, Presidente. Chamam a proposta de "PEC da blindagem". Ela vai blindar, sim, a consciência do voto de cada Parlamentar. Ora, não tenham medo de deixar isso claro! Como um Deputado pode se posicionar neste Parlamento sob ameaça, sob uma vara de ferrão? Ele precisa ter liberdade de voto, para votar do jeito que ele pensa, diante de Deus. Assim a sua consciência é exercida. Se isso é blindar, digam o que quiserem, mas eu diria que se trata de proteger o Parlamentar contra os excessos de perseguição.

Vamos aos números, Presidente. Quase cinquenta Deputados de esquerda são perseguidos pelo Supremo. Curiosamente, chamam de esquerda; e nós somos de direita. Quase cinquenta perseguidos são Deputados de direita ou de centro-direita. E eles, que têm história de dinheiro em cueca, uma série de histórias outras? Seus processos estão parados. Que Brasil é esse, onde aqueles que defendem determinados valores e são de centro-direita estão em vários processos, colocados por eles muitas vezes? Portanto, se chamam isso de blindagem, eu chamo de posicionamento tranquilo, sem perseguição, sem o ferrão da injustiça, para que o cidadão possa votar.

Em terceiro lugar cito essa historinha das listas de crimes inafiançáveis. Não, senhores! Esta PEC ressalva os crimes inafiançáveis. Não venham os senhores dizer aos brasileiros que estamos protegendo bandido. Não! Busquem o histórico dos Deputados de centro-direita e vão ver de que lado está a maioria dos bandidos deste País. Não precisamos disso, Presidente, até porque o histórico da nossa imensa maioria é um histórico de ficha limpa.

Quarto ponto, Sr. Presidente. Quem é processado no Brasil são os Deputados de centro-direita, pela maneira como votam, pelo que falam. Com esta PEC, nós teremos, com certeza, tranquilidade para nos posicionar.

Para concluir, Presidente, quero dizer que é claro que nós sonhamos com um Supremo sem voto monocrático. Que absurdo uma Turma condenar um ex-Presidente da República por ouvir dizer, por suposição! É claro que o voto monocrático de um Ministro na questão recente dos impostos não pode valer por quase seiscentos Parlamentares. Temos que mudar isso!

Existem certos temas que é o Pleno que tem que decidir. Vejam o recente julgamento! E, Presidente, eu ainda sonho em rediscutirmos essa história do foro, as instâncias, os caminhos do Judiciário.

Defendo esta PEC porque ela dará a alguns Deputados que podem ter determinados medos a tranquilidade para se posicionarem conforme a sua consciência diante de Deus.

Muito obrigado, Presidente.

Sou plenamente favorável a esta matéria.

(Durante o discurso do Sr. Eli Borges, o Sr. Altineu Côrtes, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. General Pazuello, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (General Pazuello. Bloco/PL - RJ) - O Deputado Helder Salomão tem 1 minuto.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A votação desta PEC nesta noite é uma grande contradição e um sinal de que a Câmara dos Deputados sinaliza na contramão do que a população brasileira espera de nós. No momento em que o Supremo Tribunal Federal, pela primeira vez, condena um ex-Presidente e seus aliados por tentativa de golpe de Estado, nós vamos aprovar uma PEC para blindar, para garantir privilégios a Parlamentares?

A população brasileira espera a votação do projeto de lei que vai zerar o Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, espera o fim da escala 6 por 1 e a taxação dos super-ricos, mas nós queremos aprovar uma PEC que recria o voto secreto para procedimentos que são adotados por Parlamentares?

Essa é uma grande contradição e uma demonstração de que o Congresso Nacional não está atento às vozes das ruas, às vozes do povo brasileiro, que espera outro comportamento de nós, não a aprovação de uma PEC para blindar quem comete crimes e ilícitos.

O SR. PRESIDENTE (General Pazuello. Bloco/PL - RJ) - Tem 1 minuto o Deputado Gilson Daniel.

O SR. GILSON DANIEL (Bloco/PODE - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu faço esta fala com muita tristeza. Agora à tarde, na comunidade de Universal, na cidade de Viana, cidade que eu represento aqui no Congresso Nacional, um aluno do Ifes foi atropelado. Estou fazendo esta fala porque a Eco-101, que é a responsável pela segurança da rodovia, teve 10 anos para colocar uma passarela para os alunos do Ifes e para os moradores da comunidade de Universal, mas o tempo passou, e seguimos perdendo vidas, como perdemos hoje a de um aluno do Ifes. Nós queremos uma resposta de imediato.

Ontem eu estive com o Wesley Pires e também com o Erik da Fisioterapia, Vereadores da comunidade de Universal. Nós teremos uma audiência pública aqui esta Casa, para discutir uma intervenção imediata e a construção de uma passarela na comunidade de Universal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (General Pazuello. Bloco/PL - RJ) - Muito obrigado.

Tem a palavra o Deputado Glauber Braga, para debater.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu não quero desrespeitar o Regimento, então pergunto ao senhor: eu posso fazer um discurso aqui com a minha cara coberta para o conjunto dos Parlamentares deste plenário? É possível, Presidente, que eu faça um discurso com a minha cara coberta enquanto falo? É contra o Regimento eu fazer isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (General Pazuello. Bloco/PL - RJ) - Deputado Glauber, segundo a orientação da nossa equipe, isso é contra o Regimento.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, então eu pergunto: é contra o Regimento subir à tribuna e fazer um discurso com a cara tapada, como um Deputado secreto, mas não é contra o Regimento, não é contra a Constituição, não é contra a legislação esse voto secreto se um Deputado cometer um estupro? Não é contra o Regimento e contra a Constituição esse voto secreto se um Deputado for pego em flagrante cometendo um homicídio? Sr. Presidente, não é contra o Regimento que haja necessidade de autorização do Parlamento para aqueles casos de Deputados que já estão respondendo por desvios relacionados ao orçamento secreto?

Eu não quero pessoalizar, eu quero tratar do tema, eu quero tratar da discussão política, mas o fato é que três Deputados Federais do PL estão respondendo no Supremo Tribunal Federal por desvios relacionados ao orçamento secreto. O que

acontece se esta matéria vier a ser aprovada? As ações desses Parlamentares são trancadas, elas não prosseguem, porque os respectivos advogados vão apresentar ao Supremo Tribunal Federal uma petição para que a Câmara verifique se esses processos devem prosseguir ou não.

Deputados, que doideira é esta que está sendo votada aqui hoje? O que é isto que está sendo deliberado no plenário neste momento? Esta é a típica votação que vai fazer o Deputado desavisado, que não está prestando muita atenção, sofrer quando chegar às suas bases, e sofrer pesado a crítica dos seus eleitores se tiver colocado o dedo no voto "sim", dos 308 que são necessários para aprovar esta proposta de emenda à Constituição.

Eu confesso que fiquei abismado com as palavras ditas pelo Deputado Nikolas Ferreira. Até pedi o vídeo, porque pensei, não, de repente não foi isso exatamente o que ele disse, então vou ver novamente. E assisti novamente. Ele diz basicamente o seguinte, entre aspas: *"Se algum Deputado cometer crime, ele vai para a cadeia, sim, basta esta Casa decidir que sim"*. É literal. Foi exatamente o que ele disse ao microfone. Então, se a Câmara decidir que não, Deputado Nikolas, que o estuprador não deve ser responsabilizado, a decisão está tomada? Se um Deputado eventualmente tiver cometido outro crime e tiver sido pego em flagrante — não estou falando de qualquer caso, estou falando de Parlamentar pego em flagrante —, os Deputados é que vão tomar a decisão sobre esse caso? Essas investigações vão ficar todas elas trancadas.

Isso é um escárnio, como é um escárnio a nomeação de um Deputado que está morando nos Estados Unidos para Líder de uma bancada. Isso não é sério, e a população brasileira não topa, não aceita, rejeita esta matéria!

(Durante o discurso do Sr. Glauber Braga, o Sr. General Pazuello, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Altineu Côrtes, 1º Vice-Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem 1 minuto o Deputado Ronaldo Nogueira. Depois, falará da tribuna o Deputado Osmar Terra.

O SR. RONALDO NOGUEIRA (Bloco/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Está sendo realizado aqui no Brasil um fórum sobre valores tradicionais no âmbito do Brics, para o qual vieram delegações de mais de quinze países. Eu quero registrar a presença neste plenário de Aziza Dzhumaniazova, Victoria Fomenko e Ksenia Zozulia e do Deputado Dmitry Kuznetsov, de Moscou. Essas delegações vieram participar de um fórum que vai tratar de temas importantíssimos sobre valores tradicionais.

A essas delegações, as nossas boas-vindas ao Brasil!

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - *Welcome to Brazil!*

O SR. NIKOLAS FERREIRA (Bloco/PL - MG) - *Aí sim, Presidente!*

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem 1 minuto o Deputado Nikolas Ferreira, que foi citado. Depois, falará o Deputado Osmar Terra.

Falei bem, Deputado Nikolas?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (Bloco/PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Falou certinho. Está correto o inglês.

Sr. Presidente, o outro Deputado ali acha que, por falar com mais calma, vai colocar as minhas palavras melodramáticas como se fossem um crime: *"Nossa, olhe o crime que o Nikolas cometeu!"* Se algum Deputado cometer algum crime, nós iremos fazer com que ele seja responsabilizado por isso. Não foi o que aconteceu, por exemplo, com a Flordelis? Cometeu um crime, e nós decidimos pela perda, pela cassação do mandato dela. Vocês estão colocando que, se esta PEC passar, os corruptos não serão mais presos. Ora! E eles são presos agora?

(Manifestação no plenário: Não!)

Pronto, não há mais o que dizer. Pelo menos, esse tipo de votação faz com se que impeça chantagem para cima dos Deputados que querem colocar bandidos e criminosos na cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra o Deputado Osmar Terra.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu acho que a discussão é muito maior do que a questão de haver um Deputado condenado por um crime ou por outro. Esta discussão diz respeito à essência da democracia. A essência da democracia foi construída pelos Constituintes em 1988, quando

colocaram qual é o maior poder da República. O maior poder da República é aquele que emana do povo. Todo poder emana do povo — isso está no primeiro artigo da Constituição — e será exercido pelos seus representantes eleitos.

Não se pode reunir 213 milhões de pessoas nas ruas toda semana para decidir, mas se pode eleger 513 Deputados, que representam esses 213 milhões de brasileiros, para virem aqui tomar decisões sob a confiança desses brasileiros. Esse é o poder mais importante da nossa Nação e de uma república democrática. Essa é a democracia brasileira. É isto que estamos discutindo: se nós temos o direito de impor a vontade do povo ou se nós vamos nos submeter a pressões de pessoas que não têm voto e que, quando usam a Justiça, o fazem partidariamente para dizer: "*Nós derrotamos o bolsonarismo*".

O Presidente do Supremo Tribunal disse isto: "*Nós agora somos o poder político. Não somos mais os guardiões da Constituição. Perdeu, mané!*" É contra essa Justiça que temos que proteger a vontade do povo. A Ministra Cármen Lúcia disse: "*A censura e as fake news temos que decidir entre nós aqui. Estamos preocupados com o Brasil. Não podemos nos submeter a 213 milhões de tiranetes, de pequenos tiranos*".

É isto que nós estamos discutindo, minha gente: como é que nós vamos fazer valer o maior poder da República, que é o Parlamento? Nunca foi o Supremo Tribunal Federal — nunca foi. A Presidência da República está submetida ao Parlamento. O Presidente tem que vir tomar posse aqui. Esse ritual é para mostrar que quem manda no País é o povo; não são onze pessoas sem voto. É por isso que nós temos que discutir o direito de se autogerir e de se proteger de represálias.

Esta Casa tem o direito de decidir politicamente o interesse do povo, porque ela está autorizada pelo povo — os outros não estão. Aqui estão todos os votos da Nação brasileira. Isso é diferente de um Presidente eleito majoritariamente, por 1%, por 2% de diferença. Nesta Casa, quem não votou em determinado Deputado votou na legenda e acabou elegendo outro Deputado da mesma corrente política. Estão todos os votos reunidos aqui.

Quando nós discutimos democracia, nós vemos outra coisa. Nós vemos o Supremo legislar, o Supremo decidir sobre drogas, o Supremo deliberar sobre o marco temporal das terras indígenas, algo que já havia sido definido por esta Casa, o Supremo resolver sobre censura. Um único Ministro do Supremo tem mais poder do que 383 Deputados. Que democracia é essa? Que democracia é essa? (*Palmas.*)

Está na hora de a gente impor a vontade do povo. Quem vai decidir como vão ser julgados os representantes do povo são os representantes do povo e mais ninguém.

Meus queridos colegas Deputados, nós estamos aqui para falar de democracia. Risco para a democracia não foi o 8 de Janeiro. Risco para a democracia é sermos humilhados, depois de cada decisão que nós tomamos, por pessoas que não têm voto, que decidem por nós, que decidem pelo povo que nos elegeu. É hora de dizermos: "*Chega!*" Aqui nesta Casa quem manda é o povo, e o povo quem representa somos nós. E nós vamos decidir a maneira...

(*Desligamento do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra o Deputado Chico Alencar, para falar contrariamente à matéria.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - O Deputado está gritando ali.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Desculpe-me, Deputado Chico Alencar. Vou dar 30 segundos para o Deputado Osmar Terra terminar sua fala.

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/PL - RS) - Vou terminar.

Eu quero dizer para vocês que estou há sete mandatos nesta Casa, eleito pelo povo e pelo respeito à sua vontade, pela confiança — nunca comprei um voto —, pelo serviço prestado, e nunca vi um Deputado, depois da Constituinte, ser absolvido aqui por estupro, por roubo, por corrupção. Sempre...

(*Desligamento do microfone.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente Altineu Côrtes, esta é uma noite sombria para a Câmara dos Deputados — no mérito da PEC e no método.

Vejam, o Presidente Hugo Motta fez um discurso, ali da cadeira presidencial, de defesa da proposta — saiu da sua neutralidade —, aliás, proposta a ser votada agora.

A urgência da anistia será discutida amanhã, como concessão à chantagem dos que ocuparam a Mesa Diretora e bloquearam os trabalhos da Casa por quase 2 dias. O Presidente Hugo cedeu.

Altera-se o Regimento para introduzir a novidade, no decurso da sessão, do voto híbrido, porque, na primeira votação da nossa tentativa de tirar esse lixo da discussão, não se alcançaram 308 votos. Então, muda-se a regra do jogo. Isso é antirregimental. É golpe também.

E o mérito, então? Sinteticamente, nós passaremos — os que votarem a favor desse entulho que propõe que qualquer processo judicial contra Parlamentares, inclusive os estaduais, acusados de crimes só vai ter continuidade com o aval da Casa de que são membros — a ser juízes de nós mesmos quando cometermos crimes. Isso é um absurdo e é inconstitucional.

Os Parlamentares vão passar a ser protegidos pelo manto espúrio do voto secreto. Reitero: o povo tem o direito irrenunciável de saber como cada um daqui vota. Por que acobertar? Por que o voto secreto em determinados casos? Já houve uma intensa campanha nacional contra esse voto secreto no Parlamento, e agora se quer reintroduzi-lo. É um absurdo também.

Outro absurdo é que a prisão em flagrante não vira mais prisão. E esta Casa aqui — não só ela, também a residência, o apartamento funcional do Parlamentar — vai ser o doce abrigo de quem estiver sob processo. Então, acabou a prisão em flagrante, acabou a prisão, na verdade, para qualquer pessoa acusada de crime grave. Isso é um absurdo.

Não por acaso, hoje em dia, as redes têm muito peso. Vejam só, eu fui compulsar tudo que trouxemos aqui nesta discussão e tudo que me foi mandado até agora. O povo, que rejeita seguramente esta maracutaia de autoproteção, já tem dito que não se trata da PEC das prerrogativas, que já existem hoje. Quem é honesto, quem é transparente, quem tem uma vida pública limpa não tem que temer nada. Olhem os adjetivos que eu vi aqui: PEC da blindagem, da bandidagem, da autoproteção, da couraça, do escudo, da carcaça, da casta, do corporativismo, da impunidade, da armadura e da vergonha — ou falta de vergonha.

Eu também tenho muitos mandatos aqui e nunca vi tanto descaramento para se colocar na Constituição Federal, o nosso documento mais importante, tamanha iniciativa meramente corporativa, para que ninguém mais seja incomodado. Não é o exercício pleno do mandato, que quem quer o faz, e não baseado em emendas, muitas vezes mutretadas, secretas, para fidelizar curral eleitoral. O padrão da política não pode ser esse. Tem que ser o padrão das ideias, das propostas, da defesa da soberania nacional.

O absurdo dos absurdos é que nomearam agora como Líder da Minoria alguém que está autoexilado — para não dizer foragido — e que não tem mais o menor vínculo com o País que o elegeu, com o qual deveria ter ligações e o qual deveria representar. Isso é um absurdo.

Hoje é a noite dos absurdos, é a noite de um haraquiri político e social que esta Casa comete contra si mesma. Vocês verão a repercussão e terão que se explicar.

Hoje é a noite da vergonha. E eu fico envergonhado de participar de um Congresso que aprove esta emenda constitucional, para rebaixá-lo, mediocrizá-lo, vulnerabilizá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra, por 1 minuto, a Deputada Ana Pimentel. Depois, falará o Deputado Lafayette de Andrada.

A SRA. ANA PIMENTEL (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, esta é a Casa do Povo brasileiro. E o que o povo brasileiro espera de nós, neste momento, é que a gente coloque em pauta projetos que alteram e melhoram a vida do povo brasileiro.

O povo brasileiro espera que entre em pauta a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais. O povo brasileiro espera que seja colocada em pauta a diminuição da carga horária, o fim da escala 6 por 1.

Mas o que esta Casa colocou em pauta nesta semana foi a PEC da blindagem, que quer privilegiar aqueles que cometeram crimes contra o País; e colocou a anistia, que vai privilegiar a Família Bolsonaro. Vejam que ironia: o povo brasileiro espera de nós mais direitos, políticas para melhorar a sua vida, mas o que parte da Direita aqui coloca é a PEC da blindagem e a anistia.

Nós precisamos ser coerentes e defender o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Tem a palavra o Deputado Lafayette de Andrada.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria fazer aqui alguns comentários sobre esta PEC e me afastar um pouco deste debate que considero, às vezes, menor e muito polarizado. Eu quero falar um pouco das imunidades parlamentares.

Uma informação importante para todos os Deputados que estão aqui, sejam da Esquerda, sejam da Direita, é que o texto desta PEC está recuperando o texto votado pelos Constituintes Ulysses Guimarães, Mário Covas, Afonso Arinos, Nelson Jobim e Luiz Inácio Lula da Silva. Nós estamos recuperando o texto que eles votaram da Constituição Cidadã, logo após ter terminado o período do ciclo dos Governos militares.

O texto que eles votaram é o texto da nossa tradição desde o início da República. Todas as nossas Constituições sempre foram assim, como também são as constituições da França, da Itália, da Espanha, de Portugal e por aí afora. E qual é a tradição do direito brasileiro e do direito internacional? Não é blindagem; são ferramentas para o Parlamento poder funcionar livre de peias e livre de perseguições — o Parlamento, que representa o cidadão e o povo brasileiro.

Se o Parlamentar for conduzido ao Parlamento nacional sem o mínimo de prerrogativas para poder exercer as suas atribuições, isso é o mesmo que levarmos um soldado para a guerra desarmado. Como poderá um Parlamentar aqui acusar desvios de um governo? Como poderá um Parlamentar aqui acusar desvios mesmos do Poder Judiciário se não tiver sobre si o mínimo de prerrogativas que o garanta? É disso que nós estamos falando aqui.

Ouvi vários Deputados aqui dizerem que, a partir de agora, bandido não vai ser preso, que nós vamos atrair para o Congresso bandidagem e que vai haver blindagem. Não se trata disso, até porque há uma ressalva no próprio texto, que estava no texto da Constituição Cidadã, de Ulysses Guimarães, de que ninguém está imune à prisão em flagrante. Aí é que começa.

De acordo com a tradição do direito de todos os povos, o conjunto de prerrogativas que a imunidade parlamentar confere garante, sim, o direito de o próprio Parlamento estabelecer se é viável ou não o processo movido contra um Parlamentar. Meus caros Deputados e todos que nos acompanham, é muito fácil perseguir um Parlamentar que não pensa como você; é muito simples processá-lo porque ele disse algo que você não gostou ou porque apontou um erro que causou a você desconforto. Vai ser processado esse Parlamentar? Não! Caberá ao Parlamento decidir se, em razão de determinado ato, aquele Parlamentar realmente merece ser processado enquanto estiver no exercício do mandato.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero afirmar que estamos tratando aqui da imunidade parlamentar, uma ferramenta imprescindível para o Parlamento, imprescindível para a democracia. O que está sendo feito neste momento não difere do que ocorre nas democracias mais avançadas do mundo, nem do que foi realizado aqui por Ulysses Guimarães e toda aquela plêiade de Constituintes quando aprovaram a Constituição Cidadã.

Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras.

E quero dizer que votaremos favoravelmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado Tarcísio Motta. Logo após, ouviremos o Deputado Rogério Correia, da tribuna. *(Pausa.)*

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Sr. Presidente, peço o tempo de Líder.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é impressionante o que vemos aqui: trata-se do típico legislar em causa própria. Fala-se em prerrogativas e em sua ampliação apenas para erguer um muro de impunidade.

Tenho perguntas objetivas, já que disponho de apenas 1 minuto: se estamos recuperando o texto da Constituição de 1988, por que incluir presidentes de partidos? Se estamos recuperando o texto de 1988, por que criar agora novas regras sobre as cautelares? Por que não aproveitamos o avanço do voto transparente e, em vez disso, estamos mantendo o voto secreto? Qual é o motivo para isso? Só há um: o pior corporativismo possível, que busca blindar e inundar de impunidade este Congresso Nacional.

Assim como disse meu amigo Deputado Chico: hoje eu tenho vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Deputado Rogério Correia, V.Exa. tem a palavra.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, o que está sendo debatido aqui hoje não é a questão da prerrogativa democrática, pois isso já está garantido no texto constitucional. Qualquer Parlamentar é livre e possui imunidade para suas palavras e atos. Isso já está na Constituição Federal, e, portanto, o direito de exercer democraticamente o mandato já está posto.

O que se discute aqui é uma mudança com a qual não podemos concordar. E quero falar diretamente ao povo brasileiro: imaginem que, com a aprovação desta PEC, passará a ser exigida licença prévia da Casa para processar criminalmente

um Parlamentar. Ou seja, se o Parlamentar cometer um crime, ele só poderá ser processado caso haja autorização da própria Casa.

Deputados, Deputadas e povo brasileiro, imaginem se um Deputado ou uma Deputada que bebe demais da conta atropelar alguém ou cometer um crime; se esse crime foi cometido por um Deputado bêbado ou uma Deputada bêbada, não será ela ou ele processado a não ser que haja autorização desta Casa, por voto secreto.

Se um Deputado agride a mulher — já tivemos casos de Deputados que agrediram mulheres —, ele não poderá ser processado, a não ser por voto secreto autorizado pela maioria absoluta dos Parlamentares da Casa. Deputados poderão bater em mulher e dar mau exemplo, e não serão processados, a não ser com a aprovação da Casa.

Quer mais? Um Deputado pego por racismo não poderá ser processado; também não o poderá por homofobia ou transfobia. Deputados transfóbicos costumam aparecer aqui. O que o transfóbico quer? Que haja maioria na Casa contra o crime da transfobia, para que ele seja inocentado e não seja julgado.

Quer mais? Homicídio.

Um Deputado envolvido em tráfico de drogas. Pode ser que alguns Deputados se envolvam em tráfico de drogas. Primos de Deputado eu já vi se envolvendo. Se o Deputado se envolve em tráfico de drogas, não vai poder ser aberto contra ele um processo, porque ele tem imunidade de crime. Então não é imunidade parlamentar, é imunidade de crime que está se querendo aqui.

Vocês querem que eu fale de outro crime? Um Deputado que desvia emenda parlamentar. É claro, isso não vai ocorrer, mas, se um Deputado, uma Deputada, um Senador ou uma Senadora pegar uma emenda parlamentar, desviar e roubar, ele ou ela também não poderá ser processado pelo Supremo, nem por ninguém, a não ser pela própria Casa.

Vocês já imaginaram o que vai ser esse corporativismo nesta Casa? Eu mencionei alguns crimes, mas todos esses estão tipificados como crimes que os Deputados poderão cometer, e, se cometerem, não serão processados, a não ser por maioria absoluta da Casa e em voto secreto.

Isso é um corporativismo vergonhoso. Isso serve para blindar Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, em vez de defender o povo. O povo que está lá no morro, às vezes com alguma droga, que nem é traficante, é perseguido pela polícia, e tem Deputado aqui que os chama de bandidos, porque são negros, pretos que estão na periferia deste Brasil. Mas Deputado, não; Deputado pode traficar droga, que não vai ser aberto contra ele um processo. Isso é vergonhoso.

Que o povo brasileiro saiba que os Deputados estão se protegendo no corporativismo e falando mentirosamente em termos de democracia! A democracia já está garantida. Qualquer Deputado é imune para aquilo que ele fala ou vota. Isso está na Constituição Federal. Não está sendo alterado. O que os Deputados estão querendo é blindagem absoluta, é permitir que haja bandidagem escondida aqui dentro. Isso tem que ser dito com todas as letras, porque é isso que vai ser votado. O Deputado que votar a favor disto, que responda lá onde ele mora, porque ele agora é imune a crimes, agora ele pode cometer crimes e não será processado.

O povo brasileiro precisa saber disso. O resto que se falou aqui sobre democracia é mentira. Eu falo todo dia: Bolsonaro vai ser preso porque roubou e deu golpe. E eu posso falar isso porque tenho imunidade parlamentar. Imunidade de crime eu não quero, e ninguém deveria querer.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Requerimento de encerramento da discussão.

Senhor(a) Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 117, XI combinado com o art. 178, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o encerramento da discussão do(a) PEC 3/2021.

Sala das Sessões

Pedro Lucas Fernandes - (Líder)

UNIÃO/MA

Para encaminhar a favor do requerimento, tem a palavra o Deputado Pedro Lucas Fernandes. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Rodrigo da Zaeli. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a fala do nosso querido jurista, o Deputado Lafayette de Andrada, foi muito feliz. Isso foi aprovado pela grande maioria dos Constituintes. Portanto, para aqueles que gostam de buscar o espírito da lei, que gostam de buscar a vontade do legislador, foi lembrado isso.

Neste momento, nós não estamos discutindo se esse ou aquele vai cometer crime ou não. Nós estamos discutindo aqui um pilar muito central da democracia, que tem sido corroído pela ferrugem do autoritarismo, que tem sido corroído pela ferrugem daqueles que querem se utilizar do poder que têm para obter benefícios políticos para si mesmos.

Nós precisamos tratar deste tema porque estamos no momento da República em que, infelizmente, a nossa Suprema Corte entendeu que ela também tem poder político. Essa fala não vem de hoje. O Ministro Barroso disse, em determinado momento, que, entre as atribuições do STF, está ser contramajoritário, iluminista e representativo. Ora, só por causa dessa fala, já caberia ao Senado chamar o Ministro para dar explicações, uma vez que ela vai totalmente contra a Constituição.

Dizer que o Poder Judiciário é representativo?! Não é. Representativo é quem recebe voto, é quem é votado.

Dizer que ele é iluminista?! Isso é pior ainda, porque é dizer que o Poder Judiciário é o farol que vai encaminhar a sociedade para esse ou aquele rumo que o Supremo entender adequado. E é isso que está acontecendo. O Ministro Flávio Dino, recentemente, disse: *"Acostumem-se, porque este autoprotagonismo veio para ficar"*. Este "acostumem-se" tem vindo acompanhado de verdadeiras mensagens e, na prática, de tratamento a Deputados que falaram alguma coisa de que os Ministros não gostaram pior do que o dado a traficante, pior do que o dado a criminoso. Eu nunca vi ninguém do PCC ou do Comando Vermelho receber visita em casa à meia-noite, ter sua porta estourada na frente da sua família e ser levado preso. Daniel Silveira passou por isso. Eu nunca vi bandidos serem tratados como os Deputados têm sido.

O art. 53 foi relativizado por esse autoprotagonismo do Poder Judiciário. O artigo não deixa margem para interpretação: ele deixa bem claro que Parlamentares são invioláveis por quaisquer palavras e votos.

Agora, entretanto, surge essa defesa: *"Ah, é porque a gente quer combater crime"*. Se fosse para combater crime, não se comportariam, muitas vezes, como bancada que representa muito mais os bandidos do que a população brasileira — ou que dizer do projeto dos *drones*? Não dá, não é? Não dá.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Para falar contra o requerimento, tem a palavra a Deputada Fernanda Melchionna.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - É muito engraçado ver os defensores de bandido nos atacarem de maneira rasa e leviana.

O Deputado que me antecedeu é um dos primeiros a bradar em defesa dos golpistas criminosos que acabaram de ser julgados — e, sim, vão ser responsabilizados pela tentativa de golpe de Estado. E, de novo, de forma leviana, demagógica, o Deputado ataca a Esquerda para tentar justificar o injustificável: que vocês vão votar a PEC da bandidagem.

É a PEC da bandidagem! Não tem outro nome! No caso de qualquer crime cometido por um Parlamentar, isso vai ser submetido à análise da Câmara dos Deputados: em primeiro lugar, a Mesa vai decidir se autoriza a investigação; depois, se autoriza a prisão, o que vai ser aprovado por voto secreto. O foco é qualquer crime: é assassinato, é pedofilia, é estupro, é corrupção.

Vários querem se blindar com esta PEC. Vários têm inquérito lá no Supremo Tribunal Federal acerca do orçamento secreto, instituído no Governo Bolsonaro — sim, ele instituiu o orçamento secreto. Por favor!

Eles não se contentam. É verdade que o Bolsonaro só foi condenado pela tentativa de golpe — ainda bem que foi condenado pela tentativa de golpe, para mostrar que ditadura nunca mais haverá; que o povo brasileiro garantiu liberdades democráticas e não aceitará perdê-las —, mas poderia ter sido condenado pelos crimes contra a saúde cometidos na pandemia; poderiam, ele e os demais, ter sido julgados e condenados pela tentativa de roubar joias dadas ao Governo brasileiro na época. Então, crime é o que não falta: há desde o da rachadinha, cometido pelo filho, até os crimes contra as liberdades democráticas.

Mas aqui vocês abrem um leque escandaloso que junta num casamento de conveniência a extrema direita golpista com o Centrão, que quer se proteger das investigações de corrupção no Supremo Tribunal Federal. Para isso, têm que fazer um malabarismo muito grande — muito grande: atacar o Supremo; atacar a Esquerda; criar um espantalho, porque 80% do povo, segundo as pesquisas que saíam, são contra esta PEC da impunidade.

Esta é a PEC da impunidade! Quem ousa comparar o que foi o processo da Constituinte, que aconteceu numa época em que Parlamentares eram perseguidos por enfrentarem a ditadura, com o voto secreto para proteger bandido tem que usar muito óleo de peroba para tanta falta de vergonha na cara.

Ninguém cai nessa cantilena enfadonha, porque o povo sabe que o que está sendo votado aqui é escandaloso, é um tapa na cara do povo brasileiro. Um Deputado Federal que está nos Estados Unidos articulando contra o Brasil vira Líder da Minoria para seguir recebendo polpudos salários e sua verba Parlamentar e não ser cassado. Hoje vota-se a PEC da

banditagem para construir caminho para a PEC da banditagem amanhã, porque a anistia para golpista é mais do que banditagem; é passar pano para golpista e criminoso e criar condições para novas tentativas de golpe.

Mas não passarão, porque isto não para em pé no Supremo, e, mais do que isso, o povo já rejeitou a tentativa de golpe de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Orientação de bancada.

Como orienta o PL?

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL orienta "sim" ao encerramento da discussão.

Eu tenho ouvido aqui alguns Deputados do PT e da Esquerda escandalizados com a possibilidade do voto secreto em caso de processo criminal contra Deputados. Esse é um instrumento essencial para acabar com a chantagem do STF. Imaginem só que chega aqui um processo contra um Deputado — geralmente são Deputados de oposição — por crime de opinião, e um Ministro liga para os Deputados, dizendo: "*Olha, estou vendo seu voto, hein! É para votar favoravelmente à prisão dele, à abertura de ação penal!*" É evidente que nós temos que ter, sim, o voto secreto.

E eu quero lembrar a eles alguns Deputados que foram cassados na época do voto secreto: José Dirceu, José Genoíno, João Paulo Cunha, todos do PT, todos por corrupção!

Então, podem ficar tranquilos, porque, em caso de processo de corrupção, nós vamos continuar votando favoravelmente à prisão, e será sempre do PT, porque esse é o *modus operandi* de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Altineu Côrtes. Bloco/PL - RJ) - Como orienta a Federação do PT, PCdoB e PV?

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quando nós pensamos em alterar a Constituição, diante de tantos crimes que acontecem, é para melhorar e ampliar a fiscalização, é para dar a ela mais transparência. O que a extrema direita aqui quer, entretanto, é dificultar o trabalho da Justiça, é dificultar a investigação contra criminoso.

Aliás, nós não podemos encerrar a discussão aqui, porque — é muito engraçado — quem defende o combate ao crime quer agora proteger o criminoso; quer se autoproteger; quer usar a imunidade parlamentar para ter impunidade parlamentar.

É do arco-da-velha, como diz o ditado popular, quererem estabelecer voto secreto. Já é ruim ser necessário pedir autorização deste Colegiado para poder processar um Parlamentar. Agora, ainda ser secreto o voto é inadmissível. Então, temos que melhorar a Justiça, e não dificultar o seu trabalho.

Por isso...

(Desligamento do microfone.)

(Durante o discurso do Sr. Bohn Gass, o Sr. Altineu Côrtes, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hugo Motta, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Em votação.

Aqueles que forem pela aprovação do requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - E a orientação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Aprovado o requerimento...

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não houve orientação?

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Vamos dar a votação nominal, a pedido do Partido dos Trabalhadores, do PSOL e do NOVO.

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos.

Está iniciada a votação.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) - A orientação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como vota o PL?

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente, o PL orienta "sim", porque nós queremos, sim, que o Parlamentar tenha imunidade parlamentar.

Olhem bem para mim: eu sou o Deputado Federal Bibó Nunes e me orgulho disso! Podem chamar de PEC da blindagem, como quiserem, porque eu quero estar blindado contra esse STF que julga politicamente; contra esse STF cujo ex-Presidente Marco Aurélio Mello disse que o Sr. Ministro Alexandre de Moraes necessita urgentemente de tratamento mental. Eu vou me sujeitar e vir reclamar aqui de voto secreto?! Vocês nunca ouviram falar em júri popular? Em todo júri popular o voto é secreto!

Nós temos uma Corte da qual eu digo o seguinte: quando a política invade Tribunais, a Justiça foge pela janela. É isso que nós temos! É essa vergonha que nós temos hoje no Brasil!

Viva a blindagem!

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como vota o PT?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PT vota "não", contra o encerramento.

Vota "não" porque essa matéria precisa ser discutida, Sr. Presidente, pois, quando a política deixa de ser feita em nome do interesse público e passa a ser feita em nome do interesse interno do Poder — e essa blindagem é isso —, nós nos afastamos da sociedade brasileira.

Por isso, o PT se posiciona contrariamente a esta PEC, que, neste momento, trata de mudança de prerrogativas, quando há prioridades a serem observadas.

Mas, além disso, avaliem, principalmente, que a sociedade brasileira está nos olhando agora e está atenta. No momento em que se começam a estabelecer responsabilidades diante de crimes cometidos também no ambiente da política, os Parlamentares tentam estabelecer uma mudança nas prerrogativas. Isso está incorreto, porque isso nos afasta, como Poder, do povo brasileiro.

Por isso, o PT vota "não".

A federação também vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como vota o União Brasil?

O SR. PEDRO LUCAS FERNANDES (Bloco/UNIÃO - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O União Brasil vota "sim", Presidente. Já estamos há mais de 4 horas discutindo esta proposta. Vamos votar.

O União Brasil orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o PP? (*Pausa.*)

Como orienta o PSD? (*Pausa.*)

Como orienta o Republicanos? (*Pausa.*)

Como orienta o MDB?

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O MDB orienta "sim", pelo encerramento da discussão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - O Progressistas, como orienta?

O SR. PEDRO LUPION (Bloco/PP - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Progressistas orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Federação PSDB CIDADANIA?

O SR. ADOLFO VIANA (Bloco/PSDB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A federação orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Podemos?

O SR. RODRIGO GAMBALE (Bloco/PODE - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos orienta "sim" ao requerimento de encerramento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o PDT? (*Pausa.*)

Como orienta o PSB? (*Pausa.*)

Como orienta a Federação PSOL REDE?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, queria agregar o tempo de Liderança, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Concedo a palavra, pela Liderança do PSOL, à Deputada Talíria Petrone, agregando ao tempo de Líder o tempo de orientação.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

É muito importante que o povo brasileiro, que está vendo o que acontece nesta Casa, compreenda o que estamos votando. Está claro que estamos diante de dois lados. De um lado, um grupo político, a extrema direita brasileira, aliada a parte do Centrão, que defende duas agendas: a agenda da anistia para os golpistas e a agenda que estamos votando, a PEC da blindagem, que, no final das contas, defende deixar bandido para lá, sem responsabilização. De outro, nós, do campo da Esquerda, que queremos avançar nas agendas, colegas, que interessam ao conjunto dos trabalhadores brasileiros: isenção de Imposto de Renda, fim da escala 6 por 1, tarifa social da energia.

Com todo o respeito aos colegas que falaram anteriormente, todos nós defendemos com unhas e dentes nossas prerrogativas, inclusive a imunidade parlamentar, porque isso não tem a ver com a gente individualmente; isso é uma conquista democrática e consiste em o Parlamentar poder falar, poder ter opinião política.

Mas Parlamentar não pode tudo. A imunidade parlamentar não pode ser desculpa para se cometer qualquer violação constitucional ou qualquer crime. E o que está colocado aqui, colegas, é que, a partir da aprovação desta PEC, Deputados e Senadores só poderão ser processados criminalmente se o Parlamento autorizar. Se um Parlamentar, como já aconteceu e já foi citado, bebeu, bebeu, bebeu e matou alguém, quem vai decidir se ele pode ser investigado, se ele pode ser processado? O Parlamento. Se um Parlamentar resolveu bater na sua mulher, quem vai decidir se ele pode ser processado criminalmente? Os seus colegas, os seus pares, numa lógica corporativista que a gente sabe que funciona aqui. Se um Parlamentar defendeu golpe de Estado, se um Parlamentar foi transfóbico, se um Parlamentar foi racista...

Eu conheço um monte de Parlamentares que cometeram uma série de ilegalidades como essas. Aliás, há um monte de Parlamentar que hoje é processado por crimes que eu citei aqui. A partir da aprovação da PEC da blindagem, esses Parlamentares só poderão ser processados criminalmente com autorização dos seus colegas Parlamentares!

Como eu disse, de um lado, a defesa da causa própria, a blindagem, que pode, ali na frente, proteger criminoso, e, de outro, a defesa de uma agenda popular, de uma agenda que alcança, no caso do Imposto de Renda, 20 milhões de trabalhadores que terão sua renda ampliada com a isenção, graças a projeto que foi aprovado consensualmente na Comissão Especial e que está parado na mesa do Presidente.

Eu quero votar a MP que vai beneficiar 60 milhões de brasileiros que terão a tarifa da conta de luz mais baixa.

Então, brasileiros que estão olhando o que acontece aqui, vejam bem o que o seu Deputado quer votar.

Colegas, para finalizar, quero dizer que o texto constitucional foi elaborado lá atrás, em um momento específico de abertura de regime, depois de vários atos institucionais que fecharam o Congresso, que cassaram partidos, que cassaram Deputados. Por isso o texto se deu na dimensão de proteger aquele Parlamento.

Nós avançamos, nas últimas décadas, inclusive derrubando o voto secreto, que é uma forma de o Parlamentar não meter a cara e mostrar o que ele vota. Agora queremos dar passos atrás, num ambiente de normalidade democrática, em que a gente está batalhando, apesar de muitos de vocês quererem defender o golpe, para avançar na democracia. Nós acabamos com o voto secreto, e os senhores querem voltar com o voto secreto e com a necessidade de autorização pelo Congresso Nacional para a abertura de processo contra Parlamentar.

Não! Não dá, colegas!

"Não" à blindagem.

"Não" à autodefesa a partir dessa blindagem.

Nossa tarefa é atender ao interesse público. Isso significa isenção de Imposto de Renda, conta de luz mais barata, redução de escala de trabalho. As demandas dos trabalhadores, sem dúvida, não são anistia e blindagem.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Avante?

O SR. BRUNO FARIAS (Bloco/AVANTE - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Avante orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Avante orienta "sim".

Como orienta o Solidariedade?

O SR. DR. FREDERICO (Bloco/PRD - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a federação do PRD e do Solidariedade orienta "sim", já que entende que o maior julgamento numa democracia com equilíbrio entre os três Poderes é o julgamento popular; é a população decidindo quem merece representá-la durante 4 anos. E o que estamos

vendo é um Poder Judiciário que atropela a Casa e tira essa força popular, deixando todos aqui de joelhos em relação a ele. Isso tem que acabar.

Parabenizo V.Exa., Presidente Hugo Motta, toda a Mesa e todos os Líderes pela coragem de fazer essa construção para enfrentar essa situação tão grave aqui no Parlamento. Nós temos que ter imunidade parlamentar para expressar nossas opiniões, para trazer aqui a vontade popular. Se forem praticados crimes, sempre vai haver julgamento, nem que seja neste Congresso. Criminoso aqui não vai se impor, mas a opinião sempre será respeitada.

O voto é "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Maioria?

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Maioria vai liberar a bancada, Presidente, mas é preciso que nós deixemos nítidas algumas coisas.

Primeiro, nós somos representantes do povo, e ninguém aqui foi eleito dizendo que iria votar em uma proposta de emenda constitucional para se proteger e para não responder por qualquer tipo de crime. Mas também ninguém aqui foi eleito — e nós somos representantes do povo — para dizer que iria votar secretamente; que o povo não iria saber como votou; que o povo não iria saber se votou para impedir que pessoas criminosas pudessem responder pelos seus crimes.

Aliás, aqui eu ouvi dizer que é o representante do povo que tem que decidir se outro representante do povo cometeu ou não cometeu um crime. Isso é um verdadeiro absurdo — um verdadeiro absurdo!

E também é bom lembrar que esta PEC estende essa condição para quem preside partidos.

Por isso...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Partido Novo?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu gostaria de chamar a atenção dos Parlamentares porque existe um autoengano aqui.

Muitos colegas meus estão dizendo que aprovam esta PEC porque precisam se proteger, porque não é possível ficarem com a corda no pescoço com relação aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Acontece que o § 2º do art. 53, que está sendo alterado, diz que os Parlamentares não poderão ser processados sem autorização da Casa. Mas isso é para o futuro; isso não resolve o problema de ninguém que está sendo processado agora, que está com a corda no pescoço. Trata-se de um autoengano. Isso só serve para o futuro! Os Parlamentares não estão sendo protegidos agora!

A orientação é "não". O art. 53 não foi alterado positivamente e não beneficia os Parlamentares que estão sendo processados atualmente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Minoria?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (Bloco/PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta é a PEC da blindagem, não é? Sim! Queremos ser blindados mesmo de um STF que atua como agente político contra membros desta Casa, abrindo inquéritos, fazendo busca e apreensão por causa de palavras proferidas.

V.Exa. sabe por que eles não querem essa blindagem? Porque eles já são blindados e podem xingar os seus opositores de nazistas, de fascistas, podem fazer *fake news* durante a época das eleições, podem fazer rachadinhas. É claro que eles não vão defender a PEC da blindagem, porque já são blindados!

Agora, eles estão com medo do quê? Quem cometer crime vai pagar, uai! É simples assim: a gente vota e mostra que esta Casa é contra criminoso.

Agora, eu descobri sabe o quê? Que há Deputado aqui que votou contra a cassação da Flordelis, que era uma assassina. Pesquisem, mas vou dar uma dica: PSOL, Rio de Janeiro.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Oposição?

O SR. OSMAR TERRA (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Oposição vota "sim", e eu queria lembrar aos Deputados que estão falando tanto em proteção a bandidos que, enquanto vigoravam as regras da Constituição de 1988, três Presidentes desta Casa foram cassados pelo Plenário, com voto secreto — três! —, e mais de dez Deputados também foram cassados.

Digam-me quem foi absolvido pelo Plenário com o voto secreto.

É mentira o que estão falando aqui, para tentar tirar a força que tem a decisão desta Casa, para enfraquecê-la mais, tornando esta Casa menor e mais humilhada pelos outros Poderes.

Então, o nosso voto é "sim", para que esta Casa tenha autonomia para decidir o que vai fazer pelo povo com os representantes do povo.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Governo?

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Governo vai liberar a bancada.

Vocês querem votar escondido do povo, vocês querem esconder o seu voto do povo, vocês não querem transparência, vocês não querem assumir posições. Agora, vai ficar muito feio, porque 78% da população diz, segundo as pesquisas, que o Parlamento vota apenas por interesse próprio. Aliás, é o Poder menos avaliado positivamente, dos três Poderes.

O que faz, no dia de hoje, essa Direita, que não quer que o povo saiba como ela votou? Ela quer votar na surdina, quer votar escondido, quer salvar bandidos, porque esta PEC não é só da blindagem, esta é a PEC — e tem razão quem disse isto — da bandidagem, porque vai favorecer bandidos. Há lugares em que as medidas cautelares não vão existir. Isso é um absurdo, uma vergonha para este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 346;

NÃO: 122.

APROVADO O REQUERIMENTO.

Declaro encerrada a discussão em primeiro turno.

Fica prejudicado o requerimento de adiamento da votação, nos termos do § 4º do art. 178 do Regimento Interno.

Passa-se à votação em primeiro turno.

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Coronel Assis. *(Pausa.)*

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Capitão Alberto Neto. *(Pausa.)*

Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Gustavo Gayer.

O SR. GUSTAVO GAYER (Bloco/PL - GO. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Como disse muito bem, há poucos minutos, o meu colega Nikolas Ferreira, esta não é a PEC da Blindagem. Na verdade, a blindagem já existe, a blindagem é justamente da Esquerda. Hoje a Esquerda pode cometer os crimes que quiser, pode fazer "rachadinha", pode xingar seus opositores e, como vimos recentemente nos Estados Unidos, até mesmo matar seus opositores, e nada acontece com ela. Foi na Esquerda que nós tivemos o primeiro caso de "rachadinha" institucionalmente defendido aqui no plenário. Então, nós não estamos lutando por blindagem, nós queremos apenas que o representante eleito possa trabalhar, representando a sua base, sem ser perseguido por isso.

Volto a dizer, meus amigos: quando este texto foi originalmente colocado na nossa Constituição, pensaram que um dia o Poder Judiciário poderia tomar uma posição política e começar a perseguir os representantes eleitos. Foi pensando nisso que fizeram um texto que dizia que, para que se abra um inquérito contra um Parlamentar, contra um representante eleito, para que ele seja preso, para que se bloqueiem as suas contas, para que se destrua a vida de um Parlamentar, tem que haver voto aqui na Casa. Para que eu esteja aqui no plenário defendendo isso, pode ter certeza absoluta de que é porque a situação da perseguição pelo Judiciário brasileiro extrapolou todos os limites. Nunca na história de nenhum país ocidental democrático se viu tamanha perseguição.

Mais cedo eu vim aqui e disse que uma pesquisa publicada recentemente pelo Instituto Atlas/Bloomberg mostra que — escutem isto — 42,8% da população reconhece que o Judiciário do Brasil é a maior ameaça à democracia. A maior ameaça à democracia é justamente aquelas pessoas que deveriam protegê-la, de acordo com a opinião pública. Em segundo lugar está o Governo Lula. É por isso que eles estão com tanta sanha de lutar contra esta PEC, porque eles são a segunda maior ameaça contra a democracia no Brasil. Então, vemos um consórcio trabalhando em perfeita sintonia.

O que nós queremos? Poder representar os nossos eleitores sem correr o risco de ver a Polícia Federal bater à porta da nossa casa ou de ter a nossa vida destruída. Aqui do lado, no Senado, um Senador foi colocado numa posição de indigente,

sem salário, sem voz, com tornozeleira, sem que tivesse sido indiciado. É isso o que nós esperamos que aconteça com cada um de nós?

Agora, o triste de tudo o que está acontecendo aqui é a forma como eles querem defender esse *status quo*. Como eles perderam a opinião pública, perderam a população e perdem aqui na votação, eles precisam da intimidação do Judiciário contra cada um de nós.

Votar esta PEC é o primeiro passo para resgatar o Congresso. Nós vemos na rua o Movimento Reaja, Brasil!. Está na hora de fazermos aqui dentro o Movimento Reaja, Congresso!.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura, para encaminhar contra a matéria. *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Kim Kataguirí, para encaminhar contra a matéria.

O SR. KIM KATAGUIRÍ (Bloco/UNIÃO - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente, Deputados, mais uma vez eu subo a esta tribuna para expor o seguinte: esta PEC não vai diminuir em 1 milímetro os abusos do Supremo Tribunal Federal. Há infinitas outras PECs e medidas que nós podemos e devemos aprovar no Plenário da Câmara dos Deputados para pôr fim a esses abusos.

Eu já coloquei aqui: nós temos um modelo em que o Supremo Tribunal Federal concentra o poder de julgar Parlamentares, de julgar casos concretos e de julgar leis. No modelo europeu, as Cortes constitucionais estão fora do Poder Judiciário, elas não concentram o poder de julgar Parlamentares ao mesmo tempo que julgam leis, porque isso causa os abusos de poder que nós estamos vendo aqui. Esta PEC não muda isso em absolutamente nada. Os Ministros continuam podendo tomar decisões monocráticas, os Ministros continuam podendo legislar no nosso lugar e, mais grave do que isso, os principais motivos pelos quais há processos de perseguição contra quem é de direita e critica o Supremo ou critica o Governo são palavras, opiniões e votos, é a imunidade material. Não há nenhum reforço da imunidade material nesta PEC, não há uma linha a mais de proteção para o Parlamentar que, desta tribuna, criticar o Supremo Tribunal Federal, não há uma linha a mais de proteção para o Parlamentar que, desta tribuna, criticar o Presidente da República. Nada se muda nesse sentido.

O que nós estamos votando aqui, mais uma vez, é um salvo-conduto para o Parlamentar que cometer o crime de desviar verba pública, que cometer o crime de homicídio. Esse sujeito vai ser submetido ao Plenário, e, em voto secreto, será determinado se o processo continua contra ele. Não estou nem falando de prisão, estou falando do processo para produzir provas, para saber se aquele sujeito tem que ser condenado ou não. Nem o início do processo criminal para escutar testemunha e para produzir prova vai acontecer.

Alguns Parlamentares dizem: "*Mas esta Casa vai ter a postura de permitir a abertura de investigação contra Parlamentar que seja corrupto*". Quando essa regra existiu, de 1988 a 2001, nenhum procedimento criminal foi autorizado pela Câmara dos Deputados — durante todo esse período, nenhum!

(Manifestação no plenário.)

O SR. KIM KATAGUIRÍ (Bloco/UNIÃO - SP) - É verdade, sim. Veja o histórico da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Cassação é diferente de autorização para abertura de processo criminal, Deputado. Nós estamos falando de coisas diferentes.

Não foi autorizada a abertura de nenhum procedimento de investigação contra Parlamentar, de 1988 a 2001. O que vamos fazer aqui é repetir isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para encaminhar a favor, tem a palavra o Deputado Sargento Gonçalves.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (Bloco/PL - RN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, subo a esta tribuna para defender mais uma vez a importância da aprovação desta Proposta de Emenda à Constituição nº 3.

De fato, vivemos dias tenebrosos, em que o Poder Judiciário, em que Ministros do Supremo Tribunal Federal, infelizmente, têm-se utilizado da posição que ocupam para atacar... Eu digo: a democracia. Quando defendemos aqui prerrogativas, não são as do Deputado, propriamente pelo interesse do Deputado, é a da condição de representante do povo brasileiro. Se estamos aqui para representá-lo e não temos a condições de exercer essa atividade de representação, isso de fato inviabiliza a democracia.

Os argumentos utilizados pelos Deputados da extrema esquerda de fato não fazem o mínimo sentido. Muito pelo contrário. Basta ver o histórico, Deputado Osmar Terra, basta ver quem defende o que neste País.

O Dr. Osmar Terra, enquanto conversava comigo, trouxe um argumento muito válido. A questão do voto em uma situação em que se vai admitir ou não que um Deputado seja processado pelo STF. O fato de o Deputado não expor aquela votação pode impedir que ele se sinta constrangido diante daquele colega Parlamentar que está sendo processado. Muito pelo contrário.

Nós sabemos que, de fato, os Deputados da extrema esquerda, os Deputados do PT e do PSOL, vão contra esta matéria porque estão, como se diz, em mar de almirante. Eles têm uma relação muito íntima com os Ministros do STF, na grande maioria indicados pelo próprio PT, Ministros que utilizam o Poder Judiciário para realizar uma verdadeira perseguição a opositores políticos. Basta ver os últimos julgamentos, basta ver os últimos homens que estavam no banco dos réus lá no STF.

Parece que as funções no STF estão bem determinadas: o Ministro Alexandre de Moraes é o carrasco dos opositores de direita; o Ministro Dias Toffoli, semana sim, semana não, descondena envolvidos no grande esquema de corrupção que foi a Lava-Jato, e assim se segue. Não podemos nos esquecer de Flávio Dino, que agora vai para cima das emendas parlamentares, que são algo constitucional, mas que ele está querendo a todo o custo criminalizar, ferindo também o poder deste Parlamento.

Se continuarmos assim, acabará sendo necessário fechar de vez o Congresso Nacional, já que ele está só gerando custo, tendo em vista que é o STF de fato que tem exercido as funções do Parlamento Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para encaminhar contrariamente, tem a palavra o Deputado Túlio Gadêlha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/REDE - PE. Sem revisão do orador.) - Senhores, nós estamos alertando já há um bom tempo: o que está sendo votado aqui não é de competência de legisladores. Existem legisladores, Deputados, que foram eleitos para tal, que tentam assumir a função de juízes, a de julgar seu colega, a de dizer que o que ele fez é crime ou não. Então, nós precisamos colocar a mão na consciência, senhores.

Vamos ouvir a opinião pública sobre esse tema. Vamos entender que, se há cometimento de excessos por parte da Justiça, existem outras medidas. As medidas propostas não são razoáveis.

Senhores, imaginem a Polícia Federal investigando algum colega, qualquer que seja. A polícia consegue ter acesso a escutas telefônicas desse determinado Parlamentar em que ele confessa o crime. O Coaf consegue emitir relatórios que comprovam a movimentação financeira em suas contas — de repente de milhões de reais. A polícia ainda vai à casa dele e vê que lá existem milhões de reais, suficientes para comprar uma casa com dinheiro vivo, por exemplo, ou até joias que não são compatíveis com os seus proventos. Senhores, sejamos razoáveis: é este Parlamento que vai dizer se esse Parlamentar vai continuar sendo investigado ou se ele simplesmente está blindado de qualquer investigação? Este Parlamentar vai poder se reeleger e depois se reeleger novamente e, como alguns aqui que já tiveram dez mandatos, passar décadas nesta Casa. Quando ele será punido? Quando ele tiver a maioria de Deputados contra ele?

E o pior: o voto é secreto. O voto é secreto! Senhores, o que a população brasileira acha disso? Vamos colocar a mão na consciência e construir um texto coletivo, razoável. Esse é o pedido que nós temos feito. Não somos contra qualquer pauta que venha a discutir prerrogativas, competências. Temos como construir um texto melhor. Este texto não é bom, este texto favorece quem quer cometer delitos, este texto incentiva o crime organizado a entrar nesta Casa. Esta Casa vai se tornar um grande atrativo para o crime organizado no Brasil, que vai querer disputar a eleição e assumir mandatos.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Em votação, em primeiro turno, o substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão Especial à Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, ressalvados os destaques. Orientação de bancadas.

Como vota o PL?

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PL - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Digníssimo Presidente, Deputado Hugo Motta, o PL vota "sim", é favorável, porque nós queremos a imunidade parlamentar para quaisquer palavras, em qualquer lugar.

No Brasil hoje o Supremo Tribunal Federal é totalmente politizado, só politiza a favor da Esquerda. Quantos Parlamentares da Direita estão inelegíveis por 8 anos? Quantos são os empresários de direita? De esquerda, nenhum.

Agora vêm falar em votação secreta, que vai ocultar criminosos. Se há criminosos, com todo o respeito, há mais na Esquerda. Citem crimes de Parlamentares de direita! Só há narrativas: chamam de golpista, terrorista quem usa batom como arma, ou algodão-doce, ou pipoca, ou a Bíblia. Essa é a realidade.

Então, é bem claro: não podemos ficar na mão de um STF totalmente politizado! Quando a política invade os tribunais, a justiça foge pela janela.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos.

Está iniciada a votação.

Como orienta o PT?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos uma extensa pauta no País. Nós temos a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, o que é uma prioridade. Nós estamos falando em beneficiar 20 milhões de brasileiros. Nós temos a PEC da Segurança Pública. Essa operação da Polícia Federal contra o PCC demonstra que temos que dar peso à Polícia Federal.

Sinceramente, Sr. Presidente, eu não vejo como de interesse do povo brasileiro uma PEC que protege Parlamentares, Deputados e Senadores. A nossa pauta tem que ser a vida do povo. E é nisso que nós insistimos. Estamos preocupados com uma medida provisória que beneficia 60 milhões de brasileiros, que esperamos votar o mais rapidamente possível. São 60 milhões de pessoas que terão isenção na conta de luz.

É por isso que, em nome da Federação Brasil da Esperança e em nome do Partido dos Trabalhadores, nós encaminhamos, no dia de hoje, o voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o União Brasil?

O SR. FABIO SCHIOCHET (Bloco/UNIÃO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o União Brasil orienta "sim". Esta PEC traz de volta as nossas prerrogativas de 1988, é uma defesa dos nossos mandatos e traz, sim, a imunidade parlamentar para dentro desta Casa.

Por conta disso, o União Brasil orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Progressistas?

O SR. DOUTOR LUIZINHO (Bloco/PP - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Progressistas, em nome deste plenário, do Plenário Ulysses Guimarães, para restituir a Constituição de 1988, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o PSD?

O SR. ZÉ HAROLDO CATHEDRAL (Bloco/PSD - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSD, orienta o voto "não" a esta PEC 3.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Republicanos?

O SR. GILBERTO ABRAMO (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós fechamos questão, e o nosso voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o MDB?

O SR. ISNALDO BULHÕES JR. (Bloco/MDB - AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O MDB orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Federação PSDB CIDADANIA?

O SR. ADOLFO VIANA (Bloco/PSDB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Federação orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Podemos? *(Pausa.)*

Como orienta o PDT? *(Pausa.)*

Como orienta o PSB? *(Pausa.)*

Como orienta a Federação PSOL REDE?

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Federação PSOL REDE vai votar "não".

Quero citar um colunista da *Folha de S.Paulo* que começa seu artigo assim: *Câmara vive surto de desfaçatez*. E termina assim: *"De acinte em acinte, os Deputados transformam a política num outro ramo do crime organizado"* — leia-se: Centrão mais extrema direita.

O que é o acinte? A PEC da Blindagem, mais anistia fajuta, mais nomeação de "Eduardo Bananinha". É maracutaia atrás de maracutaia. Nós vamos pagar salário a um traidor da Pátria para ele ficar lá conspirando contra o nosso País? Isso é uma vergonha, uma desfaçatez! E vamos salvar bandidos de todo tipo com anistia e blindagem de todos os crimes comuns?

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ) - Chora, Papai Smurf!

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Podemos?

O SR. RODRIGO GAMBALE (Bloco/PODE - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Podemos orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Bloco AVANTE/SOLIDARIEDADE/ PRD?

O SR. FRED COSTA (Bloco/PRD - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O bloco orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Partido Novo?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o que mais incomoda os Deputados de direita, os liberais, os conservadores é a deturpação da literatura, é a interpretação de texto, das palavras proferidas pelo Supremo Tribunal Federal. Na leitura de "quaisquer opiniões, palavras e votos" elencaram inúmeras exceções, que vêm da cabeça deles mesmos.

Esta seria a oportunidade perfeita para deixar ainda mais claro o art. 53. No entanto, infelizmente, isso não aconteceu. Existia outra proposta para esta PEC nas mãos do antigo Relator, o Deputado Lafayette de Andrada, que contemplava esse nosso anseio. Infelizmente, isso não foi contemplado.

Nada vai ser beneficiado. O benefício será apenas a outra categoria e só daqui em diante. Não há motivo para apoiar esta PEC. Portanto, a orientação é "não".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Maioria?

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, ainda que a Maioria libere a bancada, é importante que alguns elementos fiquem absolutamente nítidos. Um deles é este: quando se estende este procedimento para os presidentes de partido, estende-se às pessoas, desconsiderando que cargo não é função de Estado. Então, há uma ampliação artificial do próprio foro.

Para além disso, dizer que os Parlamentares têm que votar se devem ou não responder pelos seus crimes é um verdadeiro absurdo, porque se retira a função do Poder Judiciário. Em nenhum lugar do Brasil isso acontece, em nenhum lugar do Brasil as próprias pessoas que estão sendo acusadas de crime votam se devem ou não responder pelos crimes que cometeram.

Por fim, o Líder da Minoria é alguém que está fora do Brasil...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Minoria?

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Minoria, Presidente, orienta o voto a favor do substitutivo.

Queremos dizer, Sr. Presidente, que quem não quer que as prerrogativas sejam garantidas são aqueles que já têm outros tipos de garantias, que não podem ser escritas na Constituição, dadas por pessoas que hoje subvertem o que está ali contido. Nós não; nós nos pautamos pela lei e pela Constituição. E é por isso que queremos a garantia de que tudo o que fazemos como Parlamentares não pode ser objeto de chantagem por parte daqueles que querem o voto não aberto, mas exposto, para que possam fazer telefonemas, ligações obscuras, que se passam no subterrâneo da lei.

Então, votamos "sim" ao substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Oposição?

O SR. NIKOLAS FERREIRA (Bloco/PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a proposta não é a ideal, mas é a possível.

A Esquerda diz que a *Folha de S.Paulo* está contra, o PT está contra, o PSOL está contra. Não precisa me convencer mais! Eu já vou votar a favor da matéria. Que dia esses caras defenderam alguma coisa que presta para o nosso País? Está de sacanagem?

"Ai, vão votar sem ninguém saber." É óbvio! O STF mete chantagem na cabeça de um monte de Deputado e Senador, interfere nas decisões deste Congresso, inclusive nas decisões do Presidente desta Casa, abre e fecha inquérito ao seu bel-prazer. Se eles querem tirar as nossas prerrogativas, que tiremos as deles. Ponto!

A orientação é o voto "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Governo?

O SR. ODAIR CUNHA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Governo compreende que esta é uma matéria *interna corporis* e se abstém da discussão.

Por isso, libera a sua base.

Obrigado.

O SR. BIBO NUNES (Bloco/PL - RS) - Até o Governo liberou a sua base!

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Convido a falar, pela Liderança do...

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Cabo Gilberto Silva.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Atenção, Sr. Presidente! Atenção, Mesa Diretora! Para a Maioria, pode colocar o voto "sim", porque a maioria é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - A Maioria liberou sua bancada.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB) - Então, coloque isso no painel, por gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - A Maioria liberou a bancada.

Convido a fazer uso da palavra, pela Liderança do PT, o Deputado Lindbergh Farias. *(Pausa.)*

Convido a fazer uso da palavra, pela Liderança do PSD, o Deputado Sidney Leite. *(Pausa.)*

Convido a fazer uso da palavra, pela Liderança do Podemos, o Deputado Rafael Fera. *(Pausa.)*

Convido a fazer uso da palavra, pela Liderança do Republicanos, o Deputado Silas Câmara. *(Pausa.)*

Convido a fazer uso da palavra, pela Liderança da Minoria, o Deputado Gustavo Gayer. *(Pausa.)*

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto ele vai à tribuna, eu queria dizer que, para o primeiro blocão, o voto tem que ser "sim". Todos os partidos do blocão orientaram o voto "sim". No painel está sem orientação.

É uma questão de justiça.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - O Bloco do PL, do União Brasil, do PP, do PSD e do Republicanos orientou o voto "sim". Eu peço que no painel conste o voto "sim".

Peço atenção à Mesa para, quando houver isso, já acompanhar a orientação correta.

Tem a palavra o Deputado Gustavo Gayer, para falar pela Liderança da Minoria. *(Pausa.)*

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, depois da fala do Deputado, tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Pois não, Deputada Talíria, darei a palavra a V.Exa.

O SR. GUSTAVO GAYER (Bloco/PL - GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente, agradeço pela concessão da palavra.

Eu queria fazer uma lacuna no debate que está acontecendo aqui hoje, para trazer um assunto que não é o que estamos debatendo no momento, mas pode ser que, ao longo do discurso, acabemos falando sobre isso.

Na semana passada, Presidente, uma pessoa que eu admirava muito, que os meus filhos acompanhavam, que era acompanhado por milhões de pessoas no mundo, que ajudou a transformar a vida de milhões de jovens, não só nos Estados

Unidos, mas no mundo inteiro — e isso ficou claro com as manifestações e as vigílias que acompanhamos —, teve a sua vida arrancada. Um homem, um pai de família de 31 anos, morreu de forma trágica, na frente da sua filha e da sua esposa, na Universidade de Utah Valley.

Presidente, o que aconteceu foi muito sério. Um rapaz, criado por uma família cristã, mórmon, filho de um xerife, uma família presente, um pai presente, entrou na universidade e, 1 ano depois, foi radicalizado, transformando-se em um esquerdista antifa, nível PSOL americano. Foi incutido nele tanto ódio que passou a acreditar que assassinar um homem, um pai de família, era justificável e que estaria fazendo um bem para a humanidade. Ele pegou a arma do seu pai, escreveu algumas palavras esquerdistas nas balas e matou Charlie Kirk.

Charlie Kirk não foi uma pessoa que eu conheci depois da tragédia. Era um homem que eu já acompanhava há muitos anos, assim como meu filho e minha filha também o acompanhavam. E eles choraram ao descobrir sobre sua morte.

A reação da Direita e dos conservadores, quando perderam um dos seus líderes, Presidente, não foi sair saqueando supermercados e lojas, queimando carros, matando pessoas, atacando a polícia. Não! A reação da Direita e dos conservadores, ao perder um dos seus líderes, foi fazer vigília, foi rezar, tanto pela vida daquele que morreu quanto pela vida do assassino. Muito diferente do que os nossos colegas da Esquerda costumam fazer.

Mais trágico que isso, Presidente, é que a Direita e os conservadores do mundo estão sofrendo com uma onda de assassinatos, hoje, no mundo. Eles não lhe chamam de fascista porque você é fascista; eles lhe chamam de fascista para justificar o assassinato. Cada um de nós que, em algum momento, foi chamado de fascista ou nazista por eles, na verdade, assim o foi para eles construírem e pavimentarem um caminho para que nós sejamos assassinados.

E o mais trágico, Presidente, foi ver as redes sociais se encherem de ódio, com pessoas da Esquerda não só celebrando o assassinato dessa pessoa, desse cristão, mas planejando mais assassinatos.

Não finjam aqui que vocês não viram o que aconteceu! Não normalizem o que aconteceu nesses últimos dias: a quantidade de ícones da Esquerda planejando assassinatos. O Deputado Nikolas Ferreira recebeu milhares de ameaças de morte. Eu e a Deputada Julia Zanutta recebemos ameaças também. Vocês entendem a gravidade de uma pessoa achar que é normal desejar colocar a filha de um Deputado Federal no moedor de carnes? Ou falar em estuprar a filha de uma Deputada Federal? E essas mesmas pessoas dizem que nós fazemos discurso de ódio. Eles não fazem discurso de ódio, eles fazem discurso diabólico! Eles não precisam ser convertidos à Direita, eles precisam ser exorcizados!

Hoje, quando eu saio para trabalhar, o meu filho e a minha filha têm medo pela minha vida, têm medo pela vida de cada um de nós. Nós não podemos agir como se isso fosse normal, meus amigos. Não dá mais para conviver com uma imprensa militante que acha que qualquer um que discorda deles é um nazista e fascista. Nós estamos diante de uma fábrica de psicopatas. A Esquerda deixou de ser um posicionamento político e passou a ser uma possessão ideológica diabólica. Enquanto nós agimos como se isso fosse normal, mais vidas serão tiradas, mais sangue inocente será derramado. Na frente da filha e da esposa, um homem foi assassinado. E eles têm a coragem de zombar e ainda tentam difamar o nome de um homem que tudo o que tentou fazer foi debater.

A política foi criada para que nós saíssemos das guerras, do sangue derramado, e passássemos para o diálogo, para o debate. Pois eu digo: tudo o que o Charlie Kirk queria fazer era debater com eles. Sabem o que aconteceu? Como eles sempre perdiam o debate, porque eles não têm razão e não caminham com a verdade, decidiram tirar a vida de uma pessoa inocente. Até quando isso será tratado como normal? O Uribe foi assassinado há poucos dias, como também foi Charlie Kirk. Tentaram matar Donald Trump; Bolsonaro foi esfaqueado. A lista é interminável de líderes da Direita e de conservadores que foram exterminados por essas pessoas.

Agora, eles têm a cara de pau de dizer que nós fazemos discurso de ódio, que nós somos fascistas e nazistas. Eles se tornaram a personificação do nazismo e do fascismo, mas se tornaram burros demais para perceber isso. Um moleque passou 1 ano na faculdade e virou um psolista americano, achando que é normal. Nós temos outro cidadão, um tal de Peninha, um ícone dessa galera, que diz abertamente que tentou atropelar cinco velhinhas. Isso é sério, galera! Tentou atropelar cinco velhinhas e fala na maior tranquilidade: *"Eu tentei atropelar cinco velhinhas caquéticas"*. E sabem o que é pior? Recebe dinheiro do Governo! Recebe dinheiro do Governo! Recebe e tem contrato! E estava ainda no Senado.

Então, o que é? Vão me matar? Vão me matar? Vão atirar aqui também? Até quantos são necessários? Quantos mais são necessários? Vão acertar na minha jugular? Vão escrever na bala?

Vocês são puro ódio! Puro ódio!

Eu me dirijo aos meus colegas da Direita porque, para aquele lado, só nos resta orar. Vamos orar porque apenas uma intervenção divina será capaz de tirar do coração dessas pessoas todo o ódio, todo o rancor e toda a raiva.

Continuaremos sempre orando para que eles possam acordar. E esta é a diferença da Esquerda e da Direita: a Esquerda quer destruir o que eles odeiam; nós queremos proteger o que amamos. Vamos orar para que essas pessoas voltem a ser iluminadas. *(Palmas.)*

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ) - Peço a palavra para levantar uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para formular questão de ordem, tem a palavra a Deputada Talíria Petrone.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (Bloco/PSOL - RJ. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Eu gostaria da sua atenção. Minha questão de ordem se baseia no art. 10, no art. 38 e também no art. 240, inciso III, do nosso Regimento Interno.

Antes de falar sobre a questão de ordem, quero dizer que é lamentável ouvir aqui falas vindas inclusive de pessoas acusadas de matar alguém por dirigir embriagadas, mas vou seguir.

Presidente, peço novamente sua atenção. O art. 10 trata das atribuições dos Líderes, que são várias, entre elas: fazer uso da palavra; inscrever membros da bancada para as Comunicações Parlamentares; participar pessoalmente das Comissões para encaminhar voto, tendo direito a voz; encaminhar votações. Enfim, não vou gastar meu tempo todo lendo o art. 10.

O art. 38 trata das ausências de Parlamentares em missão, estabelecendo, de forma taxativa, que um Parlamentar só pode se ausentar por até oito sessões, se em missão no País, e por até trinta sessões, se em missão no exterior.

Na mesma linha, o art. 240, em seu inciso III, dispõe que um Parlamentar pode perder o mandato em razão do número de faltas que acumular.

Por que trago esse arcabouço normativo, Presidente? Porque ouvimos que a Oposição informou que pretende indicar o Deputado Eduardo Bolsonaro — exilado, fugido, desaparecido — como Líder da Minoria.

Estamos acompanhando esse assunto porque, primeiro, o Deputado tirou uma licença bancada pelo pai, ficou fora do País, e o tempo de ausência segue correndo. Eu sei o que a Oposição busca. Pode soar grosseiro, mas isso é necessário. É muito grave indicar alguém nessa condição para ser Líder, alguém que deveria ter assento inclusive no Colégio de Líderes, participando de decisões desta Casa.

Pergunto a V.Exa. — e depois protocolarei um ofício — qual será o seu posicionamento sobre isso. Não é admissível que um Parlamentar receba salário da Câmara e, ao mesmo tempo, esteja fora do Brasil, atuando contra o Brasil, atacando nossa soberania, estimulando um país estrangeiro a agredir economicamente e até militarmente o nosso país. Indago se, ainda assim, esse Deputado será premiado com a função de Líder.

Presidente, tenho muito respeito por V.Exa. e, para concluir, reitero: eu gostaria de saber qual será a posição desta Presidência diante da possibilidade de Eduardo Bolsonaro liderar um grupo nesta Casa, enquanto tramita, ainda que lentamente, um processo de cassação contra ele. Nosso entendimento é o de que deveria esse processo ser concluído o mais rapidamente possível, em nome da democracia. Não é sobre a Esquerda, a Direita, o Governo ou a Oposição; é sobre a democracia e a soberania brasileiras.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. SARGENTO GONÇALVES (Bloco/PL - RN) - Presidente, peço a palavra para me contrapor.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Com a palavra o Deputado Sargento Gonçalves.

O SR. SARGENTO GONÇALVES (Bloco/PL - RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Eduardo Bolsonaro é um herói nacional. Ele está fora do Brasil prestando um serviço que a Esquerda nunca prestou, defendendo a liberdade do povo brasileiro, defendendo a democracia, denunciando os absurdos que estão cometendo os Ministros do Supremo Tribunal Federal, sobretudo o Alexandre de Moraes, que não tem mais condições e legitimidade de ocupar aquela cadeira, depois de todas as denúncias apontadas pelo seu ex-assessor, na Comissão de Segurança Pública do Senado, o Sr. Tagliaferro. São denúncias de fraude processual, denúncias de perseguição política. Muita coisa está sendo apresentada com provas robustas. Isso a Esquerda faz de conta que não está vendo, porque é cúmplice, na verdade, da instalação desse regime ditatorial de perseguição.

No Brasil, só sobrevive quem for de esquerda, só passa bem quem for de esquerda, só passa bem quem apoiar esse Governo corrupto e vergonhoso, que retornou à cena do crime.

Mais uma vez, a minha continência ao Deputado Eduardo Bolsonaro, que nos honra muito. Ele está nos Estados Unidos como exilado, mas prestando um grande serviço à Nação brasileira, pelo menos aos bons brasileiros, aos cidadãos brasileiros que se sentem, infelizmente, ameaçados, com a sua liberdade ameaçada.

Hoje, Sr. Presidente, eu estava vendo um veículo de esquerda no Rio Grande do Norte lamentando o risco de a *Jovem Pan* perder a concessão. Eu disse: "*Talvez possa ser tarde*". Está chegando neles, está chegando naqueles que se omitiram, veículos de esquerda usando as páginas para fazer nota, reclamando da perseguição, da censura que se está estendendo. Já, já, vão chegar a outros. Assim foi e é em todos os regimes totalitários e ditatoriais que se instalam no mundo.

Agradeço ao Deputado Eduardo Bolsonaro, em nome de todo cidadão brasileiro, um homem honrado, um homem de bem, um homem sério, diferentemente, para nossa infelicidade, de políticos que ficam aqui dentro desta Casa trabalhando contra o Brasil, trabalhando contra a soberania brasileira.

Como vocês não falam da venda, da entrega que o Governo corrupto Lula está fazendo das terras raras brasileiras ao governo ditatorial chinês? Isso é soberania? Isso é soberania esquerda suja, vergonhosa. Se estamos perdendo a soberania, é para a ditadura comunista chinesa. Vocês estão entregando a nossa soberania à ditadura chinesa, e não o nosso Deputado Eduardo Bolsonaro, novo Líder da Minoria, com muita honra.

Deus o abençoe, Eduardo!

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) - Sr. Presidente, peço 1 minuto.

O SR. LUCIO MOSQUINI (Bloco/MDB - RO) - Sr. Presidente, eu queria sugerir a V.Exa. que encerrasse...

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Eu não darei mais nenhum minuto a ninguém. Peço vênha.

Eu recolho a questão de ordem apresentada por V.Exa., Deputada Talíria Petrone. E quero lhe dizer que esta Presidência não pode tomar nenhuma providência na base da especulação. Nós estamos ainda no campo das notícias. Aguardaremos a Presidência ser oficiada sobre a decisão da Liderança da Minoria. É da Minoria ou da Oposição? *(Pausa.)* É da Liderança da Minoria.

Tenho também que registrar que a escolha de Líderes não depende da Presidência da Casa. São os Deputados, as bancadas que fazem essa escolha. É claro que se trata de um caso atípico. Nós vamos fazer uma análise. Vamos conversar com os partidos da Oposição. No momento certo, responderei à questão de ordem de V.Exa., que inclusive me parece que chegará de forma escrita. Então, eu agradeço a V.Exa. e darei a resposta no tempo oportuno. Todos já votaram? Podemos encerrar?

(Pausa.)

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 353;

NÃO: 134;

ABSTENÇÃO: 1.

ESTÁ APROVADO, EM PRIMEIRO TURNO, O SUBSTITUTIVO OFERECIDO PELA COMISSÃO ESPECIAL.

Há sobre a mesa o Destaque de Bancada nº 9.

Senhor(a) Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do(a) § 5º, do Art. 53 da Constituição Federal, que consta do Art. 1º do substitutivo apresentado à(o) PEC 3/2021

Sala das Sessões

Talíria Petrone - (Líder da Fed. PSOL/REDE)

PSOL/RJ

Para encaminhar o requerimento, tem a palavra a Deputada Talíria Petrone. *(Pausa.)*

Para encaminhar o requerimento, tem a palavra o Deputado Tarcísio Motta. *(Pausa.)*

Para encaminhar o requerimento, tem a palavra a Deputada Erika... *(Pausa.)*

Deputado Tarcísio, V.Exa. vai encaminhar? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Tarcísio Motta. (*Pausa.*)

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) - Presidente, peço 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem 1 minuto o Deputado Delegado Caveira. Em seguida, falará o Deputado Tarcísio Motta.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Deputada Talíria Petrone disse para V.Exa. levar ao Conselho de Ética um herói nacional chamado Eduardo Bolsonaro. Na verdade, nós estamos aguardando ansiosamente, há mais de 90 dias, a cassação do Deputado Glauber.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS) - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA) - V.Exa. falou que ia proferir e colocar em votação a cassação dele em 60 dias. Já faz mais de 90 dias, e esta Casa nada tem feito.

É bom acelerar isso aí, para que esses esquerdopatas parem de atacar quem quer defender o Brasil, quem está trabalhando pelas cores da nossa Bandeira, e não pelo ódio pregado pelo pessoal do lado de lá.

Obrigado, Presidente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS) - Sr. Presidente...

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG) - Presidente, peço 1 minuto.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para encaminhar a favor do destaque do PSOL, tem a palavra o Deputado Tarcísio Motta.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós chegamos, portanto, à votação do destaque. Sem sombra de dúvidas, apresentamos um destaque para aquilo que é a pior parte deste projeto de ampliação das prerrogativas parlamentares, ao ponto de transformá-las num verdadeiro manto de impunidade para este Congresso Nacional, para esta Câmara dos Deputados.

Eu ouvi uma série de defesas — algumas mais ponderadas, outras menos —, mas nenhuma delas consegue lembrar que nós, quando fomos eleitos, não recebemos uma carta branca do eleitor para cometer crimes. Nós não recebemos a autorização para aqui agir contra a Constituição brasileira.

Ataca-se o tempo inteiro, dizendo que Ministro do STF tem mais poder do que este, que é o poder legítimo do povo. Na verdade, por exemplo, no caso do IOF, nós avisamos o tempo todo: *"Isso é inconstitucional e vai cair no Supremo Tribunal Federal"*. A nenhum de nós é dado o direito de votar contra a própria Constituição brasileira. Maiorias eventuais não podem mudar princípios básicos da Constituição.

O mesmo raciocínio vale para aqueles Parlamentares que querem, dentro da lógica da prerrogativa, ter o direito, por palavras, por redes sociais, pelos seus discursos, de cometer crimes de racismo, transfobia e ataque de ódio o tempo inteiro. Nossas falas têm que ser absolutamente defendidas naquilo que é a expressão de alguma opinião política, do debate próprio, não para cometer crimes e seguir cometendo.

Além disso, esta ideia inverte a lógica de que, se um Deputado está preso, aqui a gente avalia a manutenção ou não da prisão. Ela faz o contrário. Agora, para correr o processo, é preciso autorização prévia desta Câmara. Como disse alguém que defendeu exatamente o contrário disto, entre 1988 e 2001, quando este tipo de mecanismo estava previsto, não houve nenhuma autorização aqui para que Deputado fosse processado, muito menos com a lógica do voto secreto. Falam aqui e constroem uma narrativa de perseguição absolutamente inexistente, porque aqui o que se quer, de fato, é uma grande ação entre amigos, numa perspectiva de blindar agora para aqueles que continuam metidos num esquema de desvio de emendas parlamentares, do orçamento secreto, e continuam a cometer crimes.

Chegaram a apresentar um destaque, Deputado Renildo Calheiros, para tirar o que talvez seja o único ponto positivo deste projeto, o § 4º, que prevê a suspensão da prescrição, mas o retiraram porque ia escancarar a vergonha desta noite: a tentativa de construir uma lógica de impunidade. Eu vi, inclusive, Deputados confessarem: *"Sim, é uma PEC da blindagem. Queremos nos blindar contra o STF"*, num sentido bizarro desta história, pois nós aqui juramos defender a Constituição e entendemos que o STF, esse que é escolhido, sim, da forma atual, segue agindo, muitas vezes, como guardião da Constituição brasileira.

Muitos aqui disseram: *"Nunca vi este Plenário livrar a cara de um criminoso desde a Constituição de 1988"*. Pois é, desde a Constituição de 1988, nós também não tínhamos visto uma tentativa de golpe, um atentado contra o próprio Estado

Democrático de Direito, a lógica contra a democracia. E é exatamente neste contexto que os senhores hoje estão querendo ampliar a prerrogativa e garantir impunidade para esses.

Aliás, no próprio caso que estava em discussão aqui agora, de um Líder que vai ser Líder lá nos Estados Unidos, há a previsão de não levar falta e poder registrar presença pelo Infoleg para garantir que o Líder participe de reuniões aqui no Brasil. A lógica vai ser subvertida para impedir que um Deputado fujão tenha seu mandato cassado por faltas nesse processo.

É nesse sentido que o PSOL apresenta este destaque e pede o apoio aos Deputados.

(Durante o discurso do Sr. Tarcísio Motta, o Sr. Hugo Motta, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Gambale, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Gambale. Bloco/PODE - SP) - Para formular uma questão de ordem, tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (Bloco/PT - RS. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu baseio a minha questão de ordem na Resolução nº 25, de 2001, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Sr. Presidente, no esteio da questão trazida pela Deputada Talíria, a minha questão de ordem é sobre prazos e procedimentos que eu gostaria que a Mesa Diretora avaliasse acerca do Coetico, do Conselho de Ética.

Considerando que existem quatro representações no Conselho de Ética contra o Deputado Eduardo Bolsonaro sobre temas diversos, mas abordando, em geral, práticas criminosas e atentatórias aos interesses nacionais por parte deste então Parlamentar, que vinham sendo patrocinadas para interesses de outra nação, de nação estrangeira, contrária à soberania do Brasil, contrária à Pátria brasileira, para incidência e pressão sobre Poderes da República, inclusive com a incitação criminosa deste Parlamentar a atos violentos, a atos atentatórios aos direitos de brasileiros e brasileiras que estão prejudicando econômica e socialmente o País, na medida em que a taxação de 50% do Governo norte-americano é reivindicada, erroneamente ou não, megalomaniacamente ou não, por Eduardo Bolsonaro, como responsabilidade sua, eu pergunto, em questão de ordem, por que, Sr. Presidente — gostaria que a Mesa atentasse — todas as matérias constantes do Conselho de Ética foram devidamente distribuídas para Parlamentares que são Relatores, menos aquelas que são afetadas a Eduardo Bolsonaro. Isso significa, Sr. Presidente, que deve ser avaliado se a condução deste Conselho não está orientada para, aí sim, a blindagem a Eduardo Bolsonaro e privilégios a este Parlamentar que são indevidos, uma vez que as suas responsabilidades devem ser aferidas nesta Casa.

Portanto, integrantes da extrema direita e traidores da Pátria como Eduardo Bolsonaro estão se valendo de interesses aqui dentro e de apoio político, o que impede de serem devidamente avaliados nas suas condutas criminosas e que ferem o decoro parlamentar.

No mesmo sentido, Sr. Presidente, formulo questão de ordem acerca da atuação da Câmara dos Deputados no que diz respeito à Comissão de Constituição e Justiça e da atuação acerca do caso relacionado à Deputada Carla Zambelli, que também tem recebido, como criminosa e foragida, uma atenção indevida, acima das prerrogativas a que faz jus.

(Durante o discurso da Sra. Maria do Rosário, o Sr. Rodrigo Gambale, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Hugo Motta, Presidente.)

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, peço a palavra conforme o art. 74, inciso VII. Eu fui nominalmente citado pelo Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu vou ser bastante objetivo e rápido.

Não adianta utilizar o microfone para fazer com que qualquer tentativa de censura ou de me calar seja utilizada como forma de blindar aqueles que sequestraram a Mesa Diretora. O Deputado sequestrou a Mesa, está preocupado com uma eventual responsabilização e fica me citando. Não adianta. Nós vamos continuar trabalhando com firmeza e com tranquilidade para essa responsabilização, e esse tipo de iniciativa não me intimida. Só chama mais atenção para o Deputado que está tentando ficar escondido por aquilo que fez.

O meu pai, que sempre gostou muito de futebol, utilizava um ditado, que era o seguinte: jogador ruim, a grama marca.

Então, eu não vou nem citar o nome desse Parlamentar.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) - Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Deputado José Medeiros, não foi questão de ordem. Para encaminhar contrariamente, tem a palavra o Deputado José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Sr. Presidente, na verdade, eu sou um defensor dos debates aqui na Casa, sou um defensor da discussão, mas fico muito preocupado quando, na dificuldade de combater os argumentos, procuram combater o dono dos argumentos. Essa é velha, assim como é velho o argumento do espantalho. Cria-se uma falácia para tentar ganhar no grito. E é incrível como, às vezes, atrás da voz mansa, procura-se trazer um discurso extremamente agressivo contra os pares.

É importante salientar que aqui tem um partido cujos membros — quase todos os membros dele — vivem não do que produzem, mas em detração, do que destroem; vivem da honra da Casa, do colegiado e dos seus companheiros. São extremamente sensíveis de ouvido, ao tempo em que agredem os colegas o tempo todo. Um deles, inclusive, é useiro e vezeiro e faz disso um pouco a plataforma do seu mandato. Assim como antigamente existiam os chamados regicidas, que se tornavam famosos por agredir ou por assassinar reis, aqui ele se sobressai pelo assassinato da reputação dos Presidentes da Casa. Foi assim com o ex-Presidente Eduardo Cunha, foi assim com o ex-Presidente Arthur Lira e, logo, logo, V.Exa. verá que vai ser contra V.Exa. também. Por quê? Porque não produz, então vive de agredir.

Sobre esse tema que nós estamos votando, a pessoa pode votar contra, pode dizer que discorda, mas a gente vê que não é contra o assunto, é contra as pessoas, até porque boa parte dos membros do partido dele tem votado muito mais contra as iniciativas de combate ao crime do que a favor delas.

Então, esse discurso de santidade não cola, é a mesma coisa que o sujeito dono do *rendez-vous* querer pregar moral.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Orientação de bancadas.

Como orienta o PL? (*Pausa.*)

Como orienta o PT? (*Pausa.*)

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos.

Está iniciada a votação.

Como orienta o União Brasil? (*Pausa.*)

O SR. ELI BORGES (Bloco/PL - TO) - Presidente, o PL deseja orientar, quando puder.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o PL, Deputado Eli Borges?

O SR. ELI BORGES (Bloco/PL - TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a expressão mais usada aqui é blindagem.

Lógico que, nesse tempo de questionamentos, de perseguições, de listinhas que são levadas ao Governo Federal, de listinhas que são levadas ao Supremo, de insegurança de Parlamentares quando votam aqui, é natural — e se entendem dessa forma — que nós tenhamos que criar critérios para que o Deputado vote dentro da sua visão e com sua consciência, sabendo que o seu voto e a sua posição não serão alvo de perseguição.

Portanto, é um avanço grandioso para este Parlamento, é um avanço grandioso para a democracia. Blindagem é uma necessidade que nós temos para mantermos a nossa postura constitucional.

Nós votamos pelo texto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o PT? (*Pausa.*)

Como orienta o União Brasil?

O SR. FABIO SCHIOCHET (Bloco/UNIÃO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o União Brasil orienta "sim" ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Progressistas? (*Pausa.*)

Como orienta o PSD? (*Pausa.*)

Como orienta o Republicanos? (*Pausa.*)

Como orienta o MDB? (*Pausa.*)

Como orienta a Federação PSDB CIDADANIA?

O SR. ADOLFO VIANA (Bloco/PSDB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A federação orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Podemos?

O SR. RODRIGO GAMBALE (Bloco/PODE - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Podemos orienta "sim", pela manutenção do texto do Relator, grande texto do Deputado Claudio Cajado.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o PDT? (*Pausa.*)

O SR. YURY DO PAREDÃO (Bloco/MDB - CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o MDB orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - O MDB orienta o voto "sim".

Como orienta o PSB? (*Pausa.*)

Como orienta a Federação PSOL REDE, Deputado Chico Alencar?

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Federação PSOL REDE diz "não" a que nós sejamos os principais juízes de crimes eventualmente cometidos por Parlamentares.

A Federação PSOL REDE diz "não" à volta espúria do voto secreto ao Parlamento, um retrocesso, um atraso, uma traição ao povo que nos delegou o mandato e quer saber — e tem o direito de saber — como votamos aqui em qualquer situação.

A Federação PSOL REDE vota "não" a esse casuísmo, a esse imediatismo, que é, na verdade, uma vindita contra o Supremo Tribunal Federal pela decisão histórica que tomou na sexta-feira passada. A Federação PSOL REDE diz "sim" à Constituição de 1988 e "não" à sua adulteração.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF) - Presidente, quero orientar pela Federação do PT.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Pois não.

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, este é um destaque importante. Por isso, nós somos contra o texto e a favor do destaque.

Sabem o que é que querem mudar? Querem dizer que o Parlamentar que está sendo denunciado por uma série de crimes só vai poder responder por eles se tiver autorização prévia desta Casa, e ainda em votação secreta. Eles não querem que o povo saiba como eles estão votando. E é uma interferência em outro Poder: "*Ah, o Poder Judiciário não vai mais poder estabelecer uma ação ou receber uma denúncia que seja contra um Parlamentar*". Isso é colocar o Parlamentar acima da própria lei — acima da própria lei! — e vesti-lo com o manto da impunidade.

É uma vergonha este projeto!

A SRA. AMANDA GENTIL (Bloco/PP - MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o Progressistas orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - O Progressistas orienta o voto "sim".

Como orienta o Bloco AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD? (*Pausa.*)

Como orienta o Partido Novo?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a análise deste destaque é complicada, porque tanto o voto "sim" como o voto "não" têm consequências negativas.

Caso seja aprovado o destaque, pelo menos se tira o voto secreto. Por outro lado, toda a regulamentação constante do artigo, como, por exemplo, o prazo de 24 horas para análise, também é retirada. Isso também é ruim.

Nós achamos que é melhor o voto ser secreto, mas que pelo menos seja apreciado pela Casa e não fique engavetado, sem prazo para apreciação.

Enfim, o NOVO orienta "sim".

Obrigado.

O SR. LUCIANO VIEIRA (Bloco/REPUBLICANOS - RJ) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Luciano Vieira.

O SR. LUCIANO VIEIRA (Bloco/REPUBLICANOS - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu gostaria de justificar o meu voto no primeiro turno da PEC, pois houve problema com a minha conexão de Internet.

Acompanho a orientação do partido na votação em primeiro turno da PEC.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Agradeço a V.Exa.

Deputado Bohn Gass, V.Exa. vai orientar pela Maioria?

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sim, Presidente. A Maioria orienta pela liberação do voto.

Mas eu quero dizer que hoje vai ficar como um dia triste deste Parlamento. É o Parlamento brasileiro que debocha do povo. Eu consigo imaginar as pessoas que estão lá fora, assistindo à sessão, e vendo que este Parlamento hoje premia um traidor da Pátria ao lhe garantir a Liderança de uma bancada, sendo que ele é traidor da Pátria. Premiar?! Isso é um deboche com o povo.

Veja o seguinte: querem diferenciar um trabalhador, um pai de família, um operário, as demais pessoas dos políticos. Se eles cometem crimes, vão pagar por isso. E, quanto aos políticos, incluindo os Presidentes de partidos, isso é deboche!

Então, Presidente Hugo Motta, eu fico triste porque este dia vai ficar marcado como o dia do deboche com o povo brasileiro, colocando um traidor da Pátria como Líder de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Minoria?

O SR. CARLOS JORDY (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje está sendo o dia do choro. Eu estou vendo o PT e a Esquerda chorando muito por conta da indicação de Eduardo Bolsonaro como Líder da Minoria e também por conta da PEC das Prerrogativas.

Eu conversei com o Relator Claudio Cajado e lhe disse que o projeto não era o ideal e realmente tinha que ter algumas alterações importantes, inclusive que medidas cautelares, buscas e apreensões ilegais, como aconteceu comigo naquela oportunidade, deveriam passar pelo crivo do Congresso Nacional.

Mas o projeto é bom e não pode ser alterado neste aspecto aqui. O voto secreto é essencial para acabar com a chantagem, com a opressão que Ministros do Supremo Tribunal Federal vêm fazendo contra Deputados. Imagine só um Deputado que estiver sendo alvo de um processo criminal. Aí os Ministros vão chantagear e ligar: *"Olha, estou vendo o voto dos Deputados. Nós precisamos que vocês votem favoravelmente, pela prisão"*. É isto que nós não podemos aceitar.

Inclusive, sabe por que a anistia não foi votada até hoje? Porque o voto é aberto. Se o voto fosse secreto, é evidente que ela já teria sido aprovada. Hoje há Ministros que ficam mandando recadinho: *"Olha, se votar favoravelmente, seu processo vai caminhar; se votar favoravelmente, nós vamos fazer com que haja busca e apreensão na casa do seu pai ou da sua filha"*. É isto que impede que haja um voto de acordo com as nossas consciências.

Orientamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Oposição?

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, durante essas mais de 4 horas, eu observei tudo que havia de mais bizarro do lado esquerdo. A Esquerda, que defende voto secreto para Ministro do STF, está fazendo um discurso completamente travesso àquilo que ela a vida inteira prega. Vergonhoso! É como se o que nós estivéssemos fazendo aqui hoje fosse realmente o problema, quando, na verdade, é a solução para acabar com o desmando da Suprema Corte, que não respeita as prerrogativas parlamentares.

Cada discurso, Sr. Presidente, que eu escutei do outro lado — peço 30 segundos para completar, Sr. Presidente, a minha fala — é assustador.

É muito assustador mesmo, porque a cara de pau passa de todos os limites, senhores! O que nós estamos fazendo nesta Casa hoje é trazer estabilidade para um Congresso que não consegue sequer aprovar uma lei sem ter interferência dos amiguinhos de vocês.

Então nós votamos "sim" ao texto e "não" ao destaque.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Todos já votaram?

Como orienta o Governo, Deputado Bohn Gass?

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo não tem feito os seus posicionamentos aqui em relação à orientação desta votação.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Podemos encerrar a votação? *(Pausa.)*

Deputado Cabo Gilberto Silva, tem V.Exa. a palavra por 1 minuto.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero alertar mais uma vez V.Exa., o Presidente Davi Alcolumbre e todos os Líderes partidários, em especial dos partidos de centro do Congresso Nacional, para o ataque de *fake news* proporcionado, mais uma vez, contra o Congresso Nacional pela máquina bancada com dinheiro público do Governo Federal, do senhor descondenado Lula, atacando todos os Parlamentares, falando que estamos aqui defendendo marginais, que é a PEC da blindagem, que é a PEC da impunidade.

Ora, o texto Deputado Claudio Cajado está muito aquém do que a gente estava pedindo, Sr. Presidente. Muito aquém! Faltou mudar o art. 55, faltou colocar mais prerrogativas no art. 53, faltou desenhar no art. 53 as prerrogativas parlamentares para que o voto popular, o voto do povo brasileiro seja respeitado através do Poder Legislativo.

Não estamos aqui para criar benefícios para Parlamentar, não. Estamos aqui para dar segurança ao eleitor na escolha que faz a cada eleição. Isso é simples, objetivo e claro. Hoje, existe um superpoder na República, a Suprema Corte, que não respeita as decisões do Congresso e vem fechando gradativamente o Congresso Nacional. A Constituição fala do Congresso Nacional, e lá está escrito que todo o poder emana do povo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Evair Vieira de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, todos tiveram a informação da internação de Jair Bolsonaro na tarde de hoje, então, eu queria trazer aqui o quadro de saúde do ex-Presidente.

Bolsonaro estava com um quadro de soluço e muito vômito. Infelizmente, hoje esse quadro se agravou, o que levou a uma queda brusca de pressão. Ele foi devidamente encaminhado a um hospital em Brasília. Chegando lá, foi devidamente atendido e passou por procedimento de estabilização. Com a vinda da equipe médica de São Paulo para Brasília, após essa estabilização, ele vai passar por exames para definir os procedimentos a serem adotados. Tudo indica que ele vai passar esta noite no hospital. Esperamos que as equipes médicas tomem a melhor decisão e pedimos oração por Bolsonaro.

Isso é resultado da tentativa de matar Bolsonaro com aquela facada. Ele foi submetido a cirurgias, mas tem sequelas. Depois da última cirurgia, os soluços e os vômitos aumentaram muito, e isso tem causado um desgaste físico muito grande a Bolsonaro. Além disso, ele sofre um massacre psicológico com a perseguição que o STF faz contra ele. Isso acaba impactando o seu estado emocional, o que agrava ainda mais o seu quadro clínico.

Ele está nas mãos de bons médicos. Com muita oração, se Deus quiser, Jair Bolsonaro vai sair dessa de pé.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 322;

NÃO: 147;

ABSTENÇÃO: 1.

ESTÁ MANTIDO O TEXTO.

Destaque de Bancada nº 8.

Senhor(a) Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do(a) Da expressão "os Presidentes Nacionais de partidos políticos com representação no Congresso Nacional", inserida na alínea b, do inciso I, do art. 102 da Constituição Federal, previsto no art. 2º do Substitutivo apresentado pelo relator, apresentado à(ao) PEC 3/2021.

Sala das Sessões

Marcel van Hattem

NOVO/RS

Para encaminhar favoravelmente ao requerimento, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, o Deputado Gilson Marques fará o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - O Deputado Marcel van Hattem abre mão da sua inscrição.

Tem a palavra o Deputado Gilson Marques, para encaminhar favoravelmente à matéria.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Muito ajuda quem não atrapalha. Essa devia ser a frase do Congresso. Muitos projetos vêm para cá e acabam saindo daqui de uma forma diferente do que se imaginava. Por exemplo, as medidas contra a corrupção saíram daqui medidas pró-corrupção.

Eu estou há anos neste Congresso brigando por uma pauta que se chama "fim do foro privilegiado". Isso é excelente, porque realmente tira das mãos do Supremo Tribunal Federal a análise de casos envolvendo Deputados, que ficam sem a possibilidade de recurso ao Supremo.

No entanto, em vez de retirar, de acabar com o foro privilegiado, o que faz este projeto? Aumenta o foro privilegiado, aumenta o número de beneficiados, colocando entre eles sabe quem? Presidente de partido. O Congresso é aquela pessoa que quer corrigir, consertar um viciado em jogo e vai à casa dele oferecer baralho e jogo de bingo. É exatamente isso que faz o Congresso.

Imagine agora presidente de partido ter foro privilegiado! Quem é presidente de partido? Vai ter gente se tornando presidente de partido por conveniência. *"Agora, eu quero foro privilegiado."* Vai para a presidência do partido. Se depois não for conveniente ter foro privilegiado, ele sai da presidência do partido. Isso é brincadeira!

Imagine, Deputado Delegado Caveira, a situação de Carlos Lupi, Presidente do PDT e ex-Ministro da Previdência Social. Se ele for responder a algum processo ou tiver problema com relação ao roubo dos aposentados, ele vai ter foro privilegiado, porque este Congresso decidiu que agora presidente de partido tem foro privilegiado. Eu estou dando um exemplo, mas poderá haver muitos outros.

Estão dizendo que é preciso se blindar, que é preciso se proteger. Será que o segredo é colocar mais ou menos pessoas com foro privilegiado nas mãos do Supremo? Pois então olhem o que estão votando. Hoje é presidente nacional de partido; amanhã vai ser presidente estadual; depois vai ser Vereador; e assim por diante, abrindo-se a janela. Em vez de corrigir o problema, este Congresso sempre o aumenta. Isso é uma baita mentira!

Votem, por favor, "sim" ao destaque. A orientação deve ser "não" ao texto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para encaminhar contra o requerimento, tem a palavra o Deputado José Medeiros. *(Pausa.)*

Para encaminhar contra o requerimento, tem a palavra o Deputado Carlos Jordy. *(Pausa.)*

Para encaminhar a favor do requerimento, tem a palavra a Deputada Adriana Ventura. *(Pausa.)*

Orientação de bancadas.

Como orienta o PL?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PL vai encaminhar "sim" ao texto e "não" ao destaque.

Quero deixar claro aqui, Sr. Presidente, que a Oposição tem que ser oposição em qualquer momento. Nós não podemos, Sr. Presidente, ouvir o discurso do Governo Lula e ver o ataque que ele vem fazendo nas redes sociais, patrocinado com dinheiro público. A grande imprensa brasileira nunca recebeu tanto dinheiro como agora, infelizmente, para mentir e tentar manipular a opinião pública.

Votei favoravelmente a este texto, o qual defenderei aqui em Brasília e defenderei lá na Paraíba. Não é o que queríamos. Queríamos muito mais. Este texto é muito enxuto, Sr. Presidente, muito enxuto, embora a Suprema Corte depois possa vir a derrubá-lo. O PT e o Governo Lula já disseram que vão recorrer ao judicialismo de coalizão, o que é uma vergonha para a democracia brasileira, Sr. Presidente.

Então, o PL encaminha "sim".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos.

Como orienta o PT?

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, este projeto tem muitos absurdos. Um deles é a inclusão dos presidentes de partidos entre aqueles com foro privilegiado.

Anotem isto: os Deputados da Direita, além de protegerem com esta PEC Deputados e Senadores, diferenciando-os do cidadão comum, no caso de cometerem crimes, para sua proteção — e é por isso que esta PEC se chama PEC da blindagem e da bandidagem —, querem incluir nessa proteção os presidentes de partidos.

Há ainda outra anormalidade nesta proposta, a inclusão de novo do voto secreto.

Então, vamos ter presidente de partido com foro privilegiado, voto secreto, Deputado e Senador cometendo crimes e sendo protegidos. Isso interessa ao País? É claro que não! Isso interessa à bandidagem.

Portanto, neste caso...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o União Brasil?

O SR. PEDRO LUCAS FERNANDES (Bloco/UNIÃO - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O União Brasil, Presidente, vota "sim" ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Progressistas?

A SRA. AMANDA GENTIL (Bloco/PP - MA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Progressistas orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o PSD?

O SR. ZÉ HAROLDO CATHEDRAL (Bloco/PSD - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSD libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Republicanos? *(Pausa.)*

Como orienta o MDB? *(Pausa.)*

Como orienta a Federação PSDB CIDADANIA? *(Pausa.)*

Como orienta o Podemos?

O SR. RODRIGO GAMBALE (Bloco/PODE - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Podemos orienta "sim", pela manutenção do texto.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o PSB? *(Pausa.)*

Como orienta a Federação PSOL REDE?

A SRA. ERIKA HILTON (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Federação PSOL REDE orienta "não" ao texto.

Esta é uma noite muito triste para o Brasil. Nós estamos diante de um escárnio gigantesco. Além de encobertarem a PEC da bandidagem, Deputados e Senadores querem incluir presidentes de partidos no foro privilegiado. Isso é grave, é assustador, é preocupante. E nós estamos aqui resistindo, porque sabemos o que está colocado no final dessa decisão. Além de transformar a Câmara dos Deputados e o Senado em um ambiente profundamente fértil ao crime organizado, que pode se beneficiar dessa proposta, ainda querem incluir os presidentes de partidos, que muitas vezes o povo brasileiro nem sequer conhecem ou sabem quem são.

Por isso, a nossa federação orienta "não" a este texto horroroso, perigoso, que está na boca do povo, conhecido como a PEC da bandidagem.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Bloco AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD? *(Pausa.)*

Como orienta o Partido Novo?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, há duas perguntas que eu queria fazer para os meus colegas. A primeira é: por que os presidentes nacionais de partidos devem ter foro privilegiado? Qual é o presidente de partido que V.Exas. querem proteger com esse direito adicional? A segunda pergunta é: por que

V.Exas. querem dar mais poder ao Supremo Tribunal Federal, dando a ele também, de agora em diante, poder sobre os presidentes de partidos? Para quem quer dar menos poder ao Supremo Tribunal Federal, V.Exas. estão votando exatamente o contrário. Isso é pura, pura incoerência! Ninguém explica isso! Ninguém responde a minha indagação. Querem dar menos poder para o Supremo, mas colocam mais pessoas sob o poder do voto deles. E quem serão essas pessoas? Os presidentes de partidos! Quando é que vão conseguir retirar esse absurdo?

É óbvio que a orientação é "não".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como vota a Maioria?

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Maioria vai liberar as bancadas.

Eu queria aproveitar este momento para fazer uma pergunta aos colegas. Se algum Deputado ou Deputada desta Casa, na campanha de 2022, tivesse dito aos seus eleitores: *"Eu peço o seu voto porque eu quero ser eleito para aprovar a PEC da blindagem"*, quantos votos teria tido esse candidato? Ninguém prometeu isso.

Portanto, aprovar a PEC da blindagem, estendendo-a aos presidentes de partidos, é um tapa na cara da população brasileira. Definir, por voto secreto, se um Parlamentar ou um presidente de partido pode ou não ser preso, pode ou não ser processado, não tem outro nome a não ser falta de vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Minoria?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, veja como é fácil defender isso! Os senhores se esqueceram de Gilberto Kassab? Foi só ele falar a favor da anistia, e o processo dele foi para onde? Isso não é chantagem, Srs. Parlamentares? Não é dessa forma que acontece?

E a gente não está blindando presidente de partido, não. Parem de mentir! Parem de mentir! Só estamos mudando o foro. Os presidentes de partido, principalmente os de grandes partidos, são chantageados constantemente. Ou eu estou mentindo aqui? E outra, Deputado Claudio Cajado, falam de promessa de campanha. Tenham vergonha, com todo o respeito! O descondenado Lula prometeu picanha — picanha! E ele entregou o quê? O que foi que ele entregou ao povo brasileiro? Imposto, desespero, economia naufragando, um desastre no comando do Brasil, uma vergonha!

A Minoria orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Oposição?

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, fica claro que o discurso é diferente da atitude.

Eu quero relembrar algumas coisas aqui, senhores. O PT conseguiu, durante toda a sua campanha, prometer picanha. Depois entregou coisas bem diferentes ao povo brasileiro. Poderia citar várias delas.

Enquanto os senhores ficam do outro lado falando que este projeto é um risco para a sociedade, eu vou dizer a vocês que o maior risco para o Brasil está sentado na cadeira presidencial por uma manobra da Suprema Corte, e nós estamos colocando limites para a Suprema Corte hoje nesta Casa.

E quero dizer mais. É muito simples votar "sim" a este projeto. É só olhar como a Esquerda está votando. Aprendi isto bem cedo: no que a Esquerda vota contra, eu voto a favor; no que ela vota a favor, eu voto contra. Então, nós somos contra o destaque e a favor do texto.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Governo?

A SRA. ERIKA KOKAY (Bloco/PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O Governo vai liberar as bancadas.

Vejam que este Governo, o Governo Lula, provocou o menor desemprego dos últimos tempos. Além disso, nós estamos com a inflação em descenso. A inflação está em descenso! Nós também temos o Brasil fora do Mapa da Fome. Há milhões de brasileiros e brasileiras com o Pé-de-Meia, e eles votam contra isso.

Eles são contra o povo, são a favor deles mesmos. Eles querem se proteger, querem proteger a bandidagem com esta PEC e querem estendê-la aos presidentes de partidos.

Segundo eles, o Parlamentar não pode ser processado sem autorização da Casa, tudo com voto secreto, contra o povo, que não vai saber como eles estão votando. E, se perdem o mandato, viram presidente do partido e ficam com foro privilegiado. Isso é uma vergonha!

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) - São 94 milhões de pessoas vivendo de auxílio. Por isso caiu o desemprego.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para fazer um esclarecimento, tem a palavra o Relator, o Deputado Claudio Cajado.

O SR. CLAUDIO CAJADO (Bloco/PP - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu vou me ater, neste momento, à questão do destaque. Peço a V.Exa. que me conceda mais uma vez a palavra, após a votação em primeiro turno, para que eu possa esclarecer a importância desta PEC, que já foi aprovada por maioria expressiva de 353 votos, mas que precisa ser mais bem explicada para aqueles que não querem entendê-la ou que, de fato, não a entenderam, por isso votaram contra.

Com relação à parte em que estamos estendendo o foro do Supremo Tribunal Federal aos presidentes de partidos nacionais, mas só aos partidos políticos que tenham representação no Congresso Nacional, essa medida se deu porque eles são agentes públicos. Os presidentes de partidos hoje expõem ideias, fecham questões, põem, nas Casas do Congresso Nacional — Senado e Câmara —, através dos Líderes partidários, muitas orientações que se traduzem em posições políticas e, obviamente, têm repercussão.

Ora, querer que o presidente de um partido nacional seja julgado no primeiro ou no segundo grau de jurisdição é injusto. Isso não cabe mais, principalmente porque estamos diminuindo a quantidade de partidos por meio de fusões e federações.

Entendermos que, para termos um espectro político em consonância com a isonomia entre os Parlamentos, que são absolutamente ligados pelas filiações dos seus membros aos partidos políticos, os presidentes desses partidos também têm que ter foro no Supremo.

Expondo essa situação, peço que se mantenha o texto, por questão de justiça, por coerência e, acima de tudo, por identidade entre a atividade política de quem exerce mandato e a daqueles que presidem o partido que nós integramos.

Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Agradeço ao Deputado Claudio Cajado.

Convido para fazer uso da palavra, pela Liderança do Governo, o Deputado Odair Cunha. *(Pausa.)*

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Pois não, Deputado Cabo Gilberto Silva.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu peço a atenção de V.Exa.

O Deputado Eduardo Bolsonaro foi muito atacado aqui, mas o que a Minoria fez foi regimental. O Regimento é claro. Eu me dirijo ao Lucas, que é Secretário-Geral, a V.Exa. e a toda a Mesa Diretora. A Minoria pode colocar como Líder quem ela quiser e entender ser melhor para ela. Agora temos certeza absoluta, convicção, Deputado Nikolas, de que o melhor para liderar a Minoria é o Deputado Eduardo Bolsonaro. Os partidos de esquerda, o desgoverno Lula e a Mesa Diretora têm a obrigação de respeitar isso. Ou o Regimento só serve para perseguir e punir? O Regimento é claro, Sr. Presidente. Eu queria pedir a atenção de V.Exa. para este tema, que é muito importante.

Lá no Conselho de Ética, iremos defender o mandato do Deputado mais votado da história do Brasil e que está sendo perseguido pela Suprema Corte, que tem um consórcio com o PT.

Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, peço 1 minuto a V.Exa.

A SRA. JULIANA CARDOSO (Bloco/PT - SP) - Presidente, V.Exa. me dá 1 minuto?

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Tarcísio Motta.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Quero apenas deixar claro qual é o nosso questionamento a respeito dessa estapafúrdia nomeação de alguém que está fora do País para o cargo de Líder.

É óbvio que o bloco ou o partido tem o direito de indicar o seu Líder, mesmo que seja estapafúrdia a nomeação. Esse não é o questionamento. O caso é que o direito de que goza o Líder de marcar presença pelo Infoleg ou de não receber falta, mesmo não estando numa sessão, existe para que ele participe das várias reuniões que precisam ser feitas no Congresso Nacional, para debate dos assuntos do Congresso Nacional. Pergunta-se: de que reunião de Líder o Deputado Eduardo Bolsonaro, traidor da Pátria, vai participar? O que justifica que ele não leve falta?

Não há possibilidade de inverter um direito para evitar o que deve acontecer, que é a cassação.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra a Deputada Juliana Cardoso por 1 minuto.

A SRA. JULIANA CARDOSO (Bloco/PT - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

É vergonhoso que os Deputados se reúnam para alcançar maioria em uma votação para colocar uma barreira à Justiça. Esta é uma PEC inconstitucional. O povo brasileiro, que paga, com seus impostos, o salário de V.Exas., não tem na Justiça as prerrogativas que V.Exas. querem.

Parlamentares que cometem crime de lesa-pátria, como o Deputado Eduardo Bolsonaro, e Deputados que estão sendo investigados pela Polícia Federal precisam enfrentar o disposto na lei e na Constituição, Presidente.

Acho que V.Exas. estão errando. A sociedade brasileira está olhando para esta Casa, está olhando para V.Exas. e entende que V.Exas. estão criando aqui um muro para se defender. Enquanto grande parte do povo brasileiro rala, trabalha para conseguir dignidade, V.Exas. estão aqui sempre se protegendo, ignorando a realidade do povo brasileiro.

Obrigada, Presidente.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB) - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES) - Peço 1 minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Helder Salomão, por 1 minuto.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, obrigado.

Eu ouvi há pouco de um Parlamentar que o Presidente Lula prometeu picanha. Eu quero informar a esse Parlamentar que a inflação está no nível mais baixo de toda a sua história de divulgação no Brasil. E o PIB cresceu em 2 anos o que estava previsto para 4 anos — cresceu 7%.

Nós queremos isentar de Imposto de Renda quem ganha até 5 mil reais. O projeto está aqui desde o dia 19 de março, e não foi votado porque V.Exas. não querem.

Nós temos o Pé-de-Meia, o novo Bolsa Família, a Tarifa Social, cuja medida provisória era para ter sido votada aqui hoje. Amanhã essa medida provisória vence. Isso atinge 60 milhões de brasileiros.

E muito mais, esperem que virá mais!

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) - Da corrupção e do desvio dos Correios ninguém fala nada, não.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Cabo Gilberto Silva.

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, população brasileira, Deputado Líder Sóstenes, Deputado Líder Marcel, Líder Zucco, todos os Líderes partidários do Centrão aqui, como também os Líderes da Esquerda, olhem como é fácil mostrar a verdade ao povo brasileiro.

Eu, ali naquela tribuna, falei contra a ação da Justiça brasileira quando impediu que o condenado Lula virasse Ministro para correr da Justiça. V.Exas. se lembram disso? Eu falei que era contra por quê? Porque era uma prerrogativa da Presidente, que coloca quem ela quer, mesmo eu sendo contra o condenado Lula. E nem tínhamos colocado ainda Eduardo Bolsonaro como Líder da Minoria.

Olhem só como a gente tem coerência aqui no Parlamento!

Respeitem a Oposição, a maior Oposição que o condenado Lula teve na história do Parlamento, nos seus quase 20 anos de Governo!

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Zé Trovão.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu acho interessante o discurso do nobre Deputado Helder Salomão.

Eu citarei o seu nome, porque não tenho medo que o senhor me responda novamente. O senhor acabou de dizer que o Governo Lula fez um milagre no Brasil: baixou a inflação, construiu a vida do pobre. Onde isso, Deputado? O senhor

poderia nos dar os endereços, os nomes das pessoas que saíram da pobreza? O senhor poderia nos indicar quais foram essas pessoas que realmente começaram a construir essa nova vida?

O que eu vi Lula fazer até hoje foi abrir a boca para falar merda, jogar o Brasil em um problema econômico com os Estados Unidos e, principalmente, tirar do povo brasileiro o sorriso de poder investir neste País.

Se o senhor não sabe, 150 bilionários estão saindo do Brasil por não acreditarem no seu Presidente.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES) - Presidente, eu fui citado. Peço a palavra rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - O Deputado Helder foi citado.

Concedo 1 minuto a V.Exa.

Em seguida, falará o Deputado Bohn Gass.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Falarei rapidamente.

Eu digo sempre: quem não tem argumento tem que gritar, tem que falar mentira. Quem não tem argumento inventa coisas para tentar convencer a população brasileira.

A verdade é que vocês estão perdidos. Perdidos! Vocês defendem os bilionários, vocês defendem os bancos, vocês defendem os super-ricos.

Nós queremos taxar os super-ricos e isentar aqueles que ganham até 5 mil reais do pagamento do Imposto de Renda.

Vocês não têm argumentos. O que vocês estão vendo é que o Brasil está passando por uma grande mudança, melhorando a vida do povo brasileiro. Nunca se gerou tanto emprego, nunca se incluíram tantas pessoas, mesmo com vocês torcendo para o "quanto pior, melhor" e querendo...

(Desligamento do microfone.)

O SR. DOMINGOS SÁVIO (Bloco/PL - MG) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, este é o momento oportuno para dizer algo aos que não têm argumentos e fazem palavras ao vento, sem dados.

Segundo dados estatísticos, 33 milhões de pessoas estavam passando fome, na fila do osso. Eu não sei como vocês não percebem isso. Com o Lula e o PT, nós tiramos o Brasil do Mapa da Fome pela segunda vez.

Com vocês, o desemprego no Brasil era o maior, com o Lula é o menor. No tempo de vocês, a economia não crescia, agora está crescendo. No tempo de vocês, o Presidente ia para os Estados Unidos e comia lanche na rua porque nem conseguia, como um criminoso, entrar num restaurante.

E o Lula, em todas as referências do mundo, está apresentando e abrindo negócios e mercados para o Brasil.

Essa é a diferença. Só não vê quem não quer.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (Bloco/PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero trazer mais uma preocupação neste momento grave que nós estamos vivendo no Brasil, em que os principais fundamentos da Constituição, a começar pela liberdade de expressão, o direito e o respeito à liberdade de imprensa, vêm sendo aviltados, e não só pelo STF. Vemos um conluio de algumas áreas do Governo com essa linha absurda de tentar calar as pessoas.

Eu fiquei abismado hoje de ver a notícia de que o Ministério Público Federal apresentou uma propositura para que seja cassada a concessão do Grupo Jovem Pan, um grupo de comunicação que atua de maneira independente, porque desagrada o Governo ou porque atua de maneira independente, não se transformando em mais um canal oficial. Vem o Ministério Público, que eu sempre respeitei, com uma aberração desta: voltar a censura à imprensa, Presidente.

Isso é uma vergonha! O Parlamento brasileiro tem que se manifestar. Embora tenhamos o entendimento da absoluta independência do Ministério Público, uma atitude dessa de um determinado promotor envergonha o Ministério Público brasileiro. É curioso que a mesma ação contra a Jovem Pan ele não propôs contra alguns outros veículos de comunicação que se transformaram em chapa branca e perseguição à Direita, com *fake news* contra a Direita. É uma vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Evair Vieira de Melo, por 1 minuto.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, realmente o Governo do Barrabás, do PT, está batendo recordes.

Diz a manchete: *Correios ampliam prejuízo no segundo trimestre, e rombo vai a R\$ 4,3 bilhões em 2025*. Conseguiu aumentar em três vezes o rombo de 2024. O rombo financeiro, maior do que o registrado em 2024, foi ampliado pelos resultados negativos das contas da estatal no segundo trimestre deste ano.

Parabéns ao PT! Está conseguindo quebrar os Correios, uma estatal que não tem concorrência, tem exclusividade de serviço. Mas a nuvem de gafanhotos resolveu partir para cima dessa estatal. E, sem nenhum escrúpulo, deram um rombo bilionário só no primeiro semestre de 2025. É uma vergonha!

Ou o Brasil afasta o Lula, ou o Brasil tira o Lula, ou o Brasil acaba com o Lula; ou o Lula vai acabar com o Brasil. E há quem tenha a cara de pau de defender o Barrabás.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado José Medeiros, por 1 minuto.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é interessante como o PT tem facilidade de criar uma narrativa e de negar a essência das coisas. Existe até um ditado que muita gente já citou aqui, que diz que há um bicho na sala que mia, bebe leite, come rato, todo mundo diz que é gato, mas eles vêm e dizem que é cachorro.

Agora vêm com essa história da fila do osso. A fila do osso nasceu lá em Cuiabá por volta de 2011. Em 2011 Bolsonaro não era Presidente da República. Em 2011 era o PT que estava no Governo. E essa fila continua até hoje lá. Todos os dias, às 4 horas da manhã, as pessoas estão lá no açougue.

E o que acontece? Eles continuam aqui nessa narrativa de dizer que acabaram com a fila do osso, que não sei o quê, não sei o quê. Mas o Mão Santa já dizia: *"Quando não estão mentindo, estão roubando; quando não estão roubando, estão mentindo"*.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES) - Presidente, peço só 1 minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Helder Salomão.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O desespero é porque 61% da população brasileira dizem que não votarão em quem defender a anistia para Bolsonaro, 60% da população brasileira são contra a anistia. Aí é que está o desespero de vocês.

Quem tentou acabar com a democracia brasileira foi o ex-Presidente, não conseguiu. Tentou acabar com as instituições brasileiras, não conseguiu. Tentou acabar com as urnas eletrônicas, não conseguiu. Tentou acabar com o que há de melhor no Brasil, não conseguiu.

Agora nós conseguimos mostrar que a democracia brasileira tem força. O julgamento do STF é histórico para o Brasil e para o mundo. E que ninguém mais se atreva a planejar e organizar tentativas de golpe de Estado, porque isso a população brasileira não tolera mais!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) - Fugiu do assunto.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) - Bolsonaro não acabou com nada, Lula está acabando com tudo, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Concedo 1 minuto ao Deputado Rodrigo da Zaeli.

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é até engraçado ouvir aqui o pessoal da Esquerda falar.

Mentem à vontade porque o próprio Presidente Lula já ensinou a vocês: *"Vamos mentir bastante porque, de repente, essa mentira vira verdade"*. E vocês acreditam piamente nisso porque mentem o tempo todo.

Como dizer que 61% da população brasileira estão contra a anistia? Só se for dentro da própria bolha do PT — e olhe lá. Digo isso porque, mesmo lá dentro, há pessoas que acreditam, sim, que aquilo não foi um golpe de Estado.

Estamos aqui todos os dias ouvindo bem, ainda bem que Deus nos deu dois ouvidos para ouvirmos bem. Mas o interessante é o seguinte: não existe mais argumento para dizer que o Supremo pode vir a esta Casa e desfazer o que fazemos. Agora estão dizendo que nós queremos entrar na autoridade do Supremo. Então, tudo bem, vamos empatar o jogo.

Que eles fiquem lá, e nós ficamos aqui, cada um mexe no bolo do outro!

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Todos já votaram? (*Pausa.*)

Vamos encerrar a votação.

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 317;

NÃO: 156;

ABSTENÇÃO: 1.

ESTÁ MANTIDO O TEXTO.

A matéria vai ao segundo turno.

Requerimento nº 3.818, de 2025, que requer a dispensa do interstício de cinco sessões, previsto no § 6º do art. 202 do Regimento Interno, para apreciação do segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 150, parágrafo único, do Regimento Interno, a quebra do interstício regimental para se proceder a votação do segundo turno da PEC 03/2021.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 2025.

Deputado Gilberto Abramo

Líder do Republicanos

Para encaminhar o requerimento, a favor, tem a palavra o Deputado Gilberto Abramo. *(Pausa.)*

Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Tarcísio Motta.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, primeiro quero falar, nestes 3 minutos, sobre a questão de método.

Em tese, uma proposta de emenda à Constituição tem uma tramitação específica, com a criação de uma Comissão Especial para debater o assunto. Mas o que na prática tem acontecido neste plenário? Na hora que se quer, puxa-se uma PEC para cá, modifica-se o texto completamente, perdendo toda a discussão que aconteceu na Comissão Especial. E vai-se votar um texto aqui que na verdade nem sequer conseguimos amadurecer devidamente.

Eu ouvi atentamente alguns argumentos mais racionais, inclusive o do próprio Relator, o Deputado Claudio Cajado, e acho que nós precisaríamos de um pouco mais de tempo para tentar balizar o que é a tentativa de ampliar a impunidade, que está na cara para todo mundo, e o que são, talvez, ajustes, por meio dos quais, no debate da prerrogativa parlamentar, nós poderíamos chegar a alguma questão.

Eu estou dizendo claramente: parece-me que quebrar o interstício hoje é perder todas as chances de que o argumento do lado de lá, de quem defende hoje esta PEC, seja de fato um argumento justo e honesto. Aprovarmos esta PEC nesta noite — com a quebra de interstício, sem a possibilidade de que a própria sociedade possa fazer o escrutínio, sem a possibilidade de que V.Exas. possam dizer o que estão dizendo aqui na tribuna para o conjunto da sociedade e tentar convencer os eleitores de V.Exas. de que isto aqui faz algum sentido — mostra que o que V.Exas. querem é acelerar um processo de impunidade diante de um cenário em que o STF acabou de condenar Bolsonaro e mais alguns generais por golpe de Estado, em que muitos de V.Exas. estão envolvidos em ações, que estão correndo no Supremo, que têm a ver com orçamento secreto. Portanto, essa aprovação escancara o desejo de ampliar uma impunidade aqui no Congresso Nacional.

Venhamos e convenhamos, o debate sobre se há uma situação de autorização prévia do Congresso para o processo criminal correr é algo que deveria ser muito discutido, com muito mais calma do que com uma PEC que é assim discutida e cujo interstício é quebrado neste momento. É algo que não é fácil, senhoras e senhores! Se V.Exas. querem de fato convencer as pessoas de que esta PEC tem a lógica de proteger a democracia, deveriam querer que nós tivéssemos mais tempo.

Mas, pelo andar da carruagem — se nem mesmo o destaque que retirava os presidentes de partidos conseguiu passar —, parece-me que de fato a missão desta noite dada aqui é a missão de proteção e de autopreservação, numa lógica corporativa rebaixada, que não faz bem para a saúde da nossa República e muito menos para a nossa democracia.

É nesse sentido que apelamos, como último apelo possível neste caso, que a gente tenha mais tempo e que não quebre o interstício neste momento, senão a PEC da blindagem será mesmo a PEC da impunidade.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Orientação de bancadas.

Aqueles que forem pela aprovação do requerimento permaneçam como se acham...

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Nominal, Presidente. Não! Eu pedi nominal.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Claro, eu vou dar a votação nominal. Era só para testar se V.Exas. estavam espertos.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Orientação de bancadas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos.

Está iniciada a votação.

Como orienta o PL? (*Pausa.*)

Como orienta o PT? (*Pausa.*)

Como orienta o União Brasil? (*Pausa.*)

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, oriento o PT.

Eu quero lançar um desafio para a extrema direita e para quem quer a PEC da blindagem: se vocês têm tanta confiança e querem um bom projeto, não votem hoje à noite o segundo turno. Vão pedir para o povo amanhã, para os professores, para os nossos familiares. Perguntem para os familiares de vocês se concordam que presidente de partido tem que entrar nesta PEC da blindagem. Perguntem para os familiares de vocês, perguntem para os parentes de vocês, perguntem para os amigos. Não votem hoje. Já que vocês têm tanta confiança de que isso é bom, de que esta PEC da bandidagem é boa, vamos perguntar para o povo amanhã. Vamos perguntar para o povo.

Não votemos hoje! Se o povo amanhã concordar com isso, aí nós vamos votar. Mas eu tenho certeza de que o povo, assim como nós, vai rechaçar esta PEC da bandidagem.

Por isso, a orientação é "não" à dispensa de interstício.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PL - PR) - Peço para orientar pelo PL, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o PL, Deputado Filipe Barros?

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PL - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Exa. e ao Plenário que nós aceitamos o desafio feito pelo Deputado Bohn Gass. Mas nós queremos propor outro desafio: será que o Partido dos Trabalhadores consegue ficar um mandato sem roubar o que já roubaram? Será que o Partido dos Trabalhadores, que é o partido com o maior número de presidentes de partido já presos, consegue ficar sem roubar? Eu tenho certeza de que não.

Aliás, se nós fizermos uma enquete aqui, Sr. Presidente e Deputado Sanderson, eu acho que o Partido dos Trabalhadores deve ser o partido que tem mais presidentes de partido presos do que todos os outros partidos, se formos comparar aqui na Câmara. Então, o PT não tem moral para falar sobre isso. Nós aceitamos o desafio.

Nós orientamos, Sr. Presidente Hugo Motta, "sim" à quebra de interstício, porque nós temos a consciência tranquila de olhar para o povo brasileiro e temos a convicção de que a PEC das prerrogativas é essencial para a democracia brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o União Brasil? (*Pausa.*)

Como orienta o Progressistas? (*Pausa.*)

O SR. PEDRO LUCAS FERNANDES (Bloco/UNIÃO - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O União Brasil orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - O União Brasil orienta "sim".

Como orienta o Progressistas?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Progressistas orienta "sim" também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Republicanos?

O SR. GILBERTO ABRAMO (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o PSD?

O SR. ZÉ HAROLDO CATHEDRAL (Bloco/PSD - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSD libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - O PSD libera a bancada.

Como orienta o MDB? (*Pausa.*)

Como orienta a Federação PSDB CIDADANIA?

O SR. ADOLFO VIANA (Bloco/PSDB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Podemos? (*Pausa.*)

Como orienta o PSB? (*Pausa.*)

Como orienta o PDT? (*Pausa.*)

Como orienta a Federação PSOL REDE?

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Federação PSOL REDE vota "não".

Também quero considerar o que a maioria da população está pensando sobre isso.

Vocês apanharam o dia inteiro e, se deixar para amanhã, vão perder aqui. É essa que é a questão. Por isso, estão esticando as votações ali. E a última informação é: o quórum está lá embaixo. Vocês vão aguentar a discussão, todo o encaminhamento, ficar até meia-noite, mesmo com o Infoleg Parlamentar... Se for para amanhã, reverte-se o resultado.

Esta é a desmoralização da Câmara dos Deputados. Todo Parlamentar que votar a favor desta questão vai ter que prestar contas. Isso é um escárnio, uma vergonha, um deboche ao povo brasileiro.

É por isso que o PSOL orienta "não".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Bloco AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD? (*Pausa.*)

Como orienta o Partido Novo?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orienta "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Maioria?

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria libera a bancada, Presidente.

Mas, olhem, eu imagino como o povo brasileiro está assistindo a esta sessão da Câmara dos Deputados. Eu imagino como a população brasileira vai se comportar, a partir de amanhã, olhando o placar e vendo quem votou a favor e quem votou contra a matéria.

Eu só quero dizer uma coisa: não brinquem com a consciência do povo brasileiro. Não brinquem com isso, porque o povo brasileiro está atento e acompanhando. Da mesma maneira que as pesquisas estão indicando que a maioria não vota em quem defender a anistia para o ex-Presidente, eu tenho certeza de que o povo brasileiro vai olhar com muita atenção para esta votação.

É inadmissível blindar Parlamentares que cometem crimes. E agora, a inovação: blindar presidente de partido.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Minoria?

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - A Minoria, Presidente, orienta "sim", nós queremos votar esta PEC.

Eu quero chamar a atenção do povo brasileiro para esta notícia: "*Moraes dá 5 dias para a PGR avaliar a articulação de Tarcísio por anistia de Bolsonaro. O pedido de investigação partiu do Deputado petista Rui Falcão*". É isso aí. O PT fica o tempo todo instigando o Supremo a se voltar contra qualquer pessoa que não se sujeite a esse regime, à corrupção, a todo o estrago que essas pessoas fazem.

Imaginem agora nós, sem a garantia das nossas prerrogativas, sujeitos aos desmandos do Ministro Alexandre de Moraes! E o PT está blindado, Sr. Presidente, porque eles são cúmplices da ditadura da toga. São eles que instigam! Agora até o Governador Tarcísio tem que se explicar.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Oposição?

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero deixar claro aqui ao nobre Deputado que me antecedeu que o povo amanhã vai, sim, sair às ruas para trabalhar pensando: "*Quando será que nós vamos colocar na cadeia quem roubou mais de 6 bilhões de reais dos aposentados do INSS?*" O povo vai sair para trabalhar amanhã pensando em como o Governo do PT quebrou — quebrou! — os Correios depois de a empresa ter tido superávit no Governo do Presidente Bolsonaro. O povo vai sair para trabalhar amanhã pensando assim também: "*Cadê a picanha que Lula me prometeu? Eu estou comendo abóbora*". O povo vai sair às ruas amanhã para trabalhar pensando assim também: "*Como pode quem me prometeu picanha encarecer até o ovo?*"

Aqui fica a consciência de cada um. O que eu quero dizer, senhores, é que precisa de pelo menos um caminhão de óleo de peroba.

Nós votamos "sim"!

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Governo?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (Bloco/PT - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Governo dispensa, Presidente, a orientação.

Mas eu queria lamentar este *show* de horrores a que nós estamos assistindo aqui, que V.Exa. acaba permitindo. A forma como eles atuam aqui é a mesma forma como estão atuando nas Comissões. Mas eles estão de parabéns, invadiram a Mesa outro dia, sentaram na cadeira de V.Exa., conseguiram a pauta que queriam: a pauta da anistia amanhã e a pauta da prerrogativa hoje. Parabéns! É assim que agem, é assim que eles estão demonstrando.

Infelizmente, projetos que nós estamos pedindo em prol do povo V.Exa. não coloca em votação. Cadê o projeto para isentar do Imposto de Renda quem ganha até 5 mil reais e o da jornada 6 por 1? Será que o povo vai ter que invadir a Mesa e sentar na cadeira do Presidente para poder fazer uma pauta? (*Pausa.*)

Sinceramente, ouvir essas ofensas todo dia e o Presidente e a Mesa não fazerem nada é lamentável, porque mostra que esta é uma Câmara desqualificada, que vota blindagem, sim. Um Deputado vai poder bater na mulher, e nós não vamos poder entrar com um processo contra ele.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) - Você é santo, não é?

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC) - Se está cansado, vá embora e deixe o suplente assumir.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) - Se bater na mulher, nós vamos votar para ser preso — preso!

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 332;

NÃO: 117.

O REQUERIMENTO FOI APROVADO.

Discussão em segundo turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2021

(DO SR. CELSO SABINO)

Discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, que altera os arts. 14, 27, 53, 102 e 105 da Constituição Federal, para dispor sobre as prerrogativas parlamentares e dá outras providências.

Passa-se à discussão em segundo turno.

Para discutir contra, tem a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Alguns colegas, pelo adiantado da hora, me pediram que abrisse mão. Eu não abro mão nem do mandato, nem das prerrogativas já existentes, nem da transparência, nem da clareza do meu voto em toda e qualquer situação!

Já anuncio, querido Deputado Cajado, uma desobediência civil que a bancada do PSOL vai praticar. Quando houver e se houver, já que as mudanças de hoje ainda têm que passar pelo Senado, qualquer votação em que se proponha ou se determine o voto secreto, nós vamos dizer e declarar, como fizemos lá atrás, na campanha pelo voto aberto, nosso voto aqui: não aceitamos que nos tolham o direito de apresentar à população que nos sustenta nosso voto, em toda e qualquer situação.

Hoje temos aqui uma espécie de decálogo dos desmandos. Como há alguns que falam tanto na Bíblia e nos Dez Mandamentos, eu quero lembrar o que esta noite produziu: um decálogo dos dez desmandos.

Primeiro, o de legislar em causa própria, como o professor e Deputado Tarcísio lembrou.

Segundo, o de consolidar o espírito de casta intocável. É assim que a população está nos vendo: um sindicato dos políticos!

Terceiro, o convite a criminosos e ao crime organizado a que venham para a política, porque têm muito mais chance de ficarem blindados e protegidos.

Quarto, o aprofundamento do abismo entre a sociedade e o Parlamento, o Congresso.

Quinto, o atropelo de uma emenda constitucional. O texto do Deputado Cajado entrou, para nosso conhecimento, às 16h59min — uma emenda constitucional! A esta hora, às 22h23min, estamos aprovando este texto.

Grande exame, grande dedicação à boa prática legislativa, sem CCJ, sem Comissão Especial!

Sexto, o Parlamento é apequenado, com a reintrodução do voto secreto do Parlamentar.

Sétimo, uma legislação que invade atribuições do Poder Judiciário, com ânimo de vingança e de desarmonia entre os Poderes.

Oitavo, os espaços físicos do Legislativo — imagino algum Deputado que se protege aqui ou em apartamento funcional, enquanto a Câmara não aprecia uma decisão da Justiça de abrir um processo contra ele.

O Parlamento vai virar uma espécie de abrigo, para acoitar pessoas que estão em via de ser processadas.

Nono, secundarizam-se, nesta noite, propostas de interesse da população, como a isenção do Imposto de Renda e — espero que ainda se vote hoje — a diminuição do preço da energia elétrica.

Por fim, décimo ponto, esta é uma anistia, com todas as...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Eu fui complacente com V.Exa. em relação ao tempo, Deputado.

Para encaminhar contrariamente, tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP) - Presidente, para discussão de PEC, não são 5 minutos? Peço que meu tempo seja repostado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero começar esta fala abordando o voto secreto.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Eu falei apenas 3 minutos, Presidente. Cinco minutos me foram sonegados, não foi complacência.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Cinco minutos?! Eu dei o tempo a V.Exa.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Para discussão de PEC...

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - O Deputado Chico Alencar falou por 5 minutos ou por 3 minutos? *(Pausa.)*

Sem problemas. Eu darei a palavra ao Deputado Ivan Valente e, depois, concederei 2 minutos ao Deputado Chico Alencar. Não há problema nenhum. Eu apenas não estava acompanhando o tempo.

Peço à Mesa atenção para, se o tempo for de 5 minutos, não colocar um tempo menor.

Deputado Chico Alencar, peço desculpas a V.Exa.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Eu peço que volte o tempo para 5 minutos, Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos finalizando esta discussão, mas ela é muito séria. Isto aqui é uma desmoralização do Parlamento brasileiro! Eu quero falar do voto secreto, que está voltando. O voto secreto e a forma que nós vamos dar ao Poder Legislativo para anular a Justiça, ou o Judiciário, chantagear o Executivo e torná-lo o Poder por excelência, no semipresidencialismo, com a anulação do Judiciário.

É isso que está acontecendo. Esta é a resposta à condenação do golpe de Estado no nosso País, que presenciou uma vitória espetacular da democracia e da República brasileiras. Acabou a tutela militar e a impunidade neste País! Eles vão cumprir pena! Esta é a retranca da continuidade do golpe.

Eu quero falar sobre o voto aberto. Aqui se votava, Deputado Helder, para cassar Deputado e outras questões, todas, pelo voto secreto. Não se caçava ninguém. Eu coordenei a Frente Parlamentar em Defesa do Voto Aberto, com o movimento popular aqui atrás. Nós unificamos!

Eu quero contar uma história sobre Eduardo Cunha, aquele que puxou o *impeachment* da Presidente Dilma; aquele que permitiu a Bolsonaro elogiar, da tribuna, um torturador, e não ser punido. Há mais: depois ele foi cassado por corrupção. O Deputado Hugo Motta sabe perfeitamente, já que foi nomeado por Eduardo Cunha para a CPI da Petrobras, da qual também participei. Eduardo Cunha foi o autor da maracutaia jurídica de hoje para colocar Eduardo "Bananinha" como Líder da Minoria, somando a extrema direita e o Centrão. Aliás, o Centrão não se envergonha disso, não abre a boca aqui no plenário.

Eu quero dizer que Eduardo Cunha foi eleito com quase 300 votos e, quando houve a votação com voto aberto aqui, ele recebeu 9 votos. Ninguém quer colocar a digital nisso! As maracutaias que vocês querem fazer não têm nada a ver com liberdade de expressão! Isso é uma grande mentira, uma falácia. Produção de *fake news* é crime! Esta é a questão.

É por isso que nós estamos aqui. Qualquer crime comum será julgado em conluio e num corporativismo por debaixo dos panos, no voto secreto, para livrar a cara de um e de outro. "*Ah, hoje foi este; amanhã, serei eu.*" É esse o conluio, e o povo sabe disso. Sabem por quê? Porque a imagem lá fora é a de que este Parlamento é corrupto, e vocês estão reforçando isso aqui hoje.

O Parlamento aceita qualquer coisa, rouba, rouba emendas, é corrupto, pratica assassinato. Digo mais, foram 2 anos para a Deputada Flordelis ser cassada e condenada na Justiça por crime aberto contra o marido. Ficaram segurando esta situação por 1 ano no Conselho de Ética. Isso que é maracutaia! Eles querem segurar e criar um conluio de um Parlamento forte da extrema direita!

O povo sabe o que faz, tanto é verdade que, no segundo dia, Deputado Filipe, permita-me dizer, 53% eram a favor da condenação de Bolsonaro e 38%, contra. O impacto real da condenação ainda não atingiu lá embaixo. V.Exas. sabem disso também.

A anistia que vai ser votada aqui é um novo golpe, porque ela é absolutamente inconstitucional, ao afrontar o Supremo Tribunal Federal.

A história do Deputado Eduardo Bolsonaro é um escárnio para o povo brasileiro. O povo vai pegar o seguinte: ele está nos Estados Unidos, foragido, está fugindo da Justiça, está recebendo dinheiro público da Câmara dos Deputados para conspirar, para trair o povo brasileiro, para violar a soberania nacional. Se ele voltar, será preso no aeroporto, porque aqui nós temos leis.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para falar contra, tem a palavra a Deputada Fernanda Melchionna.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Sobra tempo para rir? Mas estão rindo do povo brasileiro!

Desculpem-me, mas vocês estão atrapalhando os Deputados que estão falando, e ficam fazendo chacinha enquanto dão um tapa na cara do povo brasileiro.

A PEC da Blindagem é um tapa na cara do povo brasileiro! Ela sanciona a ideia de uma casta política que está acima da lei! Um juiz de primeira instância tem alguma coisa a dizer?! Use a tribuna, Filipe, use a tribuna!

Nós estamos aqui falando, às 22h30min, enquanto uma PEC que mexe na Constituição, que não passou por uma Comissão Especial, que veio para o Plenário e quebrou o interstício em minutos está sendo votada em segundo turno, e os Deputados da extrema direita ficam atacando quem usa a tribuna para desnudar o caráter de classe do voto deles, o caráter perverso, que transforma impunidade em imunidade, que transforma um privilégio da blindagem e, na prática, obriga a haver autorização da Câmara para a investigação de qualquer crime.

Em crimes inafiançáveis, em que a prisão pode se dar em flagrante, para ser mantida esta prisão, ela tem que ser votada pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Quais são os crimes inafiançáveis? São os crimes hediondos! Nós estamos falando de crimes gravíssimos. Pasmem, mas não basta a votação pela Câmara dos Deputados — a votação será por voto secreto!

Esta votação não para em pé, no sentido daquilo que o povo brasileiro sente, diante da revolta com esta aprovação hoje na Câmara dos Deputados. Todos sabem que aqui existe uma blindagem brutal para proteger, sobretudo, aqueles que cometem crimes de corrupção. Há vários investigados no Supremo Tribunal Federal, o que mostra bem o caráter da extrema direita brasileira, que adora dizer que é antissistema, que é contra corrupção, mas só faz demagogia. Ela é a cara do sistema político apodrecido, sem liberdades democráticas, com mais corrupção e impunidade para os seus.

É isso que V.Exas. estão votando aqui. Há a digitalzinha de cada um dos Deputados, que depois, quando houver o voto secreto — se isso prosperar no Senado, se o movimento de massas não entrar e se não houver mobilização —, eu acho que vão ser bem cobrados. V.Exas. serão bem cobrados! O Deputado Zucco quer ser Governador do Rio Grande do Sul, mas será cobrado pelo povo. Podem ter certeza de que o povo não vai deixar passar uma PEC que blinda Parlamentares. Da mesma forma, o Deputado Filipe Barros, que está rindo da minha cara, além de outros que estão fazendo chacinha.

Eles não têm nem a coragem de defender suas posições. Nós estamos debatendo entre nós, porque os favoráveis votam com uma maioria de 324 votos, como aconteceu no primeiro turno, mas nem sequer têm a coragem de vir aqui se inscrever e defender suas posições. Os que vieram falar fizeram discurso para sua base radicalizada da extrema direita, vinculando esta PEC à anistia criminosa a Bolsonaro, que é outro projeto que nós vamos enfrentar amanhã, ou com uma suposta autonomia, o que, na verdade, significa a desfaçatez de quererem estar acima da lei.

Todos os brasileiros podem ser investigados, podem ser presos, etc., mas o Parlamentar não pode ser investigado nem pode ser preso. Aqui se discute se se mantém ou se não se mantém a prisão do Parlamentar, por meio do voto secreto. Vejam que coisa mais República Velha: com voto secreto!

Para coroar a noite, querem fazer a "bolsa traidor da Pátria" para o traidor da Pátria Eduardo Bolsonaro, que deveria ser cassado, que já está há 8 meses conspirando contra os interesses do povo brasileiro e ganhando altos salários, mas, mesmo assim, ainda é indicado à Liderança da Minoria.

Isto é um escândalo! Isso é um escárnio ao povo brasileiro! Isso, obviamente, será questionado do ponto de vista jurídico e político.

Amanhã, nós vamos entregar nosso abaixo-assinado, que já conta com milhares de assinaturas, em prol da cassação de Eduardo Bolsonaro.

O que querem aqui é criar um espaço para que não votemos cassações no plenário ou para que votemos de forma secreta, como aconteceu no caso de Chiquinho Brazão, que, aliás, foi o mandante do assassinato de Marielle Franco. Ele perdeu o mandato por faltar às sessões, em vez de ter passado pela votação pelo Plenário. Se a votação fosse hoje no Plenário, pelo menos seria aberta. O que V.Exas. querem fazer é criar a figura da votação secreta, para se protegerem da opinião pública, para se protegerem da cobrança pública e política dos eleitores, para protegerem os amiguinhos investigados, os amiguinhos denunciados ou, o que é pior, os já condenados, que nós esperamos que vão para onde devem ir: para a cadeia.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para discutir contra, tem a palavra o Deputado Tarcísio Motta. *(Pausa.)*

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PL - PR) - Sr. Presidente, eu tive meu nome citado...

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra, por 1 minuto, o Deputado Filipe Barros, que foi citado. Logo depois, falará o Deputado Tarcísio Motta, para discutir contra a matéria.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PL - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante que nós coloquemos os fatos nos devidos lugares, neste plenário, nesta noite.

A Deputada que me antecedeu diz ao Plenário que esta é uma pauta da Direita, junto com o Centro, a Direita que ela chama de extrema direita. Aliás, é por causa deste vocabulário, que ela utiliza, que Charlie Kirk morreu nos Estados Unidos, por meio da desumanização de seus oponentes políticos e ideológicos. A Deputada que me antecedeu deveria colocar a mão na consciência e pensar que foi por causa disso que ocorreu um assassinato recente nos Estados Unidos.

É importante mencionarmos os fatos.

Por que a Deputada que me antecedeu não cobra dos doze Deputados do Partido dos Trabalhadores que votaram "sim" à PEC?

(Manifestação no plenário.)

Por que a Deputada que me antecedeu não cobra dos demais Deputados dos partidos de esquerda que votaram "sim" à PEC?

(Manifestação no plenário.)

Esta é a PEC das prerrogativas parlamentares. Não é PEC da Direita nem do Centro. É uma PEC que valoriza as prerrogativas parlamentares, que, por sua vez, são essenciais para a democracia brasileira. É isso que precisa ser dito.

O PSOL, como sempre, é tigrão com os partidos da Direita, mas uma mocinha com os partidos da Esquerda. Como sempre, o PSOL é usado como linha auxiliar da pior espécie do Partido dos Trabalhadores. *(Palmas.)*

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Eu vou conceder a palavra ao Deputado Tarcísio Motta, que está na tribuna. Em seguida, falará a Deputada Fernanda Melchionna.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós não podemos aceitar misoginia e machismo. É preciso respeito às mulheres brasileiras.

Digo ao Deputado Filipe Barros que eu respondo pelo PSOL, que votou 100% contra a PEC da picaretagem, que ele e os colegas dele defendem.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Tarcísio Motta. *(Pausa.)*

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Presidente, eu tenho um crédito de 2 minutos e 30 segundos, ainda da etapa da discussão da matéria.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ) - Antes ou depois de mim?

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - V.Exa., Deputado Chico Alencar, tem um crédito, que está corrigido com juros. Nós vamos dar um tempo maior para V.Exa. fazer uso da tribuna.

Tem a palavra o Deputado Tarcísio Motta, para discutir contra a matéria.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Primeiro, eu queria dizer que tenho um orgulho danado de ser do Partido Socialismo e Liberdade, que está completando 20 anos de luta, 20 anos de luta em tudo quanto é canto deste País, inclusive neste plenário!

Quantas vezes eu admirei o Deputado Chico Alencar, do Rio de Janeiro, tanto quanto os Deputados Ivan Valente, Sâmia Bomfim, Fernanda Melchionna, todo mundo que está aqui! Tenho muito orgulho disso.

Aqueles que hoje estão incomodados com a nossa coerência política por termos liderado a questão do voto aberto e de hoje denunciarmos este conluio fisiológico pelo voto secreto podem continuar chorando, pois o PSOL vai continuar discutindo estes temas. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. Nós somos esquerda, somos esquerda para valer, esquerda que vale, e somos muito orgulhosos disso.

Exatamente por isso, nós estamos aqui e entendemos a seguinte situação. Até aqui, em todas as defesas que fiz, eu tentava ser mais ou menos técnico, tentava discutir os argumentos.

O pessoal pode ouvir os argumentos, mas sempre resolve decidir falando de nós. Portanto, eu quero falar claramente, abandonando um pouquinho o debate mais técnico. Por que esta PEC está sendo votada agora? Qual é a urgência dela? A urgência é essa extrema direita bolsonarista.

Sim, é isso mesmo! É a extrema direita, são os bolsonaristas, são os golpistas! Passaram 4 anos na Presidência da República com saudade da ditadura militar, que matou e torturou. Essas pessoas tiveram derrotas históricas. A primeira foi perder a eleição em 2022, quando tinham a máquina na mão. A segunda derrota foi quando tentaram o golpe — tentaram de verdade! —, mas, com toda aquela confusão, nem isso conseguiram. Depois, foram de derrota em derrota, de derrota em derrota.

Senhores, eu estava lá quando V.Exas. ganharam a eleição em 2018. O que nós do PSOL fizemos? Reorganizamos nossa tropa, reconhecemos que perdemos a eleição, fomos para o debate político, denunciemos as atrocidades cometidas por Bolsonaro. Quatro anos depois, estávamos apoiando Lula, ganhando a eleição e derrotando os senhores.

O ego de Jair Bolsonaro era tão grande, que nem sequer passar a faixa presidencial ele podia. Fugiu para os Estados Unidos, para não reconhecer o resultado da eleição.

Estimularam o golpe e agora perderam de novo, porque o golpe ficou caracterizado. Tentaram dar um golpe e desestabilizar a democracia. Depois, fazem o quê? Começam a brigar pelo programa máximo: anistia! Quando veem que a anistia não passa, para terem alguma vitoriazinha na mão, apresentam esta PEC, em conluio com outros que estão interessados em menos transparência, em menos controle social, em menos capacidade do povo de saber o que acontece aqui dentro.

Colocam esta PEC à base da chantagem: "*Se não votarem a PEC, não votamos o IR, não votamos MP, não votamos mais nada*". Por isso, são chantagistas!

Eduardo Bolsonaro, nos Estados Unidos, faz chantagem ao Brasil, questiona nossa soberania, e a turma dele aqui quer fazer chantagem por meio de obstruções além da conta, com uma pauta que não interessa à população brasileira. As pesquisas mostram tudo isso.

Nós vimos à tribuna para dizer: *"V.Exas. estão errando. É tiro no pé atrás de tiro no pé. V.Exas. ainda têm uma base social, conseguem botar algumas dezenas de milhares na Paulista, mas estão perdendo apoio popular"*. V.Exas. não estão ouvindo!

Nós vamos continuar dizendo que esta é mais uma pedrinha nas derrotas históricas que a extrema direita tem tido nos últimos meses e nos últimos anos. Perderam para Lula nas eleições, têm seu grande mito condenado, ao lado de vários generais. Continuam dando tiro no pé. Até o cara que é meu xará, infelizmente, o "de Freitas", está errando: era moderado e virou radical. Continuem fazendo isso porque, daqui a pouco, a vitória de Lula se dará no primeiro turno. Aí, vão ter que amargar e, quem sabe, reconhecer a derrota eleitoral. Porém, vão demorar mais 4 anos para se organizarem.

Vamos que vamos!

Nós vamos enfrentar a desigualdade, e o caminho é a Esquerda.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Deputado Chico Alencar, V.Exa. dispõe de 2 minutos. *(Pausa.)*

O SR. REINHOLD STEPHANES (Bloco/PSD - PR) - Enquanto ele sobe à tribuna, conceda-me 1 minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Pois não, Deputado Reinhold Stephanes.

O SR. REINHOLD STEPHANES (Bloco/PSD - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, esse pessoal tem que parar de chamar de "extrema direita" pessoas de bem, pessoas normais. Nesta hora, vemos alguém que não acredita em Deus, que defende estatização, que defende o comunismo dizendo que a gente é de extrema direita. Está tudo errado! São pessoas desqualificadas, fracassadas na vida e complexadas que chamam a gente de "extrema direita".

As pessoas que eles chamam de "extrema direita" são, na verdade, pessoas que acreditam em Deus, que prezam a família e a liberdade. Já esse pessoal não vale nada.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Colegas, lamento trazer três notícias muito ruins para vocês.

Primeira notícia: as grandes empresas de comunicação, sem exceção, só chamam esta PEC, corretamente, de PEC da blindagem.

(Tumulto no plenário.)

Vocês podem prestar atenção aqui ou fingir que prestam? Não, não adianta.

Segunda notícia: a lista de quem vota a favor desta PEC da blindagem está publicada, inclusive com os doze Deputados do PT e de outros partidos da base, alguns do PSB e do PDT, que votaram a favor dela. Eles que assumam esse voto junto com vocês.

O PSOL é um partido ainda pequeno, mas tem vocação de grandeza e não se confunde. Nós temos muita convicção do nosso voto.

Por fim — olhem que notícia triste para os que estão comemorando vitória! —, é só olhar nas redes: o Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, disse que esta PEC da blindagem, que está sendo votada na Câmara, não passa na CCJ de jeito nenhum.

Portanto, vão à tradição grega, que é sempre boa conselheira, e vejam o que é Vitória de Pirro. É uma vitória que não tem maiores consequências, é uma vitória com prenúncio de derrota.

Fora isso, na opinião pública, quem vota a favor disso está desgastadíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para discutir contrariamente, tem a palavra o Deputado Glauber Braga. Antes, tem 1 minuto a Deputada Fernanda Melchionna.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós não podemos aceitar o machismo e a misoginia. O Deputado... *(Pausa.)*

Eles não me deixam nem falar, o que só prova o que eu falo.

Minha voz incomoda vocês.

Para ser firme, etc., pela analogia que o Deputado fez, teria que ser um macho — não sei qual foi a palavra que ele usou. Ele disse que a gente virava uma mocinha na hora de enfrentar o PT.

Quero te dizer uma coisa, Deputado Filipe Barros: esta mocinha aqui não tem medo de enfrentar golpistas e criminosos; esta mocinha aqui não vota para proteger bandidos e corruptos e criar uma imunidade, ou melhor, uma impunidade parlamentar; esta mocinha aqui tem muito orgulho da própria trajetória. Eu, aliás, sou fundadora do PSOL e tenho muito orgulho do meu partido, que, por unanimidade, rejeitou a PEC da blindagem. Eu saí do PT em 2013 e fundei o PSOL. Portanto, tenho muito orgulho de responder pela coerência e pela combatividade do meu partido, com a força das mulheres brasileiras, que vocês adoram desprezar porque elas são fortes.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PL - PR) - Ela citou o meu nome mais uma vez, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Deixe-me dar a palavra ao Deputado Glauber. Em seguida, eu dou a palavra a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Senhoras, senhores, este é o assunto mais comentado no Brasil neste momento. Nas redes sociais, inclusive, isso está como ponto de maior discussão.

Tudo que se disser aqui agora, evidentemente, vai ganhar grande repercussão. As pessoas querem entender o que está acontecendo. Aquelas que já entenderam estão completamente revoltadas.

Pergunta número um: é verdade que esta PEC determina que a última palavra para quem for pego em flagrante delito será da Câmara dos Deputados, em se tratando de um Deputado, mesmo em crimes como estupro, homicídio, roubo de dinheiro público? Sim, é verdade.

Pergunta número dois: é verdade que a votação para dizer o que se vai fazer com o Deputado será secreta? Sim, é verdade.

Pergunta número três: é verdade que, pelo art. 27, § 1º, da Constituição Federal, pode-se ampliar a interpretação para que essa mesma blindagem seja requerida para Deputados Estaduais, no conjunto das Assembleias Legislativas no Brasil, no item que fala especificamente sobre imunidade? Vejam, Deputados, o que os senhores estão votando! Sim, é verdade.

O Deputado acabou de dizer ali: "*Sim, eles merecem*". Os Deputados Estaduais merecem, então, ter também essa mesma blindagem nas suas "imunidades", entre aspas.

Pergunta número quatro: é verdade que, nos casos relativos ao orçamento secreto, nos julgamentos e na investigação que foi determinada pelo Ministro Flávio Dino à Polícia Federal, há expectativa de que os casos sejam parados, a partir da aprovação desta PEC? É verdade.

Pergunta número cinco: é verdade que a extrema direita diz ser contra a prerrogativa de foro — ou o chamado foro privilegiado, como é conhecido popularmente —, mas aqui votou e quer estender a prerrogativa de foro ou o foro privilegiado para os presidentes de partido? É verdade.

Inclusive, há pouquíssimo tempo, estavam querendo tirar a prerrogativa de foro de Parlamentares e daqueles que estão diretamente implicados numa articulação golpista, dizendo que o julgamento deveria ser feito pela primeira instância e não diretamente pelo Supremo Tribunal Federal. Mas, hoje, os senhores votam favoravelmente para que presidentes de partido tenham a prerrogativa de foro. Qual é o discurso que vale?

Pergunta número seis: é verdade que a extrema direita, que diz que não tem bandido de estimação ou que não quer levar bandido para casa e normalmente fala para terceiros levarem bandidos para casa, no caso específico — estou falando de situações hipotéticas, fazendo o debate político —, naqueles casos em que um Deputado for pego em flagrante delito, estuprando uma pessoa ou matando uma pessoa, acha que o bandido pode ser levado para casa?

É verdade que, na versão anterior — eu admito, Deputado Cajado, que foi modificado no relatório que o senhor apresentou —, na que estava circulando até então, a mesma extrema direita, que até a semana passada gritava aos microfones contra a audiência de custódia para quem furtou um sabonete, estava propondo que fosse incluída no texto audiência de custódia para os Parlamentares que venham a ser pegos em crimes e condenados pelo Judiciário ou pegos em flagrante delito? Isso estava no texto anterior e mudou por muito pouco, por conta da pressão que os fez alterar alguma coisa.

Isso tudo é verdade. Então, eu posso fazer um debate político tranquilo. V.Exas. viram que eu utilizei poucos adjetivos, mas a verdade do que está colocado aqui é gritante — é gritante! Sabem por que isso está sendo votado agora? Porque, se o segundo turno fosse votado depois, não teriam os 308 votos para aprovar esta matéria, por pressão.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Declaro encerrada a discussão em segundo turno.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PL - PR) - Peço 1 minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Passa-se à votação em segundo turno.

Vamos à lista de encaminhamentos.

Para encaminhar a favor, tem a palavra a Deputada Bia Kicis. *(Pausa.)*

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PL - PR) - Não se esqueça do meu 1 minuto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Peço vênica aos colegas para, devido ao adiantado da hora — já demos a oportunidade de praticamente todos falarem por 1 minuto —, focarmos na votação e concluirmos a votação da PEC na noite de hoje.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PL - PR) - Se puder, conceda-me 1 minuto depois, Presidente. Eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Deputada Bia Kicis, V.Exa. tem a palavra.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós estamos aqui para votar, em segundo turno, esta PEC. Nós encaminhamos favoravelmente.

Nós sabemos que ela está muito aquém do que gostaríamos. Nós queríamos que muito mais prerrogativas fossem asseguradas. Nós queríamos, por exemplo, que as cautelares pudessem ser suspensas. Há também a questão da Justiça Eleitoral. Hoje se utilizam dela para perseguir e cassar Parlamentares. Quando não conseguem, quando a pessoa não comete nenhum crime, criam teses de milícia digital, "gabinete do ódio", isso e aquilo, para cassar pessoas eleitas pela soberania do voto.

Então, está aquém, infelizmente, mas é o que é possível hoje. É um primeiro passo a ser dado para garantir a prerrogativa que está na Constituição, mas que hoje é letra morta. Vamos voltar ao texto original, que foi votado lá na Constituinte. Não tem como dizer que esse texto é inconstitucional.

Por isso, encaminhamos "sim".

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para encaminhar contrariamente, tem a palavra o Deputado Chico Alencar. *(Pausa.)*

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PL - PR) - Enquanto isso, V.Exa. me concede 1 minuto, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - O Deputado Filipe Barros foi citado.

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PL - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Nós precisamos responder ao que foi dito. A Deputada que me antecedeu e que me citou fez uma afirmação dizendo que o PSOL jamais apoia criminoso, mas apoiou o Lula!

(Manifestação no plenário.)

Aliás, no passado, o próprio PSOL disse que o Lula e o PT formavam uma organização criminosa. Isso foi dito pela Sra. Heloísa Helena! Ela disse isso e era do PSOL.

O Deputado Guilherme Boulos confirmou que havia corrupção nos Governos Lula e Dilma. Mesmo assim, o PSOL apoiou o Lula.

O Vice Alckmin disse que Lula queria voltar à cena do crime. E o PSOL, mesmo assim, apoiou Lula. Aliás, o PSOL é, de fato, um puxadinho do PT. Isso ficou claro na briga — que se tornou pública — da bancada do PSOL em que alguns integrantes acusaram o Deputado Guilherme Boulos de transformar o PSOL em puxadinho do Partido dos Trabalhadores, o que, na verdade, sempre foi. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para encaminhar contrariamente, tem a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Sem revisão do orador.) - Se nós formos entrar na discussão dos puxadinhos, vamos ver que há um puxadinho comprido da extrema direita, que puxa outros assuntos para não assumir a responsabilidade que está sendo detonada na sociedade brasileira, para aqueles que acompanham um pouco mais os embates políticos, com o apoio a esta PEC espúria de autoproteção, de consolidação da casta política, da *hashtag* #congressoinimigodopovo, que cresce.

Quem votou a favor disso que assuma! Assuma que votou a favor dessa superblindagem, dessa couraça, desse capacho protetor, desse pelego em que os oportunistas vão montar para se defender, desse autoconvite aos bandidos das

organizações criminosas — PCC, Comando Vermelho e todas as outras — para virem ao mundo da política: *"Vamos para lá! Vamos nos candidatar!"*

Acabou de acontecer um caso efetivo no Rio de Janeiro, com um Deputado Estadual do MDB, — aliás, Deputado Estadual é alcançado também pela PEC da blindagem —, um tal TH Joias, que tinha conluio com o crime.

Agora, com esta PEC, essa gente dessa laia vai se sentir mais protegida. Aliás, não vai; iria se sentir mais protegida. Por favor, leiam o que disse o Senador Otto Alencar — não é meu parente —, da Bahia, que é Presidente da CCJ. Ele disse com todas as letras: *"Esta PEC, na CCJ, não passa de jeito nenhum"*.

E mais: isso se amplia para o Senado. PEC exige um número maior de votos. Aqui precisaram transformar uma sessão que, regimentalmente, seria presencial em híbrida. Deu-se um golpe regimental no curso da discussão. Precisaram acelerar a votação, inclusive do segundo turno, para a votação ter alguma margem, inclusive com o voto de alguns da base do Governo, que têm que ser denunciados, sim — cada um que assuma o seu voto.

Esta PEC é natimorta, pelo repúdio evidente da sociedade — vão defendê-la em seus Estados? — e pela posição do Senado, que não vai aprová-la. Os Presidentes das Casas não terão a alegria de promulgar esta PEC.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para encaminhar contrariamente, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem. *(Pausa.)*

Para encaminhar contrariamente, tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, já são 23 horas, e nós estamos aqui. Se não houvesse a liberação para votação pelo Infoleg, esta PEC não seria votada hoje e talvez nem amanhã.

O que eu quero advertir é o seguinte: passando aqui, ela vai ser bloqueada no Senado da República. A cada hora que passa, aumenta o desgaste de assumir a maracutaia inteira. É uma "trimaracutaia"!

A primeira é a autoproteção e a projeção do Poder Legislativo, num semipresidencialismo liderado pelo Centrão e pela extrema direita. Eles acham que vão governar o Brasil assim.

A jogada toda — agora me dirijo aos bolsonaristas, que já sabem que o Bolsonaro está fora — é para fazer uma fantasia e colocar o "envernizado" Tarcísio de Freitas para ser o candidato da Direita brasileira.

O Bolsonaro já se lascou. Vocês estão fingindo que o estão defendendo. O Centrão também está fingindo que está defendendo Bolsonaro. Sabem por quê? Vocês perderam. A democracia brasileira funcionou, assim como as instituições, o Estado Democrático de Direito e o direito de defesa, aquele que vocês não deram a quem lutou contra a ditadura militar. Aquilo foi ditadura! Ditadura do Judiciário é fantasia. Isso só existe na bolha mentirosa de vocês, nas *fake news*.

Desde a instalação do "gabinete do ódio", do inquérito das milícias digitais, eles foram perdendo força. Eles estão desesperados com isso. O que eles estão fazendo hoje é um sistema de proteção para corrupção, assassinato, pedofilia, qualquer coisa. O corporativismo vai fazer valer a impunidade. O povo sabe disso. Aí é que vai vir o repúdio e vai vir a derrota desta PEC. Isso é um tiro no pé.

E mais: é um ataque à soberania nacional investir o "bananinha" Líder da Minoria. E o Centrão todo topar essa maracutaia é outro desgaste, é outro tiro no pé.

É por isso que nós vamos continuar lutando pela soberania nacional e pela democracia. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Em votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021, em segundo turno, ressalvados os destaques.

Passa-se à orientação de bancadas.

Como orienta o PL?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Partido Liberal tem compromisso com o Parlamento e quer deixar claro para a população brasileira que o Congresso Nacional vem sendo atacado, mais uma vez, pelo descondenado Lula com a máquina de *fake news*. Ataca todos os Parlamentares, inclusive V.Exa., Presidente.

Lula, com sua máquina de *fake news*, ataca os partidos de centro, ataca o Presidente da Câmara, ataca os Senadores constantemente. Ele não tem base no Congresso Nacional e governa o Brasil hoje com judicialismo de coalizão.

Provem que eu estou errado! Tudo que é debatido aqui o Supremo Tribunal Federal derruba com uma canetada só. Isso não é normal em uma democracia.

O nosso partido, Sr. Presidente, o maior partido desta Casa, tem compromisso com o Congresso Nacional, sobretudo com o voto popular.

O PL é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem seus votos.

Está iniciada a votação.

Como vota o PT?

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, hoje a Câmara se apequena. Aqui fazem discursos fortes, dizendo que se deve combater o crime, que se deve aumentar pena, mas fica evidente que tudo isso é *fake*, é falso. Aqui estão a votar para impedir que a Justiça aja em caso de bandagem, de crime. É isto: impedem a Justiça de trabalhar.

São cegos? Atentado ao Estado Democrático de Direito, tentativa de assassinato, destruição do voto popular, tentativa de golpe, tudo isso é crime, assim como destruição, terrorismo, quebradeira nas Casas, roubalheira do patrimônio. Eles agem como se nada disso existisse. É claro! Era a turma deles, da extrema direita, fazendo esse terror. Eles defendem o crime.

Nós somos contra isso.

Por isso, queríamos votar amanhã, porque o povo...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o União Brasil?

O SR. PEDRO LUCAS FERNANDES (Bloco/UNIÃO - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O União Brasil orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Progressistas?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dias atrás, a imprensa me ligou perguntando por que eu tinha votado contrariamente a um projeto. Eu fui muito claro: *"Votei contra porque o PT votou a favor"*. Naturalmente, hoje, como o PT está votando contra, não preciso ter nenhum tipo de dúvida. Vou votar a favor.

O PT não vota nada que preste, nada que seja útil. É a escória da sociedade. Eles estão falando aí, mas têm as mãos sujas de sangue de crimes do passado, de sequestro, de roubo, coisas absurdas, crimes hediondos contra a sociedade, mas ficam com essa bravata de democracia. Eles têm que lavar a boca. Precisam ter cuidado, porque vão cair até os dentes daqui a pouco, com tanta mentirada que essa turma conta. É incrível. Só podem ter passado por uma lavagem cerebral. Os miolos devem ter ido junto com o vômito ou com coisa pior.

Por isso, o Progressistas vai orientar "sim".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o PSD?

O SR. ZÉ HAROLDO CATHEDRAL (Bloco/PSD - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSD libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Republicanos?

O SR. GILBERTO ABRAMO (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o MDB? *(Pausa.)*

Como orienta a Federação PSDB CIDADANIA?

O SR. ADOLFO VIANA (Bloco/PSDB - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Podemos?

O SR. RODRIGO GAMBALE (Bloco/PODE - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Podemos orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o PDT? *(Pausa.)*

Como orienta o PSB? *(Pausa.)*

Como orienta a Federação PSOL REDE?

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - É impressionante como essa turma do Bolsonaro está há meses trabalhando para salvar bandido e criminoso. Querem aprovar a anistia para os criminosos golpistas e, hoje, entregam para a sociedade a PEC da blindagem, um salvo-conduto para que Parlamentares possam cometer mais crimes sem que haja nenhum tipo de sanção. E fazem isso com um sorriso no rosto.

Mas eu quero ver o sorrisinho no rosto de vocês quando Bolsonaro começar a cumprir pena. Um vai sorrir para entregar a marmita; outro vai sorrir para levar cigarro; outro vai sorrir para levar roupa limpa; outro vai sorrir para levar um livro — aliás, livro, não, porque até parece que aquele ignorante lê alguma coisa —; outro vai sorrir para levar uma maçã. Não sei se a Michele vai sorrir na hora de fazer visita íntima. Afinal de contas, eu acho que ela deve estar dando graças a Deus de não ter mais que conviver com um sujeito asqueroso como aquele.

Mas, vejam só, a esta hora da noite, indo para o segundo turno de uma PEC...

(Desligamento do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PL - PR) - A marmita a gente pode levar para a Deputada Sâmia, Presidente.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Presidente, olhe o padrão. Não respeitam o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Bloco AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD?

O SR. NETO CARLETTTO (Bloco/AVANTE - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Orienta "sim".

Como orienta o Partido Novo?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, grande parte da reclamação dos Parlamentares é de que suas prerrogativas estão sendo abaladas. Há Deputado sendo processado porque falou na tribuna e nas redes sociais. Há Deputado preso por conta de coisas que ele falou em um vídeo. Qual era a expectativa? De que essa PEC fizesse uma alteração, dando de novo, finalmente, prerrogativas aos Deputados, mas nós não conseguimos. O art. 53 não foi alterado, não muda nada!

Eu não sei qual é o motivo para se votar a favor dessa PEC. Nós somos contra o foro privilegiado. Ao invés de acabar, ele está aumentando. Nós somos contra o voto secreto. E está sendo instaurado o retorno retrógrado do voto secreto. Eu não tenho vergonha dos meus votos, eu exponho todos eles. Como o eleitor vai saber o voto do político que o representa?

É óbvio que a orientação vai ser "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Maioria?

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Maioria libera.

Eu quero dizer, mais uma vez, que o povo brasileiro não está nada contente. Eu estou acompanhando nas redes, e os senhores vão se surpreender com a reação do povo com a votação dessa PEC da blindagem. Eu volto a dizer: não brinquem com a consciência do povo, tudo tem limite.

Há Parlamentares que vivem em uma realidade paralela. Falam o tempo inteiro, gritando, acusando, mentindo, defendendo a anistia — e o povo é contra a anistia —, defendendo criminoso, defendendo quem planejou assassinar o Presidente da República, o Vice-Presidente e o Ministro do Supremo Tribunal Federal. E ainda defendem e chamam de herói, como eu vi acontecer hoje, o Deputado Eduardo Bolsonaro, que deveria ter sido cassado, e não indicado a Líder de uma minoria aqui.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) - Peço para orientar pela Minoria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Minoria?

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, em primeiro lugar, antes da orientação, eu quero dizer que a Deputada que me antecedeu tem que lavar essa boca suja dela antes de falar o que disse sobre a Primeira-Dama Michele Bolsonaro, Presidente do PL Mulher Nacional. Que baixaria! Que vergonha!

E outra: esse povo não tem coração, não tem humanidade. O Presidente Bolsonaro acaba de ir novamente para o hospital, onde foi internado. Hoje, ele ficou sem ar, sem respiração, segundo informou o filho dele, Senador Flávio Bolsonaro. Ele está doente, muito doente, por conta da facada que recebeu lá atrás, dos maus-tratos e das perseguições absurdas que está sofrendo. Nenhuma pessoa normal consegue resistir emocionalmente a tanta perseguição, a tanta nojeira.

Vá lavar sua boca, sua imunda!

Presidente, agora eu quero dizer aqui que nós orientamos "sim"...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para orientar pela Oposição...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) - Presidente, eu quero dizer o seguinte a esses Deputados que ficam clamando e dizendo que agora haverá impunidade, porque o Supremo deverá ter autorização prévia do Parlamento: quem vocês pensam que nós somos? Vocês não têm brios! Vocês acham que o Parlamento não é Poder. Vocês acham que, se depender do Parlamento, todo bandido vai ser solto. Vocês não têm brios!

Nós vamos mandar prender os bandidos e soltar os perseguidos políticos. Vocês são blindados, vocês não têm...

(Desligamento do microfone.)

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - Sr. Presidente...

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Defenderam a ditadura e vão acabar com o Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Oposição?

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Oposição, Sr. Presidente, orienta "sim".

Quero alertar o Brasil, Sr. Presidente, para o fato de que amanhã será votada a urgência do PL da Anistia. Enquanto isso, o desgoverno tenta pressionar Deputados, oferecendo cargos e emendas para que votem contra o povo brasileiro. E eu digo aqui do plenário, alto e bom som: não aceitamos intimidação do descondenado; o que o Brasil exige é anistia ampla, geral e irrestrita.

Faço um apelo para que cada cidadão use as redes sociais e que cada brasileiro cobre dos Deputados de seu Estado. A hora é agora. Não podemos permitir que continue essa injustiça e perseguição.

Anistia ampla, geral e irrestrita já! *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Zé Haroldo Cathedral.

O SR. ZÉ HAROLDO CATHEDRAL (Bloco/PSD - RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero apenas retificar a orientação do PSD, que é "não".

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - O.k.

Tem a palavra a Deputada Sâmia Bomfim.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, quero dizer que "imunda" é negar vacina ao povo brasileiro durante a pandemia de Covid-19...

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) - Eu não citei o nome dela, Presidente.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (Bloco/PSOL - SP) - Presidente, imundice é ir para os Estados Unidos, armar e sancionar contra o povo brasileiro, contra nossa própria economia. Imundice é planejar e aprovar a PEC da blindagem, que dá um salvo-conduto para cometimento de crimes. Imundice é ser líder de uma organização criminosa que tenta atentar contra o Estado Democrático de Direito e passar por cima da vontade do povo brasileiro. Imundice é ter ficado décadas no Parlamento sem ter entregue nada de útil para a população. E agora querem, através dessa PEC da Anistia, passar por cima de uma decisão justa e correta do povo brasileiro.

São 27 anos e 3 meses de prisão para aquele bandido. Isso é muito pouco perto de tudo de ruim que ele fez para o povo brasileiro. E a cela em que ele vai ser colocado será muito imunda.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Governo? *(Pausa.)*

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Peço a palavra para orientar pela Maioria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - A Maioria já orientou, Deputado.

Tem a palavra o Deputado Zucco, para falar pela Liderança da Oposição.

O SR. ZUCCO (Bloco/PL - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer a V.Exa. que escutamos aqui gritaria, vemos desequilíbrio, mas isso tudo está em torno do que aconteceu semana passada.

O desespero da Esquerda existe porque é diferente da anistia que eles defendiam, de criminosos, de assaltantes de bancos, de sequestradores, e eles não falam nada. Olhe para mim, Deputado. E a Dilma? Sequestradora, ou melhor, assaltante de banco. E o Zé Dirceu? Sequestrador de embaixadores. E o Rui Costa? Guerrilheiro.

Eu quero saber por que não falam sobre isso quando tratam de anistia. Aqueles criminosos e assassinos pediram a anistia e tiveram. Qual é o problema de uma senhora chamada Ilma, com mais de 70 anos, sem passagem em delegacia nenhuma, presa numa cela de 3 metros por 3 metros, com traficantes, com homicidas e com faccionadas, pedir anistia? É injusto?

Eu vejo que há mães aqui que gostam de falar. Então, eu vou falar da Débora do batom, aquela arma perigosa do *"perdeu, mané"*, que só repetiu o que o Ministro disse.

O desespero é porque tiveram uma aula de Direito na semana passada, quando um Ministro, magistrado de carreira, autor de livros, autor do Código de Processo Civil, baseou-se em jurisprudência, em juristas técnicos, e não em politicagem. O Ministro declarou, alto e bom som, a incompetência absoluta daquela Turma para julgar o ex-Presidente Bolsonaro e os outros.

Por que incompetência? Se é Presidente, tem que ir para o Pleno; se é cidadão comum, tem que ir para a primeira instância, como foi o ex-presidiário. Só que a diferença é que o ex-presidiário foi preso por corrupção. Digo isso para quem mencionou anteriormente que golpe sem governo deposto não existe. Vai estudar. Não existe golpe sem governo deposto. Isso quem disse foi um Ministro, mas vocês devem saber mais do que um Ministro de carreira. Claro que devem saber mais do que um Ministro de carreira.

Vocês devem aprender outras coisas. Vão estudar! Vão fazer faculdade de Direito! Vocês não sabem que também não existe punição por cogitação. O Ministro deu uma aula. O ex-PGR Janot falou certa vez para a imprensa que iria armado matar o Ministro Gilmar Mendes no STF. Ele foi armado, cogitou e desistiu. Ele foi punido? Ele foi investigado? Não. A diferença é que o Ministro Luiz Fux deu uma aula, enquanto alguns Ministros são parciais, suspeitos. Suspeitos por quê? Um Ministro é comunista, do Lula; outro Ministro, advogado, recebeu como prêmio ser Ministro do STF; outro Ministro é vítima, acusador, promotor, delegado, investigador, é tudo.

Foi algo muito bizarro o que aconteceu na semana passada. Foi feito um teatro, que simplesmente caiu pela manobra do voto técnico de 12 horas do Ministro Luiz Fux, que é Ministro de carreira, que foi o primeiro colocado no concurso para promotor, que foi o primeiro colocado no concurso para juiz, que é autor de livros. O desespero deles é que foi comprovado que os quatro Ministros da Primeira Turma votaram de forma política. Ou vocês têm dúvida de que aquela votação não foi política?

A quem me olha aqui, eu vou propor fazer algo diferente: vamos imaginar que Lula estivesse sendo condenado, e havia três Ministros, Deputados. Um deles seria Ministro indicado por Bolsonaro, o outro, advogado indicado por Bolsonaro. Vocês iam dizer o quê? Que isso seria normal? Vocês vão ter a cara de pau de dizer que achariam isso normal, que isso não seria político, que isso seria jurídico? É claro que não! Sabem por quê? Porque vocês são cara de pau.

A diferença é que o ex-Presidente Bolsonaro está sendo condenado por lutar contra o sistema, diferentemente dos senhores. Lula foi condenado por corrupção. Essa é a diferença. Ele foi condenado em todas as instâncias: primeira, segunda, terceira. Ele foi condenado em diversas instâncias, por todos os juízes.

Aqui, não. Aqui eles simplesmente fizeram uma manobra que tornou essa ação uma incompetência absoluta. Isso foi dito pelo Ministro Luiz Fux, que é o único Ministro de carreira. Ali, vimos cenas bizarras. Havia até um Power Point pronto, com vídeo e com foto. Ali, um mencionava o Pateta; o outro, o Mickey; um dizia que não tinha medo de Twitter. Enquanto isso, o Ministro Fux trouxe 12 horas de jurisprudência, de peças jurídicas. Isso está claro e também foi visto não só no Brasil, como também no mundo.

Sr. Presidente, o pedido da anistia deve-se à justiça. Infelizmente, o termo "anistia" é totalmente errado. O termo deveria ser "justiça". Neste momento, há pessoas presas — mães, pais, avós —, que nunca tiveram passagem pela polícia, diferentemente de corruptos deste Governo, que foram condenados a dezenas de anos.

Sabem quantas delações foram usadas no caso do Bolsonaro? Houve um delator! Sabem quantas delações foram usadas para prender o ex-presidiário? Foram 293! Expliquem-me se um é justiça e o outro não é teatro.

É por isso que nós vamos lutar até o fim por uma anistia justa para essas pessoas. É por isso que vocês podem ter certeza de que esta frase não é só bonita: *"Pensam que nos enterraram, só que se esqueceram de que somos sementes"*.

Em 2026, a gente se vê. Podem ter certeza de que a gente vai estar de volta.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Sr. Presidente, peço para orientar pelo Governo.

O SR. ZUCCO (Bloco/PL - RS) - Quero fazer uma correção, Presidente: não é Rui Costa, é Rui Falcão.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Peço para orientar pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para orientar pelo Governo, tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo não está orientando, mas eu quero fazer uma observação. Esse professor que foi tão referendado pelo meu colega foi capaz de dizer que o Supremo era incompetente para julgar, mas julgou e condenou o ajudante de ordens, o mordomo, e não condenou o chefe. Essa é a inspiração do nobre professor.

Quando eles falam de Lula e do Governo, eu quero lembrar aqui a todos os brasileiros que o lema do Governo é: *Governo do Brasil, do lado do povo brasileiro*. Por quê? Porque nós não queremos voltar a ser colônia. Do lado de Trump, que V.Exas. tanto aplaudem, infelizmente está uma pessoa que não deveria mais ser Deputado e que V.Exas. hoje premiaram, um traidor da pátria! Eles querem nos tornar quintal novamente. Nós não somos quintal. V.Exas. adoram ser quintal dos Estados Unidos, e nós amamos o povo brasileiro.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PL - PR) - Da China pode.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Vamos manter o respeito, a boa convivência.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) - Peço 1 minuto, Presidente, para fazer um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra a Deputada Bia Kicis, por 1 minuto.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu queria explicar aqui, como Procuradora que fui, operadora do Direito, que o que o Ministro Fux fez nada mais foi do que um voto que seguiu as regras processuais. Ele pediu que as preliminares fossem analisadas antes do mérito, e o Ministro Alexandre não permitiu. Eles já votaram preliminar e mérito. Então, nas preliminares, ele declarou a incompetência absoluta do Supremo Tribunal Federal e também, ficando o processo no Supremo, que a competência seria do Pleno, e não da Turma. Superada que foi a preliminar, ele adentrou o mérito e — eu não concordo com o voto, mas foi o voto que ele deu — condenou o General Braga Netto e o Cid. Mas isso ocorreu quando do mérito, superada a preliminar.

Portanto, o que ele fez foi digno de um professor, diga-se de passagem, o único juiz do Supremo Tribunal Federal.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES) - Presidente, peço 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Deputado Helder Salomão, V.Exa. tem 1 minuto. Depois vou encerrar a votação.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu não sou do Direito, mas li a opinião de vários juristas respeitados. Inclusive, li a opinião, publicada ontem, do Ministro Gilmar Mendes sobre o voto do Ministro Luiz Fux. Eu fico impressionado como alguns conseguem defender o indefensável, porque aquele foi o voto mais esquizofrênico ao longo de toda a história da Suprema Corte do País.

V.Exas. apresentam justificativas. Então, a aula que V.Exas. querem nos dar é a aula contra a democracia e os interesses da maioria do povo brasileiro, que não quer anistiar aqueles que praticaram crime contra a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 344;

NÃO: 133.

ESTÁ APROVADA, EM SEGUNDO TURNO, A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2021.

Destaque de Bancada nº 16.

Senhor(a) Presidente,

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do(a) A expressão "secreta" contida no § 3º do art. 53 da Constituição Federal, incluído pelo art. 1º do substitutivo apresentado pelo relator, apresentado à(ao) PEC 3/2021

Sala das Sessões

Marcel van Hattem

NOVO/RS

Para encaminhar o requerimento, tem a palavra o Deputado Marcel van Hattem. *(Pausa.)*

Para encaminhar o requerimento, tem a palavra o Deputado Gilson Marques.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Sem revisão do orador.) - Presidente, caros Parlamentares, esta votação é específica para retirar a expressão "secreta" de uma votação na Câmara que irá ocorrer caso esse destaque não seja aprovado.

Vou dar alguns argumentos contra o sigilo do voto do Parlamentar.

O primeiro é, obviamente, a falta de transparência, não demonstrar a qualidade ou o serviço do Parlamentar.

O segundo é: como o eleitor vai saber a posição do Parlamentar se o voto é sigiloso, se o voto é secreto? Como o eleitor vai saber como pensa o seu representante? Como, se o voto é sigiloso, se o voto é secreto?

Terceiro ponto: se o voto é sigiloso, Deputado Cabo Gilberto, se o voto é secreto, o Parlamentar vai ter menos responsabilidade de votar da forma correta. Ele estuda menos, ele vai atrás de menos dados e de menos informação. Ele não tem responsabilidade. Afinal de contas, se votar errado ninguém fica sabendo.

Quarto argumento: para quem é a favor de menos corrupção, o voto secreto incentiva a corrupção. Ele incentiva que as decisões sejam tomadas de portas fechadas, sigilosamente. É uma anomalia. Isso prejudica a transparência e, por isso, prejudica colocar luz no que é errado. Qual é a vergonha de apresentar o voto, de defender uma posição, de atuar como representante, se o voto é sigiloso?

O último argumento é exatamente este: para que é preciso um representante da população para apresentar no Parlamento o que seus representados querem se essa votação é sigilosa, se essa votação é secreta? Que representação é essa? A representação perde totalmente a validade.

De outro lado, como eleitor, eu não quero um representante que esconde, cujo voto é sigiloso, é secreto, que eu não sei qual é, que ele não precisa justificar, que ele não tem responsabilidade, que ele pode negociar a portas fechadas. É um absurdo sem tamanho!

Por favor, "sim" ao destaque e "não" ao texto.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Orientação de bancadas.

Como orienta o PL?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para evitar chantagem contra Parlamentares, o PL vai orientar "sim" mais uma vez, o maior partido do Brasil.

É muito simples fazer essa defesa. Se estivéssemos em uma democracia saudável, duvido que o Parlamento estivesse discutindo esta PEC. Eu duvido. E faço um desafio aos Parlamentares que são contrários. Eu duvido.

Então, nós encaminhamos "sim", o maior partido do Brasil, de forma responsável, para evitar chantagem institucional.

Nós sabemos o que aconteceu quando prenderam de forma ilegal o Deputado Daniel Silveira. Ministros da Suprema Corte ligavam para os Líderes ameaçando-os. Ou não foi isso que aconteceu? Nós sabemos o que aconteceu com a PEC do Voto Impresso. Ministros trabalharam contra aqui dentro da Câmara dos Deputados, cometeram crime de responsabilidade.

Nós damos a cara a tapa.

O voto é "sim"!

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que registrem os seus votos.

Está iniciada a votação.

Como orienta o PT?

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, os absurdos estão demais nesta noite. Defende-se essa proteção para o sujeito que cometa crime. A inclusão de presidente de partido é outro absurdo. No fundo, há um tom de covardia nisso. Sabe por quê? Porque os Deputados querem votar de forma secreta, sem colocar a sua digital.

O povo tem direito ao voto secreto, para não ser pressionado, para não haver compra de votos, para não haver imposição ou tensionamento em relação ao trabalhador de uma empresa, por exemplo. Ele tem liberdade, portanto, ao se manter o seu voto em sigilo. Agora, voto secreto para nós, que somos representantes do povo? O povo precisa saber das nossas opiniões. Eu não posso ser covarde, não posso não querer colocar minha digital em votação sobre prisão de bandido. Não!

Portanto, neste caso, não pode haver voto secreto. Isso é um absurdo! Isso é um retrocesso jamais visto! Mas, infelizmente, a Casa se apegou.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o União Brasil?

O SR. PEDRO LUCAS FERNANDES (Bloco/UNIÃO - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O União Brasil orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Progressistas?

O SR. DOUTOR LUIZINHO (Bloco/PP - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Progressistas orienta "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Republicanos?

O SR. GILBERTO ABRAMO (Bloco/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Republicanos orienta pela manutenção do texto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o PSD? *(Pausa.)*

Como orienta o MDB? *(Pausa.)*

Como orienta a Federação PSDB CIDADANIA? *(Pausa.)*

Como orienta o Podemos? *(Pausa.)*

Como orienta o PDT? *(Pausa.)*

Como orienta o PSB? *(Pausa.)*

Como orienta a Federação PSOL REDE?

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Federação PSOL REDE sabe muito bem que nós somos delegados da soberania popular. Está lá na Carta Magna, que se quer deprevar com esta PEC. *"Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente (...)."* Se queremos honrar o voto que nos trouxe para exercer esta tarefa temporária, a do exercício de mandato parlamentar, nós temos que ter a honestidade básica, a ética de votar de forma transparente. Qualquer voto secreto no Parlamento é um voto ilegítimo, é um voto covarde, é um voto escondido, é um voto encabulado, é um não voto, é um voto que não é devoto da democracia. Portanto, "não"!

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Bloco AVANTE/SOLIDARIEDADE/PRD? *(Pausa.)*

Como orienta o Partido Novo?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a todos que estão me ouvindo explico o que está sendo votado, para que entendam a questão. Vai vir para a Câmara pedido de autorização de abertura de processos contra Parlamentares, e, de forma sigilosa, aqui se decidirá se vai ser possível ou não abrir esses processos. É isso que está sendo votado.

Eu fico imaginando o caso de alguém que praticou algum tipo de crime. Não se diferencia o tipo de crime, pode ser estupro, pode ser homicídio, pode ser prática de corrupção. E se está aprovando que se decidirá por voto sigiloso o início do processo contra esse criminoso, que poderá ser um assassino, um estuprador, um corrupto. Nesse caso, o voto será sigiloso. E o eleitor vai me perguntar: *"Como é que você votou em relação ao processo contra corrupto, ou contra estuprador, ou contra assassino?"* *"Não, não posso dizer, porque o voto é sigiloso, é secreto"*.

Parabéns! Parabéns!

Por que é secreto? Eu quero mostrar o meu voto!

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Maioria?

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Maioria libera a bancada.

Quero enfatizar aqui o que já foi dito. O eleitor precisa do sigilo do voto, para votar com liberdade. Agora, o eleito não pode ter direito a sigilo do voto. Quem se elege tem que mostrar o seu posicionamento. Quem é eleito para representar a

população não pode se esconder atrás de voto. Não pode votar às escondidas. Tem que assumir cada ato que pratica no Parlamento. Portanto, temos que aprovar este destaque.

Lembro isto àqueles que ainda não entenderam a questão. Um professor de Harvard disse o seguinte: *"Espero que os Estados Unidos aprendam com o Brasil"*. Quem disse isso foi Steven Levitsky, autor de *Como as democracias morrem*. Os Estados Unidos precisam aprender com o Brasil, porque, segundo Steven Levitsky, autor de *Como as democracias morrem*, o Brasil está se saindo muito melhor do que os Estados Unidos, está demonstrando a força das instituições e da democracia ao agir com rigor para punir quem ameaça e ataca o Estado Democrático de Direito.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Minoria?

O SR. RODRIGO DA ZAELI (Bloco/PL - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Minoria vota "sim".

Se vivêssemos num País onde a democracia fosse realmente efetiva, onde os Parlamentares não fossem perseguidos só por pensar — nem precisa falar mais, porque, por um suposto pensamento, já é perseguido —, teríamos coragem de enfrentar alguns Ministros do Supremo, de votar contra o que eles querem. Deputados desta Casa não seriam perseguidos, Senadores também não seriam perseguidos. Mas isso não acontece. Não se admite que pessoas pensem de maneira diferente, que ousem discordar do pensamento deles. Eles sabem os crimes e os erros que eles cometem.

Quanto mais pressionarem esta Casa, quanto mais ligarem para Deputados, como já fizeram, mais vão conseguir que injustiças passem aqui dentro. E eu quero nivelar por cima, aqui ninguém vai aprovar...

(Desligamento do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta a Oposição?

O SR. CABO GILBERTO SILVA (Bloco/PL - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, olhe só como é fácil rebater esses argumentos falaciosos que jogam para a galera. Se alguém aqui quiser apresentar o voto, basta dizer: *"Eu votei assim"*. É simples. Ou, então, ele faz um filme na hora em que estiver votando. É simples.

V.Exa. vai punir algum Deputado que venha a mostrar em redes sociais o próprio voto? Não vai punir porque não há nada escrito que estabeleça que se pode punir. A decisão é livre e espontânea, pode ser tomada de forma discricionária. Cada Parlamentar pode decidir por apresentar ou não o voto.

Insisto: parem de mentir para o povo brasileiro. Isto aqui é uma forma de os Parlamentares, Deputados e Senadores, não serem chantageados, como já foram aqui dentro. Vou repetir o que disse: em relação à PEC do Voto Impresso, eles foram chantageados ou não? No caso da prisão de Daniel Silveira, eles foram chantageados ou não? Então, tenham vergonha e parem de mentir!

A Oposição orienta "sim"!

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Como orienta o Governo?

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o Governo não se manifesta a respeito desta matéria.

Mas eu quero fazer uma observação. Antes, parablenizo um cidadão que me ligou agora. Muita gente está acompanhando a sessão. Ele me disse o seguinte: *"Bohn Gass, olhe o que está acontecendo. Eu escutei essa turma pedir voto impresso porque o voto impresso ia favorecer a democracia, o voto impresso ia ser auditável, o voto impresso é isso ou aquilo. Diga a eles que, para o povo, eles querem voto impresso, mas são tão covardes que, para o Parlamento, querem voto secreto!"*

Para defender quem comete crime, V.Exas. estão defendendo voto secreto, e, para o povo, quando ele vota, dizem que tem que haver voto impresso.

Agradeço ao pessoal que está nos acompanhando.

Isto aqui representa mesmo uma contradição muito grande.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PL - MT) - Nada a ver!

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para falar pela Liderança do PL, tem a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante. *(Pausa.)*

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF) - Peço 1 minutinho, Sr. Presidente, antes de o nosso Líder falar.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra a Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (Bloco/PL - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu só gostaria de deixar bem claro aqui que, como disse o meu colega e amigo Deputado Cabo Gilberto, de fato podemos mostrar o nosso voto. E eu já faço um compromisso aqui: vou sempre mostrar o meu voto. Ele vai ser aberto.

Agora, aquelas pessoas que se sentirem temerosas — a chantagem é grande mesmo — têm o direito de votar de forma sigilosa. Trata-se aqui de uma proteção.

Se todas as nossas prerrogativas estivessem sendo respeitadas, não precisaríamos de nada disso. Mas ocorre que o Congresso, há muito tempo, tem realmente se ajoelhado ao Supremo. Imagine Ministro do Supremo dizer que não aceita *impeachment* de Ministro, não aceita anistia! Eles não têm que aceitar nada, pois somos nós que votamos isso aqui.

Então, o voto secreto é para quem se sentir mais seguro.

Eu abro o meu voto, sempre!

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante, pela Liderança do PL.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Ilustre Presidente, colegas Parlamentares, hoje é um dia de celebração de um dos principais Poderes da República, o Poder Legislativo.

Nós defendemos a democracia e a nossa Constituição, Deputado Caveira.

Estou aqui ladeado por colegas guerreiros do nosso partido, o PL, e da Oposição. Está aqui o Deputado Evair Vieira de Melo; o Deputado Rodrigo da Zaeli; o Deputado José Medeiros; o Deputado Coronel Meira; o Deputado Sargento, que era cabo velho, mas agora já é sargento; o Deputado Gilberto, meu colega lá da Paraíba; o Deputado Zucco, Líder da Oposição; o Deputado Sargento Gonçalves; o Deputado Domingos Sávio. Está aqui um time grande. Cito ainda o Deputado Delegado Caveira, o Deputado Rodolfo Nogueira, a Deputada Bia Kicis, que está aqui, além de tantos outros colegas.

Por que eu digo que este é um dia feliz? Primeiro, a Esquerda está desesperada — Deputado Alfredo Gaspar, V.Exa. está fazendo um brilhante trabalho na CPMI do INSS — porque vamos colocar na cadeia quem roubou dos velhinhos aposentados do Brasil. Ressalto o trabalho de V.Exa., o Relator, e o do Senador Carlos Viana, o Presidente. Não deixamos que essa CPMI fosse cooptada pelo Governo, que queria jogar tudo para debaixo do tapete. O Governo sempre quis isso. E estou muito feliz em ver o trabalho de V.Exa. Quero dizer que lá não vão botar panos quentes em relação a ninguém, doa a quem doer no Governo. Aquela Comissão não vai terminar em *pizza*. Esta Oposição e este Parlamento vão colocar os criminosos na cadeia.

Digo aos meus colegas que, hoje, vemos a Esquerda desesperada em decorrência do trabalho do Deputado Eduardo Bolsonaro.

Quero enaltecer a nossa Líder até o dia de hoje, a Líder da Minoria, a Deputada Caroline de Toni, que é uma brilhante Parlamentar do Estado de Santa Catarina. O Estado de Santa Catarina precisa ter orgulho da Parlamentar que é a Deputada Carol de Toni, que hoje fez um gesto de grandeza e honradez ao abrir espaço na Liderança. (*Palmas.*)

Este aplauso, Deputada Carol, é para V.Exa., que hoje abriu espaço para honrarmos o nosso Deputado Federal Eduardo Bolsonaro, que está nos Estados Unidos. Conforme prevê resolução da Mesa Diretora, em vigor desde 5 de março de 2015, ele poderá — temos convicção disto — continuar seus trabalhos remotamente, exercendo a Liderança da Minoria. A Esquerda chorar, pode esperar. O Deputado Eduardo Bolsonaro será o Líder da Minoria e vai continuar o seu trabalho. Tudo isso é fruto da atuação desta bancada, da nossa assessoria, que trabalha, estuda o Regimento, analisa-o e traz soluções para os nossos Parlamentares. Nós não vamos deixar nenhum soldado para trás.

Hoje, além dessa vitória do Deputado Eduardo Bolsonaro, queremos enaltecer todos os partidos. Tenho que ser justo, até mesmo com vários partidos da Esquerda. Eu me refiro a doze Parlamentares do PT, Deputado Bohn Gass; a Parlamentares do PSB, que são de esquerda, mas tiveram bom senso; a Deputados do PDT que entenderam que os Constituintes originários tinham razão quando incluíram essas prerrogativas na Constituição de 1988.

Nosso ilustre Relator Claudio Cajado, V.Exa. fez um brilhante trabalho. Quero parabenizá-lo também e dizer que a Bahia tem orgulho do seu trabalho nesta Casa.

As prerrogativas já estavam previstas no texto original da Constituição de 1988. V.Exas. acham que os Constituintes originários aprovaram esse texto para proteger corruptos? É lógico que não! Eles incluíram essas prerrogativas no texto originário para proteger este Poder, que, diferentemente do Poder Judiciário, passa por escrutínio secreto a cada 4 anos. Se algum Parlamentar daqui praticar algum ato ilícito, ninguém melhor do que o eleitor para puni-lo 4 anos depois, não mandá-lo de volta para cá. Ora, a democracia requer respeito ao escrutínio secreto e aos eleitores brasileiros. Hoje, com a aprovação, em dois turnos, do texto do Relator Cajado, esta Casa volta a ter altivez.

Presidente Hugo Motta, parabéns a V.Exa. por ter coragem de defender este Poder. Espero que a altivez de V.Exa. seja a mesma altivez do Presidente do Senado, o Senador Davi Alcolumbre, espero que ele vote com celeridade essas prerrogativas.

Eu conheço a maioria dos meus colegas e tenho convicção de que, se alguém aqui for acusado de corrupção, de roubo, de assassinato, de algum ilícito, nós vamos autorizar a sua investigação, para que responda aos órgãos competentes deste País pelos seus malfeitos. Agora, não poderíamos continuar sendo chantageados por alguns Ministros do STF, recebendo ligações relacionadas a votações nas Comissões ou neste plenário, ligações para nos ameaçarem.

Sr. Presidente, eu acabo de ler manchetes, Deputado Domingos Sávio, Deputado Eli Borges, que dizem que o Ministro Alexandre de Moraes estabeleceu prazo de 5 dias para que o PGR se manifeste para processar o Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, do Republicanos, partido do Presidente Hugo Motta, simplesmente porque ele veio aqui articular a anistia. Ora, articulação virou crime neste País! É isso mesmo!

Os senhores têm a desfaçatez de não entender que articulação política é parte inerente da política?

Vem então um Ministro, com sua caneta — há ditadura do Judiciário, sim —, para querer intimidar um Governador. Isso é um desserviço à política. Isso precisa acabar.

Nós Parlamentares devemos respeitar o Parlamento e os Constituintes originários de 1988, alguns dos quais ainda estão vivos. Em 1988, eles colocaram isso na Constituição por algum motivo.

Quero registrar mais uma vez meus parabéns ao Deputado Cajado, que teve o devido cuidado para desfazer uma possibilidade que outrora existiu. Ficaram aqui dezenas, centenas de Parlamentares, e a Câmara não deliberou sobre isso no passado. O seu relatório estabelece que, em 90 dias — foi definido um prazo —, teremos que deliberar. Se não houver deliberação nossa, para nos protegemos, o STF fica liberado para continuar o processo. Então, se houve alguma coisa a ser melhorada no texto, nós tivemos respeito aos Constituintes originários e o melhoramos.

Eu quero parabenizar toda a Oposição, o Líder Zucco e todos os seus Vice-Líderes.

Parabenizo todos os colegas Líderes de partidos do Centro, como o União Brasil, do Deputado Pedro Lucas Fernandes; o Progressistas, do Deputado Doutor Luizinho; o Podemos, do nosso querido Líder Rodrigo Gambale. Parabenizo também o Líder do Republicanos, o Deputado Abramo, que estava por aí até agora há pouco; e o Líder do PSD, o Deputado Brito, que liberou a sua bancada. Eu quero agradecer aos Líderes de bom senso da Esquerda: do PSB, que liberou a bancada; do PDT, que não sei se liberou a bancada ou se orientou "sim", mas deu um grande número de votos. Por quê? Porque entenderam a questão. Agradeço até aos doze Parlamentares do PT, porque isto aqui não é sobre direita nem esquerda, isto aqui é sobre o Parlamento, que estava de cócoras sim, mas, a partir de hoje, Deputado Domingos Sávio — também liderou muito bem esse processo —, começa a ter altivez.

Parabéns à Câmara dos Deputados!

Presidente Hugo Motta, parabéns pela sua coragem, pelo presente que dá hoje à Câmara dos Deputados.

Contamos com o Presidente do Senado para que faça a mesma coisa, a fim de que possamos ter altivez no Congresso Nacional, que estava sendo deixado de lado e estava sendo mutilado pelo Poder Judiciário. Precisamos dar uma resposta.

Parabéns aos 83 Deputados do PL que votaram a favor desta matéria no primeiro turno e aos oitenta Deputados que votaram favoravelmente a ela no segundo turno. Houve unanimidade quanto aos votos do nosso partido em relação a esta PEC.

Muito obrigado.

Anistia já!

(Manifestação no plenário: Anistia já! Anistia já! Anistia já!)

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para falar pela Liderança do PT, tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidente Hugo Motta, colegas Deputados, eu não havia me inscrito para falar pela Liderança, mas, depois desse pronunciamento, preciso falar, porque há pelo menos quatro grandes diferenças no que foi votado hoje em relação ao que foi votado pelos nossos Constituintes.

A primeira grande diferença — vou ser bem pedagógico ao explicar — é que, pela legislação anterior, que hoje está por ser alterada, quando um Deputado ou Senador era processado, a Câmara poderia sustar o processo. Sabem qual é a diferença hoje? O Supremo não poderá fazer investigação e levar adiante o processo, a não ser que a Casa autorize. Perceberam a diferença? O processo vai para a PGR; a PGR faz a denúncia; e o Supremo, antes de julgar, vai perguntar a esta Casa:

"Posso levar adiante o processo e a investigação?" A Casa vai dizer se pode ou não. Essa é uma diferença substancial. Isso é totalmente diferente do que os Constituintes fizeram à época.

Quanto à segunda grande diferença, já vivemos aqui situação relacionada ao colega Deputado Ramagem. Pela lei atual, a sustação de processos se dá em relação a crimes cometidos depois da diplomação. A partir de agora, para se fazer qualquer investigação sobre crimes anteriores à diplomação, deverá haver autorização. Trata-se de uma proteção. É por isso que esta PEC é chamada de PEC da blindagem. Essa é a segunda grande diferença.

A terceira grande diferença, em relação aos legisladores da época, é o que está se fazendo hoje, é essa barbaridade, esse retrocesso. O voto era aberto, para cada um poder colocar a sua digital. Como é que o Deputado vota? O cidadão tem o seu voto secreto garantido, é segredo. Ele vota secretamente. No entanto, nós políticos temos que expressar nosso voto para a sociedade. Isso é o mínimo que a democracia com transparência exige. Pois bem, V.Exas. estão votando para que o voto seja secreto, para que o crime seja encoberto, sem as pessoas saberem como foi o voto e com uma falsa acusação de que havia pressão.

V.Exas. se submetem a pressões? Então, o poder econômico pode subvertê-los? É isso que V.Exas. estão dizendo? Pode haver pressão sobre mim, mas eu não me submeto a ela. Eu sou Parlamentar, eu tenho que ter posição. Então, V.Exas. são flexíveis a subornos? É isso que V.Exas. estão dizendo?

E a quarta grande diferença é que V.Exas. chegaram a incluir presidentes de partidos políticos.

Talvez os doutos poderiam me alcançar mais exemplos, mas vou ficar nesses quatro, porque eu quero ser bem didático ao dizer isso para a população.

A segunda questão que me fez pedir a Comunicação de Liderança é que eu quero fazer uma análise similar ao que era a CPI do 8 de Janeiro. Nós não queríamos a CPI do 8 de Janeiro. Sabem por que nós não queríamos? Porque a CPI é conhecida como um mecanismo da Oposição quando não há investigação, quando se colocam as coisas debaixo do tapete, quando não se investiga, quando se troca delegado de polícia que está investigando, quando se trocam e perseguem juízes, como fazem os bolsonaristas da extrema direita quando não chamam os Ustras da vida para fazer tortura. Nós não queríamos, porque isso estava sendo investigado, os instrumentos da democracia brasileira estavam funcionando, estavam apurando a participação daqueles que depredaram, daqueles que fizeram terrorismo, daqueles que queriam desrespeitar autoridades e queriam colocar bomba na tentativa de fazer quebraadeiras como estavam fazendo.

Pois bem, a Direita quis a CPI. E, na CPI, nós atuamos e mostramos que os verdadeiros criminosos eram os incentivados pela extrema direita. Sabem o que a extrema direita fez? A anistia para os criminosos.

Então, eles migraram de atitude. Em vez de dizerem "*Nós vamos punir todos, independentemente de que partido de Governo forem*", pediram anistia para os seus criminosos. Eles pedem anistia porque aquelas pessoas que estão presas — talvez algumas nem precisavam estar — talvez precisem daquele estímulo "*Eu serei anistiado*", porque daí não fazem delação.

V.Exas. já imaginaram se aqueles que estão presos fizessem delação e dissessem quem é que lhes pagou a carne para ficar tanto tempo na frente dos quartéis, quem é que lhe pagou o ônibus, quem é que lhe incentivou, quem é que lhe pagou o lanche, quem é que o manteve lá? Eu gostaria que os patrocinadores, os financiadores desse golpe também merecessem a devida punição.

Agora V.Exas. usam a mesma bravata na CPI do INSS: "*Nós vamos olhar...*" Eu quero dizer que V.Exas. criaram o roubo dos aposentados, estimularam o roubo dos aposentados. Muitos políticos ganharam dinheiro com essa roubalheira que aconteceu. E, se o Lula não tivesse ganhado, não sei se hoje não estariam roubando ainda. Eu acho que ainda estariam roubando. Quem foi atrás e impediu esse roubo foi o Lula, foi a Advocacia-Geral da União, foi o nosso Ministério.

E eu quero saber o resultado das investigações. Nós vamos trabalhar e identificar que aqueles que roubaram dos velhinhos são da turma de V.Exas. A minha pergunta agora é esta: V.Exas. também vão pedir anistia para eles? V.Exas. também vão pedir anistia para os que roubaram os velhinhos? Por V.Exas., talvez eles ainda estariam roubando. Sorte que o Lula foi lá! Sorte dos idosos que tiveram o Lula, que foi investigar, que cortou a roubalheira que V.Exas. estavam fazendo! E ele até já pagou de volta a muitos deles o que lhes foi retirado com roubalheira que aconteceu. Esse é o debate que o Brasil precisa fazer.

Nós queremos votar aqui, povo brasileiro, a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais. Todos estarão isentos! No entanto, V.Exas. não estão deixando. V.Exas. querem anistia para criminoso, querem defender bandido. Nós queremos ajudar o povo a não pagar Imposto de Renda; queremos acabar com a escala 6 por 1; queremos votar a PEC da Segurança, porque este País clama pelo fim da violência. E agora está se percebendo que até houve vantagem, defesa

e domínio do PCC e de organizações criminosas na lavagem de dinheiro através do Pix, que V.Exas. não deixaram regulamentar. Foram bilhões de reais! É esse o debate que a sociedade vai fazer.

Então, Presidente Hugo Motta, que bom que temos liberdade para nos expressar, porque os que defenderam a ditadura e queriam a volta dos militares também queriam calar as nossas bocas, mas não conseguirão!

O Brasil vai continuar crescendo.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Para falar pela Liderança do Progressistas, tem a palavra o Deputado Evair Vieira de Melo.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (Bloco/PP - ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero reforçar aqui uma notícia com a qual o Brasil está horrorizado. O Presidente Bolsonaro, mesmo enfrentando as dificuldades de uma pandemia com uma equipe econômica de muita competência... Inclusive, eu quero pedir ao Haddad que volte para o Brasil, porque ele deve ter viajado. Ele sumiu, desapareceu. Não se ouve falar mais no Ministro da Fazenda. Eu espero que ele venha aqui dar explicações, quase sob vara, sobre as irresponsabilidades dele nas contas da economia.

O número de 4,3 bilhões de reais de rombo nos Correios no primeiro semestre de 2025 já se consolida, talvez, como um dos maiores escândalos da República, porque é muita incompetência, naturalmente, de gestão, mas podem ter certeza de que também há muita maracutaia envolvida nesse rombo bilionário dos Correios.

Eu acho que eles estão rasgando dinheiro, comendo dinheiro, enterrando dinheiro, gastando dinheiro, fazendo de tudo. Digo isso porque vão ser incompetentes assim lá na China! Aliás, eu diria isso no passado, porque, se fossem para lá hoje, acho que eles seriam degolados pelo Governo chinês.

Para dar um rombo de 4,3 bilhões de reais, em 6 meses, tem ser muito competente no que faz. Naturalmente, competência é o que não falta para fazer corrupção e desmanchar a máquina pública. Essa é a especialidade do PT.

Eles estão dizendo que foi o Lula quem foi atrás dos roubos do INSS. Quero agradecer ao Lula, porque, se quem roubou foram seus amigos, ele sabe o endereço, o telefone, a entidade — ele sabe de todo mundo. Não vão me dizer que a Contag roubou dinheiro, desviou recursos e ajudou Bolsonaro na campanha. Não vão me dizer que a Contag roubou e desviou dinheiro e ajudou os Deputados da Direita na campanha.

Então, eles foram atrás e disseram: "*Devolvam, porque vão nos pegar*". E foi isso que Lula fez. O desespero do Barrabás para começar a devolver o dinheiro dos aposentados, mesmo antes da investigação, foi a sua confissão de culpa. Agora ele já está fazendo os seus desenhos, porque sabe que tem sangue seu nessa roubalheira.

Até hoje não descobri por que colocaram nesse sujeito o apelido de Frei Chico. Ele não é frei em lugar nenhum, está mais para capiroto, está mais para outra coisa do que para frei. Ele deveria até se desculpar com a sociedade por ter um apelido desses. Se bem que é tudo bíblico: Frei Chico e Barrabás.

O irmão do Lula está protegido pela Justiça. Há um desespero por parte de Deputados e Senadores do PT, da Esquerda para proteger esse ladrãozinho — eu o chamo assim porque ele roubou pouco. O irmão dele é o ladrãozão; ele é o ladrãozinho. E eu já disse que nós temos de investigar. Em relação ao tal do Lulinha, parece que começamos a achar o fio do pavio do enriquecimento desse rapaz, que não estudou, nunca trabalhou, nunca foi proprietário de nada e, de repente, ficou bilionário. Então, o Sr. Lulinha tem que ser lembrado nesse processo, porque muito desse enriquecimento ilícito possivelmente está vindo dos Correios, da Petrobras e do roubo dos aposentados.

Esse roubo dos aposentados vem com um ar de crueldade. Dizem assim: "*Ah, mas, no Governo Bolsonaro, já havia esse desvio*". Esse desvio começou a ser feito em 1994. Por quem? Por essa desgraça chamada Contag. E dizem que ela defende os trabalhadores: "*A Contag faz muitas coisas boas, faz muita bondade*". O PCC também faz.

Sabiam que os traficantes, quando tomam conta de um morro, Deputado Sargento Fahur — V.Exa. os enfrentou tantas vezes —, pagam a festa de Natal, pagam a festa da Páscoa, dão presentes às crianças, pagam festa de casamento, ajudam na mobília de algumas famílias, mas continuam traficando, continuam envolvidos com drogas? Assim são essas entidades, essas falsas entidades, esses falsos sindicatos, que montaram esse conluio.

Eu até peço desculpas, porque muitos militantes de esquerda, infelizmente, passaram por uma lavagem cerebral lá no ensino médio. Depois, se tiveram oportunidade de chegar ao ensino superior, seguiram sofrendo essa lavagem cerebral. Hoje, coitados, já não conseguem enxergar mais um palmo à frente do nariz, e é óbvio que ficam defendendo o Lula, que é uma vergonha, uma escória. O Lula sempre foi um fanfarrão. O Lula ri deles. Você não vê o Lula defendendo o PT, o PSOL, a REDE. O Lula é um fanfarrão, é um divertido que está aí, recrutado por esse mundo do crime. Ele é uma figura folclórica, que não trabalha, não produz. O que o Lula faz é discurso, bravata, mentira, narrativa, contação de

história. Toma uns tombos, às vezes, que não têm muita explicação, mas a gente sabe que a cabeça não estava sozinha — possivelmente, alguma coisa fez com que ele se desequilibrasse.

Eu jamais imaginei que chegaríamos a este século, neste ano, sob a égide de um governo tão corrupto e, acima de tudo, incompetente e incapaz de fazer qualquer coisa para que as pessoas se emancipem pelo trabalho. Não! Quer que as pessoas continuem escravas dos seus programas sociais. Eles não gostam de trabalhar e não gostam de prosperidade.

Eu sempre digo que esse debate é mais sério do que parece.

Hoje vemos, Sr. Presidente, o que estão fazendo com o Presidente Jair Bolsonaro, uma crueldade, uma maldade. É um horror! Os Deputados da Esquerda, sabendo do quadro de saúde complicado de Jair Bolsonaro, continuam batendo, batendo. Eles querem eliminar Bolsonaro, mas ele não vai morrer, porque o seu legado está vivo no meio de nós, e o Brasil está mobilizado para enfrentar a Esquerda nas urnas em 2026.

Muito obrigado.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PL - PR) - V.Exa. me concede 1 minuto, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Concedo 1 minuto ao Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (Bloco/PL - PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, pela concessão de 1 minuto.

Eu quero fazer um desagravo ao Ministro Luiz Fux, que foi atacado violentamente neste plenário pelos Deputados do PT. Houve um ataque antidemocrático no Plenário da Câmara dos Deputados, nesta noite. Os Deputados do PT fizeram grave ataque ao voto do Ministro Luiz Fux e, portanto, ao próprio Ministro Luiz Fux. E nós sabemos o que atos antidemocráticos ocasionam: prisão, com mais de 15 anos de condenação.

Nós não podemos permitir que, no plenário desta Câmara, o Ministro Luiz Fux seja tachado. Falar de taxado eles gostam, mas não foi nesse sentido que eu falei tachado. Nós não podemos admitir, Sr. Presidente, que o Ministro Luiz Fux seja atacado nesta Casa por Deputados petistas que dizem que o voto dele foi o pior da história do Supremo Tribunal Federal. O que é isso? Isso é um ato antidemocrático. Nós não podemos permitir que esse tipo de manifestação aconteça no Plenário da Câmara dos Deputados.

Eu queria aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, enquanto nós ainda estamos em processo de votação, para dizer que o PSOL está muito nervoso com essa votação porque é justamente o partido que mais judicializa decisões quando perde nesta Casa. O PSOL não é um partido democrático. A democracia se faz no Plenário da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Ganha-se no voto, perde-se no voto, Sr. Presidente. É aqui que a democracia se exerce.

A Constituição diz que a democracia se faz por meio de representantes eleitos. O que o PSOL faz, e, via de regra, o PT se utiliza do PSOL para isso? Perdem no plenário e se socorrem do Supremo Tribunal Federal.

Vale dizer que, se há alguém blindado hoje pela Justiça, é justamente a Esquerda. E talvez não haja outra figura que tenha sido mais blindada pela Justiça do que o próprio Lula, que foi descondenado pelo Supremo Tribunal Federal.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Tem a palavra o Deputado Helder Salomão.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu não tenho procuração do PSOL aqui para defendê-lo, mas tenho muito orgulho de ter o PSOL como um partido que representa parcela significativa do povo brasileiro. Então, deixo o meu reconhecimento ao PSOL.

E eu fico imaginando o seguinte: como deve ser triste a vida de quem defende o ex-Presidente! Eu imagino que ou a pessoa vive em um mundo paralelo, de distopia — e isso é possível —, ou mente de maneira tão descarada que a mentira vira método. Há uma série de palavras que não se conectam.

Eles olham para a realidade do Brasil, com o PIB crescendo, a inflação diminuindo, o emprego crescendo, a vida do povo melhorando, todos os indicadores econômicos melhorando, apesar do tarifaço, mas vêm aqui pregar o caos: "*Cuidado! Vocês vão ver o Brasil falir*". E o Brasil só cresce, cresce e se desenvolve, e eles ficam chorando.

O SR. BOHN GASS (Bloco/PT - RS) - Vamos encerrar a votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Concedo 1 minuto ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DOMINGOS SÁVIO (Bloco/PL - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu quero fazer coro com o Deputado, o meu colega que fez aqui uma defesa do voto do Ministro Luiz Fux. Mais do que isso, eu quero alertar que temos o dever, neste Parlamento, de resgatar a independência do Parlamento com a votação desta noite.

Quero chamar a atenção de todos os que nos acompanham pela madrugada — já passamos da meia-noite —, neste dia 17, pois temos uma missão com o Brasil, com aqueles que estão tendo suas vidas roubadas injustamente. Nós temos que dar o primeiro passo fundamental: votar o requerimento de urgência da anistia.

É muito importante destacar isso, Sr. Presidente. Nós não podemos, em hipótese alguma, ignorar que pessoas inocentes podem morrer na prisão, como o Clezão, se a gente ficar adiando indefinidamente essa questão da anistia.

Votar o requerimento de urgência é um passo importante, porque, a partir daí, o Presidente vai designar um Relator no plenário para construir um texto que seja justo, e, assim, possamos resgatar, de fato, a justiça.

Votar amanhã é fundamental. E peço a quem está nos acompanhando que nos ajudem a alertar os Parlamentares que às vezes não estão em Brasília de que precisam estar aqui, presentes, votar a favor, para garantirmos o quórum mínimo necessário para aprovação. Não é simplesmente colocar em pauta, mas votar e aprovar amanhã o requerimento de urgência da anistia.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Concedo 1 minuto ao Deputado Tarcísio Motta.

O SR. TARCÍSIO MOTTA (Bloco/PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu estou curioso nesta sessão, porque, mais uma vez, o nosso partido, o PSOL, quatorze Deputados apenas de 513, está chamando uma atenção danada. A galera não para de falar do nosso partido. Eu sei que são quatorze Deputados que estão o tempo inteiro atuando, falando, debatendo, apresentando propostas. E eu queria só dizer o seguinte: como partido que somos, de uma esquerda socialista combativa, estamos até acostumados a perder nessa lógica desse regime burguês aqui.

No entanto, todas as vezes em que, na verdade, estiver ferindo a Constituição brasileira ou os direitos da classe trabalhadora, do povo brasileiro, e considerarmos que ir ao Supremo pode garantir direitos, nós o faremos sem qualquer problema com relação a isso. Temos todo o respeito por este Parlamento, mas a nossa coerência é com a classe trabalhadora, é com o povo brasileiro, é com aquilo que nós defendemos, que é o direito do povo.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ) - Presidente, peço 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Concedo ao Deputado Sóstenes Cavalcante 1 minuto.

Em seguida vamos encerrar a votação.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (Bloco/PL - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a segurança pública no Brasil é um problema sério. E não adianta ficar buscando responsáveis nos Estados, seja no meu Rio de Janeiro, que tem problemas, seja no Nordeste, onde há Estados que têm os maiores índices de morte a cada 100 mil habitantes, inclusive os Estados governados pela Esquerda.

Este é um problema que tem que ser encarado com responsabilidade por todos os entes governamentais, inclusive o Governo Federal, porque o Brasil não produz armas de grosso calibre. Ontem, nós tivemos o assassinato de um delegado, em São Paulo, que estava enfrentando o PCC, que enfrentou o crime organizado. E nós todos ficamos estupefatos de ver a forma como o crime organizado persegue quem, em algum momento, enfrentou o crime organizado e assassina de forma fria, como aconteceu ontem.

Nós precisamos, de verdade, parar de buscar responsáveis nos entes e enfrentar a questão da criminalidade, em especial do crime organizado, com a responsabilidade de todos os entes federados, seja a União, seja os Estados, seja os Municípios, em especial nas nossas fronteiras. Se não for assim, continuaremos com a violência nos índices que temos. Precisamos enfrentar essa questão com responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 296;

NÃO: 174.

FOI SUPRIMIDO O TEXTO.

O SR. HELDER SALOMÃO (Bloco/PT - ES) - Uma vitória importante!

(Manifestação no plenário: Voto aberto! Voto aberto! Voto aberto!)

ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Hugo Motta. Bloco/REPUBLICANOS - PB) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, 17 de setembro, às 13h55min, com Ordem do Dia a ser divulgada, nos termos regimentais.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão à 0 hora e 19 minutos.)

DISCURSOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO.

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
RICARDO AYRES (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
ROBERTO DUARTE (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
VANDER LOUBET (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR.
DEPUTADO HUGO LEAL (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA
LAURA CARNEIRO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR.
DEPUTADO LUIZ LIMA (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
VINICIUS CARVALHO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**

**DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO
RUBENS PEREIRA JÚNIOR (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).**